UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – CAMPUS DE CASCAVEL
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – NÍVEL DE MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM LINGUAGEM E SOCIEDADE

NELSON FIGUEIRA SOBRINHO

A GUERRA DA NOTÍCIA – A POLÍTICA DO SILÊNCIO NO *JORNAL NACIONAL* E NO DISCURSO DE JAIR BOLSONARO RELATADO PELO TELENOTICIÁRIO NA PANDEMIA DE COVID-19

CASCAVEL
2024

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – CAMPUS DE CASCAVEL
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – NÍVEL DE MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM LINGUAGEM E SOCIEDADE

NELSON FIGUEIRA SOBRINHO

A GUERRA DA NOTÍCIA – A POLÍTICA DO SILÊNCIO NO *JORNAL NACIONAL* E NO DISCURSO DE JAIR BOLSONARO RELATADO PELO TELENOTICIÁRIO NA PANDEMIA DE COVID-19

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Letras – Nível de Doutorado, área de concentração em Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – *Campus* de Cascavel, sob a orientação da Prof.ª Dr.ª Dantielli Assumpção Garcia.
Linha de pesquisa: Estudos Discursivos: memória, sujeito e sentido.

CASCAVEL
2024

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Figueira Sobrinho, Nelson
A Guerra da Notícia - A política do silêncio no Jornal Nacional e no discurso de Jair Bolsonaro relatado pelo telenoticiário na pandemia de Covid-19 / Nelson Figueira Sobrinho; orientadora Dantielli Assumpção Garcia. -- Cascavel, 2024.
234 p.

Tese (Doutorado Campus de Cascavel) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2024.

1. Análise de Discurso. 2. Mídia. 3. Covid-19. 4. Jornal Nacional. I. Assumpção Garcia, Dantielli, orient. II. Título.

NELSON FIGUEIRA SOBRINHO

A GUERRA DA NOTÍCIA – A POLÍTICA DO SILÊNCIO NO *JORNAL NACIONAL* E NO DISCURSO DE JAIR BOLSONARO RELATADO PELO TELENOTICIÁRIO NA PANDEMIA DE COVID-19

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Doutor em Letras, área de concentração Linguagem e Sociedade, linha de pesquisa Estudos discursivos: memória, sujeito e sentido, APROVADA pela seguinte banca examinadora:



_____

Profa. Dra. Dantielli Assumpção Garcia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
Orientadora



_____

Profa. Dra. Célia Bassuma Fernandes
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)
Membro efetivo (convidada)



_____

Prof. Dr. Helson Flavio da Silva Sobrinho
Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Membro efetivo (convidado)



_____

Profa. Dra. Luciana Iost Vinhas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Membro efetivo (convidada)



_____

Prof. Dr. Alexandre Sebastião Ferrari Soares
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
Membro efetivo (da Instituição)

Cascavel, 25 de março de 2024.

AGRADECIMENTOS

À professora Dantielli Assumpção Garcia, pela compreensão, pela orientação carinhosa e ao mesmo tempo precisa e respeitosa, que sempre me conduziu para que eu obtivesse o melhor, que confiou em mim para ser seu orientando e parceiro nesta caminhada. Muito obrigado.

Ao Luis Alberto Torres, pelo companheirismo de sempre, que esteve ao meu lado nesta segunda caminhada na pós-graduação, que me incentivou e apoiou nos momentos mais difíceis e soube, como sempre, ouvir-me com paciência.

Aos meus familiares, principalmente ao meu irmão Nilton Figueira e a minha cunhada Adriana Moreira, que sempre estão ao meu lado e me ajudaram nesta caminhada.

A minha sobrinha-afilhada, Esmeralda, que minha caminhada possa humildemente inspirá-la a seguir um caminho de luta e de perseverança, e a minha sobrinha Charline, pela confiança em estar ao lado de sua filha.

Aos meus grandes amigos Theo Melo e Elias de Sousa Oliveira, pelo apoio de sempre, e à família de ambos, que me acolheu como membro.

Aos e às colegas de turma. Aos professores do programa, que muito colaboraram para meu crescimento como acadêmico e como pesquisador.

Aos membros da banca de qualificação, com suas inestimáveis contribuições que me ampliaram os horizontes e possibilitaram o melhoramento de minha pesquisa.

A minha irmã, Maria Lúcia Figueira, que me viu ingressar, mas não pôde ver o término de mais esta etapa da pós-graduação em razão da sua partida prematura. Essa conquista é dedicada a você.

Aos meus pais, que se esforçaram para sempre nos dar, a mim e aos meus irmãos, uma educação de qualidade.

Aos meus amigos, dos quais não citarei nomes, sob o risco de esquecer alguns.

A minha pequena Lolita, que se foi recentemente e que sempre deixou meus dias melhores.

Aos que vieram antes de mim.

A Deus, que sempre está ao meu lado.

FIGUEIRA SOBRINHO, Nelson. A Guerra da Notícia – A política do silêncio no *Jornal Nacional* e no discurso de Jair Bolsonaro relatado pelo telenoticiário na pandemia de Covid-19. 2024. 234 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2024.

Orientadora: Dantielli Assumpção Garcia
Defesa: 25 de março de 2024

RESUMO

Este trabalho parte da premissa de que a pandemia de Covid-19 provocou uma série de rupturas que obrigaram a sociedade a modificar seus costumes, transformaram modos de ser e de dizer e fizeram com que nossas palavras se encharcassem de "sentidos de pandemia" (Orlandi, 2020a). Esses novos modos de dizer e de ser atingiram também os meios de comunicação tradicionais. Um dos meios midiáticos que sofreram este tensionamento foi a Rede Globo de Televisão. Em especial, o *Jornal Nacional,* telenoticiário mais assistido do país, que aparentemente travou uma guerra de dizeres com o então presidente, Jair Bolsonaro, tendo como tema o combate à pandemia e os seus efeitos. Tendo como procedimento teórico-metodológico a Análise de Discurso materialista, esta pesquisa visa a estudar esta relação entre o *JN* e o então mandatário com base nas teorizações de Eni Orlandi (1987; 2007a) sobre a categoria silêncio. Em específico, sobre a política do silêncio, que se divide em silêncio constitutivo e silêncio local, a censura. Neste sentido, analisa-se como se processa a política do silêncio nos discursos do *JN* em materiais relacionados direta e indiretamente à pandemia de Covid-19, tendo como ênfase o silêncio local, o qual atua na interdição da inscrição do sujeito em determinadas formações discursivas. Do mesmo modo, objetiva-se analisar se, mesmo recortados pelo telenoticiário e utilizados enquanto discurso relatado, os dizeres do ex-presidente também tiveram como fim silenciar localmente. Pressupomos que a política do silêncio funciona no discurso do *JN* como forma de promover apagamentos e censura e que ao colocar discursivamente sua posição contrária (ou não) ao posicionamento do ex-presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento da crise, o *Jornal Nacional* agiu com vistas às eleições de 2022. Entendemos que, com o pretexto de prestar um serviço à população durante uma crise sanitária, social e humanitária, o noticiário buscou recolocar-se diante do público e reconquistar um papel desempenhado desde a sua criação no sentido de influenciar ideologicamente a sociedade brasileira. Além das teorizações de Orlandi sobre o silêncio (2007a, 1987), a pesquisa se centra em Pêcheux (1999, 2014a, 2014b, 2014c, 2015), com vistas a discutir conceitos basilares como formações imaginárias, formações discursivas, formações ideológicas, memória, interdiscurso e outros. Ademais, se baseia ainda em Authier-Revuz (1990,1998, 2004, 2015) para discutir sobre discurso relatado e representação do discurso outro. Ao final, observamos haver mais convergências que divergências entre os discursos do *JN* e de Bolsonaro, mesmo este recortado e relatado pelo noticiário. Ambos, inscritos em uma FD Neoliberal, discordam apenas nos métodos, mas têm discursos semelhantes no que diz respeito à manutenção dos processos e instrumentos neoliberais, como o necropoder e o paternalismo libertário.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Mídia. Covid-19. Jornal Nacional. Bolsonaro.

ABSTRACT

This work is based on the premise that the Covid-19 pandemic caused a series of ruptures that forced society to modify its customs, transformed ways of being and saying and made our words become enchanted with “pandemic meanings” (ORLANDI, 2020a). These new ways of saying and reaching traditional media outlets as well. One of the media outlets that suffered this tension was Rede Globo de Televisão, especially Jornal Nacional, the most watched television news program in the country, which apparently fought a war of words with the then president, Jair Bolsonaro, with the theme being the fight against the pandemic and to its effects. Using Franco-Brazilian Discourse Analysis as a theoretical-methodological procedure, this research aims to study this relationship between JN and the then president based on Eni Orlandi's (1987, 2007a) theories on the category of silence, specifically on the politics of silence, which is divided into constitutive silence and local silence, a censorship. In this sense, we analyze how the policy of silence is processed in JN's speeches in materials directly and indirectly related to the Covid-19 pandemic, with emphasis on local silence, which acts to prohibit the subject's inscription in certain discursive formations. Likewise, the objective is to analyze whether, even though they were cut by the news broadcast and used during the reported speech, the ex-president's words were also intended to be silenced locally. We assume that the policy of silence works in JN's discourse as a way of promoting eliminations and censorship and that by discursively placing its occupied position (or not) with the position of former president Jair Bolsonaro in facing the crisis, Jornal Nacional acted with a view to 2022 elections. We understand that under the pretext of providing a service to the population during a health, social and humanitarian crisis, the news sought to reposition itself in front of the Brazilian public and regain a role it has played since its creation in the sense of ideologically influencing Brazilian society. In addition to Orlandi's theorizations about silence (2007a, 1987), the research focuses on Pêcheux (1999, 2014a, 2014b, 2014c, 2015), with a view to discussing basic concepts such as imaginary formations, discursive formations, ideological formations, memory, interdiscourse and others. Furthermore, it is also based on Authier-Revuz (1990, 1998, 2004, 2015) to discuss reported speech and the representation of other speech. In the end, we infer that there are more convergences than divergences between JN and Bolsonaro's speeches, even if cut and reported by the news. Both, enrolled in a Neoliberal FD, disagree only on methods, but have similar discourses regarding the maintenance of neoliberal processes and instruments, such as necropower and libertarian paternalism.

Keywords: Discourse Analysis. Media. Covid-19. Jornal Nacional. Bolsonaro.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: DIZERES EM RUPTURAS 8
1.1 O PROCESSO DISCURSIVO 25
1.2 O QUE E POR QUE DIZER 27
2 DIZERES DAS PESQUISAS 32
2.1 PESQUISAS EM AD 38
3 DIZERES DA TEORIA 44
3.1 HETEROGENEIDADE DISCURSIVA/HETEROGENEIDADE JORNALÍSTICA 48
3.2 FORMA-SUJEITO, POSIÇÃO-SUJEITO E O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO 53
4 DIZERES SOBRE A METODOLOGIA 57
5 PRIMEIRO TEMPO: O *JN* EM ANÁLISE 71
5.1 O PRONUNCIAMENTO 'GRIPEZINHA': 73
5.1.1 As condições de produção do discurso I 73
5.1.2 O apresentador: lugar social x lugar discursivo 74
5.2 O OBSCURANTISTA E A MEMÓRIA DA TERRA ARRASADA 87
5.3 ACONTECIMENTOS E SILENCIAMENTO 106
5.3.1 A ruptura em Althusser 106
5.3.2 A pandemia como acontecimento discursivo 108
5.3.3 Acontecimento histórico x acontecimento jornalístico 111
5.3.4 Formas do silêncio 114
6 SEGUNDO TEMPO DA ANÁLISE: DISCURSOS CONVERGENTES 118
6.1.1 As condições de produção do discurso II 118
6.1.2 Do obscurantista ao pária 119
6.1.3 Contra o obscurantismo, a ironia 138
6.1.4 Um discurso, uma posição-sujeito 147
6.2 O QUE O *JN* 'CALA' 159
7 ÚLTIMO TEMPO DA ANÁLISE: HÁ GUERRA DA NOTÍCIA? 175
7.1 OS ANTECEDENTES 175
7.2 UMA RELAÇÃO SIMBIÔNTICA 176
7.2.1 As condições de produção do discurso III 180
7.2.2 Bolsonaro e a caneta como arma: "O Estado sou eu" 181
7.3 O *JN* E A FALSA OPOSIÇÃO 191
7.3.1 As condições de produção do discurso IV 192
7.3.2 Notícias, fake news e política do silêncio 192
CONSIDERAÇÕES FINAIS 208
REFERÊNCIAS 218
FONTES 234

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Edições incluídas no corpus de arquivo..... 64
Quadro 2 – Comparativo pronunciamento “gripezinha” x nota JN 74
Quadro 3 – Comparativo entre o discurso de Bolsonaro e o discurso relatado pelo JN 122
Quadro 4 – Comparativo entre o discurso de Bolsonaro e o discurso relatado pelo JN – 2..... 136

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Percurso da comunicação jornalística, segundo Orlandi (1987) 139

INTRODUÇÃO: DIZERES EM RUPTURAS

A pandemia de Covid-19, doença provocada pelo vírus SARS-CoV-2 – também designado de novo coronavírus –, trouxe em seu bojo uma série de rupturas. Uma dessas rupturas adveio da especificidade de a pandemia ressaltar problemas próprios do capitalismo, sejam econômicos, sociais, políticos, ideológicos, ambientais e, obviamente, de saúde. Toda essa revolução nos modos de viver marcou, segundo historiadores, o final do século XX e o início do século XXI.

Essa ruptura caracterizada pela finalização de um século e o início de outro provoca, à primeira vista, a sensação de que há uma quebra também na forma de 'marcar' os séculos, pois considera como marco um acontecimento histórico de alcance global e não as convenções de cunho cronológico. No entanto, há nela o atravessamento de uma memória, advinda da ciência História, que convencionalmente propõe que eras, períodos e épocas sejam marcados por fatos capazes de mudar o curso da humanidade.

Schwarcz e Starling (2020) relembram, por exemplo, que o efeito devastador da Primeira Guerra Mundial levou o historiador Eric Hobsbawm a afirmar que o século XIX não acabara em 1900, mas em 1914, quando o conflito bélico teve início. Ambas, porém, vão além e afirmam que a ruptura entre os séculos se deu também em razão de uma outra pandemia, a da gripe espanhola, iniciada em 1918, que teria deixado entre 50 milhões e 100 milhões de pessoas mortas em todo o mundo, segundo estimativas (Cariello, 2020).

Hodiernamente, responsável pela morte de mais de 6,31 milhões de pessoas em todo o mundo, mais de 705 mil apenas no Brasil,[1] a pandemia de Covid-19 também rompeu padrões culturais, sociais e até mesmo religiosos, pois entre as práticas suspensas em razão da enfermidade esteve o ritual de velar os entes queridos. Ante à impossibilidade da despedida devido à grande possibilidade de contágio, esses rituais foram substituídos por outros, como a cremação imediata e o enterro de corpos em caixões lacrados, assistido ao longe por familiares e amigos. Cenas que dividiram

[1] Dados de 8 de setembro de 2023. Fonte: https://covid.saude.gov.br/. Acesso em: 12 set. 2023. Em 5 de maio de 2023, a OMS decreta o fim da emergência da Covid-19. Foram 6.921.614 mortes em todo o mundo até 3 de maio, última vez em que a organização atualizou os dados. O Brasil foi responsável por 10% das mortes oficiais do mundo (Pandemia [...], 2023).

espaços com incinerações em via pública, ou de corpos sobrepostos em vala comum (Sousa; Garcia; Herculino, 2020).

A necessidade de mudar costumes para evitar contágio fez surgir o *lockdown*, o isolamento e o distanciamento social, em que pessoas foram impossibilitadas de sair de suas casas e de ir para os seus trabalhos. Essa alteração nos costumes provocou mudança, e por que não dizer *rupturas*, nos modos de ser e de dizer. E é justamente a esse campo que pesquisadoras e pesquisadores da Análise de Discurso pecheutiana, desde então, têm voltado suas reflexões.

Eni Orlandi, por exemplo, mostra-nos que, nos tempos pandêmicos, a palavra *casa* passou a ter um outro sentido, passando a significar *abrigo*. Segundo ela, vivemos um tempo em que "[...] nossas palavras se encharcam de sentidos de pandemia" (Orlandi, 2020a). Esse encharcamento de sentidos ocorreu também com *isolamento social,* que, às vezes, declina como distanciamento social: "Não era isolamento social a situação em que vive [ou já vivia] a maioria da população em suas, entre aspas 'comunidades'? O que é efetivamente isolamento social?", questiona a pesquisadora (Orlandi, 2020a). Conforme a autora, "*o acontecimento discursivo* da pandemia 'pega tudo' e dá sentido às coisas. Parecendo que isso é óbvio. Não é".

Esse processo é concebido por ela como um processo de metaforização. De um lado, há excesso de palavras disponíveis; de outro, a dificuldade de nominar. Na dificuldade de nomeação, tudo é vestido de nomes e de sentido metaforizando-se como efeitos de pandemia.[2]

Esses nomes e sentidos lembrados por Orlandi nos remetem às inúmeras novas formas de dizer postas em circulação nesse entresséculo.[3] Termos e expressões como *linha de frente*, *coronavírus*, *intubação* e *extubação*, *imunização*, *quarentena*, *fique em casa* e até mesmo *pandemia* passaram a fazer parte dos nossos modos de ser e de dizer e não passaram incólumes a deslizamentos de sentidos, a metaforizações, etc. Processos obviamente influenciados por questões como o

[2] Mantivemos os verbos no presente pois, apesar de a emergência de Covid-19 ter se encerrado, acreditamos que, como acontecimento histórico e, sobretudo, discursivo, a pandemia segue atuando sobre os nossos modos de ser e de dizer.

[3] A manutenção dos adjetivos novo(s) e nova(s), para se referir a "novas formas de dizer", "novas formas de noticiar", "novos saberes", etc., tem como base Indursky (2003) que, ao analisar o enunciado "Lula lá" como acontecimento discursivo, utiliza termos como "nova rede de formulações", "origem de *novos* dizeres e de *novos* sentidos", "novos efeitos de sentido". Além desta autora, nos baseamos também em Zoppi-Fontana (2002), que utiliza os mesmos adjetivos. A discussão será aprofundada no capítulo 5.

contexto dos enunciados e até mesmo da classe dos enunciadores, uma vez que as desigualdades sociais foram recrudescidas e postas em destaque na crise.

Esse aspecto socioeconômico e sanitário da pandemia não pode ser ignorado nos estudos relativos à crise. A doença, apesar de chegar ao país por meio de uma elite, acabou ganhando força e atingindo, sobretudo, os mais vulneráveis – tornando-os ainda mais vulneráveis. Mas no lugar de uma ruptura, a pandemia, nesse aspecto, representou a continuidade e o acirramento das desigualdades próprias do capitalismo neoliberal, como abordaremos no decorrer deste trabalho.[4] Esta perspectiva considera que o Brasil e o mundo vivem uma sindemia (neologismo que une sinergia e pandemia, cunhado pelo antropólogo médico estadunidense Merrill Singer nos anos 1990). Sindemia é o contexto em que duas ou mais doenças interagem e provocam danos mais intensos do que a soma de ambas (Plitt, 2020). Além de enfermidades, inclui também aspectos sociais, ambientais, etc.[5]

Um exemplo de como as desigualdades influenciam os dizeres é o próprio deslizamento do sentido de *casa* como abrigo, apontado por Orlandi. Estendendo a análise da autora, no nosso gesto de interpretação, *compreendemos* que *casa*, para moradores da periferia e de comunidades, obrigados a viver com muitos membros da família em um pequeno espaço, pode deslizar para o sentido de *cela*. O mesmo processo poderia ocorrer em relação a mulheres em um contexto de violência doméstica, cujos índices cresceram na pandemia,[6] e casa passou a ter o sentido de *clausura.*

No que tange à mídia, a epidemia de Covid-19 trouxe novas formas de noticiar, provocou tensionamentos e questionamentos sobre o papel dos meios de comunicação, também colocados em xeque em razão das mídias sociais e da proliferação de *fake news*. Foi também necessário, aos meios de comunicação tradicionais, incorporar novos dizeres – atravessados por uma memória advinda do

[4] Sobre isso, destacamos as obras de Mascaro (2020); Schwarcz e Starling (2020); Schwarcz (2020); Dardot e Laval (2020) e Figueira Sobrinho e Garcia (2021a).

[5] Em Garcia e Figueira Sobrinho (2022), analisamos o contexto sindêmico vivido pelo/no Brasil sobre o ponto de vista da AD.

[6] Em 2020, uma a cada quatro mulheres maiores de 16 anos disse ter sofrido algum tipo de violência ou agressão no país, o que corresponde a 17 milhões de mulheres. O índice é maior entre as mulheres negras (28%). Cerca de 50% das agressões aconteceram em casa, sendo que 73% dos agressores eram íntimos das vítimas (Gonçalves, 2021).

jornalismo científico,[7] mas, também, por uma memória próxima ao militarismo, comum em conflitos, como, por exemplo, o sintagma *linha de frente.*

É justamente nos dizeres postos em circulação pela mídia, em específico a televisiva, que este trabalho se centra. Inserida nos estudos da Análise de Discurso materialista (AD), esta tese tem como fim analisar o discurso produzido pelo *Jornal Nacional* em notas, editoriais, entrevistas e reportagens relacionados direta e indiretamente à pandemia de Covid-19 e ao posicionamento do ex-presidente Jair Bolsonaro (à época sem partido) diante da crise,[8] incluindo os dizeres do então chefe do Executivo recortados pelo telejornal. Em outros termos, seu enunciado enquanto discurso relatado (DR) – ou "representação do discurso outro" (RDO) –, conforme Authier-Revuz (1990, 1998, 2015[2001], 2004). Deste modo, buscaremos analisar os recortes dos dizeres de Bolsonaro utilizados pelo noticiário enquanto forma de heterogeneidade mostrada – marcada ou não marcada –, partindo do princípio de que estas inscrevem o outro na sequência do discurso, seja por meio do discurso direto quanto das aspas (Authier-Revuz, 1990) (Authier-Revuz, 1998). Ainda no que tange à representação do discurso outro, serão cruciais conceitos como o de *discurso outro fonte* – aquele que dá origem a uma outra enunciação (Authier-Revuz, 2015) – caso do pronunciamento do então presidente em rede nacional, em março de 2020, em que designou a Covid-19 de "gripezinha", e as glosas – funcionamento do discurso relatado em que o enunciador comenta as palavras enquanto as enuncia (Authier-Revuz, 2004).

Em nosso entender, essas e outras formas de representação do discurso outro – como a ironia – foram postas em funcionamento no telenoticiário não apenas quando o *JN* representava os dizeres de Bolsonaro, mas de outros entrevistados. Funcionamento que se deve ao princípio de que para existir o discurso jornalístico é

[7] Bueno (1985) ressalta que o jornalismo científico é aquele em que estão incluídos temas que vão desde informações a respeito de práticas agrícolas ou sobre as vantagens do aleitamento materno à descrição de processos e técnicas altamente complexos utilizados na medicina ou na física nuclear. Valendo-se de Marques de Melo, ele conceitua este tipo de jornalismo como um "processo social que se articula a partir da relação (periódica/oportuna) entre organizações formais (editoras/emissoras) e coletividade (públicos/receptores) através de canais de difusão (jornal/revista/rádio/televisão/cinema) que asseguram a transmissão de informações (atuais) de natureza científica e tecnológica em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos)" (Marques de Melo, 1983 *apud* Bueno, 1985, p. 1422).

[8] Faz-se referência a notas, editoriais, entrevistas, reportagens relacionados direta e indiretamente à pandemia de Covid-19 pois, em razão do momento histórico em que o país passava, havia correlações entre diversos assuntos, sejam esses de saúde pública, política, economia, educação ou até mesmo de artes e espetáculos.

preciso que haja o discurso outro. Muito presente na mídia, por meio de transcrições de entrevistas (citações) nos meios impressos e digitais, ou na reprodução dessas nas TVs e rádios, seja pelo relato dos jornalistas ou por meio das designadas sonoras – termo técnico utilizado por essas mídias para referir-se às entrevistas –, a heterogeneidade mostrada, como iremos apontar, ao mesmo tempo em que isenta o meio de comunicação do que é dito, responsabiliza o sujeito que teve seu dizer "reproduzido". Uma das formas da heterogeneidade mostrada marcada, o discurso direto, por exemplo, "não é nem 'objetivo' nem "fiel" (Authier-Revuz, 1998, p. 134). Tampouco é objetivo, como os meios de comunicação levam leitores e espectadores a entender, pois "reproduzir a materialidade exata de um enunciado não significa restituir o ato de enunciação" (Authier-Revuz, 1998, p. 134). Eventuais cortes, elisões – muitas vezes defendidos por jornalistas como necessários para promover o entendimento da matéria ou para atender a questões como o tempo de sua exibição –, não são apenas recursos técnicos, mas também fruto de *tomadas de posição*, sob o ponto de vista da AD. Entendemos que essas tomadas de posição se relacionam tanto em relação àquilo que foi utilizado no material e exibido quanto ao que foi cortado e, em certos aspectos, *silenciado*. Funcionamento que buscaremos mostrar no decorrer deste trabalho, do mesmo modo que nos ateremos às formas que operam "no espaço do não-explícito, do 'semidesvelado', do 'sugerido', mais do que do mostrado e do dito" (Authier-Revuz, 1998, p. 17), como a ironia.

Isso equivale a dizer que, como qualquer meio midiático, o *Jornal Nacional* produz efeitos de sentido postos em jogo não apenas pelo exibido no noticiário, mas também pelos ignorados, os "não-ditos", os silêncios (Orlandi, 1987; 2007a), pelo modo como as matérias jornalísticas são tratadas discursivamente (seja em *offs* – nome dado ao texto escrito pelos repórteres –, pelas já citadas sonoras ou pelas declarações de comentaristas, por exemplo).[9]

Voltando à pandemia, especificamente em relação às materialidades relacionadas direta e indiretamente à questão sanitária causada pelo Covid-19, objetos desta tese, inicialmente, para "dar sentido" ao fato histórico, o telejornal interdiscursivamente lançou mão de comparações com outras doenças – como o H1N1 e a gripe espanhola. Posterior a este recurso, os efeitos de sentido produzidos

[9] Logo adiante, explicaremos o porquê da utilização de termos técnicos do jornalismo nesta tese, bem como analisaremos discursivamente pelo menos três deles.

pelo telejornal advieram da criação de novos quadros, da extensão da duração das reportagens, do uso do discurso e da imagem de empresários, cientistas, cidadãos comuns e profissionais de saúde, que narram experiências relacionadas à crise.

Em suma, a dominação das discursividades da pandemia enquanto acontecimento discursivo também provocou rupturas e teve efeitos no modo como o discurso jornalístico é produzido. Deste modo, a "metaforização", que "contagiou" posições-sujeito, as palavras e os sentidos (Orlandi, 2021, p. 3), modificou também o fazer (tele)jornalístico. Com base nisso, partimos da premissa de que o "encharcamento" de sentidos atingiu também os dizeres colocados em circulação pelo telejornal da TV aberta mais assistido do país.[10] Dizeres estes tanto de sujeitos-repórteres e de sujeitos-apresentadores quanto de sujeitos entrevistados postos em circulação enquanto discursos relatados pelo noticiário.

Como tentaremos mostrar no decorrer deste trabalho, aparentemente, na posição-sujeito jornalista a serviço de uma emissora, repórteres e apresentadores *tentaram demonstrar* posições do *JN* contrárias às do então presidente Jair Bolsonaro (à época sem partido). Para isso, foram utilizados, em sua maioria, os dizeres do próprio presidente, crítico do isolamento social no combate à pandemia e defensor da cloroquina, da hidroxicloroquina e da ivermectina no tratamento da doença – o *kit Covid*. Outra estratégia do telejornal foi o uso do designado discurso de autoridade. Uma das técnicas jornalísticas mais utilizadas, o discurso da autoridade, em nosso gesto de interpretação à luz da AD, vale-se do lugar e da imagem dos entrevistados para colocar determinados sentidos em circulação.

Também designado *argumento de autoridade* (*argumentum ad verecundiam*), esse tipo de argumentação pode ser evocado pela própria pessoa ou por uma pessoa que usa a "voz" de terceiros para validar sua argumentação (Fiorin, 2018). Cunhado pelo filósofo John Locke, o argumento de autoridade (asserção ou também discurso de autoridade) designa a estratégia em que se busca "a chancela de uma autoridade respeitada ou de um especialista num dado assunto para sustentar um ponto de vista" (Locke, 1988 *apud* Fiorin, 2018, p. 176). O argumento de autoridade é obtido por meio

[10] Segundo o Kantar Ibope Media (2023), no Painel Nacional de Televisão (PNT), na semana de 4 a 10 de setembro de 2023, o *JN* atingiu a média 24,4% de audiência domiciliar nas 15 praças monitoradas pelo instituto (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Distrito Federal, Florianópolis, Goiânia, Fortaleza, Recife, Salvador, Campinas, Vitória, Manaus e Belém). No mesmo período, o *Jornal da Band* chegou a 2,5% e o *Jornal da* Record a 7,5%. Há 53 anos, o telenoticiário é o mais visto do país (Nascimento, 2023).

da citação – ou seja, pelo discurso relatado – de um especialista no tema em questão. Em geral, o especialista é uma terceira pessoa cujo nome é respeitado ou uma autoridade pública, e sempre é evocada em apoio a um ponto de vista. Seu dizer é designado como argumento de autoridade pois supõe-se ser tal pessoa digna de respeito, reverência. Nela é depositada confiança e reconhecimento por ser "fonte de conhecimento num dado tema" (Fiorin, 2018, p. 176).

Há dois tipos de autoridades utilizadas como forma de corroborar um discurso: aquele da ordem do saber, ou seja, o perito, o especialista; e o do domínio do poder, que possui um cargo de comando. Há ainda *o exercício da autoridade por um grupo humano* ou por uma época de glórias da história, de um povo. "É o que se faz, quando se diz *Os países civilizados respeitam as minorias* ou *Precisamos de um novo iluminismo*" (Fiorin, 2016, p. 177, grifos do autor).

Trazendo o argumento de autoridade para a AD, defendemos que este possui a capacidade de, por meio dos dizeres, da imagem e do lugar (social e discursivo) dessa autoridade, colocar em circulação efeitos de sentido de confiabilidade, colaborando para corroborar ou refutar uma posição, uma opinião, ou para colocar em jogo uma imagem. Isso equivale a dizer que, no âmbito da AD, "a relação de alteridade, na argumentação, é fundamental, e não se trata de persuasão, mas de relações entre posições-sujeito e ideologia" (Orlandi, 2023, p. 78). Também com base na AD, defendemos que o exercício de autoridade por um grupo humano é um dos mecanismos de funcionamento do discurso neoliberal na mídia, por meio de "fórmulas prontas", já-ditos, que visam à comparação entre países, regiões e povos e a defender a competição, uma das *tópicas do neoliberalismo* (Guilbert, 2020). A discussão sobre o argumento de autoridade à luz da AD será aprofundada no capítulo 6.

Embora não sejam objeto de análise desta tese, é necessário apontar ainda que foram preponderantes também, na produção de sentidos na cobertura do *JN*, os recursos imagéticos, como a inserção de novos cenários virtuais e até o uso de máscaras pelos repórteres. Mais cruciais ainda foram as imagens mostrando inúmeras valas comuns e sacos pretos envolvendo corpos e o silêncio ao final das edições do telejornal – para homenagear os mortos, todas as vezes em que o número de óbitos rompeu determinadas marcas.

Este silêncio, utilizado propositalmente pelo telejornal, e que por si já provoca efeitos de sentido, uniu-se a outro tipo de silêncio, aquele entendido não como a

ausência de sons ou de palavras, mas o silêncio fundador, ou fundante, início da significação e condicionante da produção de sentido (Orlandi, 2007a).

O "silêncio fundador" (ou fundante) pode ser compreendido como o "não-dito que é história[11] e que, dada a necessária relação do sentido com o imaginário, é também função da relação (necessária) entre língua e ideologia. O silêncio trabalha então essa necessidade" (Orlandi, 2007a, posição 160).

Ao se dizer que o silêncio é fundador, não se quer significar que esse seja originário. Esse é a garantia do movimento de sentidos. É a chance de o sujeito "trabalhar sua contradição constitutiva", que está na relação do "um com o múltiplo". É a que pode ser reduplicada e deslocada e permite ver que todo discurso remete a outro, "que lhe dá realidade significativa" (Orlandi, 2007a, posição 170):

> Por isso distinguimos entre: a) o silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar; e b) **a política do silêncio**, que se subdivide em: b 1) **silêncio constitutivo**, o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as "outras" palavras); e b 2) **o silêncio local**, que se refere à censura propriamente (àquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura) (Orlandi, 2007a, posição 173, grifos nossos).

É a política do silêncio que embasa a primeira hipótese desta pesquisa em relação ao objeto de estudo: o silêncio constitutivo e o silêncio local irrompem no discurso veiculado pelo *Jornal Nacional* como forma de promover apagamentos e censura, de forma a restringir a publicitação de informações, pontos de vista, ou como forma de regular a emergência de ideias e de desejos, reprimindo-os, como um censor.

Em outras palavras, a partir dessa hipótese, na análise dos dizeres da cobertura da pandemia feita pelo telejornal da TV aberta mais assistido do país, esta tese busca identificar "sistematicamente o que ele [o *JN*] 'cala'" (Orlandi, 2007a, posição 1358).

Diante do exposto, formulamos uma segunda hipótese: ao colocar discursivamente, em materialidades relacionadas direta e indiretamente à pandemia de Covid-19, sua posição contrária (ou não) ao posicionamento do ex-presidente Jair

[11] Apesar de o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa ter abolido o uso do hífen quando se lança mão do advérbio "não" como prefixo, será mantida a grafia "não-dito" por ser a forma consagrada na Análise de Discurso materialista.

Bolsonaro no enfrentamento da crise, o *Jornal Nacional* agiu com vistas às eleições de 2022. Neste sentido, chega-se à seguinte tese: com o pretexto de prestar um serviço à população durante uma crise sanitária, social e humanitária, o *Jornal Nacional* busca recolocar-se diante do público brasileiro e reconquistar um papel desempenhado desde a sua criação no sentido de influenciar ideologicamente a sociedade brasileira, com vistas a garantir a hegemonia das Organizações Globo não apenas como grupo midiático, mas como grupo político e econômico voltado ao interesse das elites tradicionais brasileiras, garantindo seu projeto (neo)liberal.

Por neoliberal, entendemos inicialmente ser um conjunto de práticas políticas e econômicas que defendem que o bem-estar da população seria promovido com mais eficácia por meio da liberação das *capacidades empreendedoras individuais* dentro de uma estrutura marcada pelo direito à propriedade privada,[12] pelo livre mercado e pelo livre comércio (Harvey, 2011). Nesta noção *menos contemporânea* de neoliberalismo, cabe ao Estado: (I) garantir a estrutura para a manutenção dessas práticas – garantindo a estabilidade da moeda –; (II) manter as estruturas militares e policiais, de modo a assegurar os direitos de propriedade; e (III) garantir o funcionamento dos mercados, mesmo que à força (Harvey, 2011).

> Além disso, **se não existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados**, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve aventurar-se para além dessas tarefas (Harvey, 2011, p. 12, grifos nossos).

Desde os anos de 1970, a corrente neoliberal passou a dominar rapidamente o pensamento político-econômico mundial. Países como Nova Zelândia, Suécia, África do Sul (pós-*apartheid*) e até mesmo a China e aqueles que pertenciam à União Soviética adotaram em menor ou maior grau o neoliberalismo (Harvey, 2011). Muitas vezes, sob pressão coercitiva. Desde então, os defensores do neoliberalismo passaram a ocupar posições influentes na educação, nos meios de comunicação, nos conselhos das corporações e de instituições financeiras e em bancos centrais e em

[12] Em sua obra, Harvey (2011) utiliza tanto "direito à propriedade" quanto "direito de propriedade", o que foi seguido neste trecho, mantendo a fidedignidade do texto do autor. Porém, destacamos a necessidade de citar a diferença de ambas definida por Indursky (2002). Segundo a autora, em artigo em que analisa o entrelaçamento entre o político, o jurídico e a ética no discurso sobre o MST, a designação ocupação, que remete à posição-sujeito dos trabalhadores rurais sem-terra, está apoiada no "direito de propriedade". Por sua vez, a designação invasão, da posição-sujeito dos proprietários de terra e da mídia em geral, está baseada no "direito à propriedade".

outras áreas relevantes para os governos. O mesmo se deu em instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (Harvey, 2011). Em resumo, o neoliberalismo passou a ser "**hegemônico como modalidade de discurso**", afetando de forma ampla "modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo" (Harvey, 2011, p.13, grifos nossos).

Contemporaneamente, a noção de neoliberalismo mudou e houve a inversão de que o Estado tenha de ser mínimo. Atualmente, a defesa é de que o Estado aja com veemência como um vigilante pró-mercado, inclusive com ações intervencionistas quando é necessário à economia. Ao mesmo tempo, este Estado impulsiona os indivíduos a se tornarem sujeitos-empreendedores (Verbicaro, 2020), tornando a concorrência uma norma de conduta e a empresa um *modelo de subjetivação* (Dardot; Laval, 2016), como aprofundaremos no capítulo 5.

Depreendemos, assim, haver um "discurso neoliberal" e defendemos que este seguiu sendo hegemônico na cobertura midiática da pandemia de Covid-19 pelo *JN*. Em nosso caso específico em tela, teve continuidade tanto nos materiais exibidos pelo *JN* como nas colocações do então presidente Jair Bolsonaro postas em circulação pelo telenoticiário por meio de recortes dos dizeres do então mandatário. Como discurso neoliberal, entendemos ser este um conjunto de enunciados "*mais ou menos coerentes*", em maior ou menor grau, e que apresentam um ponto em comum: "[...] a promoção de uma visão empreendedora e puramente econômica da vida e de todas as atividades humanas" (Guilbert, 2020, p. 22, grifos do autor). O discurso neoliberal (*DNL*, abreviatura adotada por Guilbert) induz a tornar-se produtivo, em um sentido econômico, aquilo que não pode ser, como a escola, a universidade, o hospital e a Justiça. As palavras-chave do DNL são "'eficácia econômica', 'rentabilidade financeira', retorno sobre o investimento" (Guilbert, 2020, p.22-23). Neste ponto de vista, postulamos que, em maior ou menor grau, tanto o discurso do *JN* quanto o de Bolsonaro estiveram inscritos numa mesma FD neoliberal.

Neste sentido, no decorrer deste trabalho, pretendemos mostrar que, embora o *JN* tenha tentado se colocar em posição antagônica a Bolsonaro, essa colocação no lado oposto foi apenas aparente. Se, de um lado, Bolsonaro atuou também no silenciamento – a política do silêncio (Orlandi, 2007a) –, apresentando informações inconsistentes ou lançando mão de factoides e *fake news*, esse silenciamento acabou

por ser ampliado pelo próprio *JN* – de modo a impedir, como também buscamos mostrar, a inscrição de sujeitos em determinadas formações discursivas.[13]

Segundo Pêcheux (1997a), um discurso sempre é pronunciado a partir de condições de produção e pode ser um ato político direto ou até mesmo um gesto vazio, o que não deixa de ser uma forma de ação política. Partindo deste princípio, é possível depreender que, independentemente do discurso exibido diariamente pelo *Jornal Nacional*, este sempre será uma ação política. Da mesma forma, o DNL, como discurso ideológico, não se mostra como discurso partidário. Este busca a evidência e não assume seu teor prosélito e se mostra como apolítico e não ideológico, se mostrando como uma expressão do bom senso e da racionalidade (Guilbert, 2020). Ou seja, há um silenciamento.

É também nesse aspecto em que, pretendemos mostrar, reside a política do silêncio presente nos discursos do *JN* e de Bolsonaro (estes últimos mesmo que recortados pelo noticiário). Neste ponto, surge a primeira pergunta de pesquisa: (I) como se processou a política do silêncio no telejornal mais assistido do país durante a pandemia de Covid-19? No lastro desta, surgem dois outros questionamentos: (II) o *JN*, no exercício do jornalismo diário, discursivamente, fez oposição à ideologia político-partidária e econômica defendida pelo então presidente Jair Bolsonaro? Outra questão norteadora é: (III) qual seria a ideologia político-partidária e econômica defendida pelo *JN*?

Para responder a estas, e às demais perguntas desta tese – que serão colocadas adiante –, cujo objeto é um telejornal, será crucial estudar e analisar em profundidade quais são as condições de produção do(s) discurso(s) veiculado(s) por esse objeto, o que significa ter uma visão ampla, baseada na historicidade. Neste aspecto histórico, há pesquisas, ensaios e livros-reportagens relevantes que tratam do mesmo objeto e estes serão mais detalhados adiante. No entanto, cabe aqui destacar o trabalho de Herz (1987), que se valeu de fontes documentais, em uma linha do jornalismo investigativo, para analisar a influência da emissora e de seu fundador, Roberto Marinho, na sociedade e na política do país.

Ainda na área da historicidade, mas pelos olhos dos jornalistas, é importante destacar o trabalho de Amorim (2015), que detalha, desde a fundação da emissora, como se deu a relação com o poder e o uso dos recursos (extra)jornalísticos para

[13] Esta particularidade da política do silenciamento será aprofundada na seção 1.2.

influenciar eleições, por exemplo. Apesar de relevantes à pesquisa, esses trabalhos não têm a AD como procedimento teórico-metodológico, pois analisam o objeto sob o ponto de vista das teorias do jornalismo e da comunicação.

Este diferencial entre os tipos de pesquisa é destacado por Dela Silva (2008), ao iniciar um estudo sobre a extinta revista *O Cruzeiro* e, embora seu trabalho se volte a um meio midiático impresso, suas considerações podem aplicar-se a outros meios de comunicação:

> O discurso de forma geral e, em particular, o discurso da imprensa, quando analisado sob a ótica da Análise de Discurso de linha francesa, é pensado a partir de suas condições de produção, das relações de sentido em que são produzidos, de sua historicidade. Tais análises distinguem-se das que pensam a tecnologia voltada à comunicação exclusivamente como um meio de transmissão de informação e entretenimento, destinado a levar as mensagens produzidas pela mídia à sociedade. Buscar a compreensão de processos discursivos nos jornais é pensar a imprensa historicamente, em relação aos sujeitos jornalistas, envolvidos na produção dos discursos, e aos sujeitos leitores, a quem ela se dirige em uma época dada (Dela Silva, 2008, p. 1).

Desta forma, é necessário identificar quais são as condições de produção dos discursos veiculados pelo *JN* em geral e, em específico, sobre os discursos que tratam da pandemia de Covid-19. É preciso apontar que, ao se falar em condições de produção, entendemos essas não apenas em sentido macro, que envolve o momento histórico pandemia, mas também como a pandemia influi no processo de produção jornalística, tendo esta produção como integrante de um sistema capitalista neoliberal. Essas condições, em sentido macro, serão pontuadas em toda a extensão do trabalho, a começar por esta Introdução, e seguirão nos capítulos e nas seções posteriores, especialmente no capítulo 2, em que se analisa as pesquisas anteriores que tiveram o *JN* como objeto.

Antes de dar continuidade a esta discussão, é necessário esclarecer: ao se falar em condições de produção em um sentido mais restrito, não significa que este trabalho vise a uma pesquisa de campo, interno à emissora. Referimo-nos às condições de produção mais imediatas, como os fatos noticiados pela mídia no dia em que o discurso em análise foi colocado em circulação pelo noticiário. Essa decisão metodológica determinou o acompanhamento da exibição do telejornal diariamente e a contraposição do noticiado com os acontecimentos históricos do período. Com isso,

foi possível iniciar todos os capítulos em que procedemos às análises com uma contextualização imediata dos fatos que atuaram na elaboração dos materiais exibidos e aqui analisados.

A Teoria do Jornalismo considera que a produção jornalística, independentemente do tipo de mídia, funciona em um ciclo temporal, ao qual Traquina (2005b) designa "dia noticioso", em que "a urgência é um valor dominante". Justamente por trazer esta consideração para a AD é que consideramos pertinente identificar as condições de produção imediatas dos dizeres postos em circulação nos materiais analisados. Outra questão sobre a prática jornalística é que uma parte da atividade é planejada com antecedência, antes da data em que surgem os fatos que poderão ser noticiados: "Um tal planejamento identifica os 'acontecimentos futuros' numa tentativa de impor ordem ao (possível) caos provocado pela imprevisibilidade de (alguns) acontecimentos" (Traquina, 2005b, p. 39). Esse planejamento consiste em, por exemplo, identificar divulgação de determinados dados estatísticos, na antecipação de pautas de reuniões, na sondagem em agendas de autoridades.

Isso significa que, em um telejornal como o *Jornal Nacional*, uma gama de profissionais da área é responsável pelo que vai ao ar: pauteiros (também chamados produtores); repórteres-cinematográficos; repórteres; editores de texto; editores de imagem, entre outros. Essa particularidade, ainda conforme Traquina (2005a), faz do jornalismo uma "realidade muito seletiva", construída por meio da interação social entre os próprios profissionais, suas fontes, outros jornalistas "que partilham como referência de toda a ideologia representada no polo ideológico do campo jornalístico" e a sociedade (Traquina, 2005a, p. 205). Sobre isso, Braga, Aguiar e Bergamasch (2014) comentam:

> A produção de notícias, segundo a teoria do Jornalismo (TRAQUINA, 2005), não é determinada pela vontade pessoal do/a jornalista e nem somente pela linha editorial da empresa onde trabalha, **mas por uma intensa negociação simbólica entre as diversas forças sociais envolvidas no processo informativo**, que disputam o acesso e a hegemonia do espaço midiático. O cotidiano das rotinas produtivas no Jornalismo é marcado ainda pela escassez do vetor do tempo e pela abrangência da rede de captação de informação para alcançar os acontecimentos e as fontes […] (Braga; Aguiar; Bergamasch, 2014, p. 117, grifos nossos)

Este processo, próprio das redações, é descrito até mesmo pelo diretor-geral de jornalismo da Rede Globo de Televisão, que reitera o caráter "coletivo" da produção (tele)jornalística.

> […] trata-se de um trabalho coletivo, imperativamente coletivo, necessariamente coletivo: em jornal impresso, depende-se do repórter, do fotógrafo, do redator, do diagramador, do subeditor, do editor, do editor-chefe, do diretor de redação; em televisão, depende-se do produtor, do repórter, do cinegrafista, do editor de texto, do editor de imagem, do editor de área, do editor-chefe, do diretor. Tudo, sempre, depende de uma coleção de cabeças (Kamel, 2019, p. 29).

Ao pensarmos esse funcionamento sob o ponto de vista da AD materialista, podemos depreender que o discurso midiático é produzido por sujeitos que ocupam diferentes posições – ou seja, não há autoria única das reportagens, nem mesmo quando esta é 'assinada' por um repórter – o que, para o jornalismo, ocorre durante a designada "passagem", termo técnico usado para referir-se ao momento em que este aparece no vídeo. Segundo o ritual telejornalístico, a passagem é o momento em que o jornalista se revela autor da reportagem. É nesse ponto em que é usado o GC (gerador de caracteres) indicando seu nome e o local de onde fala – cidade, estado, país. Para o telejornalismo, a passagem é a "gravação feita pelo repórter no local do acontecimento, com informações, para ser usada no meio da matéria (Paternostro, 1999, p. 147). Esta "reforça a presença do repórter no assunto" e, por isso, segundo os cânones do telejornalismo, "deve ser gravada no desenrolar do acontecimento" (Paternostro, 1999, p. 147).

Em outros termos, além de apontar para uma suposta autoria, a passagem, ainda sob o ponto de vista do telejornalismo, também colocaria o repórter como testemunha e como partícipe. Ou seja, sua função seria mostrar que o exibido é "real". Sob o ponto de vista da AD, é necessário ir além e observar as relações entre imagem e o lugar onde o jornalista se insere. Imagem e local estão interligados ao que ele enuncia na passagem "e com a legenda que o identifica, de forma institucional, localizando-o geograficamente": "Estar no local do acontecimento noticioso, inscrever sua imagem nele, reforça o lugar da evidência do sujeito que conta, jornalisticamente, uma dada realidade (Pimentel, 2008, p. 112). Esse sujeito não é o repórter, mas um representante, um porta-voz da emissora a que representa.

Em outros termos, na passagem, o repórter fala em nome do meio e também "é" o meio. O mesmo ocorre no restante dos dizeres presentes nas reportagens, nas

notas, nos comentários e nos editoriais. Ademais, é preciso destacar ainda que, "entre as diversas forças sociais envolvidas" na constituição daquilo que será noticiado, estão, além da própria emissora, anunciantes, políticos que, direta ou indiretamente, participam da "intensa negociação simbólica" que envolve a produção de notícias, reportagens e outros.[14]

Podemos dizer que, para a AD, o discurso telejornalístico apresenta uma autoria que não só é silenciada para o telespectador, mas também não é assumida por nenhum dos sujeitos envolvidos. "Estes precisam acreditar que o dizer formulado tem existência autônoma, independente[mente] de sua participação interpretativa" (Pimentel, 2008, p. 104). Todo esse processo inserido nas condições de produção do discurso telejornalístico nos leva ao conceito pecheutiano de porta-voz. Conforme Pêcheux (1990), a figura do porta-voz surge com os movimentos de resistência, no bojo das revoluções desde o século XVII, marcadas por quebras de rituais e por transgressões de fronteiras, em um questionamento da ordem.

O porta-voz surge como um ator visível e concomitantemente testemunha ocular do acontecimento, sendo que o efeito exercido por ele ao enunciar "em nome de..." é, em primeira instância, um efeito visual (Pêcheux, 1990). Ao se deixar ser visto, o porta-voz se expõe ao poder por ele afrontando e fala em nome dos que representa ao mesmo tempo em que também está sob o olhar desses representados. "Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um 'nós' em formação e também em contato imediato com o adversário exterior" (Pêcheux, 1990, p. 17).

Também em relação aos movimentos de resistência, Conein (2016), ao comentar sobre sua leitura dos arquivos da Revolução Francesa para descrever um acontecimento político, afirma que os documentos relacionados a esses levantes populares, aos revolucionários e às insurreições se caracterizam como "atos enunciativos de retomada do tipo porta-voz". Nestes, agentes políticos fazem discursos públicos "*para* e *sobre* o povo, enunciam demandas de ação *em nome* do povo, lhe atribuem ações e as relatam,[15] e o descrevem como agente coletivo em movimento" (Conein, 2016, p. 87, grifos do autor). Em outros termos, esses agentes enunciativos falam "*por* e *em nome de*" (Conein, 2016, p. 87, p. 1).

[14] No decorrer deste trabalho, voltaremos a discutir essa questão da produção de notícias.
[15] Essa particularidade será analisada com mais profundidade adiante.

Trazendo essas considerações para nosso objeto de estudo, podemos depreender que tanto os apresentadores do *JN* quanto seus repórteres atuam na posição de sujeitos porta-vozes, falando "por e em nome de". Pimentel (2020, p. 238) faz um "desvio" nessa figura e coloca o apresentador como "porta-voz da realidade", o qual é caracterizado por uma contradição, pois, ao mesmo tempo em que constrói um consenso para o público, constrói a autoridade sobre a realidade. Porém, em nossa interpretação, esse funcionamento não se aplica apenas aos apresentadores, mas aos telejornalistas quando se unem seus enunciados e a sua imagem – gerando uma nova materialidade.

Essa particularidade nos leva a analisar que as tais "forças" envolvidas nas condições de produção dos dizeres estão situadas dentro de uma ou mais Formação/ões Discursiva(s) (FD), a(s) qual(is), por sua(s) vez(es), está(ão) inserida(s) dentro de uma Formação Ideológica (FId). Conforme Pêcheux e Fuchs (2014 [1975]), a ideologia deve ser caracterizada por uma materialidade específica articulada sobre a materialidade econômica; ou seja, o funcionamento da ideologia deve ser visto como "determinado em última instância" pela economia, uma vez que é *uma das condições das relações de produção* inerentes a essa base econômica (Pêcheux; Fuchs, 2014, p. 162, grifos nossos).

O funcionamento da instância ideológica consiste no que se convencionou designar *interpelação* ou assujeitamento do sujeito ideológico. A interpelação ou assujeitamento, é "a modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à *reprodução das relações de produção* (Pêcheux; Fuchs, 2014, p. 162). Este assujeitamento consiste em fazer com que os sujeitos sejam conduzidos, sem se darem conta disso e pensando estar no pleno exercício de sua livre vontade, a ocupar seu lugar em uma das duas classes sociais antagonistas do modo de produção. Como explicam os autores, essa reprodução das relações de classe é assegurada pelos aparelhos ideológicos de Estado (AIEs), conforme Althusser (1980), que colocam em jogo práticas associadas a lugares ou relações de lugares, que remetem às relações de classe. Em determinados momentos históricos, as relações entre as classes (a luta de classes) são marcadas por confrontos, mesmo internamente aos AIEs. Tais confrontos de posições políticas e ideológicas não são constitutivos da maneira de ser dos indivíduos, mas organizados em formações que mantêm relações de aliança ou de dominação. Com base nisso, Pêcheux e Fuchs (2014) lançam mão do termo

formação ideológica para caracterizar um elemento – a luta nos aparelhos – capaz de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica de uma formação social (Pêcheux; Fuchs, 2014,).[16] Cada formação ideológica forma um conjunto complexo de atitudes e de representações ligadas a *posições de classes* que, por suas vezes, estão em conflito entre elas. Isso leva à questão da relação entre ideologia e discurso.

Segundo ambos, as formações ideológicas necessariamente mantêm em seu interior uma ou várias formações discursivas que estão interligadas. Estas FDs determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma determinada posição em uma determinada conjuntura (Pêcheux; Fuchs, 2014). Ou seja, em uma certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico e inscrita numa relação de classes.

> [...] o ponto essencial aqui é que não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) de construções nas quais essas palavras se combinam, na medida em que elas determinam a significação que tomam essas palavras: [...], as palavras mudam de sentido segundo as posições ocupadas por aqueles que as empregam. Podemos agora deixar claro: as palavras "mudam de sentido" ao passar de uma formação discursiva a outra (Haroche; Pêcheux; Henry ([1971] 2020], p. 34).

Em outros termos: toda formação discursiva deriva de *condições de produção* específicas, identificáveis a partir de uma posição dada numa conjuntura. Neste sentido, compreende-se que "a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos", conforme afirma Althusser (1980). No entanto, na interpretação de Pêcheux e de Fuchs (2014), esta lei constitutiva da *Ideologia* nunca se realiza por completo, mas por meio de um conjunto complexo de formações ideológicas, que desempenham, em cada fase da luta de classes, uma função desigual na reprodução e na transformação das *relações de produção*. Por esta razão, ao mesmo tempo em que as FDs estão inseridas em FIDs e as compõem, elas também interferem nessas formações ideológicas. Ou seja, uma FD existe no interior de determinadas relações de classes (Pêcheux; Fuchs, 2014).

Uma FD é capaz de fornecer elementos que se integrarão em novas FDs, constituindo-se em novas relações ideológicas, que colocam em jogo novas formações ideológicas. Pêcheux e Fuchs consideram que o ponto da exterioridade de uma formação ideológica em relação a uma formação discursiva se traduz no próprio

[16] Esta discussão já havia sido feita por Haroche; Pêcheux e Henry ([1971] 2020].

interior da formação discursiva: ela designa o efeito de elementos ideológicos não discursivos, representações, imagens ligadas a práticas, numa determinada FD. No interior discursivo, há uma defasagem entre as formações discursivas, sendo que uma serve de matéria-prima para a outra (Pêcheux; Fuchs, 2014).

Em suma, neste trabalho, caberá identificar as FDs imbricadas nesse processo, até mesmo para responder às perguntas anteriores e apontar uma possível ideologia dominante no discurso posto em circulação pelo *JN* e os recortes dos dizeres de Bolsonaro feitos pelo telejornal.

1.1 O PROCESSO DISCURSIVO

Ainda em Pêcheux (2014a), temos que o discurso deve ser remetido às relações de sentido nas quais é produzido: um discurso remete a outro, podendo ser uma resposta direta ou indireta "ou do qual ele 'orquestra' os termos principais ou anula argumentos" (Pêcheux, 2014a, p. 76). Em outros termos, pode-se dizer que o processo discursivo não tem início, mas que todo processo discursivo remete a outro, "ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando evoca" o fenômeno anterior, ou seja, o discurso já formulado faz retornar este discurso, no qual um acontecimento era alegado, com "deformações" advindas da situação atual e da qual pode tirar proveito (Pêcheux, 2014a, p. 76).

No caso do objeto específico desta tese, apesar de a pandemia de Covid-19 ser um evento sem precedentes, os dizeres postos em circulação pelo *Jornal Nacional* remetem a outro(s). Isso equivale dizer que todo discurso retoma o pré-construído, o já-dito: a memória discursiva.

> A memória discursiva é o que (por sua relação com uma memória histórica) "face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível" (Pêcheux, 1999, p. 52).

A memória discursiva, segundo Orlandi (2009, p. 31), "está na base do dizível. Partindo dessa premissa, apresentam-se as perguntas de pesquisa finais: (IV) quais são os possíveis efeitos de memória que atravessam os dizeres do *JN* e os enunciados de Bolsonaro enquanto discurso relatado pelo telenoticiário?; (V) quais

são as divergências e convergências entre os discursos do *JN* e de Bolsonaro?; e (VI) quais recursos são utilizados pelo *JN* para marcar as possíveis divergências e convergências?

Em face do exposto, esta pesquisa tem como objetivo geral (I) analisar como se processa a política do silêncio (enquanto silêncio constitutivo e silêncio local) nos discursos do *Jornal Nacional* em materialidades relacionadas direta e indiretamente à pandemia de Covid-19, tendo como ênfase o silêncio local, o qual atua na interdição da inscrição do sujeito em determinadas formações discursivas. Da mesma forma, objetiva-se analisar se, mesmo *recortados* pelo telenoticiário, os dizeres do ex-presidente também tiveram como fim silenciar localmente, uma vez que a censura funciona "do lado da opressão" (Orlandi, 2007a).

"Manifestação mais visível" da política do silêncio (Orlandi, 2007a, p. 74), o silêncio local tem como característica promover a interdição do dizer e, consequentemente, atuar na interdição, na proibição de sentidos por meio da proibição de determinadas palavras. Não é fato da consciência daquele que fala. Mas um fato discursivo produzido nos limites de FDs que se correlacionam (Orlandi, 2007a.).

Trata-se da produção do interdito, daquilo que é proibido (Orlandi, 2007a). Dito diferentemente, se uma FD determina aquilo que pode e deve ser dito, como é sabido por meio de Haroche, Pêcheux e Henry (2020), o silêncio local vem em seu oposto, estabelecendo uma relação de forças em que configura o que não deve e não pode ser dito pelo sujeito (Orlandi, 2007a).

Como, no discurso, sujeito e sentido são constituídos concomitantemente, ao proibirem determinadas palavras com vistas a proibir certos sentidos, o silêncio local impede, ou seja, interdita o sujeito de ascender a certos lugares, a certas posições (Orlandi, 2007a). Ao ser concebida dessa forma, a censura pode ser compreendida como a "interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas", afetando-o enquanto sujeito-do-discurso e atuando no processo de identificação (Orlandi, 2007a). Em nosso gesto de interpretação, como mostraremos no capítulo 7, consequentemente, o silêncio local interfere ainda nos processos de identificação/desidentificação e de contraidentificação do sujeito com determinada FD. Utilizamos identificação/desidentificação por nos identificarmos teoricamente com o defendido por Indursky (2008, p. 5). Para esta autora, desidentificar-se implica que o

sujeito não está identificado com uma determinada FD pois, "[...] de fato, este mesmo sujeito já identificou-se com uma outra formação discursiva". Em outras palavras, isso equivale a dizer que se o sujeito do discurso desidentifica-se de uma determinada FD é porque inconscientemente este já está identificado com outro domínio de saber. Ou seja, com outra FD. Isso equivale a dizer que consideramos que a identificação e a desidentificação não são processos diferentes, mas funcionamentos que acontecem simultaneamente.

Voltando aos objetivos desta tese, por meio do dispositivo teórico-metodológico da Análise de Discurso (AD), secundariamente se busca identificar os pressupostos históricos que conformam a(s) formação(ções) discursiva(s) que determina(m) o que pode e deve ser dito no *Jornal Nacional*. Para identificar *o que pode e dever ser dito* pelo *JN*, será necessário analisar o enunciado pelos sujeitos-repórteres, o enunciado pelos sujeitos-apresentadores e pelos sujeitos-entrevistados, e até mesmo os enunciados do então presidente Jair Bolsonaro enquanto discurso recortado e relatado pelo telenoticiário. Essa mesma identificação do contexto histórico-social será base para identificar possíveis efeitos de sentido presentes nos dizeres postos em circulação pelo *JN*.

Partindo do princípio de que sujeitos trabalham, em seus dizeres, com a "re-significação [...] sobre o que já foi dito" (Leandro-Ferreira, 2001, p. 18), o trabalho terá ainda como fim identificar quais as formas em que a memória se materializa nos dizeres veiculados pelo telejornal, se em forma de pré-construído, de discurso transverso, de repetição e/ou interdiscurso (Indursky, 2011), conceitos cruciais da AD que serão abordados no capítulo 5.

1.2 O QUE E POR QUE DIZER

Esta pesquisa se justifica por sua contemporaneidade, por sua urgência temática, por seu ineditismo e por apresentar aportes aos estudos em AD e em comunicação/jornalismo. Conforme será mostrado adiante, há uma gama de pesquisas, notadamente dissertações e teses, que têm o *Jornal Nacional* como objeto. Dessas, consideramos relevantes e necessários de serem mencionados inicialmente os trabalhos de Sá (1992), Almeida (2006), Pimentel (2008) e Fabbri Júnior (2019). Porém, embora haja uma gama variada de pesquisas, há uma carência das que

analisam o telenoticiário tendo como base o silêncio sob o ponto de vista da Análise de Discurso. Dos autores supracitados, apenas Pimentel (2008) e Fabbri Junior (2019) o fazem. Ademais, devido à contemporaneidade da Covid-19, são ainda parcas as pesquisas que têm como tema a cobertura do *Jornal Nacional* sobre a pandemia.

Primeiramente, é mister atentar à importância do telejornal, cujos índices de audiência o colocam como o mais assistido do país, como já citado, particularidade que se acentuou durante a pandemia. Na semana do dia 16 a 22 de março de 2020, a audiência do *Jornal Nacional* atingiu 37 pontos na Grande São Paulo (cada ponto equivale a 203 mil pessoas). À época, o índice foi o mais alto dos últimos nove anos.

Já no Rio de Janeiro, a média do noticiário foi de 38 pontos, recorde dos últimos oito anos (Padiglione, 2020). Em outros termos, ainda que não se possa atribuir um motivo específico para esse aumento, é preciso atentar que, à época em que houve a aferição, o país tinha registrado o primeiro caso da doença havia quase um mês (em 26 de fevereiro) e, em 17 de março, o Ministério da Saúde tinha confirmado a primeira morte por Covid-19 no Brasil. A vítima, um homem de 62 anos que estava internado em um hospital particular e que tinha comorbidades.[17] Tais fatos históricos foram noticiados pela mídia, que iniciou sua cobertura sobre o avanço da doença no país o que, consequentemente, incorreu em uma elevação na audiência.

A audiência deve ser entendida não apenas como aceitação por parte do público, mas como sinônimo de sucesso e como parâmetro para anunciantes. Ademais, mesmo que se a audiência também for parcialmente composta por detratores, isso não é medido pelos índices. Discursivamente, podemos dizer que, com a elevação da audiência, mais sujeitos foram interpelados ideologicamente, mais sujeitos passaram pelos processos de identificação, de desidentificação ou de contraidentificação em relação aos dizeres postos em circulação pelo noticiário.

[17] Em junho, Rosana Aparecida Urbano, de 57 anos, seria identificada como a primeira pessoa a morrer de Covid-19 no Brasil. Diarista, ela morreu no Hospital Municipal Doutor Cármino Caricchio, no Tatuapé, um dos principais distritos da Zona Leste de São Paulo. Ela havia sido internada um dia antes, quando visitava a mãe, que já estava internada. Diabética e hipertensa, Rosana morreu após uma parada cardiorrespiratória. No dia 30 de abril de 2020, o resultado de um exame, material colhido no dia da morte, comprovaria que ela estava com Covid-19. No entanto, na época, ela morreu sem esse diagnóstico, já que o exame saiu 40 dias depois. A mãe de Rosana, dona Gertrudes, morreu três dias depois, também de Covid-19 (Martins; Roxo, 2020). A morte de ambas reflete a forma como a epidemia de Covid-19 afetou sobretudo os mais vulneráveis. Primeiramente, ocorreu anteriormente ao óbito oficialmente registrado como o primeiro no país, em que a vítima estava internada em hospital particular. Em segundo plano, foram mortes não notificadas oficialmente pelas autoridades de saúde. O quadro é agravado ao considerar que, embora tenha chegado ao país trazido pelas elites, o coronavírus, ao que tudo indica, provocou as primeiras mortes em meio à classe trabalhadora.

No mesmo período citado, iniciava-se o isolamento social em várias partes do Brasil: a primeira unidade da Federação a decretar a medida foi o Distrito Federal, em 11 de março – mesma data em que a Covid-19 foi considerada, pela OMS, como uma pandemia. Na capital federal, foram suspensas as aulas na rede pública e privada inicialmente por cinco dias, o que acabou sendo prorrogado. Em seguida, suspendeu-se o atendimento ao público em comércios. Na semana seguinte, nos dias 16 e 17 de março, ações semelhantes foram adotadas em São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente.

Concorrem também para corroborar a urgência temática e a contemporaneidade da pesquisa os dados referentes à própria pandemia. Ainda em março de 2020, o Escritório das Nações Unidas de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) já anunciava que, nos 75 anos de existência da ONU, nunca havia ocorrido uma crise de saúde de tamanha envergadura:

> A COVID-19 está causando um impacto sem precedentes em todo os países, tanto em termos de estimular a ampliação da prontidão e resposta da saúde pública e proteção de populações vulneráveis, quanto em termos da necessidade de mitigação de grandes impactos sociais e econômicos (OCHA, 2020, p. 7).

O que era apenas uma previsão foi confirmada com o passar dos meses. Em 2021, o relatório *Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo,* publicado pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e outros organismos das Nações Unidas, além da Organização Mundial da Saúde (OMS), demonstrou o crescimento da fome no mundo no primeiro ano da pandemia. O recrudescimento se deu tanto em números absolutos quanto proporcionais, chegando a superar o crescimento populacional: as estimativas são que 9,9% de todas as pessoas tenham sido afetadas pela fome em 2020, contra 8,4% em 2019 (Relatório […], 2021.).

A crise da fome atingiu com mais força os territórios em que há um grande número de vulneráveis: 418 milhões no continente asiático, 282 milhões no africano e 60 milhões na América Latina e no Caribe, sendo que o aumento da fome foi maior na África, onde a chamada prevalência chegou a 21% da população – mais do que o dobro do restante das regiões.

O quadro atinge contornos ainda mais fortes quando se atém à desigualdade de gênero: em 2020, para cada 10 homens com insegurança alimentar, havia 11

mulheres (contra 10,6 em 2019). Em relação às crianças, as estimativas são de que mais de 149 milhões de menores de cinco anos estavam com desnutrição crônica, mais de 45 milhões estavam com desnutrição aguda e 39 milhões estavam acima do peso. Uma das causas era o alto custo dos alimentos (Relatório […], 2021).

No Brasil, o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 demonstrou que 19 milhões de brasileiros passaram fome no último trimestre de 2020, sendo que 55,2% dos domicílios (116,8 milhões de pessoas) conviveram com algum grau de insegurança alimentar no período. Nove por cento estiveram em insegurança alimentar grave – termo cujo sentido é passar fome (Gandra, 2021).

Embora importantes para dar uma dimensão do que o mundo vive, dados estatísticos, apesar de aparentemente se revestirem de verdade, não expressam a dimensão humana da crise. Tanto no que diz respeito às questões sociais e econômicas quanto no que se refere ao número de vidas perdidas, pois "se a matemática ajuda a contar os mortos, ela diz pouco sobre os mortos que contam. E menos ainda sobre quem são os mortos que contam" (Dias, 2020, p. 78).

Ademais, os números não demonstram – ou melhor dizendo, sob o ponto de vista da AD, silenciam – que todo esse quadro causado pela pandemia não consiste em uma ruptura, mas num *continuum* de uma crise do capitalismo. O modelo de relação social capitalista, baseada na detenção dos meios de produção por poucos e a consequente exclusão da maioria, forçada a manter seu sustento por meio da venda da sua força de trabalho mesmo durante a pandemia, é a causa de todo esse quadro: "O modo de produção capitalista é a crise" (Mascaro, 2020, p. 5).[18]

Impedidos de manter-se isolados, para evitar o contágio do coronavírus, esses sujeitos foram obrigados a enfrentar transportes precários, superlotados, o que facilitou a propagação do vírus (Mascaro, 2020). Muitos deles foram as primeiras vítimas a morrer da doença, transmitida por seus patrões. Quando não foram obrigados a trabalhar, mantiveram-se em casas apertadas, em barracos, o que os impediu de isolar-se dos demais membros da família.

> A desigualdade tem muitas dimensões e a pandemia escancara as nossas. Ela chegou ao país de avião, por meio de pessoas da elite que estavam no estrangeiro e voltaram contaminadas — tanto que os primeiros dados incidem sobre os bairros mais nobres. Mas o que está

[18] Esse tema será aprofundado no decorrer deste trabalho.

> acontecendo agora é que o vírus chegou com força nas periferias, nos subúrbios, nas comunidades e favelas […] (Schwarcz, 2020, p. 4).

Esses impactos socioeconômicos da pandemia, as questões de coesão social, os conflitos, a desigualdade, a violência de gênero, etc. advindos da crise, além da questão da saúde, corroboram a urgência de analisar, sob os mais variados aspectos, a pandemia de Covid-19, trabalho que vem sendo feito em várias frentes.

2 DIZERES DAS PESQUISAS

Até por sua importância e longevidade, o *Jornal Nacional* e a Rede Globo de Televisão já foram objeto de vários trabalhos: sejam pesquisas científico-acadêmicas, ancoradas em vários referenciais teóricos e metodológicos, as quais resultaram em artigos, dissertações, teses e/ou livros, sejam obras escritas por jornalistas reconhecidos, as quais, mesmo apresentando certa cientificidade, não constituem pesquisas científico-acadêmicas.

A despeito da quantidade de estudos que versam sobre o principal telejornal do país e independentemente da metodologia de pesquisa ou abordagem que os autores tenham adotado, o certo é que o *Jornal Nacional* ainda instiga pesquisadores. Nota-se que ainda há um campo aberto de pesquisa no que diz respeito a este objeto que, segundo pesquisadores como Porto, Neves e Lima (2019), hodiernamente tem sofrido uma quebra de hegemonia.

Em um estudo em que lançam luz sobre o papel da emissora e do telejornal nas eleições de 2018, esses pesquisadores apontam que foi semelhante o tratamento dispensado pela Rede Globo e pela Rede Record a Fernando Haddad e a Jair Bolsonaro. Porém, a emissora carioca e seu principal jornal perderam espaço para a segunda maior empresa de TV do país, a Rede Record, que apresentou um alinhamento maior com Bolsonaro, fenômeno que seria sintoma de uma crise mais profunda:

> O surgimento de uma nova forma de paralelismo político entre a Rede Record e um candidato de extrema direita revela a inabilidade de instituições tradicionais de construir e disseminar consensos políticos. Em particular, o bloco histórico e o sistema político construídos entre a redemocratização de 1985 e ascensão do Partido dos Trabalhadores à presidência em 2003 passa a enfrentar grave crise política a partir dos protestos de 2013 e da forte polarização nas eleições presidenciais de 2014. De acordo com esta interpretação, a ascensão de Bolsonaro à presidência revela não só uma crise da esquerda em geral e do PT em particular, mas também uma crise relativa do poder da Rede Globo, dos partidos tradicionais (principalmente PSDB e PMDB) e da Igreja Católica no estabelecimento de consensos culturais e políticos. **Assistimos a reordenamentos importantes nos sistemas políticos e midiáticos que necessitam ser melhor estudados** (Porto; Neves; Lima, 2019, p. 22, grifos nossos).

Em outros termos, é preciso que a mídia, em particular o *JN*, seja estudada levando em consideração os novos desenhos políticos, a nova configuração

mundial.[19] No que diz respeito ao objeto deste trabalho, apenas, é necessário ainda considerar o suposto declínio da hegemonia da Rede Globo de Televisão no telejornalismo brasileiro, citado pelos autores. Essa necessidade ganha contornos mais contundentes se considerarmos os dizeres postos em circulação em razão do acontecimento pandemia de Covid-19.

Neste capítulo, serão descritas sinteticamente as pesquisas consideradas como mais relevantes para esta tese – e que serão, em maior ou menor grau, também referências a esta. Como forma de sistematização, optou-se por iniciar pelos livros. Muitos deles fruto de pesquisas desenvolvidas em programas de pós-graduação (doutorado) e que se tornaram clássicos dos estudos da comunicação e do jornalismo. É importante salientar que essas obras são citadas no nosso estudo não por estarem inscritas na AD, mas por sua relevância nos estudos sobre (tele)jornalismo no país, por colaborarem para o conhecimento e para a análise do objeto e até mesmo para conhecermos em profundidade quais são as condições de produção do(s) discurso(s) veiculado(s) pelo *JN*, como já dito na Introdução. Não será nosso objetivo aqui analisar os resultados ou fazer juízo de valor destes trabalhos. Porém, no final da remissão, faremos apontamentos das considerações dos autores sob a perspectiva da AD.

Pioneiro nos estudos da recepção[20] no Brasil, *Muito além do Jardim Botânico: um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores* (Lins da Silva, 1985), como o título indica, analisa a influência do telejornal em duas comunidades de trabalhadores: o bairro Lagoa Seca, em Natal (RN), e Paicará, em Guarujá (SP). Resultante da tese de doutorado do autor, a obra aponta as ligações da emissora carioca com o governo federal e reitera o caráter de órgão oficial, serviço prestado por meio de seu telejornalismo.

---

[19] Entendemos como novos desenhos políticos e nova configuração mundial a conjuntura que inclui o crescimento da extrema-direita em todo o mundo; a ascensão do conservadorismo; movimentos como a Primavera Árabe (2010-2011) e as suas consequências; o neoliberalismo e a ameaça da hegemonia estadunidense por países como China e Coreia do Norte. No Brasil, podemos citar as Jornadas de Junho de 2013 e seus efeitos; o golpe parlamentar de 2016; a operação Lava-Jato e a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva; o crescimento da influência neopentecostal na política e a eleição de Bolsonaro, entre outros.

[20] Os estudos da recepção em comunicação tiveram como origem os estudos literários e como teórico inaugural Hans Robert Jauss. Grosso modo, Jauss buscava estudar não os efeitos da comunicação no público, mas se baseava no fato de que o público é que daria sentido à obra. Ou seja, cada um acabaria, de certo modo, criando uma obra distinta (Martino, 2017). "A Teoria da Comunicação em Jauss funda-se sobre uma teoria do conhecimento entendida como a mediação entre a consciência individual e as estruturas sociais ao seu redor. A recepção é o conhecimento das condições de relação entre o texto e o leitor" (Martino, 2017, posição 3069).

A pesquisa de Lins da Silva (1985) contou com entrevistas dos moradores, líderes sindicais e de funcionários das organizações Globo, como editores e pauteiros. Os objetivos eram compreender como os trabalhadores recebiam e interpretavam as notícias veiculadas no *JN*, assim como o contexto em que a recepção acontecia, e compreender como cada notícia era apreendida pelos indivíduos.

As relações da emissora com o governo, sobretudo no período da ditadura militar, são analisadas em *A história secreta da Rede Globo*, parte da dissertação de mestrado de Daniel Herz (1987), também jornalista, pela Universidade de Brasília. Herz lançou mão de documentos oficiais para narrar e analisar fatos. Desta forma, elevou a confiabilidade de suas denúncias e, conforme Melo (2007), municiou-se contra as refutações dos atingidos. Entre as denúncias feitas por ele está uma manobra no Congresso, em plena ditadura militar, para que Roberto Marinho criasse a emissora com recursos estrangeiros (do Grupo *Time-Life*), o que infringia o artigo 160 da Constituição de 1946.[21] Além dessa denúncia, ele cita como o próprio fundador da emissora atuava na decisão do que seria exibido nos telejornais.

Escrito em forma de diálogo, o caso retrata Marinho, ao telefone, repreendendo Luís Carlos Cabral, então diretor regional de jornalismo da Rede Globo no Rio, por a TV ter veiculado projeções de que Leonel Brizola seria eleito governador do Rio de Janeiro, em 1982, pelo PDT:

> O dr. Roberto, que é "doutor" unicamente pelo poder que desfruta, nesse momento, descia das alturas do seu cargo e despia-se da postura de estadista que ostenta em público para advertir um funcionário. E o que Roberto Marinho reclamava era o descumprimento de um plano maquiavélico: a divulgação de informações internacionalmente distorcidas sobre o processo de apuração das eleições. Há muitas evidências de que esse comportamento da Globo ocorreu em vários estados, seguindo um plano nacional para fraudar as eleições (Herz, 1987, p. 14).

O episódio é apenas um, dos vários citados pelo jornalista, que defende que a intervenção da emissora avançava para a colaboração ativa nos processos eleitorais, inclusive por meio de fraudes (com a participação da Proconsult, empresa de contagem dos votos).

[21] Esse tema, também explorado por Lins da Silva (1985) e Amorim (2015), entre outros, será aprofundado adiante.

A obra de Herz (1987), até hoje significativa, figura em livros posteriores, como *Mídia – teoria e política* (Lima, 2012), da área da Teoria da Comunicação, também fundamental para os estudiosos da mídia no país como um todo, em particular, do jornalismo praticado pela Rede Globo e pelo *Jornal Nacional,* independentemente de área de estudo e de corrente teórica e metodológica. O livro traz, especificamente em relação ao objeto desta tese, análises sobre os discursos da Rede Globo e a transição para a democracia (1982-1985); uma hipótese sobre o primeiro turno da eleição presidencial de 1989, um estudo de caso sobre o telejornal *DF-TV* e uma análise comparada entre o *Jornal Nacional* e o *Jornal da Record* (Lima; Guazina, 2012).

No primeiro, o objetivo é compreender as relações da mídia com a política, tendo como base teórica os estudos de Antonio Gramsci sobre hegemonia. São analisados fatos como as eleições de 1982, no Rio de Janeiro – supramencionadas, em que Lima (2012) não apenas reforça como amplia as informações de Herz –, as greves de Paulínia e no ABC Paulista, ocorridas no ano seguinte, e a campanha das Diretas Já, em 1984. Ao final, o autor observa que é necessário levar em conta o papel político de legitimação da Rede Globo quando do regime autoritário (1964-1980).

Sobre a intervenção da emissora nas eleições do Rio de Janeiro, em 1982, é reforçada a tese de que a Globo estaria envolvida em um esquema para fraudar o resultado eleitoral – na tentativa de dar a vitória a Moreira Franco (do PDS, antigo ARENA), candidato dos militares. Este episódio é o mesmo supracitado, com base em Herz (1987), sobre a Proconsult.

No caso da cobertura das greves, Lima (2012) constata que jornalistas passaram a trabalhar de acordo com o que "agradaria" a Roberto Marinho, o que, por sua vez, "agradaria" ao regime. Noticiavam, mas encaixavam as matérias nos padrões do patrão. Com isso, a cobertura foi contrária aos trabalhadores. Por fim, na campanha das Diretas Já, o papel de emissora foi de "*distorção*, *omissão* e *promoção* de informação:

> Mesmo enfrentando a hostilidade crescente de populares contra seus carros de reportagem e contra seus principiais atores, e mesmo correndo o risco de perdas de audiências e credibilidade, a Rede Globo manteve um quase silêncio por 90 dias e só iniciou a cobertura da campanha quando uma nova configuração do "bloco histórico", articulada com a participação direta de Roberto Marinho, estava assegurada em torno da liderança de Tancredo Neves, com ou sem eleições diretas (Lima, 2012, p. 177).

Com isso, segundo Lima (2012), a Rede Globo foi alçada ao lugar de "'agente legitimador' do poder político" e manteve sua hegemonia naquilo que foi chamado "Nova República".

Também fruto de tese, *Televisão e política no Brasil: A Rede Globo e as interpretações da audiência* (Porto, 2007) centra-se nos estudos da recepção – supracitados – e promove acréscimos às pesquisas sobre o objeto *JN* por apresentar a visão do sujeito-jornalista, já que profissionais da emissora foram entrevistados pelo pesquisador, uma lacuna à época a ser preenchida nos estudos da área no país.

Foram entrevistados Evandro Carlos de Andrade, então diretor da Central Globo de Jornalismo; o apresentador William Bonner e Mário Marona, à época (1999), chefe do Departamento de Jornalismo em Brasília.

No livro, o autor discute abordagens teóricas de várias áreas de pesquisa, incluindo a Teoria da Comunicação – propondo um enfoque integrado. Partindo de reflexões sobre cidadania, psicologia política e efeitos da mídia, ele sugere o modelo ao qual designa de *controvérsias interpretativas*, base da pesquisa empírica sobre televisão e política desenvolvida no Distrito Federal.

Em relação à construção do marco teórico, o autor adverte na obra que antes é mister "ultrapassar a visão tradicional sobre o papel da mídia, geralmente definida como 'fonte de informação'" (Porto, 2007, p. 106). Isso implica deixar de lado o conceito de objetividade, que defende que a imprensa deva relatar os fatos de maneira neutra,[22] sem que jornalistas e proprietários interfiram na produção de notícias. Em outros termos: os meios de comunicação não têm um papel informativo, pois são mediadores de discursos de grupos organizados:

> Neste livro, eu proponho modificar o ponto de vista tradicional que define a mídia como fonte de informação, enfatizando seu papel na mediação de disputas sobre a **interpretação da realidade**. Para este objetivo, é útil pensar a televisão como uma arena na qual certas "controvérsias interpretativas" são estabelecidas (Porto, 2007, p. 106, grifos nossos).[23]

Finalizada a pesquisa de conteúdo, Porto (2007) iniciou a pesquisa de campo, visando a saber como variáveis relacionadas ao conteúdo da mídia afetam a interpretação de temas e eventos políticos dos espectadores. Quando é apresentado apenas um lado da discussão sobre determinado tema, um número maior de pessoas

[22] O tema tem relações com o chamado mito da imparcialidade.
[23] A interpretação da realidade feita pelo jornalismo será debatida a seguir.

acompanha o mesmo enquadramento apresentado pela notícia. O mesmo não ocorre quando as pessoas são expostas a diferentes interpretações, ouvem várias opiniões sobre os temas e têm acesso a visões alternativas, que podem ser "atalhos" para levar ao desenvolvimento de entendimentos mais variados sobre temas públicos.

> O fato de que o *Jornal Nacional* frequentemente apresenta um ponto de vista e que esta interpretação é, em geral, aquela promovida pelo governo, tem importantes consequências para o processo mediante o qual os membros da audiência fazem sentido do mundo da política. Em ambientes comunicacionais como este, os cidadãos têm acesso a um conjunto muito restrito de enquadramentos que podem ser usados como "atalhos". Alguns dos participantes dos experimentos identificaram esta tendência do *Jornal Nacional* de promover uma interpretação específica, sem deixar muito espaço para a audiência pensar por si mesma sobre as diferentes alternativas (Porto, 2007, p. 240-241).

Em resumo: a pesquisa apontou que alguns dos telespectadores percebem o propósito do telejornal, sendo que outros ressaltaram até mesmo o fato de a cobertura do *JN* não apenas promover um enquadramento específico, mas que este é do interesse do governo e de outros grupos importantes.

O quarto poder – uma outra história (Amorim, 2015), supracitado, apesar de não ser científico-acadêmico, deve ser lembrado por apresentar documentos, relatar fatos, conter entrevistas e até mesmo reproduzir textualmente diálogos relacionados ao Grupo Globo e ao *Jornal Nacional* – tendo até mesmo como um dos interlocutores o patriarca Roberto Marinho. Sua relevância para este trabalho centra-se no fato de ser mais uma fonte na tarefa de definir o contexto histórico em que surgiu e reside a emissora e o objeto e por propiciar subsídios para apreender sobre a formação ideológica e as respectivas formações discursivas que concorrem para o que pode e deve ser dito nos dizeres mobilizados pelo noticiário.

Entre esses subsídios, além dos já citados casos de fraude nas eleições de 1982, no Rio de Janeiro, e a ligação com o Grupo *Time-Life*, destaca-se o socorro do Governo Federal, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), prestado ao Grupo Globo, em março de 2002. À época, a *Net,* antiga Globocabo, havia entrado em concordata, mas, por meio do BNDES, foi oferecido um crédito de R$ 281 milhões à empresa, porém, sem a obrigação de ressarcimento ao banco – que, com isso, passou a ser o segundo maior acionista da *Net,* com 22%. O

“negócio” chegou a ser criticado por Victor Civita, da Editora Abril; por Silvio Santos, do SBT; e pelo vice-presidente da Rede Bandeirantes, Antônio Teles.

Como a empresa não pagou e seguiu em dificuldades, mudou de opinião mais uma vez e, antes contra, passou a ser a favor de aprovar no Congresso uma Proposta de Emenda à Constituição permitindo a entrada de capital estrangeiro nas empresas de comunicação. A PEC foi aprovada, mas, mesmo assim, nenhuma empresa se interessou pelo negócio. “Foi como dobrar a dose de mercúrio cromo de um paciente internado na UTI. No fim, esse episódio serviu para demonstrar a subserviência de FHC e do Congresso à família Marinho” (Amorim, 2015, p. 386-387).

2.1 PESQUISAS EM AD

Esse oficialismo suscita diversos estudos e tem sido objeto de pesquisadores inscritos na AD, que se dedicam a estudar o telejornal. Sá (1992) se concentrou em analisar as condições de produção do telejornal, o que o levou à compreensão de que há um posicionamento político e ideológico da TV Globo voltado à defesa tanto do liberalismo político quanto do liberalismo econômico e ao “apagamento, oposição e desautorização da formação discursiva popular” (Sá, 1992, p. 184). Porém, tal processo discursivo não é monolítico e movimenta o que o autor designa como “vozes” das FDs que constituem a emissora, de acordo com o objeto da matéria.

Já citada, Pimentel (2008) promoveu achegas ao estudo discursivo do telenoticiário ao partir da compreensão da linguagem como ritual, tendo a falha como constitutiva deste e entendendo essa como lugar da resistência da língua e do sujeito. Por meio da análise verbal e imagética do *Jornal Nacional*, do *SBT Brasil*, do *Jornal da Band* e do *Jornal da Record*, o estudo teve como objeto analisar a construção da(s) imagem(ns) do governo Lula. A pesquisadora conclui que a posição-sujeito jornalista é um pré-construído do telejornalismo com o intuito de fazer com que as funções institucionais também sejam eficazes.[24]

Pimentel (2008) analisa ainda a não cobertura de fatos por parte do *JN*, como a seca no Nordeste, próxima à eleição de 1998, para beneficiar Fernando Henrique Cardoso. Segundo a autora, houve um silenciamento como estratégia de governo

[24] A noção de pré-construído será trabalhada logo adiante.

compartilhada pela mídia televisiva e “em especial pela Rede Globo” sob o rótulo de isenção e neutralidade” (Pimentel, 2008, p. 147).

A utilização de um repertório de significados já construídos pelo *JN* em conjunto com o Judiciário no processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff é objeto de Castanheira (2018). No estudo, a pesquisadora aborda o discurso jornalístico como um espaço de disputa simbólico capaz de apoderar-se de estruturas de significado da cultura e investiga a notícia como produto cultural baseado na linguagem afirmando haver uma “negociação” entre a Rede Globo, os jornalistas, o público e o contexto social.

Com base na Teoria da Comunicação e na Análise Crítica do Discurso, Castanheira (2018) conclui que houve uma mudança na “posição-de-sujeito” de Dilma Rousseff na cobertura do *JN* sobre o *impeachment:* “de protagonista dos autos”, ela passa a um lugar secundário na narrativa do telejornal, em que é mostrada repetindo o discurso de vítima de um golpe, mas sem fundamentações precisas quanto aos interesses dos demais políticos neste processo.

Esta prática de adotar silenciamentos se repetiu em 2018, segundo Fabbri Júnior (2019). Desta vez, a política do silêncio foi adotada pelo *JN* em relação às irregularidades na campanha de Jair Bolsonaro e em relação às denúncias feitas por Fernando Haddad sobre o caso (Fabbri Júnior, 2019).

As denúncias se referiam à forma como se deu a (não) cobertura do uso do aplicativo *WhatsApp* nas eleições de 2018. A formalização de denúncia ao TSE feita por Haddad, então candidato à Presidência pelo PT, sobre o uso ilegal do aplicativo por parte de seu adversário, Jair Bolsonaro (então do PSL), por exemplo, foi tratada como parte da agenda do candidato petista, embora o normal seria uma matéria completa. Dias depois, a opção para voltar ao caso foi uma nota coberta – tipo de cobertura “menor”, pois utiliza o enunciado do apresentador, e não do repórter, enquanto são exibidas imagens, não sendo uma matéria completa.

Além das reportagens da época, o pesquisador analisou ainda o *site Memória Globo*, visando a apontar uma regularidade no jornalismo praticado pelo *JN*. Com base no estudo da cobertura do comício pelas Diretas Já, em 1984, e da edição do debate entre Fernando Collor de Mello e Luiz Inácio Lula da Silva, em 1989, a conclusão foi a de que o *JN* seguiu usando as mesmas estratégias do passado, mas

com efeitos distintos, devido às diferentes condições de produção e dos suportes materiais.

A possiblidade de os telejornais articularem vozes tornadas públicas no espaço da mídia e de organizar estratégias de referenciação dos fatos, num processo de construção simbólica a ser captada pela memória social, é uma das premissas adotadas por Almeida (2006). Por meio de um *corpus* constituído por edições dos telejornais exibidos nos dias 11 de setembro de 2001 a 2004, analisados à luz da Análise de Discurso e de estudiosos do jornalismo, a pesquisadora avalia como o telenoticiário "constrói" versão dos fatos, em que há pouca reflexão sobre o contexto e as implicações históricas, o que, segundo a pesquisadora, já colabora para a construção da memória social dos eventos.

Com base na revisão bibliográfica aqui apresentada, conclui-se que os estudos sobre o *Jornal Nacional* são unânimes em colocar o forte papel influenciador que o telejornal possui na sociedade brasileira. Independentemente de base teórica ou procedimento metodológico, mostra-se que, por meio do telenoticiário, o Grupo Globo tem um histórico voltado a dar ênfase a determinados fatos, atenuar a visibilidade de uns ou simplesmente omitir outros – algo comum a toda a mídia, mas que, segundo os pesquisadores citados, no caso específico do grupo, ganha força em razão do protagonismo do *JN*.

No histórico da emissora, nota-se que, quando lhe é conveniente, há o posicionamento oficialista, porém, com o passar dos anos, este, antes explícito, com Roberto Marinho até mesmo determinando suspender reportagens, ou o grupo envolvendo-se em fraudes eleitorais ou posicionando-se claramente contra greves, foi tornando-se menos aparente, mas não inexistente.[25]

Como aparelho ideológico (Althusser, 1980), a Rede Globo é um dos instrumentos por meio dos quais a classe dominante é capaz de exercer e manter sua hegemonia. Isso, trazido para a Análise de Discurso, equivale a dizer que a emissora figura entre os "meios pelos quais a ideologia se materializa em práticas concretas"

[25] Nota-se que nos referimos aqui ao caráter oficialista, de apoio, a governos, prestado pela Rede Globo e pelo *JN*. Esse posicionamento, em determinados momentos da história recente, foi, sim, inexistente. Um exemplo foi a cobertura do telenoticiário sobre os acontecimentos que resultaram no golpe/*impeachment* que resultou na saída de Dilma Rousseff. Naquele período, o papel de apoio ao governo foi inexistente, com o *JN* atuando como forte opositor. Castanheira (2018), citada nesta seção, analisa o papel do *JN* nesse período.

que somente “podem ser operadas por sujeitos e para sujeitos” (Costa; Oliveira; Dorneles, 2020, p. 142).

Essa manutenção da hegemonia é configurada até mesmo pela interdição da circulação de determinados dizeres, interditando, assim, a circulação de sentidos. Uma dessas políticas de silenciamento se deu quando Roberto Marinho proibiu as projeções de que Leonel Brizola seria eleito governador do Rio de Janeiro, em 1982, ou determinou as formas de cobertura das greves de Paulínia e no ABC Paulista (1983) e da campanha das Diretas Já, em 1984. Roberto Marinho, em sua posição-sujeito de dono da principal rede de comunicação do país, atuou como representante (porta-voz) de uma classe, pois enuncia da posição-sujeito e da FD em que está inscrito. Ao mesmo tempo, na posição-sujeito em que ocupava, promoveu um silenciamento local ao impedir a circulação de determinados dizeres. “Trata-se da produção do silêncio de forma fraca, isto é, é uma estratégia política circunstanciada em relação à política dos sentidos: é a produção do interdito, do proibido” (Orlandi, 2007a, p. 74-75).

Em outros termos e parafraseando Orlandi (2007a), Marinho proibiu certas palavras para proibir certos sentidos. Unindo essa colocação ao narrado por Lima (2012;), podemos dizer ainda que, ao agir como tal, Marinho transita no papel de patrão em um quadro em que é determinado seu lugar como tal. Por suas vezes, seus “subordinados” jornalistas, ao noticiarem as greves em Paulínia e no ABC Paulista de acordo ao que “agradava” a Marinho, colocam-se na posição-sujeito empregados e seguem o que determina uma FD dominante. Ambos, patrão e empregados, como defenderemos em capítulos a seguir, têm como FD dominante a FD neoliberal. Porém, em posições-sujeito diferentes.

Em comum, tanto patrão como empregados atuam como “produtores das diferentes instituições sociais” (Costa; Oliveira; Dorneles, 2020, p. 142) e, como lembra Pêcheux (2014a), estão inseridos em um contexto de luta de classe que constitui provisoriamente a posição de dominador. Em comum ainda, todos agem como se tivessem total controle e conhecimento de suas posições, mas a forma como os sujeitos ocupam seus lugares não lhes é acessível.

Ainda com base nas pesquisas citadas, podemos observar que Porto (2007), ao entrevistar os profissionais que “fazem” o *JN*, coloca em circulação dizeres de indivíduos que ocupam determinadas posições-sujeito, como o diretor da Central

Globo de Jornalismo; o apresentador William Bonner, etc. Em seu conjunto, os livros aqui citados nos dão indícios ainda de como se dá a relação ideológica de classes no telejornalismo da Rede Globo e do telenoticiário. Indícios corroborados pelos pesquisadores inscritos na AD.

Sá (1992), por exemplo, defende que o processo de construção do *JN* não é monolítico e mobiliza "vozes" das FDs que constituem a emissora. Com base na análise desse pesquisador, podemos depreender que há, nesse processo, relações de conflito e de aliança entre essas FDs. Como nos mostra Pêcheux (2014a), diversas FDs intervêm nas relações ideológicas de classe (das quais são componentes), combinadas cada vez em formas específicas.

Isso ocorre também na formulação dos telenoticiários, como é analisado por Castanheira (2008) – que, no caso específico da emissora carioca, afirma haver uma disputa entre a própria Globo, leia-se *JN*, objeto da pesquisadora, os jornalistas, o público e o contexto social. Em outros termos, há alianças e disputas entre FDs. As pesquisas apontam ainda uma possível regularidade no que tange à questão do silenciamento – analisado por Pimentel (2008) e por Fabbri Júnior (2019). Do primeiro estudo, depreendemos que a política do silêncio, mais fortemente adotada pelo *JN* do que pelos demais telejornais, uniu tanto o governo FHC quanto a emissora, numa conjunção de práticas de discurso – a política foi adotada por ambos os lados. Do segundo, compreendemos que, ao adotar a política do silêncio, o *JN* beneficiou o então candidato Jair Bolsonaro (à época do PSL).

Nota-se que as condições de produção desses discursos incluem a proximidade das eleições para a Presidência (1998/2018) e, em ambos os casos, os "beneficiados" eram opositores dos candidatos do PT. Ao adotar a política do silêncio, o telejornal impediu que determinados espectadores ascendessem, enquanto sujeitos, a certos lugares, a certas posições, interditando a inscrição desses sujeitos em determinadas FDs.

Neste sentido, além de aportes a esta pesquisa, os trabalhos supracitados também podem ser observados como indicadores de como se deu esse processo de interdição e permitem analisar se o funcionamento da política do silêncio seguiu o mesmo funcionamento na cobertura da pandemia de Covid-19.

Um dos indícios de que esta política foi utilizada em 2020, pelo menos por parte de Bolsonaro, foi a suspensão e o atraso da divulgação dos números sobre a

Covid-19, e a mudança na forma de expor esses índices. Ao negligenciar a divulgação, o governo tentou impor o silêncio local, sob o ponto de vista da AD, limitou os sujeitos no percurso de sentidos e atingiu principalmente os mais vulneráveis (Figueira Sobrinho; Garcia, 2021b). Mas e quanto ao *JN*?

Como dito no início deste trabalho, ao deixar "mais evidente" o lado humano e vulnerável, a pandemia de Covid-19 tem marcado o fim do século XX (Schwarcz, 2020, p. 6). Esse novo contexto mundial tem sido representado por dizeres como os que afirmam que o "Brasil passa pela maior crise sanitária e hospitalar da história" (BRASIL […], 2021, p. 1) ou que a humanidade sofre a "maior crise sanitária mundial da nossa época" (OMS […], 2020, p. 1).

Esses dizeres, postos em circulação pela mídia, entram em contraste com outros, como os que negam a ciência e a própria doença – entre eles, o do próprio chefe do Executivo nacional –, os que defendem a pesquisa e a vacinação e aqueles que insistem em detratá-las. Em outros termos, o acontecimento histórico e discursivo pandemia de Covid-19 traz, em seu bojo, ressignificações, deslizamentos de sentidos, embates entre formações ideológicas antagônicas ao mesmo tempo em que tensiona as fronteiras das formações discursivas.

3 DIZERES DA TEORIA

A exemplo de outros meios midiáticos do país, o *Jornal Nacional* manteve *aparentemente* um discurso de oposição ao presidente Jair Bolsonaro no que diz respeito ao combate à pandemia de Covid-19. Tendo como "asserção de autoridade", para "subsidiar o sentido construído" (FREIRE, 2014, posição 1031-1032), cientistas, profissionais da saúde e a própria Organização Mundial da Saúde (OMS), o telejornal, ao defender medidas como o isolamento social e a vacinação, e ser contrário ao uso de remédios não comprovados no combate à doença, entre outros, mobilizou sentidos em oposição ao chefe do Executivo nacional.

Considerada pela OCHA, como já mencionado, a maior crise sanitária dos últimos 75 anos, a pandemia de Covid-19 se configura, mesmo depois do fim da emergência sanitária, um "objeto de interesse" (Dela Silva, 2008, p. 10) da imprensa mundial, que ainda noticia fatos relativos à crise. Ou seja, por sua relevância, amplitude e alcance na sociedade, a pandemia ainda se configura, também, em um *acontecimento jornalístico*. Porém, é preciso um deslocamento: ao falarmos em *acontecimento jornalístico*, não nos referimos àquele que reside nas teorias da área da comunicação social e/ou do jornalismo: referimo-nos a este considerando as práticas de produção (tele)*jornalísticas discursivamente*. Isso equivale a dizer que consideramos o *acontecimento jornalístico* enquanto meio de circulação de efeitos de sentidos e que estabiliza sentidos aos sujeitos por meio de dizeres, já-ditos e não dizeres (Dela Silva, 2008).

Para a Teoria da Comunicação, as notícias surgem de uma gama de escolhas tomadas pelos profissionais jornalistas. Como destaca Martino (2017), com base em Walter Lippmann (1922?), após presenciar um fato, o jornalista escolhe desde as palavras que utilizará em seu discurso até os aspectos que destacará do todo dos acontecimentos e os transforma em notícia. Em outras palavras, quando determinados detalhes são enfatizados, em detrimento de outros, para a Teoria da Comunicação, "a notícia se torna o veículo de uma representação específica da realidade – não uma distorção deliberada, mas uma necessidade prática" (Martino, 2017, p. 23-24).

No entanto, se para a Teoria da Comunicação essas "escolhas" não seriam uma tentativa de distorção, para a AD, um questionamento tem de ser posto em jogo: por que são feitas determinadas escolhas e não outras? Lançando mão da

provocação feita por Pêcheux (1999), com base no provérbio chinês "'Quando lhe mostramos a lua, o imbecil olha o dedo'. Com efeito, por que não?", propomos: por que não questionarmos por que jornalistas escolhem determinadas palavras e aspectos que destacarão do todo dos acontecimentos, e não outros, para transformá-los em notícia? Isso equivale a questionar: por que determinado termo foi dito, e não outro? Por que se falou desta forma, e não daquela? Por que este fato se tornou notícia, e não aquele?

Com base nisso, podemos apontar que um *acontecimento jornalístico* não é especificamente o fato ocorrido, mas uma 'representação'. Desta forma, é lícito valer-se das palavras de Dela Silva (2008), ao afirmar que

> […] a perspectiva discursiva de estudos da linguagem […] questiona o acontecimento jornalístico enquanto fato e o considera enquanto um acontecimento para o jornalismo ou um acontecimento para a grande mídia, considerados relevantes pela própria imprensa. Enquanto linguagem, o dizer jornalístico não traz consigo o fato, mas um gesto de interpretação […]. A imprensa, mais que simplesmente narrar acontecimentos e servir de suporte para tais narrações, produz sentidos para os acontecimentos que elege como de destaque em um momento dado (Dela Silva, 2008, p. 16).

Seguindo o afirmado no excerto, pode-se concluir que o objeto desta tese não é a pandemia de Covid-19, mas a discursivização dela enquanto acontecimento jornalístico pelo *Jornal Nacional*. Discurso este entrecortado tanto pelos cânones do jornalismo, que determinam o que pode ou não ser notícia,[26] quanto por pré-construídos, por discursos transversos, pelo interdiscurso: ou seja, por modos pelos quais a memória se materializa no discurso (Indursky, 2011), conforme iremos discutir no capítulo 5.[27]

Da mesma forma, reafirmamos, não é objeto desta tese o discurso de Bolsonaro, mas seu discurso relatado pelo *JN*, mesmo quando o próprio então chefe do Executivo era mostrado como "enunciador", como no caso das entrevistas ou da

[26] Entre as várias Teorias da Comunicação, a teoria do *Newsmaking* defende que os jornalistas seguem vários critérios para determinar o que é ou não notícia. Dentre eles, está o critério de noticiabilidade, que seria um "[…] conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de escolher, quotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de factos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias. Quer dizer, a noticiabilidade está estreitamente relacionada com os processos de rotinização e de estandardização das práticas produtivas: equivale a introduzir práticas produtivas estáveis, numa "matéria-prima" (os factos que ocorrem no mundo) que é, por natureza, extremamente variável e impossível de predizer (Wolf, 1999, p. 82).

[27] No capítulo 5, retornaremos a essa discussão.

captura de sons ambiente – o designado "sobe som", no jargão técnico jornalístico. Nessas situações, ainda que a imagem e/ou áudio demonstrem ser Bolsonaro quem enuncia, em nossa interpretação, o artifício funciona como as aspas ou o travessão do discurso direto utilizado pelos meios impressos; ou seja, funciona como citação. Em outros termos, apesar de ser um discurso direto, não dá a este o distanciamento propalado pelos meios midiáticos – incluindo, o *JN*.

> [...] o aspeamento nunca é neutro, mas implica uma tomada estratégica de posição face ao discurso relatado, resultante na aprovação do dito, na sua ridicularizarão ou na sua negação; [faz com que o meio que a usa possa] resguardar-se, protegendo de polêmicas porque "foi o outro quem disse" (Benites, 2002, p. 61).

Da mesma forma, o discurso indireto, em que geralmente a marcação se dá por um verbo de elocução, não necessariamente implica distanciamento, como iremos mostrar ao longo da análise. Ambos, discurso direto e discurso indireto, além do discurso indireto livre, como já dito, são modos de funcionamento do discurso relatado – ou representação do discurso do outro (Authier-Revuz, 2015). Segundo a autora, todo e qualquer discurso apresenta uma heterogeneidade.

Comum a todos os discursos, está a heterogeneidade constitutiva, que designa a presença do Outro em todo discurso. Trata-se da presença do "já-dito", de "outros lugares", de outros discursos que condicionam palavras e nelas ressoam, concepção que remete à teoria bakhtiniana do dialogismo, segundo a qual todo discurso se faz no 'meio do já dito de outros discursos', e ao conceito pecheutiano de interdiscurso, que postula "que todo discurso enunciado por um 'eu' em um dado momento 'fala em outro lugar, antes e independentemente'" (Pêcheux, [1975] 2014b *apud* Authier-Revuz, 1998, p. 135).

Dito de outro modo, a heterogeneidade constitutiva parte do princípio de que todo discurso se constrói a partir de outros discursos. Ou seja, o discurso sempre é heterogêneo em razão da onipresença do outro. No entanto, isto não está acessível ao sujeito, que tem a ilusão de ser a fonte original de seu discurso. Em nossa interpretação, entendemos que o conceito de heterogeneidade constitutiva se aproxima ao conceito de esquecimento n.º 1, de Pêcheux, em conjunto com Fuchs,

(2014). Ou seja, atua no nível do inconsciente e se refere à ilusão subjetiva de que o sujeito está na fonte do sentido e em razão disso se coloca na origem do dizer.[28]

Por sua vez, a heterogeneidade mostrada se refere às vozes que, a princípio, são perceptíveis no fio do discurso e se subdivide em heterogeneidade marcada e não marcada. A primeira se refere à explicitação da voz do outro no fio do discurso e tem como formas mais comuns o discurso direto e o discurso indireto – em que há marcas como verbos de elocução, aspas, travessão e outros. Por sua vez, a heterogeneidade não marcada não apresenta ruptura, e vozes diferentes se juntam. É o caso do discurso indireto livre.

Ou seja, sob o ponto de vista gramatical, o campo do discurso relatado se limita a estas três formas: o discurso direto, o indireto e o indireto livre. No entanto, sob ponto de vista do discurso, esta seria "uma descrição parcial e empobrecedora do discurso outro no discurso", pois existem formas como o discurso direto livre e formas como "segundo fulano; para retomar as palavras de fulano", que também são modos de representação no discurso de um discurso outro (Authier-Revuz, 2004, p. 134-135). Ainda sob o ponto de vista da AD, são consideradas *formas não marcadas* a ironia, a antífrase, a imitação, a alusão, a reminiscência e o estereótipo. Estas últimas são formas não explicitadas por modo unívoco, passíveis de ser identificadas por meio de indícios recuperáveis no discurso por meio do seu exterior (Authier-Revuz, 2004). Ou seja, em nossa interpretação, são formas que se aproximam da heterogeneidade constitutiva.

No caso específico da cobertura da pandemia pelo *JN,* além do funcionamento da representação do discurso outro, a análise se volta ainda à memória enquanto interdiscurso. Conforme Orlandi (2020b): "[…] interdiscurso é todo um conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos" (p. 31). No caso do objeto a ser estudado, a memória se atualiza no discurso quando os sujeitos usaram, entre outros recursos jornalísticos como suítes[29] e, principalmente, por meio do recurso de evocar fatos passados para explicar atuais, no caso, as epidemias e pandemias passadas, como as da gripe A (H1N1) e da gripe espanhola. Mas não apenas isso: o discurso dos jornalistas foi "atravessado" pelo interdiscurso, que disponibilizou "dizeres que afetam o modo como o sujeito [o sujeito-jornalista]

[28] Como sabemos, Pêcheux e Fuchs (2014) formulam ainda o conceito de esquecimento n.º 2, caracterizado pela ilusão subjetiva de que o sujeito controla o sentido daquilo que diz.
[29] Suítes são matérias que mostram o desdobramento de uma matéria já veiculada.

significa em uma situação discursiva dada" (Orlandi, 2020b, p. 29), sem que estes o percebessem.

Parafraseando Pêcheux (2015), é possível afirmar que interdiscurso não seria o efeito integrador da discursividade, mas seu princípio de funcionamento: elementos presentes em uma sequência textual que, funcionando dentro de uma determinada *formação discursiva*, podem ser trazidos, "importados ('meta-forizados')", de uma sequência contida "em outra formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente" (Pêcheux, 2015, p. 158).

Para compreender como o interdiscurso atua no discurso dos sujeitos-jornalistas na posição-sujeito em que se encontram, é necessário contextualizar historicamente a emissora carioca, uma vez que "um discurso institucional não existe sem uma história que o constitui" (Mariani, 1998, p. 70). Ou seja, situar historicamente o objeto é uma exigência da própria AD, que se situa no imbricamento da história, como teoria das formações sociais e suas transformações, entre elas a teoria das ideologias; da linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação e da teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos, atravessadas e concomitantemente articuladas por uma teoria da subjetividade de cunho psicanalítico (Pêcheux; Fuchs 2014).

Ademais, relembrar fatos e o consequente posicionamento midiático é fundamental para identificar e compreender os pressupostos históricos que conformam a formação discursiva em que estes discursos são proferidos, determinando o que pode e deve ser dito (Pêcheux, 2014b).

3.1 HETEROGENEIDADE DISCURSIVA/HETEROGENEIDADE JORNALÍSTICA

Inaugurada em 1965, ano seguinte ao golpe civil-militar que manteve o país sob ditadura até 1985, a Rede Globo se tornou a maior e mais popular emissora do Brasil neste período de 20 anos – posição conquistada graças aos auspícios dos militares. "A identificação entre a Globo e o regime militar era indisfarçável", resume Lins da Silva (1985, p. 31). Esta aproximação seguiu até o final da ditadura e prosseguiu com os governos posteriores até anos iniciais deste século e só foi interrompida quando o país esteve sob comando de governos progressistas.

Também supracitado, Lima (2012) pontua que até 1995 havia unanimidade entre os estudos da área em apontar na trajetória do programa um certo oficialismo e até mesmo subserviência em relação aos diferentes governos brasileiros. Essa unanimidade se arrefeceu com a aproximação do século XXI, com os pesquisadores dividindo-se entre aqueles que consideram ter havido uma mudança na política editorial do *Jornal Nacional*, e no jornalismo da emissora como um todo, tornando-o mais independente, e aqueles que "têm observado que a vocação do *Jornal Nacional* para 'alinhar-se com o governo' (**explicitamente ou por omissão**) em momentos politicamente decisivos continua em vigor" (Lima, 2012, p. 259-260, grifos nossos).

As diferentes conclusões por parte dos estudiosos da comunicação à época, como Lima (2012) bem destacou, apontavam a necessidade de outras análises sobre o telejornal, sobretudo pós-1995, ano em que o então diretor de jornalismo Alberico de Souza Cruz fora substituído por Evandro Carlos de Andrade, o que teria provocado mudanças na política editorial da emissora.

Pesquisas mais recentes têm demonstrado a tendência de alinhamento do grupo e da emissora a governos e candidatos que defendem a ideologia capitalista neoliberal. Dois exemplos são os posicionamentos nas eleições de 1989 e de 2006: "Nas eleições de 2006, a Globo rasgou a fantasia de novo: apoiou sem pudores o candidato do PSDB, Geraldo Alckmin. Foi como em 1989, com Collor. E, de novo, contra Lula" (Amorim, 2015, p. 448).

O mesmo teria ocorrido em 2016, com o golpe/*impeachment* de Dilma Rousseff (PT), rito que recebeu apoio da emissora carioca:

> O pacote dominante interpretativo do Jornal Nacional está em consonância com a produção de verdade do Supremo Tribunal Federal sob a alegação de constitucionalidade do rito do processo de impeachment que seguiu as normas de um regime democrático de 'ampla defesa'. A partir de instrumentos próprios, cada um, mídia e judiciário, tentaram convocar Dilma para assumir uma posição-de-sujeito. Essa convocação foi produzida por um cinismo jurídico-midiático legitimado pela profissionalização do jurídico enviesado pela análise dos decretos e das pedaladas fiscais a partir da Constituição Federal (perspectiva neopositivista da compreensão da justiça no país, sem conferir ao direito sua condição interpretante) e midiático a partir da noção de objetividade, apuração dos 'fatos' e sua função de fiscalizadores do poder público (novamente reconstituem a ideia neopositivista da notícia a partir de seu relato da realidade) (Castanheira, 2018, p. 187).

Fechando este retrospecto histórico, é possível aduzir que, dentro da posição-sujeito que ocupam, os sujeitos-jornalistas do *Jornal Nacional* são interpelados ideologicamente a seguir o que "prega" a formação discursiva em que estão inseridos – que, como já dito, em nossa compreensão é uma FD neoliberal. Para Pêcheux (2014b), o funcionamento da ideologia "como interpelação dos indivíduos em sujeitos", e em sujeitos do seu próprio discurso, se concretiza por meio do complexo das formações ideológicas (e do interdiscurso que está imbricado neste) e fornece aos sujeitos sua própria realidade, "enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – e experimentadas" (Pêcheux, 2014b p. 149).

Conforme Pêcheux, o ego, o imaginário do sujeito, não percebe "seu assujeitamento ao *Outro*, ou ao *Sujeito*", uma vez que esse assujeitamento ocorre de forma que esse sujeito se perceba autônomo. Em síntese, as formações discursivas às quais os sujeitos estão inseridos acabam por assujeitá-los, sendo que estes se imaginam senhores de seu pensamento e de seu discurso.

Com base no que precede, é possível concluir que, mesmo seguindo regras impostas pelo jornalismo e pela emissora à qual pertencem, os jornalistas do *Jornal Nacional* produzem materiais na posição-sujeito de jornalistas. Isso nos leva a ponderar que há diversas vozes advindas das diversas posições-sujeitos daqueles que fazem o telenoticiário, uma vez que, embora estejam inscritos na mesma formação discursiva neoliberal, esta, como toda FD, não é homogênea. Ademais, os sujeitos estão inseridos em um contexto de luta de classe.

Aprofundando a discussão iniciada na introdução, em nosso gesto de análise consideramos que, da mesma forma que o discurso é heterogêneo em sua constituição (a heterogeneidade constitutiva), há ainda uma heterogeneidade advinda dos múltiplos sujeitos que atuam na prática jornalística.

Em outros termos, defendemos haver uma sobreposição de heterogeneidades na constituição do discurso jornalístico. Há a heterogeneidade constitutiva inerente a qualquer discurso, que se refere à presença do *Outro*, conforme Authier-Revuz (1990,1998, 2004, 2015), e a heterogeneidade advinda da negociação entre aqueles que participam do processo de constituição da notícia, incluindo os jornalistas – a presença do *outro*. Esta segunda heterogeneidade, em que há a particularidade de haver diversos discursos, também é silenciada. Dito de outra forma, apesar de a decisão final do que será exibido ou publicado ser da empresa de mídia,

não significa que o discurso desta seja homogêneo e uniforme, por envolver diversos setores – incluindo setores exógenos ao meio de comunicação, que, como tal, atua como um aparelho a serviço de uma ideologia (Althusser, 1980). Ou seja, a homogeneidade é uma ilusão.

> As formações discursivas são diferentes regiões que recortam o interdiscurso (o dizível, a memória do dizer) e que refletem as diferenças ideológicas, o modo como as posições dos sujeitos, seus lugares sociais aí representados, constituem **sentidos diferentes**. O dizível (o interdiscurso) se parte em diferentes regiões (as diferentes formações discursivas) desigualmente acessíveis aos diferentes locutores (Orlandi, 2007a, p. 14, grifos nossos).

Os processos discursivos são desenvolvidos sobre a estrutura da língua e não como uma atividade do pensamento, cognitiva, que utiliza os sistemas linguísticos por acidente (Orlandi, 2007a.). Por esta razão, o discurso não é o mesmo que a fala e está determinado pelas formações ideológicas – que o relacionam a formações discursivas – e "pela autonomia relativa da língua" (Orlandi, 2007a, p. 15).

Por esta razão, o analista de discurso não vê o discurso como indiferente à língua e, como diz Courtine (2016), o discurso concretiza o contato entre "o ideológico e o linguístico, na medida em que ele representa no interior da língua os efeitos das contradições ideológicas e onde, inversamente, manifesta a existência da materialidade linguística no interior da ideologia" (Courtine, 2016, p. 14).

> Uma mesma coisa pode ter diferentes sentidos para os sujeitos. E é aí que se manifestam a relação contraditória da materialidade da língua e a da história. Falar em "efeitos de sentido" é pois aceitar que se está sempre no jogo, na relação das diferentes formações discursivas, na relação entre diferentes sentidos. Daí a presença do equívoco, do sem-sentido, do sentido "outro" e, consequentemente, do investimento em "um" sentido. **Aí se situa o trabalho do silêncio** (Orlandi, 2007a, posição 149, grifos nossos).

O silêncio não é apenas um simples complemento de linguagem, pois possui significância própria. Como mencionado no início deste trabalho, o silêncio fundante é o que existe nas palavras, o não-dito, e dá espaço de recuo significante, dando as condições para significar. Ao designá-lo fundador, não se está dizendo que seja "originário", nem que no silêncio exista um sentido independente, autossuficiente e preexistente (Orlandi, 2007a.). Ele é garantia do movimento de sentidos:

> Sempre se diz a partir do silêncio […] Ele é, sim, a possibilidade, para o sujeito, de trabalhar sua contradição constitutiva, a que o situa na relação do "um" com o "múltiplo", a que aceita a reduplicação e o deslocamento que nos deixam ver que todo discurso sempre se remete a outro discurso que lhe dá realidade significativa (Orlandi, 2007a, posição 165).

Como citado, além do silêncio fundador, Orlandi nos ensina sobre a existência da política do silêncio (o silenciamento), sendo essa subdividida em silêncio constitutivo, que indica que, ao ser dita, uma palavra apaga necessariamente as "outras" palavras; e o silêncio local, a censura, ou o que não deve e não pode ser dito.

No passado, um exemplo do que se calou – não deveria e não poderia ser dito – no discurso do *Jornal Nacional* foi abordado por Fernando de Barros e Silva (1997) e relembrado por Lima (2012): as acusações de compra de votos no Congresso Nacional visando à aprovação da emenda à Constituição que permitisse a reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Intitulada "O 'JN', o PFL, FHC e o X da questão", a crítica de Barros e Silva é contundente: "Investigar? Que nada. Noticiar? Muito discretamente, para disfarçar. O governismo voltou a galope, despudorado" (Barros e Silva, 1997, p. 2).

Nota-se que o autor coloca que o *JN* noticiou o fato. Porém, teria minimizado o que, no nosso entender, seria uma ocorrência da política do silêncio. Para afirmarmos, seria necessário analisar os enunciados, o que não é possível. Mas o "muito discretamente" nos leva a crer no uso de "artifícios": o uso de determinadas palavras para apagar outras.

Semelhante recurso discursivo foi utilizado pelo *JN* na cobertura da própria reeleição, em que, para beneficiar Fernando Henrique Cardoso, a emissora restringiu a cobertura das campanhas, conforme narra Luís Felipe Miguel:

> […] em 1998 a emissora optou por esvaziar a disputa eleitoral, que foi praticamente ignorada por seus noticiários, em especial pelo mais importante deles, o *Jornal Nacional* (MIGUEL, 1999; 2002). Naquele ano, para a Presidência, houve apenas um turno. No período mais "quente" da campanha – as doze semanas entre a final da Copa do Mundo e a data da votação –, o *Jornal Nacional* dedicou ao todo 1h16min34s à cobertura das eleições, ou 4,6% do seu tempo total. Em 2002, foram quatorze semanas entre o término da Copa e o primeiro turno; as eleições presidenciais ocuparam 12h55min50s do noticiário, isto é, 29,4% do tempo total do jornal; as eleições nos estados consumiram mais 46min11s. Ao todo, portanto, o processo eleitoral ficou com 31,2% do tempo do noticiário (Miguel, 2003, p-293-294).

Amorim (2015) classifica essa estratégia de 1998, ironicamente, como "[…] mais refinada": não cobrir a eleição. Simplesmente sumir com os candidatos, em especial com o da oposição, Luiz Inácio Lula da Silva" (Amorim, 2015, p. 373). Além de citar a pesquisa de Miguel (2003), o jornalista apresenta outros dados e conta até mesmo com declarações de diretores da emissora, que manifestaram o desejo de passar "despercebidos" na campanha.

Sobre a questão do silêncio, sobretudo no que tange à questão da política do silêncio, ater-nos-emos com mais profundidade nas próximas seções desta tese. No entanto, cumpre dizer que entendemos como censura não apenas a restrição à divulgação de informações, de opiniões e de pontos de vista – uma das definições presentes em dicionários. Reiteramos que falamos aqui da censura "não como um dado que tem sua sede na consciência que um indivíduo tem de um sentido (proibido), mas como um fato produzido pela história" (Orlandi, 2007a).

A censura, quando pensada por meio da noção de silêncio, tem sua noção ampliada "para compreender qualquer processo de silenciamento que **limite o sujeito no percurso de sentidos**" (Orlandi, 2007a, p. 9, grifos nossos). Ou seja, neste caso, operou-se o silêncio local: proibiu-se os jornalistas de falar sobre o tema eleições, sobretudo sobre determinado candidato. Dessa forma, não há circulação de determinados sentidos.

Por sua abrangência nacional, ao promover um silenciamento – a política do silêncio, que se desdobra em local e constitutivo –, a Rede Globo produz um fato na história. Em outros termos, entende-se que, ao se calar-se sobre determinados temas, a Rede Globo impede a ampliação dos sentidos para os sujeitos-telespectadores.

3.2 FORMA-SUJEITO, POSIÇÃO-SUJEITO E O PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO

Como já dito – e será aprofundado no decorrer deste trabalho –, o silêncio local atua na interdição da inscrição do sujeito em determinadas formações discursivas. Essa interdição se dá por meio da não possibilidade de este sujeito identificar-se com a forma-sujeito de outra FD distinta daquela em que está inscrito. Sabemos, por meio de Pêcheux, que "o sujeito se constitui pelo 'esquecimento' daquilo que o determina" e que "[…] a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela **identificação** (do sujeito) com a formação discursiva que o

domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)" (Pêcheux 2014b, p.150, grifos nossos).[30]

Essa afirmação é usada pelo pensador francês para apresentar, aos olhos da AD, a *forma-sujeito*, expressão tomada de empréstimo de Louis Althusser, para conceituar a forma por meio da qual o sujeito do discurso irá se identificar com a FD que o constitui enquanto sujeito. Também designada *sujeito do saber*, *sujeito universal* e *sujeito histórico* de uma dada FD (Dorneles; Bressan, 2020, p. 10), a forma-sujeito é a responsável pela "ilusão de unidade do sujeito":

> A forma-sujeito, como efeito da ação dos homens na história, retira a possibilidade de considerarmos a origem do sujeito presa a uma entidade que paire acima de tudo. Há um apanhado de saberes que faz com que cada um, **assujeitado** a uma formação ideológica, revista-se da forma-sujeito e constitua-se de materialidade forjada na história (Dorneles; Bressan, 2020, p. 104, grifos nossos).

É por meio da forma-sujeito que se dá a ilusão do sujeito autônomo, que se posiciona imaginariamente como dono de seu saber. Todo esse processo trabalha no funcionamento da interpelação do sujeito que, "num duplo movimento do assujeitamento, reveste-se da forma sujeito e constitui-se numa **posição-sujeito**" (Dorneles; Bressan, 2020, p. 105, grifos nossos). No entanto, o processo de interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso, por meio da *identificação* deste com a FD que o domina, nem sempre ocorre de forma plena. Isso quer dizer que, além da *identificação*, há outros modos de relação entre o sujeito e a forma-sujeito, funcionamento identificado como *tomadas de posição* em relação aos saberes da FD em que ele está inscrito (Pêcheux, 2014b).

> A *primeira modalidade* [de tomada de posição] consiste numa superposição (um recobrimento) *entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal*, de modo que a "tomada de posição" do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do "*livremente consentido*": essa superposição caracteriza o discurso do "bom sujeito" que reflete espontaneamente o Sujeito (em outros termos: o interdiscurso determina a formação discursiva com a qual o sujeito, em seu discurso, se identifica, sendo que o sujeito sofre cegamente essa determinação, isto é, ele realiza seus efeitos "em plena liberdade") (Pêcheux, 2014b, p. 199).

[30] Parte da discussão aqui desenvolvida já foi apresentada em Garcia; Figueira (2022), em que analisamos um possível processo de identificação e de contraidentificação de Mandetta em relação a uma dada FD.

Em nossa interpretação, essa primeira modalidade, em que há a *identificação do sujeito com a forma-sujeito*, indica que houve o duplo movimento do assujeitamento acima citado. Há uma *segunda modalidade de tomada de posição*, que caracteriza o discurso do "mau sujeito" (Pêcheux, 2014b). Nesse discurso, o sujeito da enunciação "se volta" contra o sujeito universal em uma *tomada de posição* configurada como "uma separação, (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...) com respeito ao que o 'sujeito universal' lhe 'dá a pensar'" (Pêcheux, 2014b, p. 199). Em outros termos, há, nesse caso, uma *contraidentificação*.

Em outros termos, quando o sujeito se *contraidentifica* com a FD, há uma manifestação dessa no discurso, por meio de traços linguísticos como em dizeres como "aquilo que você chama crise do petróleo", "tua Santa Virgem" etc. (Pêcheux, 2014b, p.199). A tensão entre a *plena identificação* e a *contraidentificação* dos saberes da FD ocorre no interior dessa mesma FD (Indursky, 2005). Na *contraidentificação*, o sujeito do discurso irá questionar os saberes inscritos *na mesma FD* em que ele se inscreve: "[…] a contraidentificação é um trabalho do sujeito do discurso sobre os dizeres e os sentidos que são próprios à FD que o afeta" (Indursky, 2005, p. 6). Por meio da *contraidentificação*, são introduzidas as diferenças e as divergências em uma dada FD. Como efeito, a unicidade e a homogeneidade da forma-sujeito são relativizadas, assim como as dessa mesma FD.

Seguindo esse raciocínio, se a FD não é homogênea, a forma-sujeito que a organiza também não o é: é heterogênea em relação a si mesma. Isso implica pensar no sujeito histórico como um sujeito dividido entre as várias "[…] posições de sujeito que sua interpelação ideológica lhe faculta" (Indursky, 2005, p. 8). Trata-se, portanto, não de uma forma-sujeito dotada de unicidade, pois se está diante de uma série de posições de sujeito distintas. Uma forma-sujeito fragmentada abre espaço não apenas ao semelhante, mas ao diferente, ao divergente, ao contraditório, "[…] daí decorrendo uma formação discursiva heterogênea, cujo traço marcante é a contradição, que lhe é constitutiva" (Indursky, 2005, p. 8).

Além dessas duas modalidades, Pêcheux (2014b) apresenta uma terceira: a da *desidentificação*. Ou seja, quando o sujeito do discurso se *desidentifica* em relação a sua FD e, consequentemente, em relação à respectiva forma-sujeito para se identificar com uma *outra formação discursiva e sua forma-sujeito*. Assim como nas

demais, essa desidentificação não representa que o sujeito do discurso tenha um total ‘livre-arbítrio’.

4 DIZERES SOBRE A METODOLOGIA

Como já reiterado, a pesquisa aqui desenvolvida está inscrita na Análise de Discurso materialista. Portanto, sua perspectiva filosófica, teórica e metodológica já está definida por esta disciplina, que teve sua gênese no final da década de 1960, tendo à frente Michel Pêcheux. Aprimorada nos anos seguintes, tanto por Pêcheux quanto por outros pesquisadores, a AD ganhou aportes significativos no Brasil:

> Na relação entre a "tradição" linguística brasileira e a linguística geral, minha prática nessa história aponta para o deslocamento e a presença simultânea, no Brasil, de uma "escola" de análise de discurso "aqui". Podemos mesmo falar em uma Escola Brasileira de Análise de Discurso, em cuja fundação me situo – ressaltando igualmente a presença de um grupo de pesquisadores fortes e consequentes –, na sua relação com a Escola Francesa de Análise de Discurso (a que foi fundada por M. Pêcheux, o predecessor), fazendo uma diferença, como me dizia meu amigo e inesquecível sociolinguista Fernando Tarallo, na tradição linguística brasileira (Orlandi, 2002, p. 36-37).

Como supracitado, designada como "AD materialista", a Análise de Discurso pecheutiana situa-se em um "quadro epistemológico" que reside na articulação entre o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e suas transformações, entre elas, (a) a teoria das ideologias; (b) a linguística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; (c) e a teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos: três regiões que são articuladas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica (Pêcheux; Fuchs, 2014 [1975]).

Isso significa dizer, em outros termos, que a AD leva em consideração o homem dentro da sua história e os processos e condições da produção da linguagem, analisando a "relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer" (Orlandi, 2020b, p. 14).

Partindo destas considerações, basilares à AD, cumpre dizer que os procedimentos metodológicos a serem adotados neste estudo se configuram apenas como uma "proposta metodológica recortada em determinado momento, sob certas circunstâncias histórico-sociais e por um determinado sujeito do discurso" (Freire, 2014, posição 83). Isso equivale dizer que o procedimento metodológico ora apresentado leva em consideração as especificidades do tema e do objeto.

Por esta razão – e, reforçamos, pela própria especificidade da Análise de Discurso – serão considerados os aspectos sociais e históricos, analisando acontecimentos da ordem da realidade relacionados à pandemia de Covid-19 e noticiados pelo *Jornal* Nacional, incluindo os acontecimentos da área política e econômica.

A análise inicial teve como marco temporal o dia 12 de dezembro de 2019, quando as primeiras notícias do surgimento dos casos de doenças respiratórias graves em Wuhan, China, teriam sido divulgadas pela mídia, mas ainda sem a confirmação oficial daquele país à Organização Mundial da Saúde (OMS), o que ocorreu em 31 de dezembro de 2019. Por meio dessa análise preliminar das edições do *JN* neste interregno, buscou-se definir quando a doença, até então sem nome específico, constituiu-se em um acontecimento jornalístico.[31]

Compreendemos que, na análise, um dos primeiros procedimentos é a constituição do *corpus*, que se distingue em *corpus* experimental e de arquivo. *Corpus* de arquivo são os materiais já existentes, como os que, por exemplo, historiadores confrontam em uma pesquisa. No caso, todas as edições do *JN* exibidas no período estudado (Courtine, 2014). Por sua vez, o *corpus* experimental refere-se à produção de sequências discursivas em um contexto experimental, "como respostas a uma questão, a uma instrução, à produção de um curto resumo de texto… (Pêcheux, 1974 *apud* Courtine, 2014).

Partindo desse princípio, desde a data supracitada, optou-se por assistir, ao vivo, às edições do telenoticiário. Esse procedimento teve como fim: (I) possibilitar uma melhor contextualização do que foi noticiado, de modo a identificar as condições de produção da edição; (II) identificar possíveis falhas, que poderiam ser removidas, por meio de edição, da versão disponibilizada no portal da Rede Globo (https://globoplay.globo.com/). As edições que, porventura, não foram acompanhadas ao vivo foram assistidas posteriormente. Esta análise inicial teve como fim a "construção" do *corpus* de arquivo, para identificar o material a ser estudado em uma segunda etapa: a constituição do *corpus* de análise.

Inicialmente, embora tenha sido possível identificar o marco inicial da pesquisa, optou-se por não identificar o marco final por, obviamente, a pandemia e a cobertura jornalística dos fatos relacionados a esta seguirem. No entanto, diante da

[31] A discussão sobre acontecimento histórico, discursivo e jornalístico será desenvolvida na seção 5.3.

duração da crise sanitária e do volume do arquivo, estabeleceu-se como marco final o mês de junho de 2020.

Nesta análise preliminar, todo o material exibido foi assistido, visando a constituir o arquivo por meio da pré-seleção das reportagens, notas, escaladas,[32] entrevistas e outros materiais orais. Como critérios de pré-seleção, foram considerados aspectos como: (I) o atingimento de marcas relativas à pandemia, como número de infectados e mortos; (II) a materialidade discursiva de notícias e/ou de declarações de autoridades, como o discurso do presidente Jair Bolsonaro, que classificou a doença como 'gripezinha' (em 24 de março de 2020); a instalação da CPI da Covid (em 13 de março de 2021); (III) a queda dos dois ministros da Saúde (em 16 de abril e em 15 de maio); (IV) a mudança, por parte do Ministério da Saúde na metodologia e no horário de divulgação dos dados relativos à doença, o que provocou o uso de um "plantão" do telenoticiário em 5 de junho.

Essa compilação, com mais uma análise da materialidade do *JN*, configurou-se em uma estruturação dos campos do que seria analisado em maior profundidade: ou seja, tratou-se da construção do *corpus*: "[...] um sistema diversificado, estratificado, disjunto laminado, internamente contraditório, e não um reservatório homogêneo de informações ou uma justaposição de homogeneidades contrastadas" (Léon; Pêcheux, 2015 [1982], p. 165).

Para a constituição do *corpus* de análise, ou experimental (Orlandi, 2020b), foi considerada a qualidade dos enunciados (exaustividade vertical), e não a quantidade (exaustividade horizontal):

> A delimitação do corpus não segue critérios empíricos (positivistas) mas teóricos. Em geral distinguimos o corpus experimental e o de arquivo. Quanto à natureza da linguagem, devemos dizer que a análise de discurso interessa-se por práticas discursivas de diferentes naturezas: imagem, som, letra, etc.
> Não se objetiva, nessa forma de análise, a exaustividade que chamamos horizontal, ou seja, em extensão, nem a completude, ou exaustividade em relação ao objeto empírico. Isto porque, por definição, todo discurso se estabelece na relação com o discurso anterior e aponta para outro. Não há discurso fechado em si mesmo mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes (Orlandi, 2020b, p. 60).

[32] Escalada é o termo técnico usado para designar as principais reportagens da edição, anunciadas na abertura pelos apresentadores. No capítulo 6, será analisada discursivamente.

A exaustividade vertical, aquela que é almejada pelo analista de discurso, leva em consideração os objetivos da análise e a sua temática. Esse estudo em profundidade conduz "a consequências teóricas relevantes" e não trabalha com os dados como se fossem "meras ilustrações". "Trata de 'fatos' da linguagem com sua memória, sua espessura semântica, sua materialidade linguístico discursiva" (Orlandi, 2020b, p. 61).

O volume em análise dependerá da saturação, quando o analista começa a observar repetições das características discursivas. "Isso pode se dar com um texto – no sentido discursivo –, com dez, com quinze. Não há fórmulas. Vai-se fazendo a descrição e análise no **batimento** e quando o discurso satura é hora em que se pode parar" (Freire, 2014, posição, 429). Deste modo, o *corpus* é definido durante o processo de descrição e análise.

Na teoria pecheutiana, o "batimento" é a alternância entre a descrição e a interpretação (Pêcheux, 2008, p. 54). Neste sentido, o que se propõe neste trabalho, metodologicamente, não é descrever os dizeres, mas "[…] compreender [...] os processos de significação que trabalham o texto: compreender como o texto produz sentidos, através de seus mecanismos de funcionamento", além de identificar quais gestos interpretativos trabalham a discursividade do objeto (Orlandi, 2007b, p. 88), no caso o discurso do *Jornal Nacional* quando da cobertura da pandemia de Covid-19 e sua representação do discurso de Bolsonaro.

Esse percurso na análise será possível por meio de um "dispositivo teórico de interpretação", com o qual buscar-se-á identificar, no discurso do objeto, os silêncios, as falhas, os deslizamentos, etc. evitando-se os percalços de uma interpretação calcada na ideologia – própria do sujeito comum, mas que não deve ter vez no "gesto interpretativo do analista":

> Nos dois gestos [de interpretação] temos mediação. Mas a mediação da posição construída pelo analista não reflete, ao contrário, trabalha a questão da alteridade. Na mediação do dispositivo ideológico, o sujeito está sob o efeito de apagamento da alteridade (exterioridade, historicidade): daí a ilusão do sentido lá, de sua evidência (Orlandi, 2007b, p. 84).

Neste sentido, a mediação teve como finalidade produzir um deslocamento para conduzir o analista para o trabalho com as formações discursivas: ou seja, que não estivesse inscrito em uma ou outra FD no momento de sua análise (e na escrita

desta), mas que se mantivesse em uma relação crítica com o todo complexo das FDs (Orlandi, 2007b).

Análise e escrita não foram processos separados, mas à proporção que aquela avançava, se deu esta. Segundo Freire (2014), a análise não ocorre de forma linear, mas sim em espiral, devido ao batimento. Ademais, nada impede o analista de proceder à escrita da mesma forma (Freire, 2014), e esta foi a escolha que a própria análise da materialidade conduziu. Por essa razão, nesta tese, a escrita se deu em espiral.

Investigar como se processa o silêncio e sua política nos dizeres postos em circulação pelo *Jornal Nacional* em materialidades relacionadas à pandemia norteou a análise preliminar e possibilitou a constituição do *corpus* de arquivo. Outra particularidade que influenciou esse empreendimento foi o caráter sincrônico da construção do *corpus* de arquivo à constituição, formulação e circulação dos dizeres que o construiria.

Isso significa dizer que, à medida que se constituía o *corpus* de arquivo, novos acontecimentos, históricos, jornalísticos e discursivos, influenciavam essa mesma constituição. Já na análise preliminar do *corpus*, uma das perguntas que veio à tona dizia respeito à organização dessas materialidades, isto é, se deveríamos pautarmo-nos na ordem cronológica dos fatos, na temática ou nos processos discursivos. Consideramos que, embora relevantes, os dois primeiros não eram suficientes para nos direcionar durante a constituição do *corpus* de arquivo e, consequentemente, nas análises. Ademais, essa organização seria fundamental, pois influenciaria nossos gestos de análise. Por isso, como forma de orientação, propusemos mesclá-las.

Encerrada esta análise, foi feita a decupagem do material selecionado, processo que consiste na transcrição dos enunciados, e no qual, além da cabeça da

matéria,[33] *off*,[34] passagem[35] e sonoras,[36] foram descritos os recursos imagéticos utilizados, bem como gestuais de jornalistas e dos personagens, ambientes e outros aspectos relevantes. A decupagem foi feita por meio de aplicativos de transcrição disponibilizados gratuitamente. Para isso, foram reassistidas todas as edições por meio do portal da emissora, enquanto o aplicativo procedia à decupagem automaticamente. Depois, foram feitas as correções necessárias, por meio do cotejo entre o decupado pelo aplicativo e o exibido. Por fim, foram inseridas informações sobre as imagens, ambientes, etc.

Outras decisões metodológicas foram tomadas com base no batimento entre a teoria e o *corpus,* uma vez que a característica de o movimento em espiral iniciar-se na teoria ou na análise não prejudicaria o estudo. Aplicando todas essas considerações aos nossos critérios de composição do *corpus* de arquivo, consideramos que o critério significância seria decidido a partir do nosso ponto de contato com a teoria. Isso implicou que no movimento em espiral, no vaivém entre o *corpus* e a teoria, é que os próprios *corpora* foram constituídos.

Isso equivale dizer que uma determinada notícia, antes não incluída no *corpus* de arquivo, poderia nele ser incluída por força do batimento com a teoria, uma vez que "[…] a produção 'em espiral' destas reconfigurações do *corpus* vem *escandir* o processo, produzindo uma sucessão de *interpretações* do campo analisado (Pêcheux, [1983] 2014c].[37] Uma consideração, no entanto, deve ser feita: apesar de o momento da interpretação e da descrição não serem duas fases sucessivas, mas, sim, uma

[33] Texto lido pelo apresentador do telejornal que tem como função informar ao telespectador qual matéria (VT) será exibida a seguir. Em alguns casos, pode conter o *lead* (texto introdutório que responde às perguntas o quê? Quem? Como? Onde? Quando? e Por quê?) da matéria. Além da cabeça da matéria, há a cabeça do repórter, em que este aparece no vídeo, logo após o enunciado pelo apresentador, complementando o dizer do apresentador. No capítulo 5, analisamos a cabeça sob o ponto de vista da AD.

[34] Material escrito pelo repórter com base na cobertura feita em campo. Depois de escrito, é editado pelo editor de textos, que o devolve ao repórter para que este proceda à gravação – ou seja, passa à fase da enunciação. Depois de gravado, o *off* será "coberto" com as imagens gravadas pelo cinegrafista. Nesta fase, também são inseridas as entrevistas feitas pelo repórter, compondo, assim, a matéria (ou o VT, no jargão jornalístico).

[35] "Recurso usado pelo repórter quando não existem imagens para corroborar o que está sendo noticiado ou para marcar o local onde a notícia foi gerada" (Brasil, 2020a). Em outros termos, a passagem é o momento em que o repórter aparece no vídeo e há a indicação, em GC (gerador de caracteres), do seu nome e do local onde estava no momento da gravação.

[36] Como são designadas as entrevistas no rádio e na TV.

[37] Isto se deu, por exemplo, no capítulo 6, em que, para a análise, foi necessária a inclusão de uma edição do *JN* de 2016, quando da aprovação da designada PEC dos Gastos.

alternância ou um batimento, “não implica que a descrição e a interpretação sejam condenadas a se entremisturar no indiscernível” (Pêcheux, 2008, p. 54).

A seguir (Quadro 1), listamos as edições que constituem o *corpus* de arquivo. Apesar de a quantidade não ser uma particularidade norteadora, supomos ser conveniente destacar que, desse levantamento inicial, constam 64 edições. Delas, foram previamente selecionadas mais de 800 materialidades, entre reportagens, notas cobertas, notas peladas, escaladas, lapadas e outros.[38] Todas foram decupadas, mas nem todas incluídas no *corpus* de análise, mas são relevantes para estabelecer e compreender *as condições de produção dos dizeres*; identificar silenciamentos; compreender o funcionamento da memória e do interdiscurso; perscrutar os atravessamentos ideológicos. Por estas mesmas razões, no Quadro 1, também listamos acontecimentos que não foram pauta do *JN* – nas edições 41, 47, 48 e 53.

Finalizando esses “Dizeres sobre a Metodologia”, cabe informar que, como procedimento, optou-se por introduzir as seções com as análises apresentando as condições de produção em sentido estrito; ou seja, as circunstâncias da enunciação, o contexto imediato, que resultaram na elaboração das materialidades que serão analisadas. No Quadro 1, as edições aqui analisadas estão em destaque (cor cinza). A sistematização e os motivos que levaram à inclusão dessas edições no *corpus* de análise serão apresentados no decorrer deste trabalho.

---

[38] Reportagem, notícia, lapada, nota coberta e nota pelada, editoriais, etc. *são formatos*. Trata-se de designações de formatos utilizadas no telejornalismo, as quais terão sua manutenção neste trabalho justificada no capítulo 5. Não se trata de gêneros. Para melhor explicar a diferença entre formatos e gêneros, baseamo-nos em Marques de Melo e Assis (2016): os *gêneros jornalísticos* para os veículos impressos estão divididos em: (i) gênero informativo (e dentro deste estariam, entre outros, *o formato reportagem*, o *formato notas*, etc.); (ii) opinativo (que incluiria o formato editorial e artigo...); (iii) interpretativo (que inclui o formato análise, o perfil, etc.); (iv) diversional (histórias pitorescas); (v) utilitário (cotações, serviços e outros), etc. Já em relação ao *telejornalismo*, Rezende (2010) propõe que este tenha apenas dois gêneros: informativo e opinativo. Do primeiro, fazem parte o formato nota, o formato notícia, a entrevista (que não deve ser confundida com as entrevistas feitas na apuração, mas aquelas no estilo pingue-pongue), o formato reportagem e o indicador (como os do mercado financeiro). A nota seria o relato mais sintético de um fato e pode ser com imagens (nota coberta) ou sem imagens (nota pelada); já a notícia formalmente, no telejornalismo, é um relato mais complexo e completo. A notícia é formada pela narração (o *off*) e coberta por imagens. Segundo Rezende (2010), na notícia, o repórter não aparece no vídeo, dando informações complementares, em uma participação gravada no local onde os fatos ocorreram (ou seja, não há a designada passagem). Já a reportagem é ainda mais complexa que a notícia e, além do *off*, apresenta entrevistas (designadas sonoras) e a passagem. A reportagem mostra causas, correlações e repercussões de um fato (Rezende, 2010). Por suas vezes, são formatos do gênero opinativo no telejornalismo o editorial, o comentário e a crônica. Neste trabalho, não falaremos de *gêneros jornalísticos*, mas de formatos. Outro ponto importante, apesar de a notícia formalmente ter uma conceituação, como dito acima, é normal que os meios de comunicação e as pesquisas se refiram a notícias como sendo todas aquelas informações divulgadas por um meio de comunicação. Esse sentido também é usado nesta tese e nas pesquisas aqui apresentadas.

Quadro 1 – Edições incluídas no corpus *de arquivo*

N.º da edição[39]	**Principal acontecimento histórico/jornalístico**	**Data**
1.	Com uma nota coberta, o *JN* noticia que a China relatou "mais quatro casos de uma pneumonia" suspeita de ser causada por um coronavírus da família do que causa a síndrome respiratória aguda grave. A preocupação era de que a doença, então estrita a Wuhan, se espalhasse.	18 jan. 2020
2.	A OMS declarou que o surto de coronavírus constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), com o vírus sendo registrado não apenas na China, mas em outros países. O *JN* mostra que nove casos suspeitos eram analisados no Brasil.	30 jan. 2020
3.	No Brasil, o JN mostra que caiu o número de casos suspeitos da doença. Em Wuhan, morre o médico que alertou para os primeiros casos da nova doença. As primeiras medidas contra a doença são mostradas em reportagem em que o ministro Luiz Henrique Mandetta anuncia as ações em conjunto com os Estados. A matéria é elogiosa. Na mesma data, Jair Bolsonaro sanciona a lei sobre as medidas para enfrentamento à doença, aprovada pelo Congresso na mesma semana. A lei estabelece regras para volta ao Brasil de brasileiros que estavam em Wuhan. A volta é noticiada na matéria do *JN*, que não cita a lei.	6 fev. 2020
4.	A OMS batiza a doença causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) de COVID-19 (abreviatura de *Corona virus disease* ou doença do vírus corona, em português). O 19 se refere ao ano em que a doença foi registrada oficialmente a primeira vez. No *JN*, há a afirmação de que, com o nome, a OMS tenta retirar o estigma do nome pelo qual a doença vinha sendo chamada: Coronavírus de Wuhan.	11 fev. 2020
5.	Confirmado pelo Ministério da Saúde o primeiro caso de coronavírus no Brasil (a primeira confirmação na América Latina). O homem de 61 anos, morador de São Paulo, havia retornado de uma viagem à Itália e esteve internado no Hospital Israelita Albert Einstein. Outras 30 pessoas que tiveram contato com ele ficaram em observação, segundo o ministério. À mesma época, o ministério monitorava outros vinte casos suspeitos. Dessas vítimas, doze também haviam viajado à Itália; duas para a Alemanha; e duas para a Tailândia.	26 fev. 2020
6.	A OMS declara que o surto de Covid-19 é uma pandemia. Na época, o Brasil registrava 52 casos. Na reportagem, foi mostrado que eram 118 mil em 114 países (segundo a OMS). Principalmente na China e na Itália. A última pandemia havia sido em 2009, com o H1N1. No Brasil, 53 pessoas estavam com a doença. Mandetta anuncia a mudança em ações de combate.	11 mar. 2020
7.	O Ministério da Saúde confirma a primeira morte por Covid-19 no Brasil. Um homem de 62 anos que estava internado em um hospital	17 mar. 2020

[39] O número da edição é apenas uma forma de organização do *corpus*.

	particular e que tinha doenças preexistentes. Obs.: em abril, outra vítima seria identificada como sendo a primeira, Rosana Aparecida Urbano, de 57 anos, morreu sem diagnóstico.	
8.	Em discurso em rede nacional, Jair Bolsonaro minimiza a pandemia, pede a volta às aulas, defende o fim do confinamento e a volta à normalidade. Ele afirma ainda que, por ter histórico de atleta, caso contraísse a doença, teria sintomas de uma gripezinha ou resfriadinho. E culpa a mídia por, segundo ele, apavorar a população. Em todo o mundo, o confinamento atinge três milhões de pessoas.	24 mar. 2020
9.	Em videoconferência com Bolsonaro e governadores do Sudeste, tem início a disputa política entre o presidente e o governador do Estado de São Paulo, João Doria (PSDB), que criticou o presidente pelo pronunciamento na noite anterior. Além de noticiar o fato, o *JN* exibe edição em que critica o pronunciamento de Bolsonaro no dia anterior.	25 mar. 2020
10.	Apenas 11 dias depois de confirmada a primeira morte no país, o Brasil ultrapassa cem mortos pela doença (113).	28 mar. 2020
11.	O Brasil atinge mil mortos em decorrência da doença.	10 abr. 2020
12.	O médico Luiz Henrique Mandetta, ministro da Saúde, é demitido por Jair Bolsonaro. No governo desde 2019, ele teria sido dispensado por conflitos com o presidente. Entre os motivos dos atritos, estava a defesa de Mandetta ao distanciamento social.	16 abr. 2020
13.	O também médico Nelson Teich, oncologista com experiência em gestão privada da saúde, é empossado ministro da Saúde.	17 abr. 2020
14.	Brasil supera China no número oficial de mortos: 5.017 pessoas. O *JN* chama o fato de tragédia e compara que 20% dos municípios brasileiros têm menos de cinco mil habitantes. A China tinha 4.637 mortos. A reportagem defende o isolamento. O *JN* mostra que, ao ser perguntado sobre o número de mortos, Bolsonaro disse: "E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre." Em seguida, o *JN* mostra que, somente após a repercussão dos números, o ministro Nelson Teich concedeu uma entrevista coletiva. Em outra reportagem, mostra que cartórios apontavam que os números poderiam ser maiores. O presidente dos EUA, Donald Trump, critica as medidas no Brasil e cogita restringir a entrada de brasileiros em seu país.	28 abr. 2020
15.	O Brasil ultrapassa a marca de dez mil mortos por Covid-19. Nesse dia, o país também bate recorde em número de casos confirmados em 24 horas (10.600), sendo o sexto país com o maior número de óbitos por Covid-19 em todo o mundo.	9 maio 2020
16.	Nelson Teich deixa o Ministério da Saúde. Concorreram para sua saída, além da também defesa do isolamento, sua discordância com a defesa do uso de hidroxicloroquina, feita por Bolsonaro. Em seu lugar assume, interinamente, o general Eduardo Pazuello, que não é um profissional da saúde. O país passaria quatro meses sem um ministro definitivo, até Pazuello ser empossado definitivamente em 16 de setembro (com o país com 13 mil mortos).	15 maio 2020
17.	Brasil atinge 19 mil mortos. Mesmo sem comprovação científica, o	20 maio

	Ministério da Saúde divulga um protocolo que liberou, no âmbito do SUS, o uso da cloroquina e da hidroxicloroquina também para casos leves de Covid-19. À época, o MS já mantinha documento indicando o uso desses remédios em casos graves. Esse uso foi um dos motivos da saída de Mandetta e Teich da pasta.	2020
18.	O Brasil ultrapassa a Itália e se torna o terceiro país com mais mortos por Covid-19. O fato ocorreu exatamente cem dias depois de registrado o primeiro caso da doença. O país registrava 34.021 mortes (segundo o MS), atrás dos EUA (108.211) e do Reino Unido (39.987). O número não foi o mesmo do divulgado pelo *JN*, pois até o fechamento o MS não havia divulgado os dados. Assim, o telejornal apresentou o número de 33.781 óbitos.	4 jun. 2020
19.	O *JN* exibe um plantão para noticiar o número de casos de Covid-19 e de mortes em decorrência dessa doença. O plantão foi uma resposta à decisão do Governo Federal, por meio do Ministério da Saúde, de retardar a divulgação desses números e à declaração do presidente Jair Bolsonaro, na mesma data, de que a medida acabaria com as matérias sobre o tema veiculadas no noticiário. (Figueira Sobrinho; Assumpção Garcia, 2021a).	5 jun. 2020
20.	Em reação à decisão do governo, *G1*, *O Globo*, *Extra*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S.Paulo* e *UOL* formam o que passou a chamar-se Consórcio de Veículos de Imprensa (CVI). Todos passaram a fazer um levantamento de forma colaborativa para buscar as informações sobre a doença nos 26 Estados e no Distrito Federal. O *JN* anuncia a formação e mostra várias reportagens com críticas à restrição de dados (Congresso, OMS, OAB e associações médicas estão entre os órgãos e instituições mencionados).	8 jun. 2020
21.	Por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo, o Ministério da Saúde volta a divulgar dados completos da pandemia do coronavírus.	9 jun. 2020
22.	Brasil ultrapassa 40 mil mortos pela doença.	11 jun. 2020
23.	Brasil torna-se o segundo país com maior número de mortes pelo coronavírus, atrás somente dos Estados Unidos.	12 jun. 2020
24.	No dia em que o país atinge 45 mil mortos, o *JN* exibe uma reportagem sobre um novo medicamento que pode combater a doença e faz um paralelo entre pesquisas científicas e remédios sem comprovação efetiva.	16 jun. 2020
25.	Para evitar uma “nova cloroquina”, o *JN* volta ao tema do novo remédio contra a Covid-19.	17 jun. 2020
26.	Brasil atinge mais de um milhão de infectados.	19 jun. 2020
27.	Brasil registra mais de 50 mil mortos pela doença. Denise Abranches, 47 anos, coordenadora da Odontologia do Hospital São Paulo, é a primeira profissional de saúde brasileira a receber uma vacina em teste contra o coronavírus. Ela participou dos testes da vacina da Oxford. O Brasil foi o segundo país a fazer testes, atrás do Reino Unido. O *JN* não mostrou.	20 jun. 2020

28.	Ministério da Saúde segue restringindo os dados. O *JN* cobra mais transparência, ao mesmo tempo em que reduz o destaque aos dados oficiais, numa prática de silenciamento que será típica na "queda de braço" com o governo. O juiz Renato Coelho Borelli, da 9.ª Vara Federal Cível de Brasília, determina que Jair Bolsonaro use máscaras em locais públicos, sob pena de multa diária de R$ 2 mil. A reportagem somente foi exibida no dia 23 de junho.	22 jun. 2020
29.	Eduardo Pazuello participa de uma videoconferência com parlamentares, que cobram mais transparência dos dados da Covid-19. Além de uma reportagem sobre o tema, o *JN* exibe ainda a pesquisa sobre a vacina da Oxford e a decisão da Justiça que obriga Bolsonaro a usar máscara.	23 jun. 2020
30.	O TCU emite um documento em que critica a falta de transparência do Governo em relação à Covid-19. O *JN* exibe a reportagem em uma edição com várias críticas.	24 jun. 2020
31.	Decisão que obrigava Bolsonaro a usar máscara é derrubada pela desembargadora Danielle Maranhão Costa, do TRF-1. A ONU demonstra preocupação com os indígenas no país em relação à Covid.	30 jun. 2020
32.	Brasil atinge mais de 60 mil mortos pela doença. O *JN* exibe reportagem sobre a desigualdade na pandemia, que atinge sobretudo os mais pobres e periféricos.	1.º jul. 2020
33.	O Brasil atinge 1,5 milhão de infectados. O *JN* exibe reportagens com ênfase nas ações da ciência no combate à pandemia.	2 jul. 2020
34.	O *JN* segue na linha do "jornalismo científico", com ênfase no desenvolvimento de vacinas em "tempo recorde". Jair Bolsonaro veta a exigência de máscaras em templos e igrejas.	3 jul. 2020
35.	Jair Bolsonaro testa positivo para a doença e anuncia "tratamento" com hidroxicloroquina.	7 jul. 2020
36.	A OMS adverte líderes mundiais que estariam na contramão das ações de combate à pandemia. Além dessa reportagem, o *JN* divulga que, até a data, o Governo Federal não havia conseguido cumprir nem metade da meta de exames previstos para Covid.	10 jul. 2020
37.	O *JN* exibe material sobre pesquisas da CoronaVac.	21 jul. 2020
38.	Brasil passa dos 85 mil mortos, mas, segundo o *JN,* o ministro Eduardo Pazuello "ignorou" o comitê técnico do Ministério da Saúde, que havia feito dois alertas. O primeiro, sobre a compra de cloroquina. O segundo, sobre a falta de remédios.	24 jul. 2020
39.	Assinada a MP para a abertura de crédito extraordinário de R$ 1,9 bilhão para a produção e compra da Oxford/AstraZeneca, com transferência de tecnologia, envase e controle de qualidade por meio da Fiocruz. O Brasil se aproxima de cem mil mortos. Em *live*, Bolsonaro diz lamentar as mortes. O *JN* apresenta um trecho da fala, com ênfase no "vamos tocar a vida e se safar desse problema". Ao todo, a nota teve apenas 27 segundos.	6 ago. 2020
40.	O telejornal apresenta material sobre um levantamento nas contas	17 ago. 2020

	públicas que mostrou que, até então, o Governo Federal havia entregado R$ 294 milhões para medidas de combate à pandemia. O valor seria menor que o anunciado pelo Planalto.	
41.	Bolsonaro diz a seus apoiadores, no Palácio da Alvorada, que "ninguém pode obrigar ninguém a tomar vacina". Na data, o *JN* ignorou. Uma matéria foi exibida apenas no dia 2 de setembro, depois que a Secom reproduziu a fala, no dia 1.º de setembro.	31 ago. 2020
42.	O *JN* exibe material sobre a declaração de Bolsonaro: "Ninguém pode obrigar ninguém a tomar vacina."	2 set. 2020
43.	Brasil ultrapassa 150 mil mortos pela doença.	10 out. 2020
44.	Bolsonaro volta a defender a não obrigatoriedade da imunização: "Não será obrigatória essa vacina, e ponto final", disse a admiradores. Mais uma vez, ele provocou Doria, que havia defendido a obrigatoriedade no Estado de SP. O *JN* faz um contraponto entre Doria, com a CoronaVac, que abre a edição, em matéria elogiosa, e Bolsonaro, que é criticado. Segundo Bolsonaro, a CoronaVac não tinha comprovação científica de sua eficácia.	19 out. 2020
45.	O ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, anuncia, em uma reunião com governadores, que o governo compraria 46 milhões de doses da CoronaVac, até então fora do calendário nacional de vacinação. Havia críticas sobre a politização da vacina pelo Governo Federal.	20 out. 2020
46.	O presidente Jair Bolsonaro e o governador de São Paulo, João Doria, acirram a rivalidade política entre ambos, tendo a pandemia como foco. Nessa data, Bolsonaro desautorizou o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, em relação à compra da CoronaVac, produzida pelo Instituto Butantan (do Governo paulista) e pela empresa chinesa Sinovac, chamada por Bolsonaro de "vachina" e "vacina chinesa de João Doria". Doria chamou Bolsonaro de "negacionista" e de "facínora". Os dois divergiam também em relação a outras medidas de enfrentamento à pandemia. Na data, o presidente disse: "Toda e qualquer vacina está descartada." O *JN* exibiu matéria, mas não todas as declarações de ambos. Um voluntário brasileiro que participava dos estudos da vacina Oxford/AstraZeneca morreu de Covid-19. O JN, com base em apuração própria, afirmou que ele teria recebido placebo.	21 out. 2020
47.	Recuperando-se de Covid-19, o ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, recebe Jair Bolsonaro, com quem grava um vídeo. Ambos aparecem sem máscara e próximos um ao outro. Segundo o *JN*, o encontro ocorreu por pressão dos militares do governo, que não teriam gostado de ver Pazuello desautorizado no dia anterior. No vídeo, como mostrado na notícia, o ministro diz: "É muito simples, um manda e o outro obedece", enquanto é abraçado por Bolsonaro. Na *live*, Pazuello admitiu ter tomado hidroxicloroquina, Annita (um vermífugo) e azitromicina, e comentou sobre o recuo na compra da CoronaVac, o que foi ignorado pelo *JN*.	22 out. 2020
48.	Bolsonaro diz, em *live,* que não existe áudio ou vídeo em que ele chame Covid-19 de "gripezinha". Na data, o *JN* ignorou.	26 nov. 2020
49.	Por dez votos a um, o STF decide que a vacinação contra a Covid-19 é obrigatória e que Estados e municípios têm autonomia sobre o	17 dez. 2020

	tema. O voto de Nunes Marques é o único discordante. A fala dele não foi exibida na reportagem, que mostra a de vários ministros. Bolsonaro assina MP que destina recursos de R$ 20 bilhões para o plano de vacinação. Na matéria, o *JN* apresenta críticas na demora em comprar o imunizante da Pfizer. Mais uma vez, Bolsonaro minimiza os efeitos das vacinas. Dessa vez, a da Pfizer: "Se você virar um jacaré, é problema de você, pô. Se você virar um super-homem, se nascer barba em alguma mulher ou algum homem começar a falar fino, eles não têm nada a ver com isso." Na mesma data, em uma *live* com o deputado Eduardo Bolsonaro, o presidente disse: "A pressa da vacina não se justifica, porque mexe com a vida das pessoas. Você vai inocular algo e o seu sistema imunológico pode reagir de forma imprevista." O *JN* ignora estas declarações do então presidente.	
50.	O Brasil ultrapassa 200 mil mortos. O *JN* apenas cita a fala de Bolsonaro em uma *live*: "A gente lamenta, hoje estamos batendo as 200 mil mortes, mas a vida continua. A gente lamenta profundamente." O Ministério da Saúde firma contrato com o Butantan para a compra de toda a produção da CoronaVac e distribuição pelo SUS em todo o país (e não apenas no Estado São Paulo).	7 jan. 2021
51.	A enfermeira Mônica Calazans, de São Paulo, é vacinada contra a Covid-19, tornando-se a primeira brasileira imunizada em uma campanha de vacinação (e não em pesquisas). Notícia não é exibida pelo *JN* por ser domingo. É veiculada no *Fantástico.*	17 jan. 2021
52.	Começa a campanha de vacinação, por pressão dos governadores. Em conversa com apoiadores, Bolsonaro diz que a CoronaVac "não é de nenhum governador, não, é do Brasil". A declaração foi uma provocação a João Doria. O Brasil ultrapassa 210 mil mortos.	18 jan. 2021
53.	Mais uma vez, o chefe do Executivo desmerece a CoronaVac, afirmando que "não há nada comprovado cientificamente sobre essa vacina aí". Segundo ele, por essa razão, não deveria haver obrigatoriedade de imunizar-se com a CoronaVac. "Eu não posso obrigar ninguém a tomar vacina, como um governador um tempo atrás falou que ia obrigar. Eu não sou inconsequente a esse ponto." Na data, o *JN* ignora, mas abre a edição justamente com uma "defesa" do imunizante, informando que a Anvisa aprovou o uso emergencial de mais um lote de vacina.	22 jan. 2021
54.	O Brasil ultrapassa 250 mil mortos por Covid-19.	24 fev. 2021
55.	Chefes dos Três Poderes se reúnem para tratar do enfrentamento à pandemia. O país ultrapassa 300 mil mortos. O *JN* também exibe reportagem alertando para o uso de remédios sem comprovação científica contra a doença.	24 mar. 2021
56.	Os efeitos da vacinação e do isolamento social começam a ser sentidos. O *JN* exibe uma reportagem sobre a dimensão do número de mortos e a percepção pelo cérebro humano. O país tem cerca de 320 mil mortos.	2 abr. 2021
57.	Em São Paulo, trabalhadores da educação começam a ser vacinados. Com a vacinação de idosos, aumenta o número de jovens nas UTIs. País tem 350 mil mortos.	19 abr. 2021

58.	Instalada a CPI da Covid.	27 abr. 2021
59.	A CPI da Covid tem sua primeira sessão. O país chega a 400 mil mortos.	29 abr. 2021’
60.	Brasil atinge 450 mil mortos.	24 maio 2021
61.	Os dados apontam que o Brasil chega a 500 mil mortos. O *JN* exibe editorial ao final da edição. Manifestantes vão às ruas em defesa e contra Bolsonaro, que não se manifesta em relação às mortes.	19 jun. 2021
62.	O Brasil atinge 550 mil mortos, mas a marca é “esquecida” pelo telejornal.	26 jul. 2021
63.	Chega-se às 600 mil mortes por Covid no país.	8 out. 2021
64.	A CPI da Covid apresenta seu relatório final.	20 out. 2020

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).[40]

[40] As edições analisadas podem ser assistidas em:
24 mar. 2020: https://globoplay.globo.com/v/8428682/
25 mar. 2020: https://globoplay.globo.com/v/8431977/
28 mar. 2020. https://globoplay.globo.com/v/8440881/
15 maio 2020: https://globoplay.globo.com/v/8557753/

5 PRIMEIRO TEMPO: O *JN* EM ANÁLISE

A constituição do *corpus* e a análise propriamente dita estão ligadas de forma bastante estreita (Orlandi, 2020b). Essa afirmação reside na particularidade de que decidir o que faz ou não parte do *corpus* já é decidir também sobre as propriedades discursivas – ou seja, a constituição do arquivo já encerra um gesto de análise, de interpretação. Hodiernamente, há a concepção de que a melhor maneira de proceder à constituição do *corpus* é construir "montagens discursivas". Tais montagens devem obedecer a "critérios que decorrem de princípios teóricos da Análise de Discurso, face aos objetivos da análise, e que permitam chegar à sua compreensão" (Orlandi, 2020b, p. 61). Por essa razão, há a necessidade de a teoria intervir como forma de "'reger' a relação do analista com o seu objeto, com os sentidos, com ele mesmo, com a interpretação" (Orlandi, 2020b, p. 61-62).

Por essa razão, com base no que previamente observamos quando da constituição do *corpus* de arquivo, escolhemos como primeiros objetos do *corpus* de análise materialidades recortadas da edição de 24 de março de 2020, data em que, em pronunciamento oficial na TV, o então presidente Jair Bolsonaro teria colocado em suspeição a gravidade da Covid-19. Para a análise deste e dos demais objetos, procedeu-se à segmentação do *corpus* em sequências discursivas autônomas (SDAs ou, simplesmente, SDs) – assim chamadas porque, ao serem selecionadas, quebra-se o fio do discurso, podendo, assim, serem tratadas de forma independente. A segmentação, por meio das SDs, segue critérios sintáticos (Léon; Pêcheux, 2015. p. 163-173). Porém, não se busca analisar a sintaxe, mas o que há de discursivo nesta.

A escolha desta edição deveu-se: (I) ao estabelecimento do que designamos "guerra" da notícia entre o telejornal e Bolsonaro, em que a política do silêncio foi estratégica; (II) à particularidade de a edição levada ao ar na data, em nosso gesto de análise, possuir um caráter prototípico da cobertura do telejornal sobre a crise sanitária e da relação do telenoticiário com o então chefe do Executivo e com o governo; (III) à possibilidade, como iremos mostrar, de o termo "gripezinha" colocar em circulação efeitos de sentido que dicotomizam, de um lado, a saúde e, de outro, a economia, inaugurando um dualismo presente nos dizeres de Bolsonaro e de seus ministros em vários momentos do período analisado, dualismo este explorado pelo *JN* (IV) ao fato de esses dizeres, *tanto do JN quanto de Bolsonaro*, em nossa interpretação, reproduzirem o que determina uma formação discursiva neoliberal; (V)

ao entendimento de que o pronunciamento seja emblemático dentro do acontecimento discursivo pandemia e de que exemplifica os deslizamentos e ressignificações pelos quais passaram termos e expressões; (VI) à compreensão de que o *JN*, ao utilizar os dizeres de Bolsonaro, (supostamente) tentar afastar-se da figura presidencial, colocando-se como uma (suposta) oposição; (VII) ao entendimento de que o pronunciamento atravessa dizeres posteriores, sejam dos apresentadores do telejornal, de repórteres ou de entrevistados, ao ser constituído como acontecimento jornalístico (conforme discussão iniciada no capítulo 3).

Antes de proceder à análise, cumpre justificar a manutenção dos termos para designar os formatos utilizados no telejornalismo – reportagem, lapada, nota coberta, nota pelada, etc., assim como a manutenção de termos que compõem a matéria telejornalística – como *off*, cabeça, nota-pé. A decisão de mantê-los segue algumas premissas: (I) a primeira delas se baseia no fato de trabalhos relevantes desenvolvidos por pesquisadoras-jornalistas inscritas na AD, como Dela Silva (2008) e Pimentel (2008), terem mantido os termos em suas pesquisas de doutorado em Linguística. Dela Silva, cujo objeto são revistas, usa termos próprios da mídia impressa para designar os componentes da matéria, como *lead*, linha fina e chapéu,[41] e as designações de formato (nota, reportagem, editorial). Já Pimentel (2008), cuja pesquisa se volta também ao *JN*, utiliza os mesmos termos por nós mobilizados para designar formatos e componentes das matérias telejornalísticas.

(II) A segunda premissa se baseia no aspecto didático: como já dito, pretendemos apresentar aportes aos estudos em AD e em comunicação/jornalismo. Ao utilizarmos tais designações, esperamos colaborar para que estudantes e pesquisadores da AD que não são da área da comunicação/jornalismo possam conhecê-las. Ao mesmo tempo em que esperamos que acadêmicos de Jornalismo possam, a cada menção, compreender a que se referem tais termos.

(III) Por fim, a manutenção se justifica, pois, ao longo do que se segue, analisaremos *discursivamente* tanto os termos quanto o seu uso, a exemplo do que procedeu Pimentel (2008).

[41] *Lead* é o parágrafo inicial da matéria jornalística impressa e deve responder às questões: "o quê? quem? como? onde? quando? e por quê?". É o equivalente à cabeça, em telejornalismo. Linha fina é a frase que acompanha o título. Chapéu é "a palavra ou expressão utilizada antes do título da notícia ou reportagem, que funciona como uma especificação de tema nos espaços das publicações" (Dela Silva, 2008).

5.1 O PRONUNCIAMENTO ‘GRIPEZINHA’:

5.1.1 As condições de produção do discurso I

- Em 24 de março de 2020, o Brasil contava com 2.201 casos de Covid-19 e 46 mortes. Segundo o Ministério da Saúde, todos os mortos tinham comorbidades;
- No Distrito Federal e em 26 capitais, as ruas ficaram vazias e comerciantes fecharam as portas;
- Em todo o mundo, segundo a OMS, eram 17.241 mortes e 396.249 casos;
- No mesmo dia, a Olímpiada de Tóquio, que aconteceria em 24 de julho de 2020, era adiada para 2021;
- A Índia iniciava o maior isolamento do mundo, de 1,3 bilhão de pessoas;
- Devido às declarações de um dos seus filhos, o deputado Eduardo Bolsonaro, Jair Bolsonaro conversou com a presidente da China – maior parceira comercial do Brasil – para contornar uma crise diplomática. Eduardo havia culpado os chineses pela pandemia;
- Especialistas criticam o ex-ministro da Cidadania Osmar Terra e o então presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo, aliados de Bolsonaro, que criticaram as medidas de isolamento;
- Trabalhadores e microempreendedores começam a ser atingidos pelas medidas. Uma semana antes, o governo havia anunciado um auxílio mensal de R$ 200 a este público e a desempregados;
- Por volta das 20h, Bolsonaro se dirige à Nação, em cadeia de rádio e TV, antes de o *JN* ir ao ar;
- Cerca de meia hora depois, o material sobre o pronunciamento é exibido no *JN*;

- O pronunciamento ocorreu apenas sete dias depois de a primeira (então) morte por Covid-19 ter sido registrada no Brasil.[42]

5.1.2 O apresentador: lugar social x lugar discursivo

Diferentemente do usual, o pronunciamento de Bolsonaro não foi abordado pelo *JN* em forma de reportagem. Exibido minutos antes do telenoticiário, o direcionamento à Nação foi noticiado em forma de nota, introduzida pelo apresentador William Bonner. Para uma melhor análise e compreensão, apresentamos, no Quadro 2, o pronunciamento na íntegra, marcando os trechos exibidos, ou seja, relatados, pelo *JN*. Do quadro, apenas os trechos designados SDs serão objeto de análise.

Quadro 2 – Comparativo pronunciamento "gripezinha" x nota JN

Nota	SD1: Em pronunciamento em rede nacional de televisão agora há pouco, o presidente Jair Bolsonaro contrariou tudo o que especialistas e autoridades sanitárias do Brasil e do mundo inteiro têm pregado como forma de evitar que o novo coronavírus se espalhe. O presidente criticou o pedido para que todos aqueles que possam fiquem em casa. Bolsonaro culpou os meios de comunicação por espalhar a sensação de pavor e disse que se ele contrair o vírus não pegará mais do que uma gripezinha (CABEÇA, William Bonner).
Pronunciamento (Trecho silenciado pelo *JN*)	Desde quando resgatamos nossos irmãos em Wuhan, na China, em uma operação coordenada pelos ministérios da Defesa e das Relações Exteriores, surgiu para nós um sinal amarelo. Começamos a nos preparar para enfrentar o coronavírus, pois sabíamos que mais cedo ou mais tarde ele chegaria ao Brasil. Nosso ministro da Saúde reuniu-se com quase todos os secretários de Saúde dos estados para que o planejamento estratégico de combate ao vírus fosse construído e, desde então, o doutor Henrique Mandetta vem desempenhando um excelente trabalho de esclarecimento e preparação do SUS para atendimento de possíveis vítimas. Mas, o que tínhamos que conter naquele momento era o pânico, a histeria. E, ao mesmo tempo, traçar a estratégia para salvar vidas e evitar o desemprego em massa. Assim fizemos, quase contra tudo e contra todos. Grande parte dos meios de comunicação foram na contramão. Espalharam exatamente a sensação de pavor, tendo como carro-chefe o anúncio de um grande número de vítimas na Itália, um país com grande número de idosos e com um clima totalmente diferente do nosso. Um cenário perfeito, potencializado pela mídia, para que uma verdadeira histeria se espalhe pelo nosso país. Contudo, percebe-se que, de ontem para hoje, parte da imprensa mudou seu editorial. Pedem calma e tranquilidade. Isso é muito bom. Parabéns, imprensa brasileira. É essencial que o equilíbrio e a verdade prevaleça (*sic*) entre nós. O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. (Jair Bolsonaro, em pronunciamento)

[42] Como dissemos na seção 1.2, em abril, outra pessoa seria identificada como sendo a primeira a morrer de Covid-19 no Brasil, o que poderia caracterizar um silenciamento. O tema será abordado posteriormente.

Nota e pronunciamento	SD2: Devemos, sim, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades, estaduais e municipais, devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento de comércio e o confinamento em massa. O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então, por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs com menos de 40 anos de idade. Noventa por cento de nós não teremos qualquer manifestação caso se contamine. SD3: Devemos, sim, é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial, aos nossos queridos pais e avós, […] respeitando as orientações do Ministério da Saúde. SD4: No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria, ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico, daquela conhecida televisão. [...] Enquanto estou falando, o mundo busca um tratamento para a doença (JAIR BOLSONARO, em trecho do pronunciamento reexibido pelo *JN*)
Pronunciamento (trecho silenciado pelo *JN*)	O FDA americano e o Hospital Albert Einstein, em São Paulo, buscam a comprovação da eficácia da cloroquina no tratamento do Covid-19. Nosso governo tem recebido notícias positivas sobre este remédio fabricado no Brasil e largamente utilizado no combate à malária, lúpus e artrite. Acredito em Deus, que capacitará cientistas e pesquisadores do Brasil e do mundo na cura desta doença. Aproveito para render as minhas homenagens a todos os profissionais de saúde. Médicos, enfermeiros, técnicos e colaboradores que, na linha de frente, nos recebem nos hospitais, nos tratam e nos confortam. Sem pânico ou histeria, como venho falando desde o início, venceremos o vírus e nos orgulharemos de estar vivendo neste novo Brasil, que tem tudo, sim, para ser uma grande Nação. Estamos juntos, cada vez mais unidos. Deus abençoe nossa pátria querida (Jair Bolsonaro, em pronunciamento).
Nota-pé	Consultado, o Ministério da Saúde não se pronunciou até o momento sobre a fala do presidente (NOTA-PÉ).[43]

Fonte: Elaborado pelo autor (com informações de https://globoplay.globo.com/v/8428682/ e https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm).

Inicialmente, nos ateremos à introdução da nota, designada *cabeça da matéria* (SD1). Para isso, partimos da proposição dos *jogos de imagens em funcionamento ritual* proposta por Pimentel (2008), que leva em consideração a materialidade advinda das imagens dos sujeitos – sejam apresentadores, repórteres ou entrevistados –, assim como as imagens de cenários, sejam da emissora, do

[43] Também designada de nota (de) retorno, a nota-pé (ou nota pé) é constituída por textos com informações complementares não incluídas nas matérias. Quando o "outro lado" não está inserido no VT, é necessário incluí-lo por meio de nota-pé.

ambiente e/ou que revelem lugares sociais. Conforme a autora, para que todo sujeito tenha autoridade e seja autorizado a dizer, de modo que este dizer tenha autoridade, é necessário ser *identificado e localizado em um lugar social*. O mesmo ocorre com aqueles que aparecem na mídia, os sujeitos midiáticos, que devem ser assim "re-conhecidos" e por essa razão devem ser institucionalmente ligados a uma emissora, a uma imagem institucional, "lugar que autoriza o funcionamento de um telejornal" (Pimentel, 2008, p. 43).

> São a imagem, a voz e o nome do sujeito apresentador que participam da configuração e sustentação da notícia na **cabeça da matéria**, inserido num cenário institucional (estúdio da emissora, do telejornal). Na medida em que aparece como apresentador, autorizado a dizer por se inscrever (ser inscrito) institucionalmente, faz advir um dizer institucional que *se quer autônomo* (Pimentel. 2008, p. 44, grifos da autora, negritos nossos).

Ampliando as proposições acima, em nosso gesto de interpretação, defendemos que, ao enunciar *a cabeça da matéria,* são colocados em jogo o *lugar social* e o *lugar discursivo* do/da apresentador(a). Na AD, o *lugar social* e o *lugar discursivo* determinam as relações de passagem do sujeito empírico para o *sujeito do discurso* (Anjos, 2020). Dito de outro modo, por determinação da ideologia e das relações de poder, o lugar social coloca o sujeito no interior de uma dada formação social. Nesse interior, acaba afetado pelos discursos postos em circulação, advindos das FDs ali existentes. A identificação deste sujeito a determinados saberes dessas FDs, em detrimento de outros, identificação esta promovida pela posição-sujeito que ele assume, irá implicar sua inscrição no lugar discursivo (Anjos, 2020).

Com base no que precede, podemos afirmar que, ao enunciar a cabeça, ou seja, os dizeres que introduzem a parte recortada do pronunciamento presidencial, *apaga-se* o sujeito William Bonner, e o jornalista-apresentador coloca em jogo sua localização e identificação *dentro de um lugar social*. Em outros termos, sua imagem já está dada, já está determinada pelo lugar empírico advindo de uma formação social. Dito de outra forma, no telejornalismo, "o nome do apresentador designa um sujeito de um dado lugar, significando e sendo significado pela emissora" (Pimentel, 2008, p. 61). Dessa forma, o discurso dos telejornais não precisa de uma autoria para si, pois se sustenta no silenciamento da autoria, "interditando-a para que produza o efeito de 'fato falando por si' (Pimentel, 2008).

Seguindo as técnicas do jornalismo para a constituição de uma cabeça (que equivale ao *lead* nos impressos), o jornalista responde às perguntas: quem? (o presidente Jair Bolsonaro); o quê? (contrariou tudo o que especialistas e autoridades sanitárias do Brasil e do mundo inteiro têm pregado); como? (em pronunciamento); onde? (em rede nacional de televisão); quando? (agora há pouco); por que? (porque o vírus causa uma gripezinha).

Tecnicamente, o termo cabeça designa não somente a abertura, mas também marca a condução ou o direcionamento da notícia no telejornalismo. “Se a cabeça é da matéria, entende-se que é por ela que a notícia será apresentada e é nela que, antes, a novidade se configura na relação com o telespectador” (Pimentel, 2008, p. 36).

Dito de outra forma, isso significa que a matéria telejornalística também é aberta pelo *lead*, só que ele está desmembrado da reportagem feita pelo repórter e que será exibida logo a seguir. Ou seja, a cabeça dita pelo sujeito-apresentador (SD1) funciona como uma espécie de síntese da notícia. “Embora possa ser sugerido pelo repórter, o *lead*, como cabeça da matéria, é comumente redigido pelo editor” (Pimentel, 2008, p. 36). O *lead* seria, desta forma, “**um pré-construído do jornalismo**, naturalizador do primeiro parágrafo como sendo *a notícia*” (Pimentel, 2008, p. 36, grifos nossos). Em outros termos, por meio de um percurso de análise discursiva, Pimentel (2008) observou que há um deslocamento das perguntas tidas como básicas, e de suas respectivas respostas, que passam, assim, a estar em todo o corpo da matéria, provocando uma desestabilização de que o designado *lead* corresponderia ao primeiro parágrafo no caso do telejornalismo. Trata-se, de fato, de uma síntese da notícia que, ao mesmo tempo, funciona como se *fosse a própria notícia*. Ainda no âmbito da AD, Mariani (1996) parte de Traquina (2005b) para exemplificar que o *lead* e suas técnicas de elaboração fazem parte da construção do mito da informatividade. A mitologia em torno da informação se iniciou no século XIX, com o positivismo, que pregava “a separação entre fatos e opiniões no discurso jornalístico” (Mariani, 1996, p. 87). Por meio das respostas às perguntas acima citadas, há a pretensão de que qualquer fato possa ser descrito sob “a forma de notícia objetiva. Em outras palavras, essas técnicas jornalísticas representam [representariam] uma forma de se evitar o desvio opinativo”, o que concorreu para que

o discurso jornalístico tenha se institucionalizado e erguido em torno de si o mito da informatividade (Mariani, 1996, p. 87).

Ou seja, na cabeça (SD1), o jornalista apresenta um resumo do que virá a seguir como se fosse apenas *informação*, refutando possíveis interpretações e teores opinativos. No caso específico em tela, houve um *relato* dos dizeres de Bolsonaro. Caso se tratasse de uma notícia ou de uma reportagem convencional, e não de uma nota, a síntese poderia incluir relatos dos dizeres dos repórteres e dos entrevistados. Dito de outro modo, na cabeça – quando são seguidos os cânones de jornalismo – poderá haver representações do discurso (do) outro, discursos relatados. Neste caso específico, chama atenção o fato de, apesar de os dizeres postos em circulação após a cabeça (SD1) trazerem apenas o enunciado por Bolsonaro, os dizeres do jornalista relatam supostamente discursos de especialistas, cujos nomes não são citados: "[…] especialistas e autoridades sanitárias do Brasil e do mundo inteiro têm pregado."

Mesmo com esse não-dito, é possível afirmar que há um atravessamento interdiscursivo nos dizeres iniciais. Interdiscurso advindo de FDs da área médica e da saúde. Essa constatação reforça nosso gesto de análise de que *há sobreposições (ou superposições) de heterogeneidades na constituição do discurso jornalístico*. Como citamos, a heterogeneidade constitutiva é inerente a todo e qualquer discurso: trata-se da presença do *Outro* (Authier-Revuz, 1990,1998, 2004, 2015). Porém no discurso jornalístico, além desta, há aquela heterogeneidade advinda daqueles que atuam no processo de constituição da notícia: o(s) outro(s). É necessário dizer que estes últimos também têm seus dizeres atravessados pela heterogeneidade constitutiva – pelo Outro. Isso em razão de que "constitutivamente, no sujeito e no seu discurso está o Outro" (Authier-Revuz, 1990).

Na forma de discurso indireto, chama atenção na SD1 o uso dos verbos, *contrariar*, *pregar, criticar*, *culpar*, *espalhar* e *dizer*,[44] que estariam sendo usados como verbos delocutivos – aqueles que "fazem referência à atividade delocutiva [relacionada à pessoa de quem se fala] focalizada no discurso relatado" (Benites, 2002, p. 112). Dito de outra forma, verbos delocutivos são aqueles em que quem enuncia, o locutor, o faz como *se não fosse responsável pela enunciação*, exercício muito comum na mídia.

[44] Estes casos se inserem no chamado discurso relatado indireto informal (DRIF), ao qual voltaremos ao final desta seção.

No discurso relatado, apenas o verbo dizer seria “aparentemente neutro”, pois todos os demais verbos delocutivos, por suas vezes, “veiculam sempre diversos pressupostos” (Charolles, 1988 *apud* Benites, 2002, p. 112). *Revelar*, por exemplo, incide sobre um valor de verdade; *repetir*, *replicar* e *concluir* implicam posição cronológica “posterior a dizer ou afirmar”. Outros, como *sussurrar*, caracterizam o tom ou a forma como se fala (Benites, 2002, p. 112).

Em geral, e tendo como fim a pretensa objetividade, os manuais de redação jornalística – tanto televisiva quanto impressa e *online* – orientam sobre o uso dos verbos em declarações. O *Novo Manual da Redação* da Folha de S.Paulo (1992) orienta que sejam utilizados somente com o fim de introduzir ou finalizar as falas do que a publicação designa “personagens da notícia”. Por isso, devem ser usados verbos de “característica neutra”, como *dizer*, *declarar* e *afirmar*, e evitados *admitir*, *reconhecer*, *lembrar*, *salientar*, *ressaltar* e *confessar* (Folha de S.Paulo, 1992, *apud* Benites, 2002, p. 114).

Barbeiro e Lima (2013), em seu *Manual de Jornalismo para Rádio, TV e Novas Mídias*, orienta jornalistas para que avaliem os verbos usados nas declarações.

> […] os mais usados são dizer e afirmar. “Informar” significa relatar um fato, “garantir” é assegurar, dar certeza absoluta, “declarar” significa pronunciar e “admitir” tem sentido de confessar. Cuidado com o verbo “advertir”, pois ele é ambíguo e tem sentido de censurar, chamar a atenção etc. Ambíguos também são os verbos “dever” e “poder”, pois indicam capacidade e possibilidade; já o verbo “querer” indica intenção, nunca decisão (Barbeiro; Lima, 2013, p. 152)

Em nosso gesto de interpretação, com base na AD, o ensinado pelos manuais, no entanto, apenas concorre para confirmar que a propalada objetividade jornalística é apenas uma pretensão, pois, independentemente de verbo, sempre haverá produção de sentidos que serão colocados em circulação. Produção esta feita a partir da disputa de influências postas em funcionamento no fazer jornalístico (Mariani, 1998). Porém, na SD1, além de não utilizar nem mesmo o apregoado pelos manuais, o jornalista-apresentador, ao se referir especificamente a Bolsonaro, não utiliza verbos com a intenção de apenas relatar, mas de imputar um posicionamento ao então presidente. Por meio de verbos funcionando como delocutivos, o sujeito-jornalista se afasta da responsabilidade daquilo que enuncia. Em outros termos, exime-se de seu *propósito comunicativo*, imputando-o ao então presidente, que *contrariou* o pregado por especialistas e autoridades sanitárias; *criticou* o pedido para que quem pudesse

ficasse em casa e *culpou* os meios de comunicação. Em seu lugar de jornalista-apresentador do jornal mais assistido do país, ele enuncia com a autoridade e a autorização a ele conferidas pela instituição à qual pertence e imputa outros sentidos ao dito pelo então chefe do Executivo por meio de verbos que expressam contrariedade ou embate (contrariou, criticou) e culpabilização (culpar).

Outra particularidade dos verbos usados no discurso de Bolsonaro relatado pelo *JN* é que são fruto de uma interpretação, pois ensejam um juízo de valor a respeito dos dizeres do pronunciamento. Ou seja, colocam opiniões em circulação dando a estas o tratamento de notícia. Por sua vez, o único verbo considerado "neutro" presente na SD1, *dizer*, foi utilizado justamente para chamar atenção para o enunciado que coloca em circulação sentidos de minimização da gravidade da pandemia por parte do então presidente: que, caso contraísse Covid-19, ele teria apenas uma gripezinha. Ou seja, o verbo foi utilizado para destacar a ideologia negacionista do então mandatário. O efeito de sentido deletério, neste caso, por si só, já está no próprio enunciado de Bolsonaro, não sendo necessária a inclusão de um verbo – diferente de dizer – cujo efeito de sentido é de demérito.

Essa utilização de verbos que ensejam opiniões para relatar o discurso de outros, por parte do *JN*, é uma das primeiras regularidades encontradas em nosso *corpus*. Corroboram com essa informação – além de outras SDs adiante analisadas – dizeres como os postos em circulação ao final da mesma edição, ao citar a repercussão do pronunciamento. Nessa materialidade, o telenoticiário exibiu uma paráfrase do enunciado na cabeça da primeira matéria (SD1). Em substituição a "culpou os meios de comunicação", o noticiário utilizou "*atacou* a imprensa [...]. Ou seja, colocou em circulação o sentido de que, pelo simples fato de noticiar, os meios de comunicação são vítimas de ataques. Apesar de ser uma outra enunciação, por ser uma paráfrase da SD1, designamos-na SD1'

> SD1': O pronunciamento do presidente Bolsonaro sobre o coronavírus está repercutindo. Contrariando o que especialistas e autoridades sanitárias do país e do mundo inteiro têm pregado como forma de evitar que o novo coronavírus se espalhe, Bolsonaro criticou em rede nacional o isolamento domiciliar. Bolsonaro também atacou a imprensa por, segundo ele, espalhar sensação de pavor.

Como já dito, os verbos utilizados pelo *JN* nesta representação do discurso (do) outro colocam em circulação efeitos de sentido de embate. Essa metaforização,

advinda do atravessamento de uma memória belicista, coloca em circulação efeitos de sentido de que Bolsonaro estava em *trincheiras opostas* àqueles que combatiam o vírus: por isso ele *atacava*. O que nos leva a outro campo, próprio das pandemias e comum ao discurso sobre doenças, que coloca os agentes patológicos e as próprias enfermidades como inimigos a serem combatidos. “A metáfora militar na medicina foi usada em larga escala pela primeira vez na nona década do século passado [século XIX], com a identificação das bactérias como agentes patológicos. Das bactérias se dizia que ‘invadem’ ou ‘se infiltram’” (Sontag, 1984, p. 42). Isso implica dizer que há um intercâmbio de regiões discursivas diferentes. Próprio de uma FD militar, belicista, os termos de guerra, do campo de batalha, foram ‘importados’ interdiscursivamente para a FD da medicina, sanitarista, pois, como sabemos, por meio de Pêcheux, “é porque os elementos da sequência textual funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (meta-forizados) de uma sequência pertencente a outra formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente” (Pêcheux, 2015, p. 158).

Essa metaforização, advinda do atravessamento de uma memória belicista, teve seu funcionamento de forma distinta a cada doença. No caso do câncer, por exemplo, a guerra era travada no corpo do sujeito: a radioterapia bombardeia os pacientes com raios (guerra aérea); a quimioterapia usa “venenos” para tentar vencer a doença (guerra química). Tudo tem como fim “matar” as células cancerosas (Sontag, 1984). Já no caso da epidemia de AIDS, as metáforas de guerra se uniram à de poluição, de contaminação. As pessoas passaram a ser vistas sujas moral e fisicamente: “[…] tanto por serem positivos para HIV quanto pelo seu comportamento sexual e pelo uso de drogas injetáveis (Sontag, 1989 *apud* Moura, 2023, p. 79). Ou seja, o inimigo a ser combatido não era o vírus ou a doença, mas os sujeitos, em um funcionamento de uma FD em que estão vigentes valores religiosos (cristãos, sobretudo) e morais. Em nosso entendimento, a guerra não era travada *dentro* dos corpos, mas *contra* os corpos, uma vez que tanto o sujeito como o comportamento deste também eram vistos como doença.

Já a metaforização na pandemia de COVID-19 funcionou para criar um efeito de sentido de pertencimento social e de urgência que auxiliou no combate à enfermidade: fora exceções, a maioria lutava contra um inimigo, o vírus, a doença, e este tinha de ser combatido (Moura, 2023). Em nossa interpretação, o acontecimento

do coronavírus provocou novos deslizamentos de sentidos nos termos belicistas que, embora ainda remetam à guerra, colocaram em circulação efeitos de sentido de união de todos contra um: o coronavírus. Esses efeitos de sentido *encharcaram* formas de dizer, de ser, de sentir e de agir, tendo como uma de suas manifestações as salvas de palmas das janelas e sacadas, oferecidas por pessoas em isolamento aos profissionais de saúde.

Essa metaforização em que termos bélicos foram utilizados em relação à Covid-19, colocando as ações para mitigar a doença como algo a ser feito em conjunto, esteve em funcionamento no discurso do *JN* por meio do uso de verbos como *combater*, *defender* e *enfrentar* e de substantivos como *combate*, como se vê nas sequências discursivas abaixo (como estas não fazem parte da matéria em tela, mas são fundamentais para mostrar uma regularidade, ademais que algumas serão retomadas adiante, convencionamos utilizar letras para designá-las):

> SDa: "Bolsonaro voltou a criticar o isolamento social que virologistas e infectologistas [...] defendem como forma de *combater* o espalhamento, vamos dizer assim, do novo coronavírus" – enunciado do sujeito-apresentador em 25 de março de 2020, um dia após o pronunciamento.
>
> SDb: "Ao lado da equipe que coordena o *combate* ao coronavírus, Luiz Henrique Mandetta foi cuidadoso [...]" – enunciado do sujeito-apresentador na edição de 16 de abril de 2020, data em que Mandetta foi demitido por Bolsonaro.
>
> SDc: "Mandetta sempre *defendeu* o distanciamento como forma mais eficiente de *enfrentar* a doença" – enunciado da sujeito-apresentadora na edição de 16 de abril de 2020, data em que Mandetta foi demitido por Bolsonaro.
>
> SDd: "*Enfrentar* essa pandemia no país tem exigido esforços que vão além do *combate* à Covid-19." Sujeito-repórter em discurso relatado (leitura de nota emitida pela Frente Parlamentar de Prefeitos, em que os dizeres são destacados em uma arte na tela, por ocasião da saída de Nelson Teich do Ministério da Saúde, em 15 de maio de 2020.
>
> SDe: "Para que nós possamos *enfrentar* o que realmente interessa, que é pandemia." Senador, então líder do Governo no Congresso, em entrevista por ocasião da saída de Nelson Teich do Ministério da Saúde, em 15 de maio de 2020.

Ou seja, por parte do *JN*, a metaforização advinda da FD belicista, de guerra, no entanto, não ficou restrita à doença, mas também foi posta em funcionamento nos

discursos relativos ao próprio então presidente. O uso desses verbos pelo telejornal, em nossa compreensão, colocou em circulação efeitos de sentido de que Bolsonaro estava ao lado do inimigo – e, consequentemente, contra a população. O inimigo, no caso, o coronavírus. É o que depreendemos a partir dos verbos contrariar (ir contra), culpar (que enseja um julgamento sumário) e atacar, e até de termos de outras classes gramaticais, como a preposição "contra". Por meio desses enunciados, o telenoticiário colocou em circulação efeitos de sentido de que o inimigo comum a todos não era apenas o coronavírus, mas o próprio então presidente, que atacava todos aqueles que combatiam a enfermidade, ou seja, especialistas e autoridades sanitárias do Brasil e do mundo e os meios de comunicação.

Ainda no que diz respeito ao discurso relatado, o verbo pregar, utilizado na SD1 para delegar uma ação a "especialistas e autoridades sanitárias do Brasil e do mundo inteiro", também revela um posicionamento do telejornal. Se nos ativermos ao estudo do léxico, *pregar* teria como acepção falar com intenção de convencer alguém de uma crença, propagar uma doutrina, alardear, incutir, falar com a intenção de ajudar e exigir em voz alta com palavras fortes (Pregar, 2023, n. p.). Em um exercício parafrástico, podemos depreender que o sujeito-enunciador disse:

(I) "Jair Bolsonaro contrariou tudo o que especialistas e autoridades sanitárias do Brasil e do mundo inteiro *têm falado para convencer as pessoas a acreditar* nas formas de evitar que o novo coronavírus se espalhe";

(II) ou ainda: "Jair Bolsonaro contrariou tudo o que especialistas e autoridades sanitárias do Brasil e do mundo inteiro têm *propagado para tentar doutrinar as pessoas* de evitar que o novo coronavírus se espalhe";

(III) "Jair Bolsonaro contrariou tudo o que especialistas e autoridades sanitárias do Brasil e do mundo inteiro *têm alardeado* para evitar que o novo coronavírus se espalhe";

(IV) Outra paráfrase possível é: "Jair Bolsonaro contrariou tudo o que especialistas e autoridades sanitárias do Brasil e do mundo inteiro *têm incutido nas pessoas para* evitar que o novo coronavírus se espalhe".

(V) Por fim, “Jair Bolsonaro contrariou tudo o que especialistas e autoridades sanitárias do Brasil e do mundo inteiro *têm exigido das pessoas* para evitar que o novo coronavírus se espalhe.”

Por meio desse exercício, é possível perceber o caráter de autoridade quase mística atribuída aos especialistas no telejornal – que não aparecem na matéria, reafirmamos – colocando em funcionamento um *efeito de evidência*. Como forma de aumentar a autoridade dos especialistas, há uma aproximação desses a pregadores, a doutrinadores, a mandatários, cuja sabedoria não pode ser contestada como não se contesta um dogma. É como se o *JN* dissesse: “É assim, sim, e todos devem saber disso”, o que, em nossa compreensão, inscreve a SD1 no discurso autoritário: ou seja, este tipo de discurso não se restringiu a Bolsonaro, como aprofundaremos ainda neste capítulo.

No que diz respeito à asserção de autoridade apenas – e não ao discurso autoritário –, cumpre elucidar que esta também é designada argumento de autoridade, como já citado, sendo usada pela imprensa para tornar mais contundente o efeito de sentido almejado. Neste caso, por meio da elevação mí(s)tica dos ‘especialistas’.[45] Em termos discursivos há, neste sentido, o uso da imagem e do lugar social que essas autoridades ocupam para destituir o valor do dito pelo então presidente. Mesmo sem identificar quem seriam os especialistas e quais autoridades sanitárias, o telejornal ‘noticia’ que Bolsonaro contrariou o que *pregam*.

O apresentador poderia utilizar os verbos ‘dizer’ ou ‘falar’ – mais populares, de grande uso no jornalismo televisivo e indicados pelos chamados manuais, como supramencionado. Percebe-se, aí, a contradição entre a evocação, uma sugestão, de um (quase) discurso científico – produzido pelos “especialistas e autoridades sanitárias do Brasil e do mundo inteiro” – atravessado por uma memória própria de uma FD ligada à religiosidade: *pregar* encerra o efeito de crença, de defesa de algo inquestionável, *que não deve e não pode ser contestado*. Nesse sentido, os dizeres do apresentador elevam o caráter da pesquisa e da ciência a algo mítico; e aquele que a questiona – Bolsonaro –, a uma espécie de blasfemo, um obscurantista.

Essa contrariedade do então presidente, segundo o jornal, não era em parte, mas em seu todo, como podemos depreender a partir do pronome *tudo*.

[45] O estudo dessa categoria será aprofundado a seguir.

Para a gramática tradicional, pronomes indefinidos "referem-se à terceira pessoa do discurso de forma vaga, imprecisa ou genérica" (Cipro Neto; Infante, 2008, p. 292). No entanto, essa mesma gramática aponta que, se atentarmos a esses pronomes, é possível notar que alguns deles criam sistemas em que há oposição de sentidos. Partindo desse princípio, *tudo* e *todo* "indicam uma totalidade afirmativa", em oposição a *nenhum* e *nada*, "que indicam uma totalidade negativa" (Cipro Neto; Infante, 2008, p. 292).

Na perspectiva da AD, porém, podemos apreender que, ao dizer "tudo", coloca-se em circulação um efeito de sentido totalizador que nega o dizer do presidente. Todos os especialistas e todas as autoridades sanitárias, *sem exceção*, *pregam* exatamente o oposto do que Bolsonaro diz. Dito de outra forma, em mais um exercício parafrástico, podemos deduzir que, segundo o *JN*, "o presidente *não concordou com nada* do que especialistas e autoridades sanitárias do Brasil e do mundo inteiro têm *pregado*".

Voltando à teoria, gostaríamos de relembrar o funcionamento discursivo, como comentado na Introdução. Como destacamos, segundo Pêcheux (2014a), o discurso sempre é remetido às relações de sentido nas quais é produzido. Em outros termos, um discurso sempre remete a outro ao qual pode ser uma resposta direta ou indireta, pondo em funcionamento seus principais termos ou anulando argumentos. Dessa forma, não há um "início" para o processo discursivo, mas, sim, uma remissão a outro. O discurso sempre declina de um *discursivo prévio* (Pêcheux, 2014a).

> […] o orador sabe que quando evoca tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com as "deformações" que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido.
> Isso implica que o orador experimente de certa maneira o lugar de ouvinte a partir de seu próprio lugar de orador: sua habilidade de imaginar, de preceder o ouvinte é, às vezes, decisiva se ele sabe prever, em tempo hábil, onde este ouvinte o "espera". Esta antecipação do que o outro vai pensar parece constitutiva de qualquer discurso, através de variações que são definidas ao mesmo tempo pelo campo dos possíveis da patologia mental aplicada ao comportamento verbal e pelos modos de resposta que o funcionamento da instituição autoriza ao ouvinte: a esse respeito, um sermão e uma conversa a bandeiras despregadas "funcionam" de modo diferente. Em certos casos, o ouvinte, ou o auditório, pode bloquear o curso ou, ao contrário, apoiá-lo por meio de intervenções verbais ou não verbais (Pêcheux, 2014a, p. 76-77).

Dizendo de outra maneira, o funcionamento discursivo é uma "atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado, para um interlocutor (Orlandi, 1987, p. 61). Especificamente, no caso da TV, o processo de antecipação próprio desse funcionamento deve ser entendido primeiramente sob o ponto de vista do sujeito-jornalista, que, inicialmente, experimenta "o lugar de ouvinte a partir de seu próprio lugar de orador" e, de antemão, também vislumbra seu telespectador e o que este dele espera. Em uma outra *camada*, o jornalista antecipa o que fontes, personagens, entrevistados e até mesmo os criticados (pelo meio midiático) esperam dele.[46] Todas essas "vozes que se agregam à voz do sujeito do discurso" (Indursky, 2013. p. 66), no que diz respeito à TV, nem sempre são permitidas a "falar", muitas, como buscamos mostrar, são simplesmente silenciadas ou colocadas como forma de ratificar um sentido.

Nas teorizações sobre *formações imaginárias*, Pêcheux (2014a) vem a contestar a teoria e o esquema de comunicação de Jakobson, em que há um destinador (A) e um destinatário (B), além do código linguístico (L) e um referente (R). Diferentemente do pensador russo, Pêcheux (2014a) afirma que A e B designam não interlocutores, *mas lugares dentro de uma determinada formação social*, representados nos processos discursivos: "[...] o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro" (Pêcheux, 2014a, p. 82).

Segundo o autor, no interior dos mecanismos das formações imaginárias, funcionam determinadas regras de projeção que estabelecem relações entre as situações e as posições, que são representações dessas situações, numa relação provavelmente não biunívoca, "[...] de modo que diferenças de situação podem corresponder a uma mesma posição, e uma situação pode ser representada como várias posições" (Pêcheux, 2014a, p. 82). Isso implica dizer que, em todos os processos discursivos, estão em funcionamento essas formações imaginárias, que podem ser resumidas da seguinte forma: (I) os lugares que cada um dos sujeitos (A e B) atribui a si mesmo e ao outro; (II) a imagem que os sujeitos têm do lugar que ocupam e do lugar do outro.

[46] No caso específico do *JN* e Bolsonaro, esse funcionamento ocorre de forma 'simbiôntica', como mostraremos na seção 7.2.

Esse esboço, que também representa a forma pela qual a posição dos sujeitos é integrante das condições de produção do discurso, é complementado com o que, no esquema comunicacional, seria o Referente (R), mas que, na AD, refere-se ao contexto ou à situação: (III) a imagem que cada um dos sujeitos tem do referente. Em outros termos, seria o ponto de vista de A sobre R e o ponto de vista de B sobre esse mesmo R, entendendo *ponto de vista* não como uma "realidade física", mas como *objeto imaginário* (Pêcheux, 2014a). Dito diferentemente, as *formações imaginárias são representações de lugares definidos socialmente funcionando no discurso*.

Trazendo todas essas considerações ao nosso *corpus*, ao colocar Bolsonaro como questionador da ciência, um obscurantista (na SD1), o *JN* coloca em circulação a imagem que o telejornal, como produto de mídia, tem do chefe do Executivo. No entanto, esses significantes não foram os únicos postos em jogo pelo telenoticiário e variaram de acordo com as condições de produção imediatas, conforme mostraremos a seguir. O mesmo ocorrendo, por sua vez, por parte de Bolsonaro. Na próxima seção, seguiremos na análise do lugar de Bolsonaro para o *JN*, da imagem do lugar do *JN* para Bolsonaro e da imagem que o chefe do Executivo tem do lugar que ele mesmo ocupa.

5.2 O OBSCURANTISTA E A MEMÓRIA DA TERRA ARRASADA

Antes de iniciar a análise sobre o imaginário do outro, no caso, de Bolsonaro, dentro da cobertura do *JN*, é preciso tecer alguns comentários. Primeiro, que cada um desses *significantes* não aparece sozinho no telenoticiário. Muitas vezes, em uma mesma materialidade, é possível identificar vários. No entanto, há a predominância de um. Isso ocorre também no aspecto temporal. Durante determinados períodos, dependendo das condições de produção, um ou outro será predominante. É o que ocorre, por exemplo, nos dias pós-pronunciamento sobre a "gripezinha", em que a imagem de Bolsonaro como obscurantista foi predominante. Aos poucos, essa construção foi sendo dividida com sua posição/imagem de autoritário.[47] Mas, antes, voltemos ao pronunciamento e aos sentidos postos em circulação pelo *JN* ao relatá-lo.

[47] Como mostraremos a partir das análises das SDs65 e 66, entre outras, no capítulo 7.

Além dos dizeres da SD1 (a cabeça da matéria), é mister atentar ao trecho do "pronunciamento em rede nacional de televisão" utilizado para transformá-lo em notícia. De um total de quatro minutos e quarenta e três segundos, a emissora utilizou apenas um minuto e vinte segundos. Entende-se que, em um telejornal, um material de quatro minutos e quarenta segundos é considerado muito longo, o que não permitiria veicular a totalidade dos dizeres. Há ainda a questão do tempo entre a exibição do pronunciamento via rede de rádio e comunicação e o início do telejornal, no ar logo após a intervenção presidencial encerrar-se. Em nossa compreensão, o pouco tempo entre o encerramento da fala de Bolsonaro e o início do *JN* e a exibição do material sobre o fato concorreu para que o trecho de 1'20" fosse retirado do pronunciamento em forma de bloco. Ou seja, foram feitos apenas dois cortes, o inicial e o final.

No entanto, defendemos, sob o ponto de vista da AD, que mesmo se não houvesse os cortes, e o pronunciamento fosse exibido na íntegra, os efeitos de sentido colocados em circulação não seriam os mesmos. Primeiramente, devido aos dizeres da cabeça da matéria (SD1), em que Bonner já sugere aos telespectadores como estes deveriam ver e entender o que viria a seguir. Segundo, por ser um discurso relatado – ou uma interpretação de um sujeito-editor sobre o pronunciamento de Bolsonaro – e utilizar verbos com valor de delocutivos, a SD1 coloca em jogo um efeito de sentido de que o locutor (o sujeito-apresentador) não é responsável pelo seu dizer, mas, sim, Bolsonaro. Ou seja, tem-se a ilusão de que na cabeça estaria representada a fala do outro, apenas replicada, quando não é. Há, portanto, uma forma de silenciamento, que silencia o enunciador-apresentador como se o enunciado fosse do outro: no caso, de Bolsonaro.

Por fim, trata-se de uma reexibição e não do pronunciamento original. Portanto, as condições de produção do discurso produzido pela segunda vez não são as mesmas do original. Não é mais o discurso do chefe do Executivo, mas o discurso dele recortado e, de certa maneira, relatado, pois atua como uma citação entre aspas: um discurso direto, que pode ser entendido como um caso de heterogeneidade marcada.

Dito isso, destacamos, do pronunciamento, as seguintes SDs – aqui novamente transcritas:

> SD2: Devemos, sim, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades, estaduais e municipais, devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento de comércio e o confinamento em massa. O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então, por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs com menos de 40 anos de idade. Noventa por cento de nós não teremos qualquer manifestação caso se contamine. [...]
>
> SD3: Devemos, sim, é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial, aos nossos queridos pais e avós […]
>
> SD4: No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria, ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico, daquela conhecida televisão [...]

No discurso de Bolsonaro relatado pelo *JN*, ao criticar governadores e prefeitos, por adotarem restrições de circulação, o então presidente usa primeiramente o verbo *dever*, de forma imperiosa, em seguida, utiliza o termo *terra arrasada*. Estratégia militar, o conceito de terra arrasada (ou terra queimada) é utilizado por historiadores, entre outros, para designar uma ação comum a inúmeros povos em inúmeras guerras. Gêngis Khan, conquistador mongol dos séculos XII e XIII, foi um dos que utilizaram o artifício contra os inimigos e também que sofreram com ele. A estratégia consiste em destruir, muitas vezes com fogo, os campos do inimigo, depois de serem pilhados, ou os próprios bens, para evitar, justamente, a pilhagem (Barbosa, 2006, p. 146).

Emblemática, a estratégia da Ásia Central também foi adotada pelos russos em duas oportunidades: em 1812, contra o exército de Napoleão, e em 1941, já com a Rússia à frente da União Soviética, liderada por Stalin, contra o exército de Hitler e sua Operação Barbarossa. Em ambas as oportunidades, o próprio povo provocou a destruição para evitar que seus bens caíssem em mãos inimigas. No entanto, a mais emblemática teria sido esta última, solicitada por Stalin (Tota, 2006).

Com base no que precede, podemos postular que os dizeres “algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada” está atravessado por essa memória de estratégia de guerra – sobretudo, se levarmos em conta que foram enunciados por Bolsonaro, um militar do Exército, com patente

de capitão e egresso da Academia Militar das Agulhas Negras. No entanto, nosso gesto de interpretação nos leva a considerar que poderia haver aí um atravessamento interdiscursivo que o faz colocar essas "poucas autoridades" em um outro campo. Dito diferentemente, *terra arrasada*, nessas condições de produção, não é apenas um jargão militar (que, por si, já ressoa uma memória).

Sabemos, como esboçado acima, com base na teorização de Pêcheux sobre as formações imaginárias, que a posição dos protagonistas do discurso intervém no processo discursivo "a título de condições de produção" – da mesma forma que o contexto, a situação em que o discurso acontece. No que diz respeito ao sujeito, além do contexto militar em que vive/viveu, é necessário ainda atentar ao fato de ser um homem, então com 67 anos de idade, que se formou na academia militar, em 1977, aos 22 anos, em plena ditadura militar, sempre citada por ele em tom "nostálgico". Ou seja, é possível apontar que essa manifestação é atravessada por uma ideologia.

Sobre isso, cabe aqui uma reflexão. Como bem nos lembra Indursky (2013),

> Para a AD, a categoria de sujeito não é idealista por ser interpelada ideologicamente […] e o sujeito, ao produzir seu discurso, o faz a partir de determinadas *posições de sujeito*, igualmente ideológicas. Tais posições, contudo, não transformam esse sujeito em uma figura que decide livremente seu discurso, pois se trata de um sujeito socialmente constituído. No entanto, por não ter consciência de seu assujeitamento, mantém fortemente arraigada a ilusão de ser plenamente responsável por seu discurso e suas posições (Indursky, 2013, p. 35).

Em síntese, Bolsonaro formula seus dizeres a partir de sua posição-sujeito. Seus discursos são atravessados por uma ideologia, mesmo que ele se ache a fonte do sentido de seu dizer ou creia que esteja no controle do sentido do que diz.

Advindo de uma FD militar, o termo *terra arrasada*, à primeira vista, poderia ser considerado uma metáfora. Como já dissemos, partindo do ponto de vista do interdiscurso como princípio de funcionamento da discursividade e da noção de que, uma vez que elementos de uma determinada sequência textual, que funcionam em uma dada FD, podem ser importados (ou meta-forizados) de uma sequência de outra FD, as referências discursivas podem tanto construir-se quanto deslocar-se historicamente (Pêcheux, 2015, p. 158). Esse movimento que dá origem ao deslocamento das FDs na história pode ocorrer não apenas por meio de pré-

construídos trazidos de outras regionalizações do interdiscurso, mas de um movimento transversal (Pêcheux, 2015).

Para teorizar sobre a metáfora, Pêcheux parte de uma reflexão sobre *incêndio* por meio de duas sequências discursivas colocadas em circulação em situações distintas: a primeira (S1) deriva do discurso cotidiano urbano do século XIX: "As lojas X/ o banco y/ o prédio administrativo Z/... foram destruídos pelo fogo" (Pêcheux, 2015, p. 159). A segunda (S2) advém do discurso político revolucionário clássico, referido historicamente por anarquistas e marxistas: "É preciso destruir o estado burguês pela Revolução" (Pêcheux, 2015, p. 159).

Dito isso, o autor propõe representar as duas SDs da seguinte forma: S1: Incêndio – destruir – prédios/bancos/lojas; e S2: Revolução – destruir – Estado burguês. Segundo ele, em relação a *incêndio*, de S1, "[...] um efeito metafórico de interdiscurso pode ser importado em S2 sob a forma de inserção (ex.: 'o incêndio da revolução destruirá o Estado burguês')". Outra forma seria a substituição: "Viva o incêndio do Estado burguês" (Pêcheux, 2015, p. 159). São produzidos aqui, em ambos os casos, efeitos de relação entre Incêndio/Revolução. Ou seja, se o incêndio destrói e a revolução tem como fim destruir, logo, ambos os termos são equiparados. Incêndio, então, é importado como sinonímia de revolução que irá destruir a propriedade burguesa. Trata-se, conforme Pêcheux, de um processo do tipo metáfora poética:

> […] um "curto-circuito" simbólico se produz entre os dois termos sem que nenhum discurso justificativo o subentenda: as explicações e as justificações virão após. Poder-se-ia dizer que o surgimento desse efeito metafórico corresponde à apreensão anarquista do processo revolucionário, no imediato de seu entusiasmo deflagrador (Pêcheux, 2015, p. 159).

Em outros termos, a metáfora seria a importação e, nesse processo metafórico, há um efeito de similaridade, advindo da ligação da destruição causada pelo incêndio e aquela causada pela revolução. Dando continuidade ao seu raciocínio, Pêcheux (2015) propõe mais um "curto-circuito", dessa vez, proporcionado por um novo elemento na relação entre as duas sequências discursivas. Esse novo elemento (S3) é uma sequência textual transversal, que liga S1 e S2 "como um fio de trama". S3, como ensina o autor, pode ser exemplificada por sequências como "[...] O Estado burguês protege as lojas, os bancos, as administrações [...]" e "[...] ele [o Estado

burguês] está organicamente ligado a essas instituições [...]" (Pêcheux, 2015, p. 159-160).

Dito de outro modo, nesse caso, da mesma forma como Vela/Barco, em que o todo se articula com uma parte constituinte (vela), a metáfora Incêndio/Revolução tende a se metonimizar. Não se trata mais de uma *relação comparativa, como ocorre com a metáfora, mas de uma relação objetiva, de contiguidade*. Pêcheux (2015) encerra concluindo que essa construção teórica é a presente no discurso marxista clássico. Construção que constitui uma metonimização da irrupção anarquista. Ele ressalva que não se trata, no entanto, de uma condenação do anarquismo ou do marxismo, mas que seu percurso teórico teve como fim demonstrar como um efeito do interdiscurso é possível de se transformar historicamente. Por fim, o autor acrescenta que, dentro do que se refere, *a metáfora seria uma perturbação que toma a forma de lapso, ato falho, de um efeito poético, de anedota, de enigma*. Por sua vez, *a metonímia aparece ao mesmo tempo como uma forma de "tratar" esta perturbação*, "[…] de *reconstruir* suas condições de aparecimento, um pouco como um biólogo reconstrói conceptualmente o processo de uma doença para intervir sobre ela" (Pêcheux, 2015, p. 160).

Trazendo toda essa teorização ao nosso *corpus*, pode-se dizer que, num primeiro momento, na formação discursiva em que Bolsonaro se inscreve, poderíamos entender que o processo seria de metaforização, com o presidente evocando o termo "terra arrasada" pura e simplesmente da estratégia de guerra. No entanto, há também um segundo atravessamento ideológico, que não é novo, mas que foi revitalizado, próprio da direita e da extrema-direita, que coloca todos aqueles que não coadunam com determinados ideais no rol de inimigos, da esquerda, do comunismo:

> No Brasil atual, comunismo é, para dizer o mínimo, um anacronismo. Surpreendentemente, porém, o apelo repercutiu com força na sociedade, se projetou por todo lado e muita gente ficou em polvorosa. Por algumas razões. Uma, o anticomunismo é manipulado presentemente no país de modo a mobilizar diversos preconceitos de ordem moral e política em diferentes grupos sociais. Seu conteúdo é vazio: serve para nomear e desqualificar genérica e literalmente o opositor – independente de quem seja (Starling, 2019, n. p.).

Em síntese, Bolsonaro coloca como seus inimigos – e, portanto, do povo, a quem representa – "alguns governadores e prefeitos" que irão destruir seus Estados

e seus municípios por meio de ações como “confinamento em massa”, a proibição do transporte e o fechamento de lojas. Os governadores, por estarem no lugar de inimigos, por meio de malogros na economia, provocados por um “Estado de Sítio”, desejam implodir seu governo (de Bolsonaro) e a economia. Ou seja, em nosso gesto analítico, entendemos que tivemos aqui um dos funcionamentos do discurso transverso, que atua como se fosse uma linha, um fio a atravessar os dizeres (o intradiscurso). Há ainda uma outra forma de funcionamento do discurso transverso, da qual falaremos a seguir, também partindo do pronunciamento.

Seguindo a análise, por meio de um batimento entre a SD1 (o discurso relatado) e a SD3, um dos trechos do pronunciamento exibido pelo noticiário, é possível observar que o *JN*, ao utilizar o substantivo *mundo*, contrapõe o enunciado pelo então chefe do Executivo brasileiro utilizando o mesmo substantivo. Como depreendemos acima, por meio de um exercício parafrástico, ao enunciar “o presidente Jair Bolsonaro contrariou **tudo** o que especialistas e autoridades sanitárias do Brasil e do **mundo inteiro** têm pregado”, o apresentador, com a autoridade institucional que a emissora lhe confere, pôs em circulação sentidos de que “todos os especialistas e todas as autoridades sanitárias, sem exceção, pregam exatamente o oposto do que Bolsonaro diz”.

O relatado pelo *JN* sobre o discurso de Bolsonaro antagoniza com o que disse o então presidente em SD3, ao enunciar: “O que se passa no **mundo** tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos.” Embora isso não significasse que apenas idosos deveriam isolar-se, o então presidente não lançou mão de uma *fake news,* neste caso, já que entre o grupo de risco para o agravamento da Covid-19 estavam os idosos.

Esse efeito de sentido de antagonismo é reforçado ao nos atentarmos à continuidade da SD3, em que o então presidente lança uma ressalva iniciada, mais uma vez, por um verbo no imperativo: “Devemos, sim, é ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial, aos nossos queridos pais e avós […].” Neste enunciado, o relevante é perceber que o então chefe do Executivo se coloca fora desses grupos, de pais e de avós, apesar de estar incluído em ambos: Bolsonaro tem cinco filhos, sendo que dois deles são pais. Além disso, tem mais de 60 anos, ou seja, é um idoso. Essa exclusão do grupo é reforçada na SD4: “No meu

caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar."

Assim como em "terra arrasada", notamos atravessamentos em ambas as SDs (3 e 4). No entanto, defendemos que, enquanto a SD4 apresenta um outro tipo de funcionamento do discurso transverso – que não o suprarreferenciado –, em SD3, o que retorna, no eixo da formulação, é um pré-construído. Em ambas, esses processos são caracterizados por encaixes, recursos sintáticos. Ambas as SDs são formadas por períodos compostos por subordinação, em que uma oração depende da outra. Voltemos ao que diz a teoria:

"O discurso transverso, juntamente com o pré-construído, é uma das formas de funcionamento intradiscursivo daquilo que existe em outro lugar, independentemente" (Amaral; Vinhas, 2020, p. 75). Ou seja, tanto o discurso transverso quanto o pré-construído são linearizações do interdiscurso. Como retomam as autoras, "a visada" de Pêcheux sobre discurso transverso (ou discurso-transverso, como ambas grafam), por nós referida na análise da *terra arrasada*, é mais recente, presente no artigo *Metáfora e Interdiscurso* (Pêcheux, 2015).

A noção que tratamos agora é trabalhada ao lado do conceito de pré-construído em obra anterior do pensador francês, e ambos têm como base o funcionamento sintático das orações subordinadas adjetivas, com atenção às orações determinativas e às explicativas. "O efeito de pré-construído está relacionado às determinativas como algo que todo mundo sabe, que irrompe no intradiscurso pela obviedade de seu surgimento no encaixe sintático" (Amaral; Vinhas, 2020, p. 76). Como exemplo, ambas apresentam uma readequação da clássica colocação de Pêcheux (2014b, p. 88) ("Aquele que salvou o mundo morrendo na cruz nunca existiu"). Mesmo aquele que não acredita em Cristo ou um ateu sabe quem é aquele que morreu na cruz, pois se trata de um saber naturalizado (cuja origem é o interdiscurso). Por sua vez, o discurso transverso, nessa noção, relaciona-se com o efeito de sentido que tem de ser sustentado no enunciado. Mais um exemplo pecheutiano: "[...] esse triângulo, **que é isóscele**, tem os dois ângulos da base iguais – no qual 'que é isósceles' – isto é, o efeito de sustentação produzido pela incisa, isto é, a intervenção do que chamamos 'discurso-transverso'" (Pêcheux, 2014b, p. 205, grifos nossos).

Pré-construído, discurso transverso, repetição e interdiscurso remetem, de um ou outro modo, à noção de memória, pois, *apesar de serem funcionamentos distintos, todos são modos pelos quais a memória se materializa no discurso* (Indursky, 2011). Tendo a premissa de que a repetibilidade é constitutiva do discurso, pode-se concluir que a noção de pré-construído veio a propiciar uma maior percepção dos entrelaçamentos entre repetição, memória e sentidos (Indursky, 2011). Em resumo: todo e qualquer elemento de discurso produzido anteriormente, em discurso outrem e de modo independente, é um pré-construído, resume a autora, que remete a Pêcheux: "Diremos, então, que o 'pré-construído' corresponde ao 'sempre-já-aí' da interpelação ideológica que fornece-impõe a 'realidade' e seu 'sentido' sob a forma da **universalidade** (o 'mundo das coisas') […] (Pêcheux, 2014b, p. 151, grifos nossos).

Dito de outra forma, como uma das manifestações do interdiscurso, o pré-construído promove a imposição de um sentido advindo da interpelação ideológica, fazendo com que o discurso, dentro de uma determinada FD, pareça como algo evidente e que não pode ser questionável e questionado. Indursky (2011) lembra que o pré-construído pode ocorrer de duas formas. A primeira delas é o já citado encaixe sintático, uma operação que demarca a fronteira entre o que veio de outro discurso, de outro lugar, ou seja, o pré-construído, e aquilo que foi produzido pelo sujeito do discurso. Essa operação, é necessário realçar mais uma vez, não é feita de forma consciente pelo sujeito, pois uma das particularidades desse encaixe é justamente dar o efeito, a ilusão, de que foi formulado no próprio discurso do sujeito. A segunda forma de ocorrência do pré-construído é o discurso transverso que remete ao que é designado como metonímia.

> É também através dessa formulação que é possível perceber as diferenças entre o encaixe do pré-construído e a linearização do discurso transverso no discurso do sujeito. O primeiro é objeto de uma operação de apropriação que, através de um encaixe sintático, estabelece correferência entre o que é apropriado e encaixado no discurso do sujeito e o que aí já se encontrava formulado, produzindo o efeito de que aquele pré-construído foi produzido ali, no discurso do sujeito. O segundo retoma um pré-construído que foi objeto de asserção em outro lugar e que, no discurso que dele se apropria, ressoa metonimicamente, como um implícito. Dois funcionamentos diversos de apropriação do pré-construído, dois modos distintos de retomada de discursos, duas formas diversas de fazer ressoar discursos que já estão em circulação em diferentes práticas discursivas (Indursky, 2011, p. 70).

É por meio dessa repetibilidade que é possível observar que os saberes antecedem ao discurso do sujeito e que, quando este formula seu discurso, o faz na ilusão de que é a fonte de seu dizer (como dito parágrafos atrás). Isso nos leva a dois outros conceitos caros à AD, os esquecimentos número 1 e 2, citados na Introdução deste trabalho. Ao se falar em repetição/repetibilidade, não se trata (apenas) da repetição pura e simples, porque ela pode originar deslizamentos, ressignificações e até quebrar a regularização de sentidos.

Aplicando o que precede à análise do *JN*, primeiramente nos ateremos às SD3 e SD4. A primeira, como vimos, apresenta orações que são dependentes entre si: "É ter extrema preocupação" é dependente de "[Nós] devemos"; e "para não transmitir o vírus" é dependente de "é ter extrema preocupação". Ainda na SD3, há adendos, acessórios, como a locução adverbial "em especial", funcionando como adjunto adverbial. Já na SD4, "pelo meu histórico do atleta" remete a uma explicação.

Para a gramática tradicional, a locução "em especial", que equivaleria a "especialmente", estaria referindo-se à oração anterior. Ou seja, "[...] nessa situação, normalmente [as locuções adverbiais] transmitem a avaliação de quem fala ou escreve sobre o conteúdo da oração" (Cipro Neto; Infante p. 267). Sob a perspectiva discursiva, portanto, "especialmente" produziria um efeito de sentido de subjetividade.

Em nosso gesto analítico, postulamos que na SD3 temos um funcionamento próprio do pré-construído, um saber oriundo alhures, pretensamente médico, de que apenas idosos teriam que se prevenir para evitar contrair a doença: "Devemos ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, **em especial**, aos nossos queridos pais e avós." Percebe-se, aí, um caráter de universalidade, do sempre-já-aí, fornecendo e impondo uma realidade. Por sua vez, na SD4, "no meu caso particular, pelo meu histórico de atleta", notamos também um encaixe sintático, mas a sustentação se dá no fio do discurso: "[…] por eu ter sido atleta, caso tenha Covid, pegarei um resfriadinho." Ou seja, temos um discurso transverso.

Em ambas as SDs, portanto, assim como em "terra arrasada", é possível perceber funcionamentos diferentes da memória, da repetibilidade, mas, também, é possível perceber o atravessamento ideológico – próprio da FD Neoliberal, como aprofundaremos logo mais. Comum a todos os discursos, esse atravessamento é materializado nos termos *gripezinha* e *resfriadinho* – com o uso do diminutivo como forma de desmerecer argumentos e diminuir a gravidade da doença – colocados em

jogo no pronunciamento do presidente e que, de uma forma ou de outra (e com variações), circulam em meio à população e na mídia, incluindo o *JN*, numa disputa de dizeres e de posicionamentos.

Quando se fala em pandemia, por exemplo, é colocado em jogo o sentido de quantidade, de dados matemáticos e estatísticos. Advindo do grego "*pandēmía,as*" no sentido de 'o povo inteiro' (Pandemia, 2021), pandemia inscreve o discurso em uma FD própria da ciência epidemiológica e integra um sistema de classificação que inclui, ainda, o surto e a epidemia. Todos estes, além de questões numéricas, abrangem aspectos geográficos (Melo; Silva, 2021) ou, para a AD, encerram sentidos numéricos e geográficos.

O primeiro deles, *surto*, é utilizado assim que surgem os casos de uma determinada doença, seja nova ou não, cuja ocorrência é restrita a uma determinada área. Caso essa enfermidade extrapole o limite geográfico, a classificação é revista e é declarada a *epidemia*. Caso haja elevação do número de contágios, vários países e continentes sejam atingidos e, ainda, se a transmissão prosseguir de forma consistente entre humanos, a epidemia pode passar a ser classificada como pandemia. Em outros termos, o termo *pandemia* marca um grau elevado de gravidade, preocupação e de seriedade que abrange tanto as ações para mitigar a doença, como para diminuir a crise sanitária causada por ela (Melo; Silva, 2021, n. p.; Figueira Sobrinho, 2021, n. p.). Há ainda, como já citado, o termo *sindemia*, que abrange os aspectos sociais e econômicos das crises sanitárias.

Discursivamente, no período de crise sanitária, foi comum o uso de *epidemia* no lugar de *pandemia* – o que, além de colaborar para a disseminação de informações confusas e, por muitas vezes, errôneas, levou a um reducionismo, intencional ou não, da gravidade da crise. O mesmo ocorreu em relação à *gripezinha* e *resfriadinho*, que também fazem parte da "drástica oposição aos sentidos" que o termo pandemia poderia ter (Melo; Silva, 2021, n. p.).

Dito diferentemente, o uso de *gripe*, em prejuízo ao de *pandemia*, colocou em circulação possíveis efeitos de sentido que concorreram para que a percepção de gravidade se esvanecesse. Mais nefasto ainda foi o deslocamento para "gripezinha", como fez Bolsonaro. A utilização do sufixo "-inha", característica dos diminutivos, modifica o termo não somente morfologicamente, mas produz o efeito de sentido de desprezo, de não gravidade da doença. Esse modo de diminuir a doença e suas

consequências é materializado na oposição entre *gripezinha* e *pandemia*, que opera como uma polarização, em que os discursos que dão ênfase à gravidade da doença e da crise sanitária, por meio do uso do termo ***pandemia***, entram em confronto com os que insistem em utilizar "gripezinha" (Melo; Silva, 2021, n. p.). Discursos que, embora antagônicos, pertencem a uma mesma FD.

Em nosso gesto de análise, entendemos que, no caso específico de Bolsonaro, além da minimização da pandemia e do confronto entre ciência e negacionismo, ao utilizar os termos *gripezinha* e *resfriadinho* e condicionar essa gravidade menor ao seu "histórico de atleta", Bolsonaro coloca em jogo outros sentidos: o primeiro deles é de que ele é homem, heterossexual, másculo e militar e que, por isso, não irá contrair a doença, que só atinge os fracos. Há, neste sentido, um atravessamento de uma memória advinda de uma FD machista e conservadora. O segundo, que nos leva a analisar o fio do discurso, é que quem pensar ao contrário e defender o distanciamento ou o isolamento social, como o fechamento do comércio, não é apenas fraco, mas não quer exercer o trabalho, não pensa na economia e não quer o bem do país, em oposição ao seu governo. Discursos que se inscrevem no domínio da FD Neoliberal, mas que estão atravessados interdiscursivamente pelo discurso fascista.

Cumpre lembrar que a superestimação é um traço de Bolsonaro tornado público desde o início de sua vida político-partidária (Piovezani, 2020). Tal particularidade "tanto indica a insegurança de quem a produz quanto revela a causa do menosprezo pelos de classe, grupo e gostos distintos, tomados como inferiores" (Piovezani, 2020, p. 143). Essa característica do presidente é demonstrada ao superestimar sua força, virilidade e imunidade e dizer que não sofrerá por uma gripezinha, já que nem mesmo uma facada o derrubou.[48] Ademais, sua superestima é revelada ainda ao diminuir a virilidade daqueles que pensam ao contrário.

Levando-se em consideração que em 2020, ao criticar as medidas de isolamento, Bolsonaro chegou a enunciar que o Brasil "tem que deixar de ser um país de maricas" (Gomes, 2020), em um exercício parafrástico, podemos aventar que "Pelo meu histórico de atleta […]" equivale a "*Por eu não ser um maricas* […]. Ou seja, a manifestação feita no pronunciamento, além de superestimá-lo, traz um dos traços do

[48] A declaração foi: "Depois da facada, uma gripezinha não vai me derrubar." https://noticias.r7.com/brasil/bolsonaro-depois-da-facada-uma-gripezinha-nao-vai-me-derrubar-1032020)

discurso oriundo de um FD Fascista (ou Ur-fascista, ou seja, do fascismo eterno): "[...] o Ur-Fascista transfere sua vontade de poder para questões sexuais. Esta é a origem de seu machismo [...]" (Eco, 2018, p. 54), que implica o desdém às mulheres e intolerância à homossexualidade.[49]

Por meio dos seus dizeres, Bolsonaro tenta passar a imagem de "homem providencial", um sujeito digno de culto (Guérin, 2021). A partir de nosso gesto de análise, defendemos que esses dizeres são atravessados por uma memória discursiva advinda do *fascismo histórico*, ressignificada pelo *fascismo moderno*. Esse atravessamento pode ser observado quando o ex-presidente se coloca como salvador da pátria, da moral, dos bons costumes, e, no caso em tela, da economia – embora tente demonstrar que sua preocupação seja com o povo brasileiro:

> A grande astúcia do fascismo [histórico] é exumar a forma mais antiga do sentimento religioso: o culto do homem providencial. Sob o tênue verniz da civilização, os homens permanecem idolatras; os de outros tempos imaginavam divindades que não passavam de "reflexo fantástico de seu próprio ser; os de hoje [1936/1945] experimentam a necessidade de criar, segundo os termos de Marcel Martinet, "um **mito** salvador que não passa de uma projeção deles próprios, mas que, em retorno, responsabiliza-se por seus rancores, suas necessidades, seus pensamentos, e até sua vida". Abdicam diante da divindade que criaram à sua imagem. Esperam sua salvação do Duce e do Führer.
> No entanto, esse personagem mítico não tomou forma espontaneamente: o fascismo fabricou-o pedaço por pedaço, por um longo e paciente trabalho de sugestão. Na origem veem-se hábeis charlatães, entre os quais o próprio futuro ídolo, empenhados em suscitar, na alma do povo, a necessidade obscura de um **messias** (Guérin, 2021, p. 76, grifos nossos).

Com base no que precede, defendemos que o discurso de superautoestima de Bolsonaro, expressada em seus dizeres, nos dá indícios ainda de como o sujeito desse discurso se apresenta: o lugar designado por ele mesmo em uma determinada formação social. Em outros termos, indica-nos o lugar que o sujeito desse discurso se

[49] Segundo Emile Gentile, em entrevista a Carlos Piovezani, é preciso distinguir o fascismo histórico, "'[...] regime que, a partir da Itália, marcou a história do século 20 e se estendeu à Alemanha e a outros países europeus no período entre as duas guerras mundiais, e o que é frequentemente chamado de fascismo depois de 1945, que se refere a todos aqueles que usam da violência em movimentos de extrema-direita'" (Gentile, 2020, *apud* Piovezani, 2020, p. 41). Gentile (2020) explica que a extrema-direita é caracterizada por se opor "'aos princípios da Revolução Francesa [...]'", porém sem necessariamente ter uma organização que seja totalitária ou ainda que tenha intensões imperialistas (Gentile, 2020 *apud* Piovezani, 2020, p. 41). É por isso que, neste trabalho, ao falarmos de fascismo, discurso fascista e linguagem fascista, referimo-nos ao "fascismo moderno" – ou ao fascismo eterno e Ur-fascismo, seguindo Eco – e não ao fascismo histórico.

atribui – e qual o lugar atribuído a ele por seus seguidores –, o qual é representado no processo discursivo a partir de uma formação imaginária. Essa representação mostra "o modo como esse sujeito se relaciona com a forma-sujeito da FD que o afeta" (Indursky, 2013, p. 81).

Mas, como dissemos parágrafos acima, além de ideologia fascista, o dizer bolsonarista é também regulado pela ideologia neoliberal, em razão da FD em que o sujeito se inscreve – a FD Neoliberal –, e, como tal, põe em circulação dizeres que colocam em oposição saúde e economia e até mais que isso, em nome da economia, colocam em circulação uma opção biopolítica de exposição à morte. Em outros termos, os dizeres mostram a "identificação do sujeito com essa [a] formação discursiva neoliberal, que permite que sejam colocados em circulação saberes da ordem da destruição, da guerra, do desamparo ao outro, do aniquilamento daquilo que não presta mais" (Vinhas, 2020, p. 471).

Nossa compreensão de que, além da ideologia fascista, o dizer bolsonarista é também tangenciado pela ideologia neoliberal *está baseada não apenas no percurso analítico desenvolvido até aqui*, mas também no fato de o neoliberalismo ser uma *ideologia econômica e social* que, além do papel do Estado, define um modelo de mercado e como a sociedade irá se adequar e interagir à dinâmica desse mercado (Verbicaro, 2020). Na FD Neoliberal, promove-se a defesa do livre mercado visando à concorrência em todas as áreas da vida dos sujeitos, determinando que estes ajam como empresas de excelente desempenho (Verbicaro, 2020).

> Ao contrário do Estado mínimo do liberalismo clássico que recorria ao modelo econômico do *laissez-faire* e ao modelo político de vigia noturno, **o Estado neoliberal não é mínimo. O Estado continua agindo fortemente por meio de uma atuação vigilante e permanente a favor do mercado**. Há nos governos neoliberais uma ação forte e estratégica, de efeito potencializador, em favor dos capitais. Trata-se de um **intervencionismo** de mercado que intervém quando convém à economia e, ao mesmo tempo, **trava a realização de exigências sociais**: a ele cabe investir em infraestrutura para o estímulo ao mercado, efetuar a manutenção do câmbio da moeda, o controle das flutuações inflacionárias e da taxa de juros para a garantia da estabilidade econômica, ademais de, em momentos de crise, **transferir para os cidadãos os custos da recuperação do sistema financeiro** (Verbicaro, 2020, p. 5, grifos nossos).

Ou seja, há uma identificação do sujeito Bolsonaro com uma FD Neoliberal que coloca de um lado a defesa da vida e, de outro, a defesa da economia. Como se

uma fosse prejudicial, antagônica à outra (Caponi, 2020), e, mais que isso, defende que os sujeitos "deixem de ser maricas", pois a Covid-19 é apenas uma gripezinha, e sigam desempenhando aquilo que seu *lugar social* determina: sejam empreendedores de si mesmos. Ou seja, ao se referir à pandemia como resfriadinho e gripezinha, ao se colocar como um atleta – ou seja, não ser um maricas e pedir que o país deixe de ser um país de maricas –, Bolsonaro não está tendo seu dizer regulado apenas por um discurso vindo de uma FD Fascista, mas pela própria FD Neoliberal. Como empreendedores de si mesmos, os sujeitos não devem esmorecer e devem seguir empreendendo para o bem da economia.

Para entender essa estratégia biopolítica vinculada à razão neoliberal é preciso ater-se que o neoliberalismo não produz apenas serviços e bens de consumo, "ele também produz **modos de ser sujeito**" (Caponi, 2020 p. 217, grifos nossos). Dito de outra forma, o neoliberalismo *transforma os sujeitos em empreendedores* que têm de aproveitar as oportunidades de lucrar e estar dispostos à concorrência constante.

Segundo Dardot e Laval (2016), antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, o neoliberalismo é fundamentalmente uma *racionalidade*. E, como tal, possui a tendência de estruturar e organizar não somente a ação daqueles que governam, mas a própria conduta dos governados. "A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de **subjetivação**" (Dardot; Laval, 2016, p. 16, grifos nossos). Ao dizer *racionalidade*, os autores se referem ao fato de o neoliberalismo ser "[...] *a razão do capitalismo contemporâneo* [...]" (Dardot; Laval, 2016, p. 16, grifos dos autores). Este novo capitalismo é desimpedido das suas referências arcaizantes e se assume como construção histórica e como regra geral de vida. "O neoliberalismo pode ser definido como o **conjunto de discursos, práticas e dispositivos** que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência" (Dardot; Laval, 2016, p. 17, grifos nossos).

Com base na AD, compreendemos o neoliberalismo não apenas como "razão", como defendido pelos autores, mas sim como um *conjunto de discursos, práticas e dispositivos*, como ambos também descrevem, com o fito de *interpelar ideologicamente o sujeito* que passa a se identificar com o Outro neoliberal. O sujeito neoliberal é o empreendedor, levado a se superar constantemente, responsável por

si e por seu destino. Cria-se, assim, uma nova forma de exploração da força do trabalho.

Na FD Neoliberal, há uma concepção de mercado que atua no processo de "autoformação do sujeito econômico". Este processo é "subjetivo autoeducador e autodisciplinador". Ou seja, o processo de mercado constrói seu sujeito: "Ele é *autoconstrutivo*" (Dardot; Laval, 2016, p. 142-143, grifos dos autores), e sabe se conduzir devido a esse processo de formação do mercado que o constitui como tal; como empreendedor, numa relação de *si para si mesmo* (Dardot; Laval).

Nestas condições de produção, durante a pandemia foram colocados em circulação, por neoliberais como Macron, Trump e outros, discursos advindos do designado "paternalismo libertário". O paternalismo libertário advém de uma abordagem econômica da "governança eficiente" – que, por sua vez, é o processo de "encorajar" sujeitos sem, no entanto, forçá-los. O objetivo é "ajudar" os sujeitos a tomar decisões corretas "por meio de influências suaves, indiretas, agradáveis e opcionais, já que os indivíduos devem permanecer livres para fazer as suas escolhas" (Dardot; Laval, 2020, n. p).

Surgido em 2003, e popularizado a partir de 2008,[50] o paternalismo libertário é um método de formulação de políticas públicas cuja introdução se deve a Richard H. Thaler e Cass R. Sustein, ambos economistas comportamentais. A tese dos autores é que há falhas comportamentais nos sujeitos que podem causar prejuízos e fazer com que não alcancem seus objetivos. Por isso, é dever dos governos ajudar os sujeitos a tomar as melhores decisões. Esse encaminhamento é feito por meio de políticas, sem, no entanto, usar de coerção. A proposta dos autores é chamada de *nudge*, presente no título da obra original, que em português significa "empurrão" – ou seja, o Estado/governo deve dar um empurrão para que os sujeitos sigam adiante (Barbosa, 2015).

Na pandemia, o paternalismo fez com que chefes de Estado e de governo neoliberais defendessem duas orientações: (I) rechaçar qualquer coação ao comportamento individual; (II) confiar nas medidas de contenção desde que fossem do interesse do sujeito. Essa decisão, que conformava incentivo "suave e voluntário",

[50] O método se popularizou com a publicação do livro *Nudge – Improving decisions about health, wealth and happiness*, de ambos os autores. Há uma edição brasileira: *Nudge: Como tomar melhores decisões sobre saúde, dinheiro e felicidade* (Objetiva: 2019).

conforme os autores, não possuía respaldo científico e produziu os efeitos que a pandemia produziu (Dardot; Laval, 2020).

No Brasil sob Bolsonaro, optou-se, segundo nossa interpretação, por uma terceira via, ainda mais perigosa, um paternalismo libertário com aspirações necropolíticas:

> [...] uma estratégia negacionista que continua cumprindo fielmente com as exigências do neoliberalismo, como se absolutamente nada devesse mudar com a pandemia. Do mesmo modo que o Estado e o direito ignoram a situação dos milhares [...] [de] trabalhadores precarizados e sem direito, pequenos empreendedores e desempregados, também parecem ignorar a ameaça da epidemia. Dirão que cada um deve cuidar de sua própria vida**, pois não podemos limitar o direito de ir e vir, o direito de comprar e vender**, e afirmam que o mercado deve continuar funcionando apesar de tudo. O Brasil, dirá Bolsonaro, não pode parar (Caponi, 2020, p. 218-219, grifos nossos).

Cunhado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2018), o termo necropolítica se refere ao estabelecimento de ideais que legitimam a morte, mantendo os sujeitos em condições que não apenas permitem que morram, mas que façam com que morram. O necropoder – ou seja, o poder de deixar e fazer morrer – é um dos elementos estruturantes do capitalismo neoliberal atualmente e é exercido por meio de ações que visem à morte de determinados grupos e de populações. Refere-se ainda "à capacidade de estabelecer parâmetros em que a submissão da vida pela morte está legitimada" (Castro, 2020 *apud* Necropolítica, n. p.). A atuação desse necropoder se dá por meio de práticas e de tecnologias de gerenciamento da morte de certos grupos e de determinadas populações.

Em síntese, a necropolítica está imbricada no modelo de relação social capitalista, citado no início deste trabalho, em que afirmamos, com base em Mascaro (2020), que o próprio modo de produção capitalista é a crise.

Dentro dessa política, Bolsonaro conseguiu "emplacar a mentira" de que recessão econômica, taxas altas de desemprego, a dificuldade pela qual as classes médias passam e os grandes problemas da classe mais pobre são culpa (exclusivamente) da pandemia (Piovezani, 2020, p. 243). Da mesma forma, tentou fazer crer que a solução era sacrificar um possível "bem-estar físico em benefício da a retomada do crescimento econômico a ser revertido em melhora das condições de vida para todos" (Piovezani, 2020, p. 243). Ou seja, há o funcionamento de uma

memória, enquanto interdiscurso, que atravessa os dizeres de mandatários brasileiros há anos, sobretudo durante a ditadura militar, de “fazer crescer o bolo para depois dividi-lo”. Esse atravessamento interdiscursivo – caracterizado por uma promessa até hoje não cumprida – ficou ainda mais presente quando o então presidente opôs saúde e economia. Em outros termos, sempre inalcançável, crescer e dividir o bolo ficou ainda mais impossível “no descomunal neoliberalismo necropolítico bolsonarista, no qual a economia das pessoas de bens joga sempre contra a vida dos descartáveis” (Piovezani, 2020, p. 243).

Concluindo, houve, em nossa interpretação, uma aliança entre formações discursivas distintas: uma capitalista [neoliberal] e outra fascista. Este estabelecimento de alianças entre ambas as FDs não é recente e remonta ao fascismo histórico. Na primeira metade do século XX, Guérin ([1936], [1945], 2021) já colocava que o fascismo era predominantemente pequeno-burguês, classe média e reacionário (conservador). Com o tempo, passou a ser usado pela burguesia e pelo grande capital – entre esses, os industriais – visando ao domínio econômico. Para ele, à época, o fascismo e a guerra cresciam em um mesmo “esterco”: o sistema capitalista em declínio (Guérin, 2021, p. 15). Algo semelhante ao dito por Mascaro (2020), supracitado, no caso da pandemia: “O modo de produção capitalista é a crise” pandêmica.

Hodiernamente, a coadunação se dá entre o fascismo moderno e a ideologia neoliberal, pois a “racionalidade governamental” neoliberal visa a garantir que haja uma “liberação” de determinadas atitudes. Tal liberação torna-se sinônimo de liberdade, permitindo até mesmo que determinados recursos, como usar armas ou disseminar *fake news*, sejam utilizados (Oliveira, 2022, n. p). Com isso, qualquer possível regulação que possa limitar determinados comportamentos individuais é classificada “como autoritária e contra ‘as liberdades’ (Oliveira, 2022, n. p) – fenômeno que entendemos ser um dos motivos da banalização do uso do termo censura e que, do ponto de vista discursivo, não poderia ser caracterizado como tal, pois proibir a circulação de *fake news* não trará, neste caso, *a interdição da inscrição do sujeito em determinadas formações discursivas*.

Esses “deslizamentos conceituais” do que seja liberdade, do que é a democracia, conversam com o fascismo. Porém, não se trata de algo novo ou sem motivo, mas uma consequência do modelo de sociabilidade imposto pelo padrão de

acumulação de riquezas neoliberal (Oliveira, 2022, n. p). Há uma emergência de uma cultura neofascista impregnada até nas relações cotidianas: "A cultura neofascista que vai se consolidando é a exacerbação do clima de competição do neoliberalismo. Por isto, enfrentar o fascismo é, antes de tudo, acabar com a sua base econômica, o neoliberalismo" (Oliveira, 2022, n. p).

Esse quadro, no entanto, não isenta a mídia, em geral, e, em particular, a emissora que exibe o *JN*, particularidade que aprofundaremos na próxima seção. Por ora, cumpre dizer que o discurso bolsonarista, do qual o 'pronunciamento gripezinha' é um exemplo, chegou a esse patamar em muito em razão da imprensa: "…Bolsonaro não alcançaria essa condição sem a visibilidade midiática […]" (Piovezani, 2020, p. 146). Essa visibilidade, iniciada em 1986, quando a revista *Veja* publicou, na seção "Ponto de Vista", um artigo de autoria do então capitão da ativa reclamando da situação do Exército, seguiu-o em vários mandatos legislativos, e "sua condição de protagonista e [de] incentivador de ações violentas, somadas aos expedientes populistas e à projeção midiática" (Piovezani, 2020, p. 146p. 148), somente o fez prosperar em seu intento.[51]

Toda essa midiatização do discurso bolsonarista é crucial na *"guerra da notícia"* entre o ex-presidente e o telejornal. Como dissemos, toda a edição que noticiou o pronunciamento em cadeia nacional é prototípica dessa relação, que se manifesta nos dizeres postos em circulação pelo noticiário. Esse material midiatizado diz tanto do sujeito Bolsonaro quanto do telenoticiário, que enfatizou determinados dizeres e silenciou outros, como mostraremos na seguinte seção, em que encerramos esse primeiro tempo de análise.

[51] Um exemplo dessa, se não afinidade midiática, pelo menos complacência, por parte da Rede Globo, deu-se durante a campanha de 2018. Ao ser entrevistado como candidato à Presidência pelo *JN*, Bolsonaro apresentou, falsamente, um livro sobre aparelho reprodutor humano destinado a crianças como sendo uma integrante do que ficou conhecido como "*Kit gay"*. Os apresentadores não questionaram a veracidade da informação, apenas solicitaram que ele não exibisse qualquer material, conforme acertado com os assessores. Mesmo que posteriormente tenham veiculado notícias de que o livro não fora distribuído pelo MEC, e nem mesmo fazia parte do (inexistente) kit gay, a versão de Bolsonaro prosperou. Informações sobre o fato em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/08/28/jair-bolsonaro-psl-e-entrevistado-no-jornal-nacional.ghtml e em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/politica/1535564207_054097.html.

5.3 ACONTECIMENTOS E SILENCIAMENTO

5.3.1 A ruptura em Althusser

Como dito na Introdução, a emergência da pandemia de Covid-19 trouxe em seu bojo uma série de rupturas. Esse processo e as transformações advindas deste, característicos da emergência do *acontecimento discursivo*, nos remetem à tese de "ruptura epistemológica" formulada por Althusser com base em Gaston Bachelard. Advinda do gesto de leitura e de análise do filósofo franco-argelino sobre os escritos de Marx, a tese, em resumo, divide o pensamento de Marx em duas fases: na primeira, a da juventude, Althusser identifica a influência de Hegel e de Feuerbach. Na segunda, a da maturidade, transparece na obra marxista o rompimento com a influência de ambos.

Para Althusser, a ruptura se instaura a partir de *A ideologia alemã*, em que Marx começa a abandonar o humanismo idealista de Feuerbach – presente em sua obra entre os anos de 1843-1844. Humanismo que, segundo Althusser, trazia obstáculos epidemiológicos para o desenvolvimento do materialismo histórico (Boito Jr., 2015). Presente em *Por Marx* ([1965] 2015), a tese althusseriana rompeu com a ideia vigente nos anos 1960, no marxismo, ao criticar a noção de que este seria uma "concepção de mundo" e estabelecer "uma sofisticada argumentação para sustentar o estatuto científico da obra de Marx (Boito Jr., 2015, p. 10). Além do rompimento com o humanismo de Feuerbach, a tese da "ruptura epidemiológica" também defende o distanciamento de Marx em relação a Hegel.

Para o filósofo franco-argelino, o então jovem Marx deixa para trás o "neo-hegelianismo subjetivo (de tipo kantiano-ichtiano)" para então abraçar o humanismo teórico (Feuerbach). Segundo Althusser, Marx posteriormente também rejeitaria este último para alcançar uma filosofia não mais fixada em uma "interpretação de mundo". Passa, então, a uma filosofia puramente nova, a materialista-revolucionária (Althusser, 1973 *apud* Pinheiro, 2016). Dito de outra forma, a ruptura epistemológica representa a descoberta e formulação do materialismo histórico e o surgimento do materialismo dialético. Ou seja, Marx, em *A ideologia alemã*, apresenta o rompimento entre um modo de pensar pré-científico (ideológico), para uma ciência revolucionária (Pinheiro, 2016).

> Foi fundando a teoria da história (materialismo histórico) que Marx, num único e mesmo movimento, rompeu com sua consciência

> ideológica anterior e fundou uma nova filosofia (materialismo dialético). Retomo expressamente a terminologia consagrada pelo uso (materialismo histórico, materialismo dialético), para designar essa dupla fundação num único corte (Althusser, 2015, p. 24).

Além de defender um rompimento – e não uma superação (*Aufhebung*) em relação a Hegel e a Feuerbach, pois este termo hegeliano supõe uma certa continuidade – Althusser também discordava dos marxistas conservadores na afirmação de que a dialética de Marx era simplesmente uma inversão daquela teorizada por Hegel (Lira, 2020). Para ele, "[…] virar um objeto inteiro não muda sua natureza nem seu conteúdo [...] E uma filosofia assim *invertida* não pode ser considerada como *diferente* da filosofia *que se inverteu*" (Althusser, 2015, p. 56, grifos do autor). Ou seja, para ele, a inversão, tida pelos marxistas de então como um conceito, era apenas uma metáfora para ilustrar o distanciamento de Marx em relação a Hegel.

Para esta tese, no entanto, além de relacionar a ruptura epistemológica na obra de Marx com o processo de ruptura próprio do acontecimento discursivo, interessa destacar que, também em *Por Marx* (2015), e em obras como *Freud e Lacan, Marx e Freud* ([1964 1985), Althusser faz teorizações importantes sobre ideologia e inconsciente que embasam o que viria a ser uma "teoria materialista da leitura que fundamenta a semântica discursiva de Michel Pêcheux (Barbosa Filho, 2015, p. 55). Segundo o filósofo, a ideologia "não é uma aberração ou uma excrescência contingente da História: é uma estrutura essencial à vida histórica das sociedades (Althusser, 2015). Ademais, tanto sua existência quanto o fato de reconhecer a sua necessidade podem levar a agir sobre ela mesma – a ideologia – transformando-a em instrumento de ação refletida sobre a história.

> Convencionou-se dizer que a ideologia pertence à região "consciência". Que não haja engano sobre essa denominação, que permanece contaminada pela problemática idealista anterior a Marx. Na verdade, a ideologia tem muito pouco a ver com a "consciência", supondo que esse termo tenha um sentido unívoco. Ela é profundamente inconsciente, mesmo quando se apresenta (como na "filosofia" pré-marxista) numa forma refletida. A ideologia é efetivamente um sistema de representações, mas essas representações não têm, no mais das vezes, nada a ver com a "consciência"; elas são, no mais das vezes, imagens, "eventualmente conceitos, mas é antes de tudo como estruturas que elas se impõem à imensa maioria dos homens, sem passar por sua "consciência". São

> objetos culturais percebidos-aceitos-suportados, que atuam funcionalmente sobre os homens por um processo que lhes escapa (Althusser, 2015, p. 193).

Conforme Barbosa Filho (2015), ao colocar “um processo que lhes escapa”, o filósofo abre caminho para o que anos mais tarde seria a “teoria da interpelação ideológica”, que coloca a noção de ideologia como base dos estudos de Althusser e leva a pensar no sujeito sempre-já atravessado pela ideologia e pelo inconsciente, em que há o imbricamento entre marxismo e a psicanálise. Para ele, “[...] a questão do desconhecimento, como ponto que articula inconsciente e ideologia”, é o que irá permitir construir uma teoria da leitura que vem romper com o conteudismo. Isso aproxima Pêcheux e a AD materialista “da produção teórica e política de Althusser [...]” (Barbosa Filho, 2015, p. 64).

5.3.2 A pandemia como acontecimento discursivo

Marcantes no pronunciamento de Bolsonaro, os termos *resfriadinho* e, principalmente, *gripezinha* são dois exemplos de como o acontecimento discursivo pandemia de Covid-19 promoveu um processo de “metaforização” que atinge palavras, sentidos e posições-sujeito (Orlandi, 2021). O diminutivo de gripe, além de colocar em circulação sentidos de minimização, de diminuição da gravidade da pandemia, também representa uma manifestação, no discurso, da aliança entre uma FD Fascista e uma FD Neoliberal. Nesta última, o sujeito está em uma posição negacionista que, em nossa interpretação, entra em conflito com uma outra posição da mesma formação discursiva neoliberal, porém não negacionista – posição esta ocupada pelo *JN*, como iremos demonstrar a partir desta seção.

Essa metaforização é uma das características do jogo de sentidos próprio do acontecimento discursivo, o “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (Pêcheux, 2008, p. 16). Ao formular esse conceito, Pêcheux (2008), em nossa interpretação, demonstra o funcionamento da sobredeterminação da memória sobre o acontecimento. “O fato novo, que sugere o acontecimento, em seu contexto de atualidade, convoca a memória para reorganizá-lo” (Campos, 2020, p. 18). Nesse ponto de encontro entre a atualidade e a memória, são oferecidos códigos que tornam possível ler novos sentidos (Campos, 2020).

Ao analisar o enunciado "*On a gagné*" ("Ganhamos"), que migrou do mundo esportivo para o político-partidário, referindo-se à vitória da esquerda na França, por meio de François Mitterrand, Pêcheux (2008) propõe o entrecruzamento de três conceitos: o *acontecimento*, o da ideia de *estrutura* e o da relação entre a análise como *descrição* e a análise como *interpretação* (Pêcheux, 2008).

> A *existência vertical dos enunciados* e sua capacidade de serem repetidos é explicada pela noção de *estrutura*. Os saberes pré-existentes ao discurso do sujeito encontram-se no interior de uma *estrutura vertical*, seja ela a FD que afeta o sujeito do discurso ou o interdiscurso. Dito de outra forma: ao inscrever seu discurso na *ordem da repetibilidade*, o sujeito produz um duplo movimento. Inicialmente retira seu discurso de uma r*ede de formulações pré-existente*s (COURTINE, 1981) e, ato contínuo, re-inscreve seu dizer nesta mesma rede de formulações [repetibilidade]. [...] Por outro lado, os saberes mobilizados pelo sujeito, em seu discurso, passam também a existir no interior de uma *estrutura horizontal* que corresponde ao intradiscurso, onde se encontra a formulação do sujeito, que consiste na forma que o enunciado tomou em seu discurso, após passar pelo processo de apropriação e sintagmatização. [...] A estrutura vertical [o interdiscurso] sinaliza a existência anterior do enunciado [a memória], enquanto a formulação indica uma forma atualizada do referido enunciado [a atualidade] (Indursky, 2003).

Para Pêcheux (2008), quando o enunciado do domínio do esporte foi atualizado em um jogo metafórico da área política, este enunciado *sobredeterminou* o acontecimento, "sublinhando sua equivocidade" (Pêcheux, 2008, p. 21) e, concomitantemente, sua univocidade lógica: "[...] esse é o resultado das eleições em toda a França. Ao mesmo tempo em que expõe sua opacidade: quem ganhou? Ganhou o quê?" (Campos, 2020, p. 19).

Em nossa interpretação, com base em Pêcheux (2008), defendemos que, como acontecimento histórico que provocou uma série de *rupturas*, a pandemia colocou em circulação uma série de discursos que marcaram a "[…] possibilidade de uma desestruturação-reestruturação" das redes de memórias e de trajetos sociais nos quais esses discursos irromperam (Pecheux, 2008). Essa desestruturação-reestrutruração de redes e memória é que configura o acontecimento discursivo pandemia, que trabalha "a memória do dizer, a estrutura, o repetível, provocando um reordenamento do que pode ser dito" (Campos, 2020, p. 21). Em outros termos, aquilo que não poderia e não deveria ser dito passou a sê-lo: ou seja, há a emergência de uma *nova* rede discursiva de formulações.

Na pandemia, esse "*novo* sítio de significância" (Indursky, 2003, p. 119, grifos nossos) trouxe novos modos de dizer, transformou antigos modos e pôs em circulação novos saberes. Trouxe novos sentidos para *gripezinha*, para histórico de atleta, para M(m)essias, para quarentena, para combate, linha de frente, quebrar a cadeia, e outros termos. "[...] Estes dizeres não se inscrevem todos na mesma posição-sujeito", pois a discursivização da pandemia foi "[...] feita de diferentes lugares sociais [...]" que "[…] manifestam diferentes formas de subjetivização" (Indursky, 2003, p. 117).

> [...] a estrutura, ao mobilizar a memória discursiva, trabalha com o repetível, inscrito em um tempo de longa duração, enquanto que o acontecimento discursivo trabalha com a ruptura do mesmo, com a **instauração do novo**, inscrevendo-se em uma outra espécie de tempo, de curta duração. Instituída a ruptura com o dizer memorial, abre-se um **novo domínio de memória**, em torno do qual outros dizeres irão inscrever-se, participando também de uma estrutura (Indursky, 2003, p. 108, grifos novos).

Temos dito, desde a Introdução, que, como acontecimento discursivo, a pandemia de Covid-19 provocou uma ruptura e trouxe novas formas de dizer e de ser, justamente em razão de o acontecimento discursivo trabalhar ao mesmo tempo "com a ruptura e com a instauração do novo, inscrevendo-se em uma outra espécie de tempo, de curta duração (Indursky, 2003, p. 118).

Podemos dizer ainda que, como acontecimento discursivo, a pandemia de Covid-19 *desorganizou* a memória, interrompendo uma "série de repetições formais e reformulações parafrásticas" (Zoppi-Fontana, 2002, p. 176).

> Dessa maneira, entendemos o acontecimento discursivo como o lugar material onde o real da língua e o real da história se encontram *produzindo uma ruptura, uma interrupção e uma emergência* nas relações de continuidade definidas pelos rituais enunciativos que conformam as práticas discursivas na sua historicidade, i.e. na determinação do sentido e do sujeito por formações discursivas inscritas no complexo de formações ideológicas (ZOPPI-FONTANA, 2002, p. 182).

Nesse funcionamento, o acontecimento discursivo vem provocar uma ruptura de uma prática discursiva advinda das transformações que ocorrem nos rituais enunciativos que a definem. Nesse processo, ocorre ainda a emergência de novos enunciados ou de novas posição de sujeito, que reconfiguram o discurso e, por meio deste, participam do processo de produção do real histórico (Zoppi-Fontana, 1994; 1997c *apud* Zoppi-Fontana, 2002). O deslocamento e a desregularização causados

pelo acontecimento discursivo, no entanto, não se restringem à memória discursiva, mas atingem também os "processos históricos e sociais dos quais o discurso participa como prática, agindo eficazmente na reprodução/transformação das relações sociais" (Zoppi-Fontana, 2002, p. 182).

Em nosso gesto de análise, foram justamente estes funcionamentos que reconfiguraram os discursos, como o que resultou na atualização do uso de termos bélicos, de guerra, durante a pandemia, como dissemos na seção 5.1.2, modificando sentidos. Apesar de advindas da mesma memória belicista, as metaforizações colocaram em circulação sentidos diferentes durante o acontecimento discursivo da pandemia de Covid-19: diferentemente do câncer, em que a batalha era travada no corpo do sujeito, e da epidemia de AIDS, em que a batalha foi travada contra os sujeitos, com o coronavírus a batalha era de todos *contra* o vírus.

Também depreendemos que foi o acontecimento discursivo pandemia que atuou nos processos históricos e sociais, levando a uma nova forma de compreensão do que significa saúde pública e promoveu a retirada desta da lógica de mercado, fazendo com que mesmo em uma FD Neoliberal passasse a haver a defesa dos serviços públicos por parte de governantes, da população e da mídia – incluindo o *JN*: ou seja, houve uma modificação dos processos históricos e sociais, como mostraremos na seção 6.1.3.

5.3.3 Acontecimento histórico x acontecimento jornalístico

Em uma obra que discute a história e a comunicação em uma perspectiva internacional, Vicente (2009) afirma haver uma "clara diferença" nas formas como *o acontecimento* é entendido e abordado pela historiografia tradicional e pela mídia. No entanto, as duas áreas admitiriam "que o acontecimento deriva do fato entendido como o episódio desencadeador de mudanças *no status quo* da sociedade" (Vicente, 2009, p. 43). Para ter destaque em ambas as áreas, o acontecimento deve cumprir determinados requisitos, como o da relevância. "O acontecimento existe em função do relato feito dele. Justamente na construção desse relato, a história e a comunicação se encontram, pois criam versões de suas especificidades" (Vicente, 2009, p. 43).

A diferença é que, para a história, o resgate do acontecimento obrigatoriamente é pautado por cientificidade, que permite elaborar explicações

voltadas à compreensão de estruturas e de mudanças. Para a historiografia, o acontecimento deve apresentar um sentido compreensível, que esteja incluído em uma lógica fundamentada de forma sólida, com base em análise de especialistas e estudiosos preocupados com o dado em si e com a sua configuração advinda com os anos (Vicente, 2009).

Quanto à mídia, valendo-se do pesquisador francês Maurice Mouillaud (2002), Vicente (2009) recomenda que a leitura dos acontecimentos midiáticos seja feita por um viés negativo: em vez de a mídia ser observada apenas como fornecedora de informação, ela deve ser vista também como a que a oculta. Conforme o autor, é de conhecimento que qualquer sistema tem como tendência ocultar seu funcionamento, por isso, "se a cada dia a mídia faz e refaz o acontecimento, nada melhor do que duvidar da informação recebida" (Vicente, 2009, p. 65).

No caso da forma como o pronunciamento de Bolsonaro foi noticiado pelo *Jornal Nacional*, é notório que houve uma escolha por parte dos editores e que, nessa escolha, algo deixou de ser dito. Como já citado, variáveis como tempo do telejornal, tempo transcorrido entre o acontecimento e a exibição deste transformado em notícia (para a AD, em acontecimento jornalístico) e os designados critérios de noticiabilidade – com os quais os órgãos escolhem o que será noticiado, tendo como base os processos de rotinização e de normatização das práticas – interferem nessas escolhas.

Embora se saiba que não é possível deixar de se posicionar em tais escolhas, desde a seleção do que será transformado em notícia (ou, para a AD, em acontecimento jornalístico), as palavras utilizadas, a estrutura daquilo que é enunciado, a inserção deste ou daquele entrevistado e o recorte das sonoras, como já dito, mais do que se perguntar se seria possível não fazer escolhas, para nós é relevante questionar *por que* determinadas escolhas foram feitas e outras não. Ou melhor, por que alguns trechos foram *silenciados* e outros não. Indo além, consideramos observar outros aspectos, pois, "quando se trata do silêncio, nós não temos *marcas formais*, mas *pistas*, *traços*. É por fissuras, rupturas, falhas, que ele se mostra, fugazmente" (Orlandi, 2007a, posição 362, grifos no original).

Embora a questão quantitativa (nesse caso, de tempo, mas poderia ser, por exemplo, de caracteres, no caso de um jornal impresso) não seja a garantia de exibição de uma notícia mais detalhada e mais bem embasada, os cortes promovidos

na edição – desta e de qualquer matéria – demonstram o caráter lacunar da cobertura midiática e, em especial, a da televisão.

Bourdieu (1997), por exemplo, analisa que, paradoxalmente, a televisão pode "ocultar mostrando" ao fazer circular algo diferente "do que seria preciso mostrar caso se fizesse o que supostamente se faz, isto é, informar" (Bourdieu, 1997, p. 24). Outra forma lacunar da cobertura televisiva é mostrar o que é necessário ser mostrado, mas de forma que não seja efetivamente mostrado ou que se torne insignificante (Bourdieu, 1997). Por fim, seria possível ainda 'construir' o a ser mostrado de forma a ter um sentido diferente daquele que, a princípio, teria (Bourdieu, 1997).

Nas pesquisas inscritas na comunicação social, a noção de acontecimento é geralmente associada ao fato em si, como acontecimento empírico (Dela Silva, 2015). Ou seja, a concepção é que se trata de um evento cuja existência pode levá-lo a ser relatado pela mídia. Contudo, do ponto de vista da AD, a noção de *acontecimento jornalístico* deve ser antecedida por dois deslocamentos (Dela Silva, 2015).

O primeiro deles reside na já citada ruptura com o esquema jakobsoniano da comunicação – que representa uma perspectiva comunicacional de linguagem – proposta por Michel Pêcheux. Valendo-se do mesmo texto basilar supracitado (Pêcheux, [1997] [1969] 2014a), Dela Silva lembra que, para a AD, não se fala em transmissão de informação entre A e B, mas de "'efeitos de sentido entre os pontos *A* e *B* (Pêcheux, 2014a, p. 81), com A e B designando certos lugares dentro da estrutura da formação social (Pêcheux, 2014a). O raciocínio é complementado por meio de Orlandi (2020b, p. 19), a qual pontua que, no funcionamento da linguagem, não há "meramente transmissão de informação", pois essa coloca em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história.

O segundo deslocamento proposto por Dela Silva (2015) é considerar discursivamente as práticas de produção jornalística. Isso implica não mais observar a notícia como um relato associado ao fato que a originou – o acontecimento empírico citado anteriormente por ela. Essa abordagem, a ser superada e que, ressaltamos, segue a perspectiva comunicacional de linguagem, entende "que a existência do fato preexiste à prática jornalística do relato, funcionando, assim, como o referente que gera a mensagem, a ser transmitida do comunicador a seu público" (Dela Silva, 2015, p. 221-222).

Valendo-se mais uma vez de Orlandi (2020b), a pesquisadora postula que, ao promover esse deslocamento e passar a entender a prática jornalística como produção de efeitos de sentidos para/por sujeitos sob determinadas condições de produção – condições essas próprias das práticas discursivas adotadas pela mídia –, é necessário reavaliar o próprio lugar do relato jornalístico "desvinculando-o de seu condicionamento 'natural' por um fato (enquanto referente sobre o que se fala)" (Dela Silva, 2015, p. 222).

Nesse sentido, ao se falar em *acontecimento jornalístico*, deve-se entendê-lo como um gesto de interpretação de uma ocorrência que, ao ser avaliada como relevante, ganha espaço nos (tele)noticiários e circula pela mídia (Dela Silva, 2015). Dito diferentemente, o relatado pela mídia é a leitura de um fato, advinda de um gesto de interpretação e, portanto, traz em seu bojo uma determinada posição ideológica. O mesmo, em razão do dito acima, pode-se dizer do ***acontecimento histórico***. Ambos devem ser, portanto, entendidos como práticas discursivas, pois tais gestos interpretativos fazem circular sentidos e apagam outros em um determinado momento histórico.

5.3.4 Formas do silêncio

Dito isso, voltemos à edição em tela. A essa altura, em relação ao pronunciamento, já está claro que os poucos (ou parcos) minutos dedicados à reprodução dos dizeres presidenciais, juntamente com a cabeça (SD1) que introduz a nota, constituem um *acontecimento jornalístico* que, como tal, encerra um gesto de interpretação do *JN* sobre um fato. Ao optar por determinados cortes na produção, o *JN* praticou uma política do silêncio, um silenciamento.

Poderia ter sido contestada pelo *JN*, por exemplo,[52] a afirmação de Bolsonaro, feita no pronunciamento, de que o governo teria se mobilizado desde o início para combater a doença e dado assistência para que os brasileiros que estavam em Wuhan voltassem ao país em um avião da Força Aérea Brasileira, quando o fato foi que houve demonstrações claras de que ele havia resistido em enviar socorro. Foi ainda silenciada a ironia do presidente ao parabenizar a imprensa brasileira – numa alusão ao próprio *JN*, que um dia antes do pronunciamento, 23 de março, por meio de um

[52] Conforme transcrição do pronunciamento na íntegra, no Quadro 2.

editorial, havia pedido calma e serenidade à população e explicado o porquê de sua cobertura à crise (Uma pausa [...], 2020),[53] mas isso não foi feito pelo telejornal. Não se trata aqui de um juízo de valor sobre a forma como o pronunciamento foi noticiado ou sobre o pronunciamento em si, mas uma constatação de que, ao privilegiar um trecho, outros foram mantidos em silêncio. Tais trechos poderiam até mesmo demonstrar preocupação, clareza de raciocínio, sinceridade, contradições, inverdades, achismos e um certo cinismo por parte do retratado – quando parabeniza, indiretamente, a emissora, por exemplo. Da mesma forma, não foi utilizada a menção à Itália, país que contava com maior número de mortos e a afirmação do presidente – baseada também em uma pretensa memória médico-científica – de que no Brasil, por ter clima diferente, os números não seriam tão altos. Porém, como já dito, tudo foi silenciado.

Foi posto em funcionamento não apenas um modo de silenciamento – de política do silêncio –, mas de várias *formas do silêncio*, cada uma com funcionamentos diferentes. Primeiramente, identificamos o funcionamento do silêncio que, em nosso gesto de análise, funciona tendo como base a própria heterogeneidade constitutiva de todo discurso. A heterogeneidade constitutiva está no âmbito do inconsciente, pois se refere à particularidade de o sujeito não ter noção de que seu discurso seja produto de interdiscursos (Authier-Revuz, 1990) – esse "apagamento" é o esquecimento n.º 1, postulado por Pêcheux. Em outros termos, todo sujeito *se esquece* de que "toda fala é **determinada de fora**" da vontade deste, que "é mais falado do que fala" (Authier-Revuz, 1990, p. 26, grifos da autora). Este esquecimento é crucial para a própria constituição do sujeito.

O segundo funcionamento do silêncio por nós identificado é o próprio da prática jornalística – que, como definimos, promove uma sobreposição de heterogeneidades. No momento, porém, importa-nos o terceiro funcionamento do silêncio identificado até esta etapa da análise, que diz respeito à heterogeneidade mostrada não marcada, presente na SD1 – cabeça da matéria em questão.

Como dito no início da seção, os verbos *contrariar*, *pregar, criticar*, *culpar*, *espalhar* e *dizer* foram usados como delocutivos pelo *JN* para relatar o discurso de Bolsonaro. Trata-se, em nossa interpretação, de um caso de *discurso relatado indireto*

[53] O editorial do *JN* pedindo calma pode ser lido em https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/03/23/uma-pausa-para-pedir-calma-e-dizer-juntos-vamos-derrotar-esse-virus.ghtml.

informal (DRII) que, assim como o *discurso relatado indireto formal* (DRIF), não firma compromisso com a materialidade do discurso original. Assim, é capaz de relatar "parcialmente o discurso do *outro*, traduzindo e traindo as ideias nele veiculadas" (Indursky, 2013, p. 248, grifos no original). A diferença entre o DRIF e o DRII é a sintaxe, considerada formal no primeiro – sintagma nominal + verbo dizer + pronome relativo que + objeto. Neste caso, *dizer*, como afirmamos, considerado neutro, pode ser substituído por semelhantes. Por sua vez, o DRII não pode ser formalizado por não apresentar uma sintaxe previsível.

Este é o caso de "Bolsonaro *contrariou* tudo o que especialistas e autoridades sanitárias do Brasil e do mundo inteiro têm pregado", "o presidente *criticou* o pedido" e "Bolsonaro *culpou* os meios de comunicação por espalhar a sensação de pavor". Ou seja, na SD1, como dissemos, apenas o final, "[Bolsonaro] *disse* que se ele contrair o vírus não pegará mais do que uma gripezinha", seria um DRIF. O *discurso relatado indireto formal*, "por fundar-se na reformulação das palavras do outro, produz o *efeito de homogeneidade*". Em outros termos, a homogeneidade é apenas aparente, há espaços para interpretações e para distorções (Indursky, 2013, p. 247). Essas distorções, tanto no DRII quanto no DRIF, também são silenciadas, produzindo um *efeito de verdade* ao exibido pelo telejornal. Isso ocorre pois, como mídia, a televisão possui a "capacidade de construir a representação simbólica da realidade de modo a instituir **efeitos de verdade**" (Oliveira; Tasso, 2013, p. 65, grifos nossos).

Esse *efeito de verdade* é potencializado pelo uso, por parte do *JN*, dos dizeres do então presidente: um discurso relatado marcado, um discurso direto, que se apresenta como se reproduzisse formalmente o discurso do outro. Porém, o DD limita-se a mostrar tal discurso, com o locutor se afastando e se mostrando independente, mas não há garantia de que seja transparente nem que não haja distorções (Indursky, 2013, p. 242).

> [...] o DD é uma armadilha, uma ficção que remete ao conflito constitutivo do DD: (L) apaga-se diante de um enunciado textualmente reproduzido e, ao mesmo tempo, [...] corta todos os vestígios da situação de enunciação que está sendo relatada, na qual o enunciado se inscreve e é dotado de sentido (Authier-Revuz, 1978, p. 52 *apud* Indursky, 2013, p. 242).

Desta forma, há, portanto, mais um funcionamento do silêncio, em que se projeta uma verdade e um distanciamento fictícios. Trata-se de um processo em que há o recorte de um discurso, constituído em outras condições de produção e a

inserção deste em um segundo discurso, em outro momento enunciativo e em outra condição de produção para se marcar um posicionamento – isso sem dizer que este mesmo trecho do pronunciamento é precedido por uma introdução que já direciona o sentido do que vem a seguir (a SD1).

Por fim, há ainda uma política do silêncio que consideramos mais urgente: a que promove (I) o silenciamento quanto às causas da pandemia, que têm relações com a doutrina neoliberal – algo comum ao discurso do *JN* e ao discurso de Bolsonaro relatado pelo telenoticiário; (II) o silenciamento, por parte do *JN*, que não explicita o fato de que Bolsonaro, ao dicotomizar a saúde e a economia e defender a liberdade de todos trabalharem, desrespeitando regras sanitárias, segue a ideologia neoliberal, baseada no necropoder, e fascista – e não está apenas sendo negacionista; (III) o silenciamento do *JN* que, ao cobrar medidas como o auxílio emergencial, defende as práticas e estratégias e até aparelhos que visam a alcançar um novo modo de governo dos homens. Governo este que segue o princípio da concorrência, do sujeito-empreendedor: ou seja, o neoliberalismo.

Enunciando de forma a colocar em circulação efeitos de sentido que demonstram preocupação com a saúde e com os sujeitos, o telejornal silencia o fato de que defende uma política neoliberal, o auxílio emergencial, que visa a manter a força de trabalho que, em nossa interpretação, configura-se em uma política intervencionista. Porém, diferentemente de uma intervenção estatal em empresas ou no mercado, o auxílio visava à manutenção do *sujeito-empreendedor*, uma vez que o sujeito neoliberal é visto como uma empresa (como dito na seção anterior).

Esse possível sentido advém do fato de considerarmos, como base em tudo o que precede, que governar, sob o ponto de vista neoliberal, seja "conduzir a conduta dos homens" (Dardot; Laval, 2016, p. 18). Governar, na racionalidade neoliberal, não é governar contra a liberdade ou apesar desta, mas pela liberdade. "É agir ativamente no espaço de liberdade dado aos indivíduos para que estes venham a conformar-se por si mesmos a certas normas" (Dardot; Laval, 2016, p. 18).

> Abordar a questão do neoliberalismo pela via de uma reflexão política sobre o modo de governo modifica necessariamente a compreensão que se tem dele. Em primeiro lugar, **permite refutar análises simplistas em termos de "retirada do Estado" diante do mercado, já que a oposição entre o mercado e o Estado aparece como um dos principais obstáculos à caracterização exata do neoliberalismo**. Ao contrário de certa percepção imediata, e de certa ideia demasiado simples, de que os mercados conquistaram a partir

> de fora os Estados e ditam a política que estes devem seguir, foram antes os Estados, e os mais poderosos em primeiro lugar, que introduziram e universalizaram na economia, na sociedade e até neles próprios a lógica da concorrência e o modelo de empresa. Não podemos esquecer jamais que **a expansão das finanças de mercado, assim como o financiamento da dívida pública nos mercados de títulos, são fruto de políticas deliberadas**. Como se vê até mesmo na atual crise na Europa, **os Estados adotam políticas altamente "intervencionistas", que visam a alterar profundamente as relações sociais, mudar o papel das instituições de proteção social e educação, orientar as condutas criando uma concorrência generalizada entre os sujeitos**, e isso porque eles próprios estão inseridos num campo de concorrência regional e mundial que os leva a agir dessa forma (Dardot; Laval, 2016, p. 18, grifos nossos).

Em suma, esses silenciamentos ocorreram, em nosso entender, por ambos, *JN* e Bolsonaro, seguirem a mesma política econômica e a mesma ideologia neoliberal. Porém, o que os difere são as posições-sujeitos: um está em uma posição neoliberal que se pretende científica; o segundo, numa posição-sujeito neoliberal negacionista, posições muito próximas devido à heterogeneidade constitutiva de toda FD. Ademais, o discurso bolsonarista é tangenciado pela FD Fascista em aliança à FD Neoliberal.

Essa particularidade pode ser percebida nos dizeres colocados em circulação em 25 de março, dia posterior à menção à "gripezinha", em que a edição do *JN* foi dedicada, em sua totalidade – uma hora e 19 minutos –, a 'responder' ao presidente e cujo discurso analisaremos em nosso segundo tempo de analise. Antes

6 SEGUNDO TEMPO DA ANÁLISE: DISCURSOS CONVERGENTES

6.1.1 As condições de produção do discurso II

- Em 25 de março de 2020, o Brasil contava com 2.555 casos de Covid-19 e 59 mortes. Pernambuco, Amazonas e Rio Grande do Sul registravam primeira morte pela Covid-19 (Casos [...], 2020a);
- No Brasil, continua a repercussão do discurso de Bolsonaro na noite anterior, que voltou a criticar as medidas de isolamento e disse que alguns prefeitos e vereadores estavam cometendo um crime a adotá-las (JORNAL NACIONAL, 25 mar. 2020);

- Em videoconferência com Bolsonaro e governadores do Sudeste, tem início a disputa política entre o presidente e o governador do Estado de São Paulo, João Doria (PSDB), que criticou o presidente pelo pronunciamento na noite anterior;
- O príncipe Charles, da Inglaterra, tem seu teste para a Covid-19 positivado;
- Os EUA pedem aos seus cidadãos que estejam no Brasil que voltem a seu país;
- Os EUA anunciam acordo federal de US$ 2 trilhões para aliviar as consequências da crise na economia (25 de [...], 2020);
- Em 24 de março, Donald Trump escreve em uma rede social que o povo estadunidense queria voltar ao trabalho e que cura não poderia ser pior do que o problema, em alusão ao isolamento. Depois, ele voltou atrás e disse que não faria nada precipitado;
- Em dezembro de 2016, o *JN* apoiou a aprovação da PEC do Teto dos Gastos, que resultou na Emenda Constitucional 95/2016;
- Em 18 de abril, senadores defendem a suspensão ou a revogação do teto de gastos públicos (Emenda Constitucional 95/2016), que restringia o uso de recursos até mesmo na saúde e na educação. A suspensão visava a enfrentar a pandemia sem restrições no orçamento (Pandemia põe [...], 2020). Entidades de direitos humanos pediram o mesmo.

6.1.2 Do obscurantista ao pária

Em 25 de março, dia do pós-gripezinha, a crítica do *JN* ao posicionamento de Bolsonaro se iniciou na escalada – designação dada à sequência de manchetes lidas pelos apresentadores, com as principais notícias –, como mostraremos a seguir, a partir da SD5. É por meio da escalada que é iniciado o contato noticioso com o telespectador. Em outros termos, é quando ocorre "o primeiro impacto da noticiabilidade, mediante a apresentação de versões geradoras desse primeiro *efeito notícia*" (Pimentel, 2008, p. 64, grifos da autora).

> Tal efeito se *sustenta* no encontro entre as materialidades verbal e visual, levando à produção de versões, as mesmas ou outras, por um **trabalho técnico-ideológico** de contenção de determinados sentidos ao se dar visibilidade a outros. Ainda, porque no acontecimento ritual

> constituído na relação com o público, o sujeito institucionalizado, tomado por exigências e proibições próprias à instituição, funciona, na posição-jornalista, por um processo de *interdição* e de *apagamento* da autoria, de modo a advir "o verdadeiro do telejornalismo": a correspondência entre notícia e realidade, como se a realidade noticiada existisse independe do sujeito de linguagem (Pimentel, 2008, p. 17, grifos da autora, negritos nossos).

Em nosso gesto de análise, sustentamos que é por meio da escalada que se inicia o funcionamento do silêncio nos telejornais. Primeiramente, por meio do "trabalho técnico-ideológico" que contém, ou seja, apaga, silencia determinados sentidos ao dar visibilidade a outros. Essa política do silêncio é definida pelo fato de que, ao dizer algo, o sujeito jornalista, na posição que lhe é conferida pela instituição, apaga "necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis" na situação discursiva em que está inscrito (Orlandi, 2007a, posição 608).

Resumo da edição, a escalada do *JN* de 25 de março (SDs 5 a 11, a seguir) mostra como na data o noticiário foi pensado para ser uma resposta ao presidente. Obviamente, em razão dos fatos novos, por sua importância como primeiro mandatário e por sua postura e por seus dizeres, Bolsonaro necessariamente teria de ser uma das figuras centrais das notícias desta data. No entanto, o que chama atenção nesta edição é a onipresença de "indiretas" a Bolsonaro, como se percebe nas SDs 7, 8, 9, 10 e 11 (logo abaixo).

Por ser um resumo, ou um sumário do que será exibido a seguir, a escalada funciona como um convite para que o telespectador adentre o telejornal. "'Dentro'", o sujeito assume, ritualisticamente, o seu lugar nessa espectação, natural(izada), a distância" (Pimentel, 2008, p. 64). É por meio desse dispositivo do telejornalismo que se estabelece a autoridade do apresentador como porta-voz institucional.

Abaixo, transcrevemos a escalada da referida edição. Para separar os dizeres dos apresentadores, William Bonner e Renata Vasconcellos, usaremos barras (/):

> SD5: BONNER: O presidente Jair Bolsonaro volta a criticar as medidas de isolamento social decretadas por governadores e prefeitos. / RENATA: Ele ignora a Organização Mundial da Saúde, / contraria recomendações de médicos e sanitaristas de todo o planeta, / contesta medidas adotadas por chefes de Estado e de Governo em todos os continentes / e minimiza o perigo do novo coronavírus ao dizer que outros mataram mais sem provocar comoção./
>
> SD6: O ministro da Saúde ajusta o discurso dele ao do presidente e evita comentar as críticas a Bolsonaro./ Já o vice-presidente, Hamilton

> Mourão, afirma que a posição do governo é manter as medidas de isolamento / e que o presidente pode não ter se expressado da melhor forma./
>
> SD7: Contra o caos social que Bolsonaro prevê, economistas afirmam que a solução está nas mãos dele próprio: / deixar temporariamente o ajuste fiscal de lado e destinar dinheiro a programas de transferência de renda que amparem os mais necessitados. /
>
> SD8: Os Estados Unidos aprovam um pacote de dois trilhões de dólares para proteger a população das consequências econômicas da pandemia. /
>
> SD9: A OMS diz que a responsabilidade de parar o novo coronavírus e salvar vidas é especialmente das lideranças políticas. / […]
>
> SD10: A Índia tem o primeiro dia de quarentena de mais de um bilhão de pessoas. /
>
> SD11: Atletas e ex-atletas infectados relatam os sintomas do coronavírus.

Nesta edição, mais uma vez, ao relatar o discurso do então presidente, o *JN* utilizou-se de verbos que colocam em circulação a imagem de negacionista e de obscurantista de Bolsonaro. Para isso, além de sintetizar o ato de elocução de Bolsonaro por meio de um discurso indireto (Benites, 2002) já na escalada, como se vê na SD5, o telenoticiário seguiu o mesmo tom crítico, porém não relatando o discurso de Bolsonaro, mas de outros sujeitos-enunciadores – por meio do *discurso relatado indireto formal* (DRIF).

Esse recurso, em nossa interpretação, reflete atravessamentos interdiscursivos: (I) por meio do argumento de autoridade, ou seja, por meio dos dizeres, do lugar e da imagem dos enunciadores, é insinuada a inação do chefe do Executivo no socorro à população na SD7: "Contra o caos social que Bolsonaro prevê**, economistas afirmam que** a solução está nas mãos dele próprio." O mesmo ocorre em outro caso de DRIF com a utilização de discurso de autoridade (SD9), em que (II) a OMS é usada para cobrar responsabilidade do governo ("A **OMS diz que** a responsabilidade de parar o novo coronavírus e salvar vidas é especialmente das lideranças políticas"). Por fim, (III) o discurso relatado, refletindo atravessamentos interdiscursivos, é utilizado na SD11 ("Atletas e ex-atletas infectados **relatam** os sintomas do coronavírus"), em que é mostrado que pessoas com "histórico de atletas" também contraem a Covid-19 e não têm apenas uma "gripezinha ou resfriadinho".

Quando não utiliza o discurso relatado, o telenoticiário usa o exemplo de ações de países para contrapor-se a Bolsonaro: no caso, (IV) os EUA, então presididos por Donald Trump, 'ídolo' de Bolsonaro, são postos como exemplos de ação na economia (na SD8): "Os Estados Unidos aprovam um pacote de dois trilhões de dólares para proteger a população das consequências econômicas da pandemia"); e a Índia (V), com população muito superior à do Brasil, é mostrada como exemplo de quarentena (SD10).

Chama atenção ainda a SD6, em que o *JN* utiliza os discursos de Luiz Henrique Mandetta, então ministro da Saúde, e do então vice-presidente, Hamilton Mourão. Ao enunciar que Mandetta "ajustou" o discurso, o telenoticiário evoca sentidos de que a principal autoridade da Saúde no país discorda do então presidente, mas que se cala devido à hierarquia. Logo em seguida, em mais um DRIF utilizado pelo noticiário, sugere haver uma tensão no governo, pois Mourão *afirma que* o governo irá manter as medidas criticadas pelo seu superior.

Posteriormente, o *JN*, no segundo bloco do noticiário, utilizou um tom semelhante ao observado na SD5, ao introduzir a reportagem sobre as novas declarações de Bolsonaro. Além do enunciado pelo então presidente em uma entrevista, a matéria também exibiu dizeres de críticos ao então chefe do Executivo.

Para efeito de comparação e uma melhor análise, abaixo, no Quadro 3, transcrevemos:

- SD5 (a primeira parte da escalada usada no início do telenoticiário):
- As SD12 a SD15 (os enunciados que introduzem a matéria sobre as declarações de Bolsonaro); estas SDs, juntas, são as cabeças da referida matéria;
- A declaração do então presidente exibida (ou seja, relatada pelo *JN*), presente nas SD18 a SD20:

Quadro 3 – Comparativo entre o discurso de Bolsonaro e o discurso relatado pelo *JN*

Escalada	Cabeça da matéria	Declaração exibida pelo *JN* (discurso relatado)
SD5: BONNER: O presidente Jair Bolsonaro volta a criticar as medidas de isolamento social decretadas por governadores e prefeitos. / RENATA: Ele ignora a Organização Mundial da	SD12: O presidente Jair Bolsonaro repetiu hoje cedo a postura que assumiu ontem à noite num pronunciamento em	SD16: O que estão fazendo no Brasil, alguns poucos governadores e alguns poucos prefeitos, é um crime.

Saúde, / contraria recomendações de médicos e sanitaristas de todo o planeta, / contesta medidas adotadas por chefes de Estado e de Governo em todos os continentes / e minimiza o perigo do novo coronavírus ao dizer que outros mataram mais, sem provocar comoção. /	cadeia nacional de rádio e televisão SD13: e que motivou críticas em todos os setores da sociedade. SD14: Bolsonaro voltou a criticar o isolamento social que virologistas e infectologistas, autoridades médicas e sanitárias, chefes de Estado e de governo do mundo inteiro defendem como forma de combater o espalhamento, vamos dizer assim, do novo coronavírus SD15: como argumento, o presidente disse que o isolamento vai criar uma crise econômica e gerar desemprego, e que isso pode levar a conflitos sociais. O presidente também afirmou que queria que esse vírus não matasse ninguém, mas que outros, que mataram mais, não provocaram, nas palavras de Bolsonaro, essa comoção toda (WILLIAM BONNER, cabeça)	SD17: Eles estão arrebentando com o Brasil. Estão destruindo empregos. SD18: E aqueles caras que falam: "Ah, a economia é menos importante do que a vida." Cara pálida: não dissocia uma coisa de outra. Sem dinheiro, sem produção, porque o homem do campo também vai deixar de produzir. Nós vamos viver do quê? SD19: Ontem, ouvi um relato das palavras do presidente dos Estados Unidos. Tá numa linha semelhante à minha e, pelo que tudo indica, ele vai abrir a partir de hoje, reabrir, né?, os postos de trabalho. SD20: Se nós [...] colocar nosso colo o problema do vírus, que esse vírus inclusive, né, eu queria que não matasse ninguém, mas outros vírus mataram muito mais do que esse. Não teve essa comoção toda. Se ele não fizer isso lá e se nós não fizermos aqui, será o caos. (JAIR BOLSONARO, em trecho de entrevista coletiva incluída na matéria do *JN*.

Fonte: Elaborado pelo autor (com informações de https://globoplay.globo.com/v/8431977/)

Na SD5, é possível perceber regularidades presentes no discurso do *JN* quando os dizeres se relacionam a Bolsonaro. Mais uma vez, percebe-se a presença de verbos como *contrariar*, *contestar* e *ignorar* como delocutivos – assim como constatamos na SD1 (seção anterior). Com isso, ao mesmo tempo em que os apresentadores, com a autoridade institucional a eles conferida, enunciam, ambos, como locutores, fazem-no como se não fossem responsáveis pela enunciação. Há o distanciamento advindo do discurso indireto livre – ou DRII: o responsável seria aquele *de quem se fala*, no caso Bolsonaro. Com esse processo, ao mesmo tempo em que *silencia* a responsabilidade da enunciação, passando-a a outrem, o *JN* busca fortalece o imaginário de obscurantista do mandatário. Outra regularidade são os efeitos de

sentido advindos das generalizações, novamente por meio de pronomes como todo/todos.

A terceira regularidade é o uso da imagem e dos lugares social e discursivo por meio da asserção de autoridade, mais uma vez para destituir o valor do dito pelo então presidente. Se, antes, Bolsonaro "*contrariou tudo* o que especialistas e autoridades sanitárias do Brasil e do mundo inteiro" pregavam, desta vez ele "*contraria* recomendações de médicos e sanitaristas de todo o planeta" e "*contesta* medidas adotadas por chefes de Estado e de Governo em todos os continentes". Apesar da ampliação das autoridades, continua a generalização, pois não há indicação de quem sejam as autoridades sanitárias, os médicos e os chefes de Estado e de Governo.

Apesar de o primeiro bloco da edição também apresentar sequências discursivas relevantes para nossa análise, iniciaremos a parte do estudo das reportagens pelo segundo bloco, em que foi exibida a matéria que aborda os dizeres de Bolsonaro apresentados e resumidos na escalada (SD5). Os enunciados foram proferidos em uma entrevista concedida em frente do Palácio da Alvorada, sua residência oficial, enquanto ele era apoiado pela claque de seus apoiadores. Mais uma vez, a exemplo do que houve na escalada, a cabeça da matéria em questão – SDs 12 a 15, transcritas na segunda coluna do Quadro 3 – apresenta efeitos de sentido provenientes de generalizações e do uso da imagem e dos lugares social e discursivo de autoridades, por meio de dizeres como "todos os setores da sociedade" (SD13) e "Bolsonaro voltou a criticar o isolamento social que virologistas e infectologistas, autoridades médicas e sanitárias, chefes de Estado e de Governo do **mundo inteiro** defendem (SD14)".

Este efeito totalizador, com o uso do substantivo *mundo* seguido do adjetivo *inteiro*, traz em seu bojo um duplo problema. O primeiro deles é "epistêmico", em que o jornalista "precisa a fonte de avaliação ('todo mundo', 'cada um', 'nós'), que, por definição, ele não conhece" (Guilbert, 2020, p. 75). O segundo problema é "ético", pois os jornalistas "falam em nosso nome sem nossa permissão, como apresentam uma opinião comum ou um conhecimento 'compartilhado' que não sabem se é verdadeiro ou não" (Guilbert, 2020, p. 76). Essa totalização é *típica do discurso neoliberal* na mídia e é, sobretudo, utilizado em matérias sobre economia (Guilbert, 2020), conforme iremos aprofundar logo a seguir. Por ora, é preciso dizer onde reside o problema epistêmico e ético nessas SDs: mesmo que "autoridades médicas e sanitárias, chefes

de Estado e de Governo do mundo inteiro" tenham defendido determinadas medidas contra a Covid-19, também é plausível que "no mundo inteiro", ou até mesmo no país, houvesse aqueles que não defendiam. Ou seja, além de não precisar a informação, os sujeitos-jornalistas enunciam como se os espectadores avalizassem essa informação. Essa possibilidade é reforçada ao nos atentarmos que até mesmo dentro de determinadas FDs, por estas não serem homogêneas, não há uma univocidade. Sabemos que as FDs são atravessadas por saberes de outras regiões e sofrem a influência das condições de produção das formações imaginárias. Ou seja, cada sujeito é afetado de uma forma pela FD em que está inscrito, uma vez que é impossível haver uma unanimidade em relação ao combate ao coronavírus. Porém, o efeito de evidência do enunciado pelo telejornal promove o silenciamento dessa possibilidade.

Ainda na análise, é possível observar a ocorrência de duas formas explícitas da heterogeneidade discursiva (Authier-Revuz, 2004). A primeira na SD14, em que o jornalista enuncia: "[...] defendem como forma de combater o espalhamento, **vamos dizer assim**, do novo coronavírus". A segunda na SD15: "[...] não provocaram, **nas palavras de Bolsonaro**, essa comoção toda". Em nosso gesto de análise, trata-se de glosas. São exatamente nestes pontos, nos retoques, nos comentários, marcados ou não por aspas ou itálico –, que parâmetros, ângulos e pontos de vistas são especificados (Authier-Revuz, 1990). As glosas ocorrem quando o enunciador comenta as palavras "ao mesmo tempo em que as enuncia, através da laçada reflexiva de um dizer que volta explicitamente sobre si mesmo" (Authier-Revuz, 1998, p. 29). Há, em nosso gesto de interpretação, uma tensão entre duas vozes, a daquele *que* fala e a de *quem* se fala.

Por fim, é preciso ainda citar como, na SD15, o *JN* contrapõe Bolsonaro às "autoridades médicas, sanitárias, chefes de Estado etc.", ao colocar que seu argumento contra o isolamento é a possibilidade de este isolamento criar uma crise econômica. Nota-se uma desproporcionalidade entre o grupo dos que defendem as medidas – autoridades "do mundo inteiro" – e Bolsonaro. Há a colocação em jogo de uma imagem de isolamento do então presidente que será analisada ainda neste capítulo.

Por ora, ater-nos-emos aos dizeres de Bolsonaro transformados em acontecimento jornalístico (SD16 a SD20), transcritos na terceira coluna do Quadro 3

(acima). Nas SDs 16 e 17, há, mais uma vez, a antagonização/o embate entre o discurso da saúde e o da economia: “O que estão fazendo no Brasil, alguns poucos governadores e alguns poucos prefeitos, é um crime” e “Eles estão arrebentando com o Brasil. Estão destruindo empregos.” (SD17) Percebe-se que há uma elisão: Bolsonaro não os nomina: quem são “os alguns poucos governadores e alguns poucos prefeitos”?, quem são “eles” que “estão arrebentando o Brasil!”? Tampouco ele cita o que “alguns poucos governadores e alguns poucos prefeitos” estariam fazendo que poderia ser considerado crime e, por conseguinte, não cita por que esses políticos deveriam ser considerados criminosos. Ele apenas já os coloca como tais. Por meio das condições de produção do enunciado, ou seja, por meio de algo exterior ao discurso, sabemos que ele se refere às medidas de isolamento.

Essa remissão é possível pois, apesar de, sob o ponto de vista da gramática, a elipse ser um enunciado incompleto, para a linguística esta pressupõe um “caráter completo do ponto de vista do sentido” (Haroche, 2016, p. 239). A elipse, ao lado da incisa, segundo a autora, comporta “uma parte intrínseca do implícito”. A primeira surge de uma ruptura do fio do discurso; a segunda, de um excedente (Haroche, 2016, p. 237).

A elipse é o lugar em que se encontram o linguístico e o extralinguístico; o formalismo com a ideologia e a língua com a história. “A falta que funciona na elipse [...] faz intervir algo que se encontra além, alhures, ou talvez inscrito de maneira específica na língua: esse algo é também alguém, o sujeito... (Haroche, 2016, p. 244). Em nosso gesto de interpretação, esta elipse nos dizeres de Bolsonaro dá indícios de uma identificação do sujeito com uma FD própria do autoritarismo. Trata-se de um discurso autoritário colocado em circulação, sobretudo, na SD17, em que há a imposição de uma verdade (Orlandi, 1987):

> [O] Discurso autoritário: é aquele em que a reversibilidade tende a zero, estando *o objeto do discurso oculto* pelo dizer, havendo um agente exclusivo do discurso e a polissemia contida. O *exagero* é a ordem no sentido militar, isto é, o assujeitamento ao comando (Orlandi, 1987, p. 154, grifos nossos).

Em outros termos, Bolsonaro *identifica-se com um sentido* e se coloca em oposição a outros. Trata-se de um efeito da interpelação ideológica, que está em

consonância com a FD Fascista em aliança com a FD Neoliberal, em que ele está inscrito, e, por conseguinte, a uma posição-sujeito.

Ao não explicitar o crime, Bolsonaro se coloca como uma autoridade inquestionável, um *juiz*, que julga a ação de terceiros certo de que suas convicções são corretas e as únicas que deveriam ser seguidas. Não há interlocução, pois, "no discurso autoritário, o referente está 'ausente', oculto pelo dizer; não há realmente interlocutores, mas um agente exclusivo [...] (Orlandi, 1987, p. 15). Nesse caso em tela, Bolsonaro chega a simular a interlocução, como vemos na SD18: "E aqueles caras que falam: 'Ah, a economia é menos importante do que a vida.' Cara pálida: não dissocia uma coisa de outra." Ao inserir em seu enunciado a simulação de um discurso relatado direto, Bolsonaro insere "*um comentário crítico*, no próprio curso de sua produção". Como locutor, põe-se na posição de *juiz* que emite um julgamento sobre as palavras no momento em que as utiliza (Authier-Revuz, 2004, p. 219, grifos da autora).

Um dado importante nesse contexto é que, embora a enunciação seja de Bolsonaro, trata-se de um discurso relatado pelo *JN* – que, como já dito, gradativamente passou a mudar a imagem do então mandatário de obscurantista para autoritário e censor.[54] Mas se por um lado esse discurso/imagem (de) autoritário de Bolsonaro são postos em circulação pelo telenoticiário, ao mesmo tempo o próprio *JN* silencia o autoritarismo presente em seu próprio discurso.

Ao utilizar o discurso de autoridade, ou seja, se valer não apenas dos dizeres, mas da imagem e dos lugares sociais e discursivos de cientistas, médicos, "autoridades sanitárias", chefes de Estado e de Governo, mesmo não citando quais (como visto nas SD1, SD14), ao utilizar generalizações, como "do mundo inteiro", "todo o planeta", "todos os continentes", "todos os setores da sociedade" (SD1, SD5, SD13), ou usar dados estatísticos para fazer circular efeitos de verdade e adquirir o caráter didático/pedagógico (como mostraremos logo mais, na SD21, na próxima seção), o *JN* também coloca em circulação um discurso autoritário.

Considerado uma modalidade do *discurso sobre*, o discurso jornalístico torna objeto aquilo sobre o qual se fala, sendo que um dos efeitos do *falar sobre* é o distanciamento do sujeito-enunciador. No caso do jornalismo, o *falar sobre* faz com

[54] Voltaremos a este tema na seção 7.2.2, sobretudo na SD66, que analisa o uso da "caneta como arma" por parte de Bolsonaro.

que o sujeito enunciador, seja o sujeito-apresentador ou o sujeito-repórter, projete uma imagem de *observador imparcial* (Mariani, 1998). Dessa forma, é facultado a ele a possibilidade de emitir juízos de valor e de opinar (Mariani, 1998) como se não estivesse julgando nem opinando – algo, como já dito, também característico do funcionamento do discurso relatado. "Os *discursos sobre* são discursos intermediários, pois ao *falarem sobre* um *discurso de* ('discurso-origem'), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral, representam lugares de autoridade" (Mariani, 1998, p. 60). Nesse *lugar de autoridade* há a efetuação de uma transmissão de conhecimento, pois o *falar sobre* situa-se em uma correlação entre o narrar e/ou descrever um acontecimento, "estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor" (Mariani, 1998, p. 60).

Ao fazer crer que apresenta os fatos como são, ao se colocar como isento, informativo, imparcial e não interpretativo – como já abordado no tópico sobre acontecimento jornalístico –, o discurso jornalístico funciona semelhantemente ao "discurso pedagógico em sua forma mais autoritária" (Mariani, 1998, p. 61-62), em que, em lugar do professor, que atua como detentor do saber e de verdades inquestionáveis, em uma relação verticalizada, está o jornalista. "No discurso jornalístico mascara-se um apagamento da interpretação em nome de fatos que falam por si" (Mariani, 1998, p. 62). Em nossa interpretação, há aqui um duplo silenciamento: o que silencia a interpretação em si mesma, intrínseco ao próprio discurso jornalístico, e o silenciamento *sobre* o fato *de* que o jornalismo é interpretativo.

Embora seja comum a todos os meios midiáticos, esse silenciamento ganhou especial efeito no *JN* durante a pandemia, em que o noticiário exerceu um jornalismo opinativo, com juízos de valor, em que ressaltou a imagem de obscurantista e de autoritário de Bolsonaro enquanto silenciava sobre as origens estruturais da pandemia. Mas, como já temos mostrado, há muitas convergências entre os discursos de Bolsonaro e do *JN*. Uma delas é, justamente, o autoritarismo, presente nas SDs citadas em parágrafos acima e em posteriores, como na SD19, em que o *JN* mostra que Bolsonaro, sem mencionar o nome, busca aproximar seu posicionamento ao de Donald Trump, então presidente dos EUA. Como forma de facilitar nosso percurso de análise, iremos transcrevê-la novamente, juntamente com as SDs anteriores.

> SD16: O que estão fazendo no Brasil, alguns poucos governadores e alguns poucos prefeitos, é um crime.

> SD17: Eles estão arrebentando com o Brasil. Estão destruindo empregos.
> SD18: E aqueles caras que falam: “Ah, a economia é menos importante do que a vida.” Cara pálida: não dissocia uma coisa de outra. Sem dinheiro, sem produção, porque o homem do campo também vai deixar de produzir. Nós vamos viver do quê?
> SD19: Ontem, ouvi um relato das palavras do presidente dos Estados Unidos. Tá numa linha semelhante à minha e, pelo que tudo indica, ele vai abrir a partir de hoje, reabrir, né?, os postos de trabalho.

Discursivamente, esta aproximação tem seu funcionamento a partir de uma ruptura nos dizeres do então mandatário. Primeiramente em terceira pessoa, nas SDs 16, 17 e em quase toda a SD18, o discurso subitamente tem a pessoa modificada para primeira do plural – um nós includente – ao final da SD18, com “Nós vamos viver de quê?”. A partir disso, o discurso passa a alternar as primeiras pessoas do singular e do plural, sendo que, na SD19, há apenas a primeira do singular, inclusive, com o uso do possessivo minha: SD19: “Ontem, **ouvi** um relato das palavras do presidente dos Estados Unidos. Tá numa linha semelhante à **minha** e, pelo que tudo indica, ele vai abrir a partir de hoje, reabrir, né?, os postos de trabalho.”

Em nosso gesto de análise, na SD19 foi possível identificar uma autorrepresentação de Bolsonaro a partir da primeira pessoa do singular e a imagem tida por ele em relação a Trump. Como já dito na seção 4.1, Pêcheux (2014a) afirma que, nos processos discursivos, há o funcionamento de uma série de *formações imaginárias* que têm como fim designar o lugar que A e B atribuem a si mesmos e ao outro, e a imagem que ambos se fazem de seu próprio lugar e do lugar que o outro ocupa. As formações imaginárias estão em funcionamento em todos os processos discursivos e se resumem a lugares que cada um dos sujeitos atribui a si mesmo e ao outro e à imagem que estes têm do lugar que ocupam e do lugar que o outro ocupa, assim como da imagem do referente.

Ao enunciar que ouviu um relato de Trump e que ambos seguem uma linha semelhante, Bolsonaro equipara seu lugar e a sua imagem à de Trump – presidente da nação mais poderosa do mundo. Seus enunciados – proferidos aos seguidores em frente do Palácio da Alvorada, sua residência oficial, assim como os do *JN* – são alçados ao *status* de verdade absoluta. Seus seguidores não são seus interlocutores, e ele é um agente (um enunciador) exclusivo.

Conservador e do Partido Republicano, Trump também mantinha à época uma postura contra o isolamento social. No dia anterior (24 de março), data em que

Bolsonaro fez seu pronunciamento, Trump havia escrito em uma rede social: “Nosso povo quer voltar ao trabalho.” Em seguida, ele escreveu: “A cura não pode ser pior (de longe) do que o problema! O Congresso deve agir agora. Vamos voltar forte!” (Borges, 2020, n. p). Ao tentar uma aproximação entre ele e Donald Trump, a quem sempre elogiou e chegou a proferir “I Love you”,[55] Bolsonaro tenta mostrar que não está só, alinha seu discurso ao do chefe da maior economia do mundo e, mais uma vez, demonstra sua superestima.

Além da primeira pessoa do singular, é preciso atentar também ao uso da primeira pessoa do plural – que, em nosso gesto de análise, é relevante dentro de um quadro em que ocorrem (inter)relações entre o negacionismo, o militarismo e o neoliberalismo no enfrentamento da crise de Covid-19 no Brasil, em que Bolsonaro manteve “o clássico populismo de cisão da sociedade” (Hur; Sabucedo; Alzate, 2020, 558). Nesse populismo, ele se colocou como quem fala pelo ‘povo’ em uma luta contra as “elites ineptas” (Hur; Sabucedo; Alzate, 2020, 558). Dessa forma, alimentou a polarização social e criou um *endogrupo* (o *nós*) em oposição ao *exogrupo* (*o eles*). Além disso, criticou organismos internacionais e governadores, na tentativa de manter o apoio de parte da população trabalhadora e de empresários (Hur; Sabucedo; Alzate, 2020).

A discursivização dessa dicotomização entre *nós* e *eles* por parte de Bolsonaro pode ser identificada nos dizeres do então presidente relatados pelo *JN* e marcada por meio do discurso direto – entrevistas, declarações e conversas com apoiadores exibidas. “O que [*eles*] estão fazendo no Brasil, alguns poucos governadores e alguns poucos prefeitos, é um crime” (SD16) e “*Eles* estão arrebentando com o Brasil. [*Eles*] estão destruindo empregos” (SD17) se opõem a “[*Nós*] devemos, sim, voltar à normalidade” (SD2); “Noventa por cento de *nós* não teremos qualquer manifestação caso se contamine"; “*Nós* vamos viver do quê? (SD18); Se *nós* [...] colocar nosso colo o problema do vírus [...] Se ele [Trump] não fizer isso lá e se *nós* não fizermos aqui será o caos (SD20).

Em relação à primeira pessoa do plural, em nossa interpretação, com exceção da SD20 – em que há, dois *nós* excludentes, em que Bolsonaro se refere a *nós* como

[55] A declaração se deu em 25 de setembro de 2019, após o pronunciamento do brasileiro na Assembleia Geral da ONU. É possível saber mais sobre isso em https://istoe.com.br/bolsonaro-diz-i-love-you-para-trump-que-desdenha-bom-te-ver-de-novo/.

governo – nas demais SDs, o ex-presidente utiliza a primeira pessoa para se incluir na coletividade dos brasileiros (Indursky, 2013).

Essa utilização de *nós* para se incluir na coletividade parte da associação do sujeito Bolsonaro com seus interlocutores, "construindo assim um referente discursivo que pretende ser suficientemente amplo para representar a 'totalidade dos brasileiros' na qual o [então] presidente está incluído" (Indursky, 2013, p. 88). Ao se colocar desta forma, Bolsonaro fortalece a discursivização da dicotomização entre *nós* – o conjunto da sociedade brasileira, que em sua visão o apoia totalmente – e eles: aqueles "poucos prefeitos e governadores" que estão cometendo um crime contra o Brasil.

Seguindo a análise, apesar de, na SD19, Bolsonaro afirmar que o 'colega' Trump iria reabrir "postos de trabalho", isso não ocorreu pois, na mesma data da declaração em rede social – ou seja, antes das declarações de Bolsonaro –, o chefe do Executivo dos EUA havia voltado atrás: "Não vou fazer nada precipitado ou apressado [...] Eu não faço isso" (Coronavírus..., 2020, n. p.). Nesse sentido, os dizeres de Bolsonaro podem ser classificados como um factoide – conceito que se aproxima de *fake news*. Trata-se de mais um funcionamento do discurso autoritário, em que a verdade é imposta e há "uma interpretação que se apresenta como *a* interpretação" (Orlandi, 1990, p. 36, *apud* Indursky, 2013, p. 51, grifos da autora).

O termo factoide, de uso comum no jornalismo, é antigo e designa o que pode ser chamado de *casus ficti*, termo que se refere a qualquer caso suposto ou imaginário (Sodré, 2019). Conforme o autor, que separa factoides de *fake news*, o *casus ficti* se opõe ao *casus facti* (caso de fato), "que seria uma ocorrência da vida real que reclama do sujeito uma interpretação" (Sodré, 2019, p. 92). Segundo ele, muito anterior ao termo *fake news* – ao qual voltaremos adiante –, o termo factoide deriva do neologismo *factoid* e designa algo que parece, mas que não é, um fato. "É uma designação bem popular para este fenômeno, recorrente na imprensa anglo-saxônica desde o século dezenove" (Sodré, 2019, p. 96).

Entre os exemplos mais gritantes de um factoide, está o caso do *The New York Times*, que publicou reportagens com denúncias de que Saddam Hussein, no Iraque, possuía armas de destruição em massa. A acusação, nunca comprovada, serviu como pretexto para o presidente George Bush invadir o país (Sodré, 2019). No Brasil, o factoide está muito ligado à política e significa simplesmente uma notícia forjada, com a meta de atrair a opinião pública. Por sua vez, ainda segundo Muniz

Sodré (2019), as *fake news*, que também devem ser diferenciadas do *rumor*, operam de uma forma diferente:

> equivalem […] a boatos, fenômeno muito acima dos interesses de determinação do verdadeiro ou do falso. Um boato pode ser aleatório ou resultante de uma estratégia discursiva deliberada. Esta última espécie caracteriza majoritariamente as *fake news* disseminadas na rede eletrônica (Sodré, 2019, p. 99).

Ele acrescenta ainda que as *fake news*, presentes no ambiente eletrônico atualmente, além de serem da mesma ordem do boato, são recebidas mais por apresentarem uma "fabulação narrativa" do que por seu conteúdo factual. Essa fabulação é "ao modo de um *fait-divers* perverso e deliberado" (Sodré, 2019, p. 99).

Do ponto de vista discursivo, Orlandi (2008) define o boato como um fato de linguagem pública, um fato da circulação das palavras. "O boato afeta o ritmo do dizer, sua temporalidade, jogando na relação das palavras com o **silêncio** (Orlandi, 2008, p. 134, grifos nossos). Essa relação com o silêncio reside na particularidade de que, mesmo ao não dizer tudo, pois no boato não se diz toda a verdade, o fato não é totalmente "significado", com isso, paradoxalmente, o boato acaba por dizer demais, pois vai além da verdade, além de haver uma dispersão de sentidos em torno do fato, explica a autora.

No boato, a relação entre o já-dito e o não-dito é colocada em forma de "diz-se-que" e, na formulação, é observado um efeito de separação entre o verdadeiro e o burburinho, aquilo que é o não-asseverado (Orlandi, 2008). Com isso, trabalha-se a relação das palavras com o *silêncio*. Outra particularidade reside no fato de que o boato vem estabelecer um efeito inscrito na história não escrita.

> Efeito de separação entre verdade (objetividade, escrita, documento) e comentário (subjetivo, oral, não-confirmado, não provado, não-verificável) trabalhando diferentes versões, passíveis de inscrição em diferentes formações discursivas. A multiplicidade de comentários faz parte desta forma discursiva assim como seu caráter velado, e sua circulação fora do percurso oficial da palavra (Orlandi, 2008, p. 136).

Há de se atentar ainda à característica de que o boato é uma etapa da *formulação* em que a incerteza atua. "A parte voltada ao silêncio é nele ainda forte" (Orlandi, 2008, p. 137). Porém, enquanto formulação, o boato produz um efeito de separação entre o verdadeiro, que seria o dito, e o falso, o não-dito. Outra

particularidade discursiva do boato é a função-autor fantasmática, beneficiada por um silêncio próprio das relações com as suas versões (Orlandi, 2008).

O "diz-se-que-diz-se-que" se aproveita de dois silêncios: o do anonimato (a autoria fantasmática) e a censura (*o silêncio local*) – e, quando há censura, a interdição do sítio de significação, há "migração de sentidos para outros objetos simbólicos" (Orlandi, 2008, p. 138). Dito diferentemente, o boato é uma forma de *política do silenciamento*. No próximo capítulo, voltaremos a essa discussão e abordaremos, além do boato, também o conceito de *fake news* sob a ótica do discurso. Por enquanto, asseveramos que os boatos, diferentemente das *fake news*, não foram originalmente criados para ter ao seu lado o aparato tecnológico. Da mesma forma, o factoide não possui esse recurso, que permite que as *fake news viralizem* (fortalecendo, em nossa interpretação, a etapa de circulação). No entanto, ao exibi-lo em horário nobre, o *JN*, ao lado de outros meios de comunicação, fortaleceu a etapa de circulação e acabou por concorrer para que o factoide viralizasse. Nesse sentido, encontramos mais uma das regularidades do discurso do *JN* em relação ao ex-presidente: uma relação simbiôntica, em que ambos se (retro)alimentam, como mostraremos na seção 6.1.

Para nosso percurso de pesquisa, basta, por enquanto, entender o factoide de Bolsonaro como uma forma de ele se mostrar amparado e ao lado daquele que, teoricamente, seria um dos homens mais importantes do mundo e, mais que isso, como um *silenciamento local*. Ao se colocar desta forma, ele promove a interdição do sítio de significação aos sujeitos-seguidores; ou seja, a interdição da inscrição desses sujeitos em determinadas formações discursivas (Orlandi, 2007a, 2008), conforme aprofundaremos no capítulo 7.

Por enquanto, podemos apontar, na relação Bolsonaro-Trump conforme mostrada pelo *JN*, até mesmo a existência de uma identificação com o *outro*. Com base em Lacan, é possível afirmar que "o sujeito se vê pelo olhar do outro; é a partir do outro que a imagem do sujeito é construída" (Ramos, 2020, p. 221). Essa tese, trazida à AD por Pêcheux, postula que o outro é o semelhante, é com quem o sujeito se identifica, admira ou até mesmo odeia. "O eu se constitui a partir da imagem do outro, a qual traz em si a imagem esculpida pelos significantes do Outro" (Ramos, 2020, p. 221). Na AD, essa noção do *Outro* (com inicial maiúscula) está intimamente

ligada ao esquecimento e aos conceitos de Sujeito (também com maiúscula) e de interpelação e de assujeitamento do sujeito (conforme mostrado no capítulo 2).

> Esse sujeito, com um *S* maiúsculo — sujeito absoluto e universal —, é precisamente o que J. Lacan designa como o Outro (Autre, com *A* maiúsculo), e, de outro lado, que, sempre de acordo com a formulação de Lacan, "o inconsciente é o discurso do Outro", podemos discernir de que modo *o recalque inconsciente e o assujeitamento ideológico* estão materialmente ligados, sem estar confundidos, no interior do que se poderia designar *como o processo do Significante na Interpelação e na identificação* […] (Pêcheux, 2014b, p. 124, grifos do autor)

Como dito anteriormente, a ascensão de Bolsonaro ao poder significou também a ascensão da extrema-direita – ou Ur-facista. Essa vitória não foi um fato isolado, pois se insere na onda de direita, ou de extrema-direita, que toma conta do mundo ocidental. "A veneração que o presidente e seus filhos demonstram com relação a Donald Trump afina-se com parceiros menos relevantes, empenhados na corrosão da democracia" (Fausto, 2019, n. p.). Além de Trump, há ainda a afinidade entre Bolsonaro e o presidente da Hungria, Victor Orbán. A eles se juntam Nigel Farage, líder do partido ultranacionalista britânico, e Jörg Mauten, do AfD, partido de ultradireita da Alemanha. Líderes que se inscrevem em uma *formação ideológica* de ultra ou de extrema-direita, cujos dizeres se aproximam e se coadunam. Todos estão unidos por "só um discurso bem básico, genérico e que apela diretamente para suas afiliações básicas, primais, instintivas" (Abranches, 2019, n. p).

Esse posicionamento ideológico de Bolsonaro ao lado de Trump, como aliado – que se mostra no discurso –, é corroborado na SD seguinte, em que, mais uma vez, temos uma informação imprecisa, uma manifestação, no discurso, de uma memória própria da FD Neoliberal com o sujeito em uma posição negacionista ("mas outros vírus mataram muito mais do que esse"), usada como argumentação, seguida de "se ele [Trump] não fizer isso lá, e se nós não fizermos aqui, será o caos".

Ao se posicionar por meio desses dizeres, Bolsonaro coloca em circulação efeitos de sentido que apontam Trump e ele mesmo como heróis, aliados, preocupados com o que consideram um exagero e cuja meta é mobilizar seus apoiadores contra aquilo que alegam ser incorreto. Interpelados ideologicamente, no imaginário desses, todos aqueles que o contradizem são seus inimigos (a exemplo do que ocorreu quando Bolsonaro usou o termo *terra arrasada*).

Os enunciados de Bolsonaro exibidos pelo *JN* ainda apresentam o trabalho de uma memória própria de muitos políticos e detentores de cargos públicos – eletivos ou não – em momentos de pandemia em tempos de capitalismo, em que, além de negar a gravidade da doença, dicotomizam saúde e economia. Designado "mãe de todas as pandemias", em razão do número de mortos, o acontecimento histórico e discursivo da gripe espanhola, provocada por um vírus do subtipo H1N1, também colocou em circulação enunciados semelhantes. Um exemplo é o ocorrido na capital pernambucana em 1918. Quando a doença chegou ao Recife, em setembro daquele ano, por meio de um navio vindo do exterior, o governo de Pernambuco levou um mês para reconhecer que a gripe havia se instalado na cidade e mesmo assim não tomou medidas de contenção, negando sua gravidade (Schwarcz; Starling, 2020).

> [...] a primeira reação a uma doença pública, no passado e no presente, é a negação. É apenas quando as consequências de uma epidemia são inegáveis que ela vira um evento de saúde pública, da cultura de seu tempo e igualmente da política e da economia. (Schwarcz; Starling, 2020, posição 245).

Com a chegada de mais um navio com doentes, meses depois, autoridades sanitárias solicitaram que fossem adotadas medidas de contenção. Porém, o governo não admitiu a necessidade de quarentena, pois "seria um desastre para a economia" (Schwarcz; Starling, 2020, posição 933), à semelhança do que enuncia Bolsonaro quando prevê "o caos".

Da mesma forma como comentamos na seção anterior, é preciso atentarmo-nos ainda que, embora a matéria tenha exibido o enunciado pelo próprio então presidente (nas SDs 16 a 20), trata-se de uma outra enunciação, colocada em (re)circulação pelo *JN* e introduzida por dizeres que, em tese, resumiriam os dizeres do mandatário – a cabeça da matéria, representada nas SD12 a SD15. Como já citado, a cabeça da matéria se configura em *discurso relatado indireto informal* (DRII), que não tem compromisso com a materialidade do discurso original – ou seja, com o enunciado pelo presidente. Mas, mais que isso, este DRII mais uma vez *trai* o enunciado originalmente proferido e, mais que isso, introduz este último com uma opinião sobre esse enunciado como se fosse uma mera introdução. Abaixo, mais uma vez, para facilitar a compreensão, transcrevemos novamente essas SDs no Quadro 4:

Quadro 4 – Comparativo entre o discurso de Bolsonaro e o discurso relatado pelo JN – 2

Cabeça da matéria	Declaração exibida pelo *JN* (discurso relatado)
SD12: O presidente Jair Bolsonaro repetiu hoje cedo a postura que assumiu ontem à noite num pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão SD13: e que motivou críticas em todos os setores da sociedade. SD14: Bolsonaro voltou a criticar o isolamento social que virologistas e infectologistas, autoridades médicas e sanitárias, chefes de Estado e de Governo do mundo inteiro defendem como forma de combater o espalhamento, vamos dizer assim, do novo coronavírus. SD15: Como argumento, o presidente disse que o isolamento vai criar uma crise econômica e gerar desemprego, e que isso pode levar a conflitos sociais. O presidente também afirmou que queria que esse vírus não matasse ninguém, mas que outros, que mataram mais, não provocaram, nas palavras de Bolsonaro, essa comoção toda (WILLIAM BONNER, cabeça).	SD16: O que estão fazendo no Brasil, alguns poucos governadores e alguns poucos prefeitos, é um crime. SD17: Eles estão arrebentando com o Brasil. Estão destruindo empregos. SD18: E aqueles caras que falam: "Ah, a economia é menos importante do que a vida." Cara pálida: não dissocia uma coisa de outra. Sem dinheiro, sem produção, porque o homem do campo também vai deixar de produzir. Nós vamos viver do quê? SD19: Ontem, ouvi um relato das palavras do presidente dos Estados Unidos. Tá numa linha semelhante à minha e, pelo que tudo indica, ele vai abrir a partir de hoje, reabrir, né?, os postos de trabalho. SD20: Se nós [...] colocar nosso colo o problema do vírus, que esse vírus inclusive, né, eu queria que não matasse ninguém, mas outros vírus mataram muito mais do que esse. Não teve essa comoção toda. Se ele não fizer isso lá e se nós não fizermos aqui será o caos (JAIR BOLSONARO, em trecho de entrevista coletiva incluída na matéria do *JN)*.

Fonte: Elaborado pelo autor (com informações de https://globoplay.globo.com/v/8431977/)

No batimento entre ambas as séries de SDs, é possível observar que, ao relatar o discurso do outro, se por um lado o *JN* colocou em circulação sentidos que levam ao aumento da gravidade dos dizeres – que seria um disfemismo –, por outro, produziu efeitos de sentido que diminuem a gravidade de determinados dizeres – o que seria um eufemismo, caso se tratasse de figuras de linguagem.

Ou seja, mesmo o DRII não tendo compromisso com a fidelidade, houve mais que parafraseamento – ocorreu um *silenciamento*. Houve, por exemplo, na cabeça, a não menção à acusação de que governadores e prefeitos teriam cometido um crime, "parafraseada" – e estas aspas são intencionais – para "[...] Bolsonaro voltou a criticar o isolamento social que virologistas e infectologistas, autoridades médicas e sanitárias

[...] defendem". Este enunciado, em nossa interpretação, diminuiu as ilações do então mandatário, que colocavam em circulação efeitos de sentido de acusação.

Na direção inversa, foram postos em circulação efeitos de sentido que elevaram a gravidade das palavras do então presidente, quando o *JN* relatou que Bolsonaro disse que "[…] o isolamento vai criar uma crise econômica e gerar desemprego, e que isso pode levar a conflitos sociais", quando o então mandatário enunciou: "Se ele [Trump] não fizer isso lá [nos EUA] e se nós não fizermos aqui, será o caos." Nota-se que o então presidente não designou a que tipo de caos ele se referia. Porém, na SD7 – a escalada, no início do noticiário, que também resumiu o discurso –, o *JN* designou este caos como "social".

Trata-se, portanto, de mais um funcionamento da política do silêncio no discurso do *JN*.

> Com efeito, a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada. A diferença entre o silêncio fundador e a política do silêncio é que a política do silêncio produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão: ele significa em (por) si mesmo (Orlandi, 2007a, posição 607).

No nível do fio do discurso – ou seja, no intradiscurso, a formulação da enunciação – já é possível depreender ter havido um *recorte* nas palavras do *JN* ao supostamente parafrasear o enunciado por Bolsonaro. Ou seja, o telenotíciário cortou determinadas palavras, como dissemos na seção anterior. Mas o que nos interessa – e que, desde a seção anterior, temos tentado mostrar ser uma regularidade no telenoticiário e no discurso de Bolsonaro relatado pelo *JN* – é a *política do silêncio*, que não permite a circulação de determinados sentidos e que, na nossa interpretação, está intimamente ligada ao interdiscurso – à "memória do dizer", que é do nível da constituição do discurso (Orlandi, 2007a).

Segundo Orlandi (2007a), se por meio do intradiscurso o sujeito intervém no repetível, é o interdiscurso que atua nas fronteiras das formações discursivas, incorporando pré-construídos (efeito do já-dito). "Também nesse caso podemos dizer que é o silêncio que trabalha os limites do já-dito no interdiscurso. Sem deixar de considerar que a relação silêncio-interdiscurso é bastante complexa" (Orlandi, 2007a, posição 761). O silêncio é o não-dito necessariamente excluído, que apaga sentidos

que se deseja evitar e que poderiam fazer funcionar o significativo de outra FD, de outra região de sentidos (Orlandi, 2007a).

6.1.3 Contra o obscurantismo, a ironia

Retrocedendo cronologicamente no telejornal, já que na seção anterior analisamos o segundo bloco, voltemos à primeira parte da edição. Logo após a escalada (SD5 a SD11), no primeiro bloco, todas as reportagens, produzidas por correspondentes internacionais, tiveram como foco os efeitos da pandemia no exterior, retratando a situação de EUA, Itália, Espanha, Índia e Inglaterra. Delas, destacamos as seguintes SDs, extraídas dos dizeres dos correspondentes:

> SD21: No domingo, a projeção mostrava que o número de hospitalizados dobrava a cada dois dias. Na segunda, a projeção mostrava que o número dobrava a cada 3,4 (três vírgula quatro) dias e, ontem, a projeção mostrou que a hospitalização dobraria a cada 4,7 (quatro vírgula sete) dias. O governador disse: "É quase bom demais para ser verdade". Andrew Cuomo ressaltou que são dados preliminares, mas que esse é o primeiro indício de que o isolamento implantado no Estado está funcionando para frear o avanço da epidemia. Se é possível que algo esteja melhorando, então, qual a medida do governo? Trabalhar para aumentar ainda mais o isolamento. (Tiago Eltz, na cidade de Nova York, sobre a diminuição no ritmo de internamentos no Estado de Nova York).

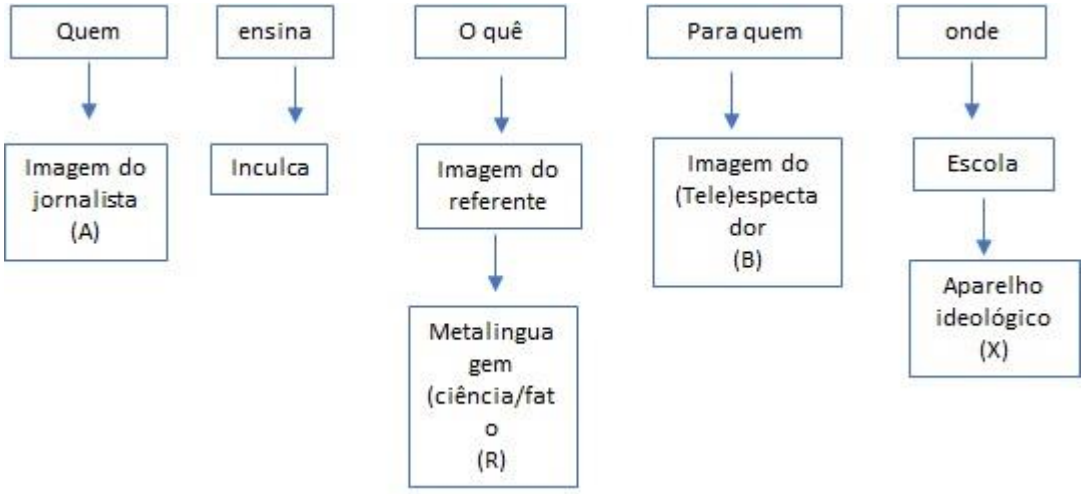
Na SD21 acima, o repórter lança mão de dados estatísticos para referendar o uso do isolamento e do distanciamento social no combate à transmissão do vírus. Uma particularidade do jornalismo contemporâneo, o uso de números, de dados – muitas vezes seguidos de infográficos e outros tipos de arte – pelos meios de comunicação tem como meta aumentar "o potencial de noticiabilidade dos números" (Lopes, 2003, p. 7). As quantificações buscam denotar exatidão e precisão. Além disso, "carregam uma qualidade científica — ou pseudocientífica, em muitos casos — derivadas da universalidade, da objetividade e do poder de conhecimento" advindo da teoria matemática (Lopes, 2003, p. 7).

Uma das formas didáticas do discurso jornalístico, essa *numerização*, uma constante na cobertura midiática sobre a pandemia, interessa à AD enquanto um acontecimento que instaura sentidos, modos de formulação da pandemia (Dias, 2020). Esse didatismo é mais uma forma de silenciar a parcialidade e o caráter

interpretativo do discurso jornalístico ao mesmo tempo em que reforça o mito da informatividade. Como afirmamos em parágrafos precedentes, essa numerização faz como que o discurso jornalístico se aproxime ao pedagógico em sua vertente autoritária, pois coloca em destaque a imagem de que este é simplesmente uma atividade enunciativa que mediatiza, de modo o mais literal possível, um mundo objetivo (Mariani, 1998, p. 62).

Orlandi (1987), ao inserir o discurso pedagógico entre os discursos do tipo autoritário, propõe um esquema, tendo como base a categoria das Formações Imaginárias, para constituir o percurso da comunicação pedagógica. Baseados neste esquema, propomos abaixo (Figura 1) um esquema para o discurso jornalístico em sua vertente autoritária:

Figura 1 – Percurso da comunicação jornalística, segundo Orlandi (1987)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Orlandi (1987)

Em síntese, com base no que precede, o discurso jornalístico poderia ser resumido como *A ensina R a B em X* mas que, em razão de o discurso jornalístico, assim como o pedagógico, ser um "discurso de poder", passa a ser *A influencia B*, que desliza para *A inculca B*. Neste sentido, o *referente* não é apenas a *informação*, mas uma imagem desta informação, uma interpretação de um fato. Com pretensões *científicas* em que, além da metalinguagem, é utilizado o discurso de autoridade em que a mídia se apropria do dito pelo cientista, pelo especialista, etc. ("especialistas e autoridades sanitárias do Brasil e do mundo inteiro" (SD1), "Organização Mundial da Saúde" (SD5), "médicos e sanitaristas de todo o planeta" (SD5), "chefes de Estado e de Governo" (SD5), ou lança mão de números (como na SD21). Parafraseando Orlandi (1987, p. 21), podemos dizer que o jornalista, enquanto "porta-voz da realidade" e detentor da autoridade a ele atribuída pela instituição em que atua, apropria-se do discurso do cientista (ou do especialista, da autoridade sanitária) e passa a se confundir com ele, "sem que se explicite sua voz de mediador" (Orlandi, 1987, p. 21). Há aqui o silenciamento do modo pelo qual o jornalista se apropria do conhecimento do cientista. Assim, este porta-voz é que se torna o próprio possuidor daquele conhecimento. Os dizeres do autorizado pela emissora, seja o sujeito-jornalista ou o sujeito-repórter, são reforçados também por estes adquirirem uma autoridade semelhante à do professor, que se torna "definitória (e definitiva)". Assim como o professor, no caso do sujeito-jornalista, "pela posição que possui na instituição (como autoridade convenientemente titulada) e pela apropriação do cientista feita por ele, dizer e saber se equivalem, isto é, diz que z = sabe z. E a voz do saber fala no professor [no jornalista]" (Orlandi, 1987, p. 21).

Ao serem postos em circulação, os dados fazem circular efeitos de sentido de veracidade, pois são tratados como inquestionáveis, produzindo efeitos de evidência. Neste caso, em específico, autoritariamente o *JN* decreta que: ao invés de encerrar o isolamento social, o bom governante deve aumentar ainda mais as ações de afastamento, mesmo com os números sendo promissores. Em contrapartida, o mau governante, mesmo com os números altos, é aquele que defende a reabertura do comércio, a volta às aulas e o fim do isolamento/distanciamento. Esse não-dito é reforçado nas SDs abaixo, desta e de outras matérias:

> SD22: Aqui na cidade de Nova York, um número vem chamando atenção: quase metade dos infectados é de jovens entre 18 e 44

> anos... e por todo o país a pandemia avança em diferentes taxas de crescimento e gravidade [...] (Tiago Eltz).
>
> SD23: Há 25 dias, quando lamentavam 17 mortos, os governos locais da Itália tentaram adotar o isolamento, mas o governo central revogou algumas medidas restritivas, para tentar minimizar a gravidade da situação, preocupado com o turismo e a economia. Um mês depois, o primeiro-ministro, Giuseppe Conte, foi ao Parlamento prestar condolências às famílias dos mais de 7.500 mortos (Ilze Scamparini, de Roma, sobre a Itália).
>
> SD24: Todos agora redobraram os cuidados: a vice-primeira-ministra testou positivo hoje. Carmen Calvo tem 63 anos e passa bem. Milhares não tiveram a mesma sorte. Uma caminhada nesse hospital espanhol é como andar num trem fantasma. Os pacientes transbordam os leitos. Um lugar onde predomina o silêncio e a saudade dos parentes que não podem fazer visita (Pedro Vedova, de Londres, sobre a situação na Espanha).

Apesar de terem sido feitas por profissionais distintos e mostrarem países diferentes, todas as reportagens 'conversam' entre si, tornando os dizeres um só. Na primeira, apesar de não ser preciso ("quase metade"), o dado mais uma vez aparece para tentar derrubar as argumentações de Bolsonaro: adolescentes e adultos jovens também são acometidos pela doença, que, diferentemente do que o presidente brasileiro afirmou, atinge todos com variados graus de gravidade. 'Epicentro' da pandemia, a Itália chegou ao posto de país com mais mortos depois que um 'mau governante' seguiu um pensamento semelhante ao defendido por Bolsonaro e derrubou o isolamento "preocupado com o turismo e a economia". Ou seja: caso Bolsonaro conseguisse seu intento, semanas depois poderia ser ele o obrigado a prestar condolências às famílias dos brasileiros. Mais uma vez a numerização, própria do discurso didático do jornalismo, produz um efeito de evidência: é como se os números "falassem por si".

Chama atenção na SD24, em que o repórter mostra que a Espanha havia passado a China e se tornado o segundo país com mais mortes, atrás apenas da Itália, o uso de dizeres como "uma caminhada nesse hospital é como andar num trem fantasma" e "os pacientes transbordam os leitos". Ambas, mais do que um recurso literário ou apelo poético, provocam um deslizamento e colocam novos sentidos em jogo. "O transbordamento de leitos", algo que ocorre em rios, em períodos de chuvas intensas, agora ocorre em um hospital, que deixa de ser uma unidade para tratamento de saúde, um lugar de esperança, e passa ser um local de sofrimento, de saudades e de despedidas. Vemos, mais uma vez, o atravessamento de uma memória, ligada à

literatura, que promove uma *meta-forização* que leva os enunciados a navegar por outras regiões discursivas.

Bem menos sutis são as SDs presentes na matéria seguinte, em que o correspondente, também de Londres, fala sobre a situação na Grã-Bretanha, a começar pela saúde do príncipe Charles. Vejamos a primeira delas:

> SD25: Aos 71 anos, ex-militar e com algum histórico de atleta, o primeiro na linha de sucessão ao trono vai ter que ficar em quarentena na Escócia. Um comunicado disse que, por enquanto, o príncipe Charles tem sintomas leves e vem trabalhando de casa. Funcionários que tiveram contato com ele *tão* em isolamento. Já se sabe que a mulher, Camila, a duquesa de Cornualha, não foi contaminada (Rodrigo Carvalho, em Londres, sobre o príncipe Charles estar com Covid-19).

Sob o ponto de vista da gramática normativa, na SD 25 há a ocorrência de um dos *termos acessórios da oração*: designação dada ao adjunto adverbial, ao adjunto adnominal e ao aposto – sendo este último o que ocorre no enunciado. Embora sejam designados acessórios, a constatação de que seriam dispensáveis das orações e dos períodos, segundo a própria gramática, não é correta. São designados termos acessórios em razão de não fazerem parte da estrutura básica da oração: como o sintagma nominal, sintagma verbal e complementos. “No entanto as informações que transmitem são fundamentais para que se alcance uma comunicação satisfatória” (Cipro Neto; Ulisses, 2008, p. 389).

No caso da AD, esse aposto toma uma proporção ainda mais relevante, por o sujeito-repórter *interdiscursivamente* fazer uso, com ironia, dos dizeres do presidente postos em circulação no dia anterior, o que instaura condições de significação diferentes de outros tipos, de outros funcionamentos do discurso (Orlandi, 2012, p. 39). Uma das *propriedades* da ironia “é ser uma ruptura no nível dos princípios, ou seja, do próprio estabelecimento dos processos de significação da linguagem” (Orlandi, 2012, p. 37). Por meio da ironia, é possível questionar a natureza da linguagem, a inclusão no senso comum, o funcionamento da ideologia e a própria constituição da significação.

A ironia tem sua eficácia na manutenção de um estado latente e incompleto. Trata-se de um gesto de significação que se faz incompleto sob vários aspectos, até mesmo por meio do estabelecimento entre todos os sentidos e nenhum sentido.

Enfim, é um gesto significativo que se completa na negação da linguagem (Orlandi, 2012).

Resumindo, a ironia afirma o diferente, ou seja, a polissemia, jogando sobre o mesmo, a paráfrase, sendo que o oposto também ocorre (Orlandi, 2012). É o que temos na SD em tela. Ao usar a idade do príncipe, seu histórico de atleta, o *JN* questiona Bolsonaro e vem provocar uma dissonância. Em outros termos, interpretamos que, enquanto Bolsonaro quis passar uma figura, uma imagem de destemido e de quase imune à doença – dizeres atravessados por uma memória neoliberal e fascista –, o *JN* quis mostrar que ele não o é, negando o dito pelo presidente. Para isso, usa a imagem de Charles, para ratificar que, diferentemente do presidente brasileiro, o ex-militar, o ex-atleta, o idoso, herdeiro do trono de um dos países mais poderosos do mundo, não se colocou contra nenhuma medida e não se mostra como destemido. Ao contrário, isolou-se e, assim, deu exemplo aos súditos, o que Bolsonaro também deveria fazer em relação à população.

Na definição de ironia, como recurso estilístico, é pontuado que para ser considerado irônico um dizer deve passar um sentido diferente, muitas vezes contrário, à mensagem literal. No entanto, nesse caso específico, dadas as condições de produção e de enunciação da reportagem, percebe-se a finalidade dos dizeres do *JN*: atingir Bolsonaro tendo o enunciado pelo então presidente como discurso do outro.

A presença do *outro* neste enunciado é reconhecida "*a partir de índices recuperáveis no discurso* em função de seu exterior" (Authier-Revuz, 2004, p. 18). Uma das formas de "jogo com outro" no discurso, a ironia tem seu funcionamento baseado no quase desvelado, no sugerido. Seu funcionamento não se dá no mostrado e no dito (Authier-Revuz, 2004). É a partir desse jogo que ocorre o funcionamento da ironia.

> [...] é desse jogo que tiram sua eficácia retórica muitos discursos irónicos, antífrases, discursos indiretos livres, colocando a presença do outro em evidência tanto mais que é sem o auxílio do "dito" que ela se manifesta: é desse jogo, "no limite", que vêm o prazer – e os fracassos – da decodificação dessas formas (Authier-Revuz, 2004, p. 18).

Esse jogo é corroborado pelos dizeres da SD26, em que o *JN*, sem citar Bolsonaro, "fala" diretamente a ele por meio de um não-dito:

> SD26: **A ordem aqui é evitar ao máximo sair de casa, inclusive os mais jovens. Quem tem boa saúde pode, sim, ficar mal com novo coronavírus e, além disso, transmitir para os mais velhos**. As autoridades aqui têm ido à TV todos os dias, no mesmo horário, relembrar cada uma das recomendações e atualizar a situação por aqui. E, hoje, eu recebi essa mensagem de texto do governo britânico [o repórter mostra o celular para a câmera, que focaliza o texto, em inglês, enquanto ele, Carvalho, traduz]: "Alerta coronavírus: novas regras em vigor. Você deve ficar em casa. Mais informações", e aí o *site* oficial. "Fique em casa. Proteja o sistema público de saúde. Salve vidas" (Rodrigo Carvalho, em Londres, sobre as ações do governo britânico).

Há, na SD26, o funcionamento de uma "remissão a um discurso outro fonte", que põe em jogo uma relação com o discurso outro distinta do discurso direto ou do discurso indireto – seja este relatado formal (DRIF) ou informal (DRII). Ao enunciar que até mesmo mais jovens devem ficar em casa, que as pessoas com boa saúde podem contrair o coronavírus e transmitir para os mais velhos, o *JN* tem como fonte o enunciado por Bolsonaro no pronunciamento do dia anterior. "O *discurso outro fonte* [o pronunciamento] é o que deu origem a uma outra enunciação na qual ele [o discurso original] é retomado" (Authier-Revuz, 2015, p. 4). Trata-se de "um discurso outro a *partir do qual se fala* e não um discurso *outro do qual* [ou sobre o qual] *se fala*" (Authier-Revuz, 2015, p. 4).

Mais que "recados" a Bolsonaro, a SD encerra ainda uma oposição ao próprio governo brasileiro, leia-se Ministério da Saúde, com o sujeito-repórter afirmando que, diariamente, autoridades vão à TV, em horário específico, relembrar recomendações e dar informações à população, e traduzindo a mensagem enviada para o seu celular com orientações com os dizeres: "Fique em casa. Proteja o sistema público de saúde. Salve vidas." Há, nesses enunciados, mais uma das regularidades observadas na cobertura da pandemia pelo *JN*: a defesa dos serviços públicos – como em "autoridades sanitárias do Brasil" (SD1), "médicos e sanitaristas de todo o planeta", "virologistas e infectologistas, autoridades médicas e sanitárias" (SD14); "O pronunciamento do presidente desconectado das orientações dos cientistas, da realidade do mundo e das ações do Ministério da Saúde. Confunde a sociedade, atrapalha o trabalho nos Estados e municípios" (SD27) ou ainda em "Oremos. Força SUS. Ciência. Paciência. Fé" – em reprodução do dito por Luiz Henrique Mandetta

quando da saída de Nelson Teich do Ministério da Saúde, na edição de 15 de maio de 2020.

Em nossa interpretação, essa defesa é mais uma das rupturas advindas da dominação das discursividades pela pandemia enquanto acontecimento discursivo, que provocou efeitos no modo como o discurso jornalístico é produzido. No caso do *JN*, houve uma modificação no discurso que, pelo menos durante o período pandêmico, retirou a saúde pública da lógica do mercado.

Para esta constatação é necessário retroceder até 2016, quando o telenoticiário apoiou a aprovação da PEC,[56] dispositivo que fixou o teto para o uso de recursos pelo Governo Federal que, em curto prazo, promoveu uma crise no financiamento do sistema público de saúde do país. Essa remissão é necessária pois, além de esboçar as condições de produção dos discursos durante a pandemia, também mostra a mudança na posição do *JN* em relação ao sistema público de saúde.

Designada PEC dos Gastos Públicos pela mídia e pelos meios políticos, o que coloca em jogo efeitos de sentido de que os valores aplicados na saúde e na educação são dispêndio e não investimento, a proposta foi uma das medidas aplicadas pós-golpe/*impeachment*. A aprovação da PEC foi um dos principais assuntos da edição do *JN* de 13 de dezembro de 2016, em que circularam dizeres como: “Com o teto dos gastos, o governo tenta colocar ordem nas contas públicas. Economistas dizem que a medida deve ajudar na recuperação da economia.” Não é nosso objeto analisar em profundidade este enunciado, usado aqui para esboçar qual foi o posicionamento do *JN* à época. Percebe-se, como temos mostrado neste trabalho, o uso da imagem e dos lugares social e discursivo de economistas (especialistas) em um DRIF “economistas dizem que...”. Outro ponto é o uso de “colocar ordem”, o que enseja efeitos de sentido de que havia uma desordem.

Este enunciado, uma cabeça, é seguido por uma reportagem em que didaticamente são usados como exemplos os gastos de uma família para mostrar os riscos de “gastar mais do que arrecada”. Há ainda infográficos e dados que fazem com que o discurso jornalístico passe a atuar semelhantemente ao pedagógico em sua vertente autoritária, conforme mostramos com base em Mariani (1998) e Orlandi (1987). Na edição de 13 de dezembro de 2016, as reportagens sobre a aprovação da

[56] Na Câmara Federal, esta Proposta de Emenda Constitucional tramitou sob o número 241/2016. No Senado, passou a tramitar com o número 55 e, quando promulgada, passou a ser designada, no ordenamento jurídico brasileiro, Emenda Constitucional 95/2016 (Senado Federal, 2016).

PEC somaram 9min19s; destes, apenas 19s foram dedicados aos protestos contra a medida.

Pela proposta, os “gastos” com saúde e educação só foram enquadrados no teto a partir de 2018 – os demais, no ano anterior. O texto determinava que, na saúde, os investimentos em 2017 passassem de 13,7% para 15% da receita corrente líquida – a soma dos impostos menos as transferências previstas na Constituição. A partir de 2018, os investimentos passariam a se enquadrar no teto, sendo corrigidos pela inflação (PEC DO [...], 2016). Dois anos depois da aprovação da PEC, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) divulgou que, em 2019, a perda de investimentos na Saúde chegou a R$ 20 bilhões (Saúde [...], 2020). Se, mesmo antes da pandemia, o CNS pedia a revogação da medida, com a urgência sanitária os pedidos se intensificaram.

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2022, a medida foi temporiamente modificada pela PEC da Transição (PEC 32/2022). Aprovada em 21 de dezembro daquele ano, a referida PEC foi promulgada na mesma data pelo Congresso Nacional e passou a ser designada Emenda Constitucional 126. A proposta permitiu ao novo governo retirar do teto de gastos R$ 145 bilhões do Orçamento de 2023. Os recursos seriam utilizados para o Bolsa Família, Auxílio Gás e Farmácia Popular, entre outras (Senado [...], 2022).

Esta contextualização mostra como o *JN*, antes da pandemia, colocava em circulação dizeres inscritos em uma FD Neoliberal que incluía a saúde na lógica do mercado. Dentro desta FD, o sentido de *público*, presente no sintagma *serviço público*, refere-se apenas à administração do Estado e não que o serviço seja *do público*, ou seja, do povo (Dardot; Laval, 2023). No entanto, diante da urgência da pandemia, houve um deslocamento que atingiu não apenas o *JN*, não apenas a mídia e não apenas o Brasil, mas vários dos países do mundo, fruto do fracasso do paternalismo libertário, ao qual nos referimos anteriormente, que “levou as autoridades políticas a uma virada impressionante” (Dardot; Laval, 2023, n. p.). Essa “virada impressionante”, em nossa interpretação, é um dos processos advindos do acontecimento discursivo pandemia, que promoveu deslocamentos e desregularizações nos processos históricos e sociais nos quais o discurso atua, como dito ao final da seção 5.3.1, e se configurou justamente na retirada da saúde da lógica de mercado e a defesa dos serviços públicos, como foi feito pelo presidente francês, Emanuel Macron, pelo menos no discurso (Dardot; Laval, 2023, n. p.) e pelos demais líderes neoliberais. Até

14 de março de 2020, ou seja, apenas dez dias antes do “pronunciamento gripezinha” de Bolsonaro, Macron se negava a adotar medidas de restrição com o argumento de que iriam prejudicar a economia (Dardot; Laval, 2023, n. p.).

Com este novo paradigma, chefes de Estado, de Governo e grande parte da mídia, o *JN* incluído, passaram a colocar em circulação efeitos de sentido em que *serviço público* não mais se refere apenas à particularidade de ser prestado pelo Estado, mas que está a serviço *do público*: do cidadão:

> Em outras palavras, eles [os serviços públicos] são devidos pelo Estado e pelos governantes aos governados. Não consiste em um favor que o Estado faz aos governados, tal como na fórmula do “Estado de bem-estar”, fórmula que é controversa por causa da inspiração liberal que a criou. O jurista Léon Duguit, um dos principais teóricos dos serviços públicos, comentou isso no início do século XX: é o primado dos deveres daqueles que governam aos governados que constitui a base o que é chamado “serviço público”. Para ele, os serviços públicos não são uma manifestação do poder do Estado, mas um limite ao poder do governo. São os governantes que são os servos dos governados (Dardot; Laval, 2023, n. p.).

Mesmo silenciada pela “ficção da soberania do Estado” (Dardot; Laval, 2023, n. p.), esta concepção de serviço público se manteve viva para os cidadãos, ponderam os autores. Uma das provas foram as inúmeras manifestações de pessoas que foram às sacadas aplaudir profissionais de saúde que atuavam contra a doença, “a despeito de qualquer atitude com relação ao estado unitário e centralizado” (Dardot; Laval, 2023, n. p.), algo quase que diariamente salientado pelo *Jornal Nacional*.

Finalizada a reportagem de Carvalho, com elogios ao sistema público de saúde inglês, os apresentadores chamam o intervalo. No entanto, diferentemente do corriqueiro, foram exibidas imagens de várias cidades ao redor do mundo com suas ruas completamente vazias e em silêncio, quebrado (ou reforçado) pelo som do vento. Esse mesmo recurso foi repetido ao final de cada bloco.

A circulação de dizeres cujos efeitos de sentido antagonizam o jornal e o então presidente seguiu, com o noticiário exibindo enunciados de autoridades de todo o país e de líderes mundiais, como analisaremos a seguir.

6.1.4 Um discurso, uma posição-sujeito

Ainda na edição de 25 de março e 2020, o *JN* novamente se valeu do *discurso outro*, da imagem, do lugar social e discursivo de políticos brasileiros e estrangeiros

para colocar em circulação a imagem de negacionista, obscurantista e autoritária de Bolsonaro. A primeira materialidade com respostas, uma suíte – matéria que mostra o desdobramento de uma reportagem já veiculada, ou seja, coloca em funcionamento uma memória – trouxe o posicionamento de vários políticos em relação ao pronunciamento da noite anterior e abordou uma reunião entre governadores e o Governo Federal. É preciso reforçar que, mais uma vez, trata-se de dizeres recortados pelo *JN* e, portanto, houve uma seleção dos dizeres exibidos pelo noticiário, que se vale da posição dos sujeitos para reforçar a imagem de Bolsonaro. Há ainda os dizeres da sujeito-jornalista, Delis Ortiz, que introduzem o discurso e, como mostraremos, dão outros efeitos de sentido ao dito pelos detentores de cargos.

Dessa matéria, destacamos:

> SD27: O pronunciamento do presidente Jair Bolsonaro foi desconectado das orientações dos cientistas, da realidade do mundo e das ações do Ministério da Saúde. Confunde a sociedade, atrapalha o trabalho nos Estados e municípios, menospreza os efeitos da pandemia. Mostra que estamos sem direção (Renato Casagrande – PSB, governador do Espírito Santo).
>
> SD28: Wellington Dias, do Piauí, defendeu as medidas duras que está adotando no Estado... (Delis Ortiz, repórter, em *off* da mesma matéria).
>
> SD29: ...medidas como, por exemplo, suspender as cirurgias eletivas, aquelas que estavam já 'marcadas', cirurgias de casos importantes. Presidente, não se faz isso por conta de uma gripezinha. Eu seria egoísta se pensasse só na minha família. Não, eu quero pensar no outro (Wellington Dias – PT, governador do Piauí).
>
> SD30: O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, reagiu hoje cedo (Delis Ortiz, repórter, em *off* da mesma matéria).
>
> SD31: Você protege primeiro a vida e depois os empregos. Nesta ordem. E não vai se resolver essa pandemia com ataques à ciência e aos cuidados médicos que estão sendo utilizados mundialmente. A orientação para a população do Rio Grande do Sul é que continue restringindo a circulação, o máximo de permanência em casa, para gente conter a disseminação do vírus (Eduardo Leite – PSDB, governador do RS).
>
> SD32: Paralelamente, crescia ainda mais a indignação com o pronunciamento de Bolsonaro. O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, criticou duramente Bolsonaro e disse que não tem mais diálogo com o governo (Delis Ortiz, repórter, em *off* da mesma matéria).
>
> SD33: Toda a comunidade científica no mundo todo tá errada? "Ah, mas vai ter desemprego."; "Ah, mas vai ter um problema econômico."

> E por acaso em que lugar que ela passou que não deixou esse rastro? Onde? “Ah pode ser de proporção maior de proporção menor.” [A] quem cabe decidir isso não é o [ao] presidente da República e muito menos *tá* prescrevendo ‘cloraquina’ [sic] na porta do Palácio. Quando se escuta uma declaração como essa... de dizer que isso é um resfriadinho?... é uma gripezinha? Respeita. Ninguém definiu melhor do que o Obama: “Na política e na vida, a ignorância não é uma virtude.” (Ronaldo Caiado – então do DEM, governador de Goiás, na mesma matéria).
>
> SD34: O governador de Santa Catarina, Carlos Moisés, reagiu decretando mais uma semana de quarentena no Estado (Delis Ortiz).
>
> SD35: Nós sabemos que precisamos equilibrar as medidas de retomada da atividade econômica com as medidas de restrição, de isolamento social, para que a gente tenha o equilíbrio e baixa curva de contaminação. A determinação do governo é que continue em casa (Carlos Moisés – então do PSL, governador de SC).
>
> SD36: O de Minas disse que a prioridade é preservar a vida, mas que se preocupa com economia (Delis Ortiz).
>
> SD37: Estamos adotando as melhores práticas. Aquelas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde e já adotadas em países desenvolvidos. Queremos, em primeiro lugar, a preservação da vida, mas compartilho da preocupação do presidente Bolsonaro com a questão econômica, e muito provavelmente o Ministério da Economia deverá estar propondo algumas medidas visando a preservar os empregados e também os empregadores (Romeu Zema – Novo, governador de MG).

Podemos depreender inicialmente, nas SDs acima, a tentativa de circular dizeres de governadores de vários partidos – o que, em tese, poderia representar diferentes lugares ou posições-sujeito. No entanto, apesar de um dos governadores ser do PT e o outro do PSB – ambos de oposição ao governo –, os demais eram da base de apoio de Bolsonaro.[57]

Na materialidade em tela, além dos dizeres da repórter Delis Ortiz, tem-se ainda uma declaração por escrito, postada em rede social pelo governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), lida pela jornalista, e as declarações do petista Wellington Dias, então governador do Piauí, e do peessedebista Eduardo Leite, do Rio Grande do Sul. A eles se unem Ronaldo Caiado (à época do DEM), governador

[57] Segundo um levantamento feito pelo *Congresso em Foco* em 2020, dos 24 partidos que tinham representação na Câmara, 12 eram aliados “fiéis” do governo Bolsonaro, com os seus deputados votando de acordo à orientação do líder governista em 90% das votações nominais. O grupo era composto por PSL, Patriota, DEM, PSC, Novo, PSDB, MDB, PP, Republicanos, PL, PSD e PTB (Frey, 2020).

de Goiás, e Carlos Moisés, que estava à frente do Executivo de Santa Catarina, eleito pelo PSL, partidos que, em 2021, se uniram e criaram o União Brasil. Por fim, há ainda Romeu Zema (MG-Novo).

Ou seja, a princípio seriam dizeres de sete sujeitos – os políticos e a jornalista. Porém, apesar de serem sete, uma análise demonstra não haver *posições-sujeito* distintas entre alguns deles. Quando há, os dizeres da jornalista colocam em circulação efeitos de sentido de que todos são unânimes e enunciam de um mesmo lugar, tanto em relação ao cargo eletivo que ocupam, de governadores de Estados brasileiros, quanto em relação à posição político-partidária, colocando-os como opositores de Bolsonaro. Em outros termos, se os sujeitos não enunciam da mesma posição, os dizeres da jornalista colocam em jogo sentidos de que enunciam do mesmo lugar, fazendo com que os dizeres se complementem entre si.

Expressões como "*defendeu as medidas duras*", "*reagiu hoje cedo*", "*crescia a indignação*", "*criticou duramente*", "*reagiu decretando*" são utilizadas pela sujeito-jornalista para introduzir os enunciados, colocando em circulação efeitos de sentido de que a reação a Bolsonaro e a indignação foram generalizadas e de igual proporção, o que, como mostraremos logo abaixo, não se comprova nos dizeres.

Em uma de suas introduções, Delis impõe uma ação que dificilmente teria sido tomada por um chefe de Executivo: "O governador de Santa Catarina, Carlos Moisés, *reagiu* decretando mais uma semana de quarentena no Estado" (SD36). O uso do verbo reagir – que encerra sentidos de atuar em função da ação do *outro*, de se opor uma ação a outra ação contrária – coloca em jogo efeitos de sentido de que o governador agiu em represália a Bolsonaro ao decretar mais uma semana de quarentena, e não por questões sanitárias.

Moisés (SD35) e Zema (SD37) são dois dos sujeitos entrevistados que parecem enunciar de um mesmo lugar, o de aliados de Bolsonaro. Ambos tentam equilibrar-se entre o discurso científico e a posição do presidente. Em nosso gesto de análise, depreendemos que o enunciado de Moisés, "precisamos equilibrar as medidas de retomada da atividade econômica com as medidas de restrição, de isolamento social, para que a gente tenha o equilíbrio e baixa curva de contaminação", é o que mais se revela estar atravessado por uma memória que o inscreve em uma FD capitalista neoliberal: ao colocar a atividade econômica em primeiro plano, que deve ser equilibrada com as medidas de restrição, o político posiciona a economia

como mais relevante, como fundamental. Ou seja, a atividade econômica é essencial; as medidas de restrição, contingentes.

Esta constatação é reforçada por meio de uma análise na estrutura do período. A conjunção subordinativa “para que”, utilizada pelo político, introduz uma oração que expressa uma relação de finalidade. Ou seja, para ele, *para que* haja o equilíbrio e baixa de curva de contaminação, é preciso equilibrar a economia (essencial) *com* as medidas de restrição (contingente/secundárias), e não o oposto.

Em síntese: mais uma vez, o enunciado pelo governador destoa do enunciado pela jornalista, já que, além de não haver reação contrária, por parte de Moisés, ao pronunciamento de Bolsonaro, houve também uma tentativa de adequar o discurso do então presidente com um discurso supostamente científico.

No entanto, apenas ao introduzir a fala de Zema é que a jornalista deixa clara essa tentativa de conciliação entre os dizeres do então mandatário e do governador de Minas Gerais, por meio de uma conjunção adversativa, ao enunciar: “O de Minas disse que a prioridade é preservar a vida, *mas que se preocupa* com economia (SD36). Por sua vez, o peessedebista Leite (SD31), por meio de seus dizeres, coloca em circulação efeitos de sentido de que a vida vem em primeiro plano, diferentemente de Moisés: “Você protege primeiro a vida e depois os empregos. Nesta ordem”, enuncia. Porém, seus dizeres são silenciados por meio do enunciado de Delis – que, mais uma vez, utiliza o verbo reagir e os introduz com: “O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, *reagiu* hoje cedo.”

Na SD28 e SD29, há uma situação peculiar. Ao se referir a Wellington Dias, governador do Piauí, a sujeito-jornalista inicia o período e coloca uma “deixa” para a continuidade do entrevistado, que complementa a colocação da jornalista, unindo os dizeres ([SD28 – Delis] “Wellington Dias, do Piauí, defendeu as medidas duras que está adotando no Estado...” “...medidas como, por exemplo” [SD29 – Dias]). O curioso da SD29, com os dizeres de Dias, é que, embora seja uma continuidade da SD28, de Delis, o governador drasticamente usa um vocativo, dirigindo-se a Bolsonaro, e passa à primeira pessoa, provocando uma ruptura (SD29: “Presidente, não se faz isso por conta de uma gripezinha. Eu seria egoísta se pensasse só na minha família. Não, eu quero pensar no outro”).

Em nossa análise, vemos que Dias proferiu seus dizeres do lugar de opositor de Bolsonaro, porém em uma outra posição-sujeito que não a de governador, pois fala

de família (e não de povo) e dele mesmo, como cidadão. Contudo, o enunciado de Delis, assim como nos casos supracitados, coloca-o ao lado da jornalista e dos demais governadores, independentemente se posicionaram contrários ou não ao presidente. Ao se dirigir diretamente a Bolsonaro e ao se referir em primeira pessoa, Dias coloca em funcionamento a imagem que tem de si e do lugar que ocupa. Nota-se, por exemplo, o atravessamento de uma memória religiosa cristã e de uma memória do patriarcado, do defensor da família. Ou seja, o atravessamento de uma memória advinda de uma FD conservadora de (extrema) direita, que se baseia em valores tradicionais como trabalho, família e fé (Dardot; Laval, 2016), que contrasta com um político do quadro petista.

Apenas dois dizeres, em nossa avaliação, tendem para o mesmo lugar de opositor, porém não trazem um cunho pessoal, com a marcação de pessoa, como no caso petista. O pessebista Renato Casagrande (SD27) classifica, por meio de um predicativo do sujeito, o pronunciamento como "desconectado das orientações dos cientistas e da realidade" e utiliza os verbos "confundir", "atrapalhar" e "menosprezar" para designar as ações e declarações presidenciais.

No recorte utilizado pelo *JN*, Caiado (SD33) vai além e lança mão, interdiscursivamente, de uma declaração de Barack Obama, do Partido Democrata dos EUA, tradicionalmente opositor do Republicano de Donald Trump e, por conseguinte, de Bolsonaro. A frase "A ignorância não é uma virtude" foi dita pelo ex-presidente dos EUA, em 2016, em uma colação de grau, e foi tida como um recado ao então candidato Trump.[58] Curiosamente, o recorte de Caiado utilizado pelo *JN* traz em seu bojo um imaginário posto em jogo nos dizeres de Bolsonaro: ambos colocam Bolsonaro e Trump em "lugares próximos" dentro da formação social. No entanto, no caso de Caiado, não de uma forma positiva.

Chama atenção ainda o imperativo ("Respeita!"), cujo sentido é de ordem e a manutenção, por parte da edição do *JN*, de "toda a comunidade científica no mundo todo tá errada?". Mais uma vez, a exemplo de outros materiais exibidos anteriormente, há a utilização de *todo*, desta vez como adjetivo, de forma a circular um sentido totalizante a respeito, como em "autoridades do mundo inteiro", enunciado pelo sujeito-apresentador Bonner, conforme a SD1 e a SD14. Outro ponto relevante é o

[58] Mais informações sobre esse fato podem ser encontradas em: https://www.istoedinheiro.com.br/obama-critica-trump-sem-nomea-lo-ignorancia-nao-e-uma-virtude/.

efeito de sentido de *gripezinha* no dizer do entrevistado. Diferentemente do discurso de Bolsonaro, que ultrapassa o negacionismo e é atravessado por uma ideologia fascista e neoliberal, no discurso de Caiado, o sentido mais premente é de que Bolsonaro seja um obscurantista.

Concluindo a análise, da forma como a matéria foi editada e exibida pelo *JN*, tanto a sujeito-jornalista quanto os entrevistados foram mostrados na posição de porta-vozes, pois, por meio da edição, circularam efeitos de que esses falavam por e em nome de alguém – dos moradores de seus respectivos Estados e, em última instância, daqueles que assistem ao telejornal. Com exceção de Zema e de Moisés, todos os porta-vozes foram mostrados em uma posição oposta à de Bolsonaro, porém até mesmo os dizeres de Moisés, apoiador do então presidente, foram introduzidos por um enunciado que coloca em xeque esse apoio: "Carlos Moisés reagiu decretando mais uma semana de quarentena no Estado." Ou seja, houve o "desvio", conforme citado na Introdução deste trabalho, em que a sujeito-telejornalista enuncia como se fosse "porta-voz da realidade".

Como também dito, esse discurso, que coloca os jornalistas de TV como porta-vozes, é marcado por uma contradição, pois, ao mesmo tempo em que constrói um consenso para o público, constrói uma autoridade sobre a realidade. Porém, mesmo apresentando-se como representantes da realidade, os jornalistas são porta-vozes da instituição em que trabalham, de políticos, dos anunciantes e das classes hegemônicas que dominam a mídia no país: as diversas forças sociais envolvidas no processo de constituição das notícias, como também supracitado. Ou seja, no caso em tela, atuou mais uma vez uma política do silêncio, com o apagamento da constituição contraditória da notícia.

Ao final da reportagem, tem-se um efeito de sentido de que Bolsonaro está só e que seu obscurantismo não encontra eco entre os governadores brasileiros. Nesse caso, nem mesmo Zema e Moisés, que tentaram se equilibrar com argumentações entre o discurso científico e a posição do presidente. Essa transição/sobreposição de obscurantista a/e pária fica ainda mais nítida no restante da edição, em que foram exibidas mais reportagens sobre a reação de governadores, entre elas uma sobre a videoconferência com os chefes dos Executivos dos Estados do Sudeste, em que houve uma discussão entre o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), e Bolsonaro.

Na matéria, o protagonismo foi dado a Doria – que, além de duas declarações, ainda teve dizeres publicados por ele em rede social inseridos no material. Por sua vez, Bolsonaro apenas aparece uma vez, respondendo à colocação de Doria na reunião. Posteriormente, houve ainda uma matéria sobre a repercussão dos pronunciamentos de Bolsonaro entre parlamentares, membros do Judiciário e de instituições, como a OAB, e outros. Monotemático, o telejornal ainda apresentou críticas de instituições ligadas à saúde e ouviu economistas, que falaram sobre a inação do presidente no enfrentamento da crise. Sequências discursivas deste último serão analisadas posteriormente, para demonstrar outros discursos do *JN*.

Para este momento do percurso da pesquisa, é necessário voltar ao fechamento do penúltimo bloco em que pronunciamentos de vários líderes foram exibidos em sequência, sem enunciados dos jornalistas-apresentadores interligando-os e com a tradução apenas em legendas – e não traduzidos por algum jornalista com o áudio sobreposto à fala original, como usualmente é feito em telenoticiários. Todo o material está reproduzido abaixo, somente com a separação das SDs que coincidem com os dizeres de cada um dos sujeitos:

> SD38: E nas últimas semanas, com o avanço da crise, líderes do mundo inteiro têm repetido para a população cuidados que todos devem ter [...] a mensagem comum é muito clara: é hora de ficar em casa (Bonner, cabeça da matéria).
>
> SD39: Estou prestes a assinar um decreto que podemos descrever com a expressão “fico em casa” (Giuseppe Conte, premiê da Itália).
>
> SD40: Decidi reforçar ainda mais as medidas para reduzir nosso movimento e nossos contatos ao que for estritamente necessário (Emmanuel Macron, presidente da França).
>
> SD41: Todos têm que ficar em casa. É hora de entender que estamos cuidando da saúde dos argentinos (Alberto Fernandez, presidente da Argentina).
>
> SD42: Os cidadãos são obrigados a reduzir o contato com outras pessoas fora de suas próprias famílias a um mínimo absolutamente necessário (Angela Merkel, então premiê da Alemanha).
>
> SD43: O bloqueio nacional é necessário para interromper fundamentalmente a cadeia de transmissão em toda a sociedade [...] (Cyril Ramaphosa, presidente da África do Sul).
>
> SD44: [...] É por isso que temos pedido às pessoas que fiquem em casa durante esta pandemia (Boris Johnson, premiê do Reino Unido).

> SD45: O país inteiro vai entrar em bloqueio completo (Narendra Modi, premiê da Índia).
>
> SD46: Reconhecemos que a necessidade de distanciamento social, que significa manter dois metros de distância e não se reunir em grupos, permanecerá por muito mais semanas (Justin Trudeau – premiê do Canadá).
>
> SD47: Eu tenho uma mensagem simples para os neozelandeses hoje, enquanto entramos nas próximas quatro semanas: fiquem em casa (Jacinda Ardern, premiê da Nova da Nova Zelândia).
>
> SD48: Confie em mim, a coisa mais segura a fazer agora é ficar em casa (Vladimir Putin – presidente da Rússia).

Uma regularidade no discurso do *JN* – seja por meio dos dizeres dos sujeitos-apresentadores, dos sujeitos-repórteres ou por meio de representações do discurso outro –, o termo *mundo inteiro* é mais uma vez usado para trabalhar o sentido de unanimidade, de totalidade de opiniões referentes às medidas de isolamento. Esse efeito de sentido é reforçado por meio de uma 'diversidade' exposta na matéria: chefes de Estado e de Governo de várias nacionalidades, várias etnias, pertencentes a diferentes partidos político-partidários, homens e mulheres, o que interdiscursivamente remete ao próprio discurso do *JN*. Como já analisado, na noite anterior, o telejornal havia enunciado que Bolsonaro contrariava o que "especialistas e autoridades sanitárias do Brasil e do mundo inteiro têm pregado" (SD1). Na mesma edição ora analisada, de 25 de março de 2020, o *JN* enunciou que o então mandatário contestava "medidas adotadas por chefes de Estado e de Governo em todos os continentes" (SD5) e que ele "voltou a criticar o isolamento social que [...] chefes de Estado e de Governo do mundo inteiro defendem".

Esses enunciados colocam em circulação um efeito de evidência de que as opiniões de todos os líderes mundiais são as mesmas. Efeito reforçado pelo fato de de o *JN* colocar pelo menos um representante de cada continente no material ora analisado. Tem-se, então, Macron, Merkel e Conte, da Europa Ocidental, e Putin, da Eurásia. Fernandez e Trudeau, das Américas; Ramaphosa, do continente africano; Modi, da Ásia; e, por fim, Ardern, da Oceania. Percebe-se que, como de costume, há uma predominância de países europeus, o que em nossa interpretação é fruto de uma ideologia eurocêntrica e colonialista que domina os discursos midiáticos no Brasil, assim como a ideologia americanófila. Esta dominação ideológica faz com que países periféricos, como os do continente africano, do Oriente Médio e até os países vizinhos

da América Latina, sejam silenciados. O que, diferentemente do usual, não ocorreu nesta matéria. A política do silêncio, nesta materialidade específica, foi adotada em relação ao presidente dos EUA, Donald Trump, de quem Bolsonaro era aliado. Falar de Trump era falar de Bolsonaro. Ao silenciar Trump, silencia-se Bolsonaro.

Na matéria exibida, é possível notar que os enunciados dos líderes se complementam, formando um único discurso produzido por líderes de países situados em continentes diferentes. Ou seja, todos enunciam da mesma posição-sujeito: a de chefes de Governo ou de Estado. Este efeito de que se trata de um discurso único é reforçado quando há, entre as SD43 e SD44, até mesmo uma 'deixa', uma continuidade no enunciado pelo líder sul-africano para o líder inglês, ocasionada por efeitos de edição utilizados pelo noticiário.

Há nos dizeres o uso das primeiras pessoas do singular (SD48) e do plural. Esta última variando, tendo predominância do nós excludente (SDs 41, 44 e 46). Na SD39, SD40 e SD47, há uma mescla de tempos verbais e/ou de pessoas que merecem ser analisadas. Na SD39, há o uso da primeira pessoa do singular do presente do indicativo ([Eu] *estou*) e ([Eu] *fico em casa*) no enunciado do premiê italiano, Giuseppe Conte. No entanto, a despeito da gramática, há um sentido de ordem na segunda oração, que faz com que o "Fico em casa" passe a ter o valor de imperativo, conjugação inexistente gramaticalmente em português, mas que, em nossa interpretação, ocorre discursivamente nesta SD. É como se o premiê estivesse referindo a si mesmo com base na imagem que deve passar à população por esta ter justamente esse imaginário dele. Ao se colocar-se como alguém que se dá uma 'auto-ordem', o premiê constrói um simulacro, forjado e constituído. Há, nesse sentido, o funcionamento de uma formação imaginária, constituída a partir da imagem que ele acredita ser aquela que a população italiana tem dele.

Por sua vez, na SD40, ao substituir a primeira pessoa do singular pela do plural, Macron se inclui como aqueles que devem reduzir contatos e movimentos, o que, em nossa análise, coloca em circulação sentidos de igualdade, de que ele, apesar de presidente, também vê a necessidade de se isolar. Efeitos de sentidos diferentes dos postos nos dizeres de Jacinda Arden (SD47), que, apesar de mudar a pessoa do singular para o plural e incluir-se entre aqueles que entram em semanas de isolamento, não se coloca entre os que devem se afastar. A destoante é Merkel, que se refere aos cidadãos em terceira pessoa, em um tom autoritário (SD42).

Recapitulando, trata-se de dizeres postos em circulação pelo *JN* que, como todos os meios noticiosos, colocam em circulação uma interpretação de um fato. Ao levarmos em conta que o acontecimento jornalístico é um meio de circulação de efeitos de sentidos e que, como já afirmamos, estabiliza sentidos aos sujeitos por meio de dizeres, já-ditos e não dizeres (Dela Silva, 2008), devemos levar em consideração que nela há torções, distorções, ampliações, exclusões que podem simplificar ou tornar a enunciação-fonte mais complexa do que é.

Com isso, o *JN* transforma, mais uma vez, os dizeres em um discurso único, mesmo que produzido por aqueles que comandam países de continentes diferentes, pois todos enunciam da mesma *posição-sujeito*. Trata-se de uma colagem, com o intuito de produzir o efeito de sentido de perfil ideal de líder no enfrentamento da pandemia. Em nosso entender, trata-se de uma forma de o *JN* colocar em tela a representação da imagem que tem do que seria o mandatário ideal. Trata-se, portanto, do mecanismo da *formação imaginária* do *JN* que designa o ideal desse líder.

Em suma, ao mesmo tempo em que demonstra o ideal, os discursos colocam em circulação o imaginário que o *JN* possui do mandatário brasileiro: primeiramente, um obscurantista, que não acredita na ciência. Isolado, na visão do *JN*, Bolsonaro tem sua imagem associada à de um *pária*, que não encontra referência e similaridade entre seus pares.

Para pôr em circulação esse imaginário, o *JN*, mais uma vez, promoveu uma política do silêncio: dizeres contrários às medidas de combate à epidemia ou posicionamentos semelhantes aos de Bolsonaro, por parte dos chefes de Estado e de Governo mostrados na matéria, foram silenciados. Um exemplo é a postura de Macron, que, como já dito, por meio de Dardot e Laval (2016), adotou o designado "paternalismo libertário". A política do silêncio alcançou ainda Angela Merkel, cujo país, a Alemanha, ao lado da França e dos EUA, manteve a economia atuando o quanto por mais tempo, o quanto foi possível. Todos "cederam ao desejo de manter a arbitragem entre os imperativos econômicos e os de saúde, tomando decisões dependendo da situação observada no 'dia a dia'", desprezando as projeções que já eram alarmantes (Dardot, Laval, 2023, n. p).

Sabemos, por Orlandi (2007a, posição 362), que quando se trata do silêncio não há *marcas* formais, mas *pistas* e *traços*. "É por fissuras, rupturas, falhas, que ele se mostra, fugazmente." Uma *falha* nesta edição do *JN*, em nossa interpretação,

revela um dos funcionamentos do silêncio: colocado como exemplo e contraponto a Bolsonaro, por sua ação em relação à pandemia, Giuseppe Conte, premiê da Itália, teve, minutos antes, no primeiro bloco da mesma edição, sua imagem posta em circulação como sendo negligente. Por meio de sua correspondente na Itália, o telenoticiário enunciou que Conte havia sido obrigado a ir ao Parlamento prestar condolências às famílias de mais de 7.500 mortos, vítimas da revogação de medidas restritivas devido aos prejuízos ao turismo e à economia (SD23).

Esta *falha* advém de um atravessamento ideológico, próprio de uma FD Neoliberal, que perpassa os discursos postos em circulação pelo noticiário. Ao criticar Bolsonaro e o bolsonarismo, o *JN* deixa uma ruptura que revela o que foi silenciado em toda a edição: a defesa da ideologia neoliberal e de seus instrumentos, práticas e processos – como o paternalismo libertário, a necropolítica e o necropoder –, a idealização dos sujeitos como empreendedores, as reformas estruturais como a da Previdência, o corte de recursos nas áreas da saúde e da educação (como a PEC do Teto dos Gastos, já citada). Esta *falha* revela o silenciamento do *JN*, que não se opõe ao governo, e faz uma *pseudo-oposição* àquele que está à frente desse governo, como já podemos compreender com base no precedente e iremos corroborar logo adiante.

Em nossa interpretação, com exceção da questão da sobreposição de heterogeneidades, em todos os seus funcionamentos identificados até aqui, o silêncio se apresenta em sua forma constitutiva. Não se trata de uma interdição direta do dizer – o silenciamento local, a censura. Mas a forma da política do silêncio em que uma palavra apaga outras: o silêncio constitutivo.

Uma das distinções entre a política do silêncio em sua instância constitutiva da sua instância local, a censura, é que enquanto na primeira "se diz 'x' para não (deixar) dizer 'y', na segunda "se obriga a dizer 'x' para não deixar dizer 'y'" (Orlandi, 2007a, posição 685).

> […] o silêncio constitutivo pertence à própria ordem de produção do sentido e preside qualquer produção de linguagem. Representa a política do silêncio como um efeito de discurso que instala o anti-implícito: se diz "x" para não (deixar) dizer "y", este sendo o sentido a se descartar do dito. É o não-dito necessariamente excluído. Por aí se apagam os sentidos que se quer evitar, sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma "outra" formação discursiva, uma "outra" região de sentidos. O silêncio trabalha assim os limites das

> formações discursivas, determinando consequentemente os limites do dizer (Orlandi, 2007a, posição 611).

Para melhor entender como se processa o silêncio constitutivo, cumpre destacar a argumentação de Nunes (2011), sobre o excerto acima. Segundo ele, operar o silêncio na análise é adentrar nas regiões do não-dito. Estas, por sua vez, não permitem acesso e somente são recuperáveis por aquilo que foi dito. "Daí o interdito funcionar nesse caso não por proibição (censura local), mas sim por interdição de certas regiões de sentido pelo fato de serem excluídas a partir de certas posições do discurso" (Nunes, 2011, p. 43).

O funcionamento do silêncio constitutivo pôde ser observado também nos discursos postos em circulação pelo telenoticiário quando utilizou as posições-sujeito de economistas para cobrar intervenções na economia e ajuda aos sujeitos-empreendedores, como mostraremos a seguir.

6.2 O QUE O *JN* 'CALA'

Como supracitado, a edição do *JN* 'pós-pronunciamento gripezinha' foi monotemática. Sob a perspectiva discursiva, defendemos que houve um silenciamento por parte do *JN* à época, com o telejornal privilegiando determinados temas em detrimento de outros. Ou seja, ao falar sobre a pandemia tendo como perspectiva o pronunciamento de Bolsonaro, as repercussões em torno dos dizeres e a (in)ação do governo, o *JN se* calou em relação a outros temas, ainda que tivessem ligação direta com a crise sanitária.

Um exemplo sobre o que o telejornal ignorou à época foi a não participação dos trabalhadores na elaboração de uma medida provisória que, segundo o governo, auxiliaria na manutenção dos empregos, com a flexibilização da CLT, durante a crise. De 13 medidas trabalhistas propostas ao Ministério da Economia pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), 11 foram atendidas integralmente ou parcialmente. Apenas no mês de março, de 2020, foram seis reuniões entre representantes do setor industrial e o Ministério da Economia. As centrais sindicais nem sequer foram convidadas. O caso chegou até o Ministério Público do Trabalho, que manifestou preocupação com o fato (Resende; Caram, 2020). A MP nº 936 foi editada em 1º de abril de 2020 (Brasil, 2020b).

Outro *silenciamento* do telejornal foi sobre a indisposição entre o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente Bolsonaro, ocorrida na mesma semana do pronunciamento. O motivo foi a publicação da MP 927, em 22 de março (Brasil, 2020c), que também previa flexibilizações trabalhistas com a justificativa de manter empregos e renda. Entre os dispositivos, estava a suspensão do contrato de trabalho por quatro meses sem pagar o salário do trabalhador e sem o oferecimento de uma renda mínima por parte do Governo, o que não agradou nem mesmo a setores da base de apoio. Em razão disso, no dia 23, um dia antes do pronunciamento, Bolsonaro vetou o artigo que previa essa possibilidade.

Apesar de exibir uma reportagem sobre o veto, o *JN* não citou a indisposição entre o ministro da Economia e o chefe do Executivo. O fato foi silenciado não apenas na edição de 22 de março, mas em todas as edições seguintes. Os desentendimentos entre Guedes e Bolsonaro teriam como motivação o fato de o chefe do Executivo ter culpado o ministério pelo problema.

No material sobre o veto, o *JN* mostrou que, nas primeiras horas da manhã, Bolsonaro havia defendido todas as medidas da MP, mas que voltou atrás após críticas. Segundo jornais da época, a sugestão de suspender os contratos sem salários havia sido aprovada por Bolsonaro, pois a equipe econômica teria informado que o setor produtivo apoiaria. Com a repercussão negativa, até mesmo em sua base, Bolsonaro teria pedido que o ministro retificasse e, reservadamente, teria culpado a equipe de Guedes (Chaib; Uribe, 2020). Sempre crítico ao presidente, o *JN* não informou sobre a crise e, mais que isso, na reportagem, só menciona o nome do Ministério da Economia uma vez. O nome de Guedes, o ministro, nem sequer é citado.

Apesar de tratar de questões trabalhistas, como asserção de autoridade foi ouvido Rodrigo Maia (PSDB), então presidente da Câmara, e usada uma publicação do líder do Governo no Senado, Major Olímpio (PSL). Ambos enunciando da posição-sujeito de políticos. Nenhum representante dos trabalhadores foi entrevistado.

Essa ausência de Guedes à época do pronunciamento foi seguida em outras reportagens da editoria de Economia. Como vimos na SD5, com os dizeres da escalada da edição de 25 de março, o *JN* exibiu uma matéria em que afirmou: “Contra o caos social que Bolsonaro prevê, economistas afirmam que a solução está nas mãos dele próprio.” O material, de dez minutos – tempo usualmente dedicado a reportagens

especiais –, trouxe vários entrevistados, como ex-ministros da Fazenda. Dele, destacamos as SDs:

> SD49: O *Jornal Nacional* ouviu alguns dos mais importantes economistas brasileiros sobre as declarações do presidente Bolsonaro contra as medidas de isolamento, e todos eles afirmam que quem tem o poder para proteger os cidadãos das consequências econômicas dessa pandemia é o próprio presidente Bolsonaro. Porque é ele que tem o controle dos recursos da União para amparar quem perder seu sustento […] (Renata Vasconcellos, cabeça).
>
> SD50: Invisível a olho nu, o novo coronavírus virou, em poucos meses, a maior ameaça à economia mundial e atingiu o Brasil no momento de recuperação lenta. Com mais de 11 milhões de desempregados, o país deve ter crescimento próximo de zero este ano pelas contas do próprio governo Bolsonaro. Os economistas falam em tombo ainda maior (Alan Severiano, *off*).
>
> SD51: A nossa projeção hoje é de uma queda de 2,1% do PIB com quedas muito significativas da indústria. E infelizmente também uma parada e uma queda no crescimento da construção civil, que estava começando a melhorar, né? (José Roberto Mendonça de Barros, ex-sec. de Política Econômica Min. da Fazenda, 1995-1998)
>
> SD52: Na entrevista de hoje na porta do Palácio da Alvorada, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que, caso se mantenham as medidas de isolamento social decretadas por governadores e prefeitos, será o caos, referindo-se às dificuldades econômicas que as pessoas sem trabalho vão enfrentar (Alan Severiano, *off*).
>
> SD53: Mas como impedir esse caos social? Isso depende das decisões que ele próprio, presidente, dono do caixa do Governo Federal, vá tomar. Economistas defendem que a hora é de deixar de lado temporariamente o ajuste fiscal e de adotar estratégia semelhante à de outros países: liberar recursos e garantir que eles cheguem aos mais afetados pela crise que são os de sempre: desempregados, família de baixa renda e trabalhadores informais. Milhões de pessoas que, segundo os economistas, precisam mais do que nunca de uma rede de proteção (Alan Severiano, passagem).
>
> SD54: Nesse momento, acho que o Governo Federal tem que agir e agir como se tivesse numa guerra. Agir como se estivesse numa emergência. De fato, é uma emergência. Tem que se pensar um pouquinho fora da caixa, né?! Então, o governo realmente precisa nesse momento é abrir os cofres, né?! E adotar as medidas que forem necessárias para preservar a economia, sem abrir mão, evidentemente, da necessária... das necessárias medidas sanitárias né?! que são exigidas pelo momento (Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central – 1992-1993/1995-1997).
>
> SD55: Em primeiro lugar, está o objetivo de salvar vidas. Em segundo lugar, de pôr dinheiro na mão das pessoas, particularmente as de renda mais baixa, as menos favorecidas. Em terceiro lugar, salvar as

> empresas de uma quebra. Esse é o objetivo terceiro. O primeiro é salvar vidas. O presidente parece dar a impressão de que ele prefere contar os mortos do que contar os desempregados (Maílson da Nóbrega, ex-ministro da Fazenda – 1988-1990).
>
> SD56: Que se institua uma renda básica emergencial ampla para as pessoas que vivem em condições de vulnerabilidade econômica, de precariedade econômica, que trabalham no setor informal, que vivem ou que são autônomas, ou que têm empregos que não têm segurança suficiente; enfim é... há toda uma rede de proteção social a ser reforçada, e o Brasil está neste momento perdendo um tempo precioso (Monica De Bolle, pesquisadora Instituto Peterson).
>
> SD57: A dificuldade maior é fazer o dinheiro chegar na ponta: seria possível através do canal do Bolsa Família, do Cadastro Único. Eventualmente, até de uma mobilização para cadastrar mais gente. Então, este seria o ponto número um. Esta é uma crise diferente das que nós tivemos no passado, por que afeta diretamente a capacidade de produção da economia. As pessoas ficam afastadas dos seus trabalhos, e isso significa que é preciso ter algum tipo de amortecedor, de choque, vamos dizer assim, social. Nós temos um conjunto enorme de pessoas no país que vivem com rendas muito baixas, vivem na informalidade, e é preciso tratar delas nesse momento (Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central – 1999-2003).
>
> SD58: O Brasil dispõe de uma rede de proteção social composta do Bolsa Família, composta do Cadastro Único, que é um cadastro que alimenta o Bolsa Família, que permite a gente atuar numa velocidade bastante alta, dando recursos para os mais pobres e de alguma forma atingindo também o setor informal. Então, é importante a gente atuar com velocidade nos dois sentidos: no sentido da entrada dos recursos, não economizar, não poupar... É porque está falando de vida das pessoas, situações muito críticas, mas ao mesmo tempo a gente não cair no problema de criar despesas permanentes que vão dificultar muito a saída da crise (Marcelo Nery, ex-presidente do IPEA).

Podemos notar, por meio das SDs acima, que, mesmo sendo Guedes ministro da Economia, nem ele nem seu ministério são citados na reportagem. Ainda que as ações tenham de ser feitas em conjunto com outras pastas – como a da Cidadania, chefiada à época por Onyx Lorenzoni, e a da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, cuja titular era Damares Alves, também não citados –, chama atenção a ausência do ministro da Economia por ser um fato contumaz no *JN*. Essa ausência de Guedes em matérias críticas se deve ao fato de a (suposta) oposição demonstrada pela Rede Globo (e, por consequência, pelo *JN*) não atingir o governo Bolsonaro por completo, mas sobretudo o "núcleo cômico", formado por Damares Alves e pelos ex-ministros da Educação, Abraham Weintraub, e Ernesto Araújo, das Relações Exteriores, além, claro, do presidente (Ladeira, 2020).

Por sua vez, além de Guedes, Sergio Moro também não era alvo de críticas quando titular da Justiça e Segurança Pública. Em síntese: enquanto a agenda neoliberal era defendida e incentivada, ao lado de um suposto combate à corrupção, a pauta conservadora no que tange aos costumes era criticada. Ou seja, se inserir Guedes em matérias críticas significa detratar as ações que têm de ser tomadas por ele, não se fala sobre Guedes. Atua, nesse caso, mais um caso de política do silêncio em sua forma constitutiva "se diz 'x' para não (deixar) dizer 'y'" (Orlandi, 2007a, posição 685): o mesmo funcionamento da ausência de Trump nas materialidades com os dizeres de chefes de Estado e de Governo (SD38 a SD48).

Outra defesa, bem mais sutil, mas muito importante, da agenda neoliberal dificilmente não é percebida imediatamente. A todos os que assistem ao *JN*, a leitura ao final da reportagem com os economistas é que esta mostra preocupação com a sociedade, sobretudo com a classe trabalhadora. No entanto, ao proceder à análise, percebe-se uma preocupação com a economia, e não com os trabalhadores, apesar de, na cabeça (SD49), haver a demonstração de que é a União que deve "amparar quem perder seu sustento".

Essa constatação pode ser alcançada já nas SDs 50 e 51. Na primeira, há a afirmação de que o vírus é "maior ameaça à economia mundial" e não à vida dos trabalhadores. O sujeito-jornalista até cita os 11 milhões de desempregados, mas, da forma como são formulados, seus dizeres produzem o efeito de sentido de que o fato de o país ter crescimento próximo de zero advém desse grande número de pessoas sem trabalho e não que o número de desempregados já seja consequência da crise: "Com mais de 11 milhões de desempregados, o país deve ter crescimento próximo de zero este ano." É como se, não suficientemente estarem desempregados, tais trabalhadores também estivessem colaborando para o não crescimento do país. Em outros termos, há uma culpabilização da classe trabalhadora, algo, mais uma vez, próprio do discurso neoliberal em que cabe ao governo dar um *empurrão* (*nudge*), mas a responsabilidade é do sujeito. Como dissemos na seção 5.2, a racionalidade neoliberal promove a generalização da concorrência, que se torna uma norma de conduta, assim como a empresa passa a ser o modelo de subjetivação. Este mesmo modelo neoliberal prevê a responsabilização dos sujeitos, associada a formas de privatização da conduta, pois a vida é somente um resultado de escolhas individuais: "O obeso, o delinquente ou o mau aluno são responsáveis por sua sorte. A doença, o

desemprego, a pobreza, o fracasso escolar e a exclusão são vistos como consequência de cálculos errados" (Dardot; Laval, 2016, p. 229).

Por sua vez, na SD51, são citadas as quedas no PIB e da atividade da construção civil e, mais uma vez, trabalhadores são apagados. A numerização, presente nesta SD, em "queda de 2,1% do PIB", coloca em circulação efeitos de evidência de uma "racionalidade indiscutível" (Guilbert, 2020) característica do discurso neoliberal. Assim como já dito em relação à atuação do discurso jornalístico semelhante ao discurso pedagógico autoritário, os números e cifras mascaram o caráter ideológico das escolhas econômicas com base nesta racionalidade, uma vez que ela está ligada, na cultura ocidental, justamente a essa numerização (Guilbert, 2020).

Essa mesma tópica da FD Neoliberal segue com o sujeito-jornalista e os entrevistados citando como Bolsonaro evitaria o "caos" (SD52): a primeira medida, "deixar de lado temporariamente o ajuste fiscal": ou seja, adotar medidas econômicas que visam ao equilíbrio entre as receitas e as despesas do governo, comumente citadas como "corte nos gastos públicos", um dos termos "da propaganda eficaz" do neoliberalismo (Guilbert, 2020, p. 52). Como já dissemos, "cortes nos gastos públicos" designa justamente o almejado pela Emenda Constitucional 95/2016 (Brasil, 2016), cujos resultados refletiram no enfrentamento da pandemia, como mostrado na seção 5.3.

Chama atenção, no enunciado pelo sujeito-jornalista, o advérbio "temporariamente". Ou seja, a contenção "de gastos", como na saúde, deve apenas *por enquanto* ser suspensa. Há a urgência de fazer com que "os de sempre: desempregados, famílias de baixa renda e trabalhadores informais" sejam *temporariamente* amparados, mas apenas em meio à crise – ou seja, que recebam o *empurrão* (*nudge*) para depois voltarem a empreender por sua própria conta.

Nesta matéria, assim como na analisada ao final da seção anterior, com os chefes de Estado e de Governo (SD38 a SD48), há um funcionamento comum do discurso neoliberal que perpassou SDs anteriormente analisadas, mas que, nestas duas reportagens em específico, foi trabalhado pelo *JN* em todos os enunciados. "São representações fixadas mais ou menos inscritas na língua na forma de 'sintagmas lexicalizados' ou de fórmulas prontas, fórmulas que, uma vez tão utilizadas e reutilizadas, são polidas pelo uso [...]" (Guilbert, 2020, p. 94). Por serem polidas pelo

uso, essas fórmulas têm "[…] uma espécie de pátina de hábito e de evidência inofensiva" (Guilbert, 2020, p. 94). Esses *já-ditos* utilizados por economistas, políticos e pela mídia, como "*arrocho fiscal*", "*ajuste fiscal*", *"contenção de gastos*", "*apertar o cinto*", "*contingenciamento*" e *"arcabouço fiscal*", acabam por ser incorporados nos discursos dos sujeitos-cidadãos, independentemente da FD em que estejam inscritos.

Tais *representações fixadas mais ou menos inscritas na língua*, conforme o autor, visam a justificar e a reforçar a *evidência de* ***tópicas neoliberais*** (Guilbert, 2020). Dentre elas estão a *competição* e a *comparação com o vizinho* (as nações "do mundo inteiro" citadas pelo *JN*): duas tópicas que atravessam os discursos suprarreferenciados. No caso dos chefes de Estado e de Governo, matéria analisada na seção anterior (SD38 a SD48), estas tópicas são colocadas em funcionamento sem o uso de "sintagmas lexicalizados", mas por meio da posição-sujeito dos personagens, que, *como vizinhos*, tornam-se referência para comparação entre chefes do Executivo e exemplos de como Bolsonaro deve conduzir a crise.

Por sua vez, na matéria ora analisada (SD49 a SD58), em específico, ambas as tópicas são colocadas por meio de dizeres como o já citado "ajuste fiscal", "liberar recursos", "estratégia semelhante a de outros países" (SD53); "crescimento próximo de zero" (SD50); "queda no crescimento da construção civil" (SD51); "agir como se tivesse numa guerra", "preservar a economia" (SD54); "menos favorecidas" (SD55); "salvar as empresas" (SD55); "vulnerabilidade econômica" (SD56); "renda básica emergencial" (SD56); "capacidade de produção da economia" (SD57); "problema de criar despesas permanentes" (SD58) e outros. Termos que mostram como o *discurso neoliberal* é um "discurso que não se mostra pelo que ele é" (Guilbert, 2007, p. 52).

A primeira tópica, a *competição*, o centro da doutrina neoliberal, deve regular preços e qualidade dos serviços e produtos. É a tópica que supostamente baixa os preços, que permite aos indivíduos usar melhor seus recursos e deve garantir que cada indivíduo – ou governo – "dê o melhor de si" (Guilbert, 2007, p. 95).

> [...] a competição, mais do que um "fator de sucesso econômico", tornou-se uma imposição externa determinante. Encontramos regularmente na mídia, como um elemento do quadro geral da globalização, essa ideia de competição internacional e sua variante bélica, "a guerra econômica internacional". Mas os editores parecem preferir ou bem as formas eufemísticas ("o cenário econômico mundial"; "o mercado mundial"; "à escala mundial"), ou bem as formas implícitas ("a conjuntura econômica"; "a situação econômica"; "um

> contexto econômico difícil". A ideia de *necessidade econômica* é acrescentada a de constrangimento e ameaça à coletividade. Isto é, o subentendido de que *nós* não temos escolha no mundo em que *nós* vivemos se quisermos sobreviver. Pode-se ver como o tópico da "competição internacional" é então considerado como um cenário natural insuperável (Guilbert, 2020, p. 95, grifos do autor).

Apesar de aparentemente inverter em parte esta lógica – por colocar a competição como uma forma de cobrar o posicionamento de Bolsonaro no enfrentamento à pandemia de coronavírus –, o *JN* segue a tópica neoliberal da competição da forma sustentada por Guilbert. Isso em razão de a mesma competição internacional ser usada pela mídia e pelos políticos e economistas tanto para defender a necessidade de adotar benefícios sociais quanto de reduzir os encargos das empresas. Ao enunciar: "*É preciso adotar estratégia semelhante à de outros países*", o sujeito-jornalista coloca em circulação *efeitos de sentido* de que isso deve ser feito para que o país não fique para trás no combate à doença, *mas* (I) a suspensão das reformas, dos ajustes, a exemplo de outros países, *deve ser apenas temporária*, pois trata-se de *momento crítico ou fortuito*. Esses efeitos de sentido são postos em jogo também pelos enunciados dos economistas, que complementam: (II) por "estar falando de vida de pessoas", o governo não deve pensar em economizar e poupar, mas ao mesmo tempo "não [deve] cair no problema de criar despesas permanentes que vão dificultar muito a saída da crise". (III) O governo deve agir como "se estivesse em guerra",[59] por isso as reformas devem ser suspensas e medidas devem ser tomadas, mas o "abrir os cofres" é apenas em razão da crise *emergencial*. (IV) É preciso ter em mente que esta crise é diferente pois "afeta diretamente a capacidade de produção da economia", por isso é necessário um "amortecedor de choque social" para as pessoas que "ficam afastadas dos seus trabalhos". Em síntese, seguindo o discurso neoliberal, é preciso assumir riscos pois "[…] aquele que teve 'sucesso' é aquele que assumiu riscos" (Guilbert, 2020, p. 96).

Porém, não deve haver modificações profundas, estruturais, que realmente mudem, "pois a reação das sociedades capitalistas tende sempre a ser uma resposta no limite mínimo às demandas máximas [...], pensa-se pelo trivial": renda básica aos mais pobres, linhas de crédito emergenciais às empresas, extensão do prazo de

[59] Nesses dizeres, percebe-se também a presença da metáfora de guerra, comum à pandemia e já analisada nesta tese.

pagamento de tributos (Mascaro, 2020, p. 6). Ou seja, apenas medidas emergenciais, *como fizeram os outros países*. O que nos leva à segunda tópica do discurso neoliberal posta em funcionamento pela matéria do *Jornal Nacional*: *a comparação com o vizinho*, "é o próprio arquétipo da valorização da tópica neoliberal da competição, porque funciona em todos os níveis: individual coletivo, nacional, internacional, regional [...]" (Guilbert, 2020, p. 99) – e, no caso do Brasil, sul (ou latino)-americano.

Em outros termos, o vizinho é a medida de referência ou de modelo. Se ele é o exemplo a ser seguido, "[…] parece 'evidente' que a conduta do país ou do indivíduo não seja gloriosa" (Guilbert, 2020, p. 101). Mas quem deve chegar a esta conclusão deve ser o leitor ou o telespectador. A mídia não escreve ou diz explicitamente: assim, aquele que lê, ou assiste, é corresponsável pelo dizer (Guilbert, 2020): um dos funcionamentos do discurso neoliberal que também identificamos no *JN*. Outro aspecto importante: como dito no início deste trabalho, esta comparação com o vizinho também apresenta o funcionamento de um exercício/argumento/asserção de autoridade: aquela exercida por um grupo humano. Trata-se, portanto, de mais uma vez a regularidade já demonstrada do uso da imagem e do lugar social e discursivo de terceiros por parte do *JN*.

Na matéria, há ainda uma tentativa de resumir as ações que teriam de ser desenvolvidas pelo governo em um termo, presente nos dizeres do sujeito-jornalista e de dois dos economistas: *proteção social*. Mas o que seria proteção social? Mais que isso: que efeitos de sentido são postos em circulação ao se dizer *proteção social* no *JN*?

No capitalismo, a proteção social "[…] *encerra em si um ardil ideológico, a ser teoricamente desmontado, visto que ele falseia a realidade por se expressar semanticamente como sendo sempre positivo*" (Pereira, 2013, p. 285, grifos da autora). Usado por várias correntes – ou seja, por sujeitos inscritos em várias formações discursivas –, o termo *proteção social* ganha distintas e até mesmo adversas significações. Isso em razão das próprias condições de produção em que o termo é enunciado, já que proteção social "[...] sempre foi alvo de interesses discordantes entre os seus estudiosos, executores e destinatários" (Pereira, 2013, p. 285).

Para as sociedades pré-capitalistas, a proteção social atendia ao controle político e à legitimação ou manutenção de prestígio e de privilégios. Por sua vez, no modo de produção capitalista, o recurso à proteção social expressa compromisso político estratégico entre forças de diferentes filiações: como o mercado e instâncias políticas da sociedade, até mesmo o trabalho. Já em fases mais avançadas do capitalismo, o Estado passou a constituir o grande suporte da proteção social em razão da necessidade de *regular relações sociais e econômicas*, uma vez que essas se tornaram mais complexas e houve intensificação dos conflitos de classe (Pereira, 2013).

> Mesmo na atual fase capitalista, de franca internacionalização imperialista, a proteção social joga um papel importante, que extrapola a tradicional regulação de conflitos: **ela constitui também uma força produtiva, à medida que diminui os custos da carga improdutiva do Estado com criminalidade, pobreza extrema, doenças generalizadas e melhora a competitividade entre nações** (Pereira, 2013, p. 285, grifos nossos).

Ao conceder proteção social, por exemplo, como defendem os especialistas ouvidos pelo *JN*, defende-se não a pessoa, mas as necessidades do capital, uma vez que a proteção social tem de atender às necessidades sociais, pois o capitalismo neoliberal não funciona sem a contradição de ter de atender às demandas do trabalho, pois essas demandas são revertidas em prol do próprio capital. Essa proteção do capital fica mais precisa na SD58, em que o economista, apesar de defender que se amparem os mais necessitados, adverte que não se deve "cair no problema de criar despesas permanentes que vão dificultar muito a saída da crise". Ou seja, a rede de proteção deve atuar até certo ponto – como supracitado –, enquanto for interessante ao capital. Esse sentido, em nossa interpretação, tem um fundo na designada Matriz Residual de concepção da proteção social capitalista, que se opõe às matrizes Social-Democrata e Socialista.

Na Matriz Residual, a proteção social é admitida desde que em caráter pontual, *emergencial* e condicional. Deverá ainda ser focalizada e mínima, para garantir coesão, ordem e harmonia sociais para o bom funcionamento da sociedade capitalista. Nessa matriz, mercado e instituições privadas não mercantis, como a família, associações, ONGs, etc. vão assumir um papel fundamental na proteção social, "[…] legitimados pela suposta valorização dos **princípios liberais de direito à**

escolha, liberdade negativa e do mérito associado à competição" (Pereira, 2013, 282, grifos nossos).

Portanto, em nossa interpretação, a reportagem do *JN*, revestida de defesa dos sujeitos, de suas vidas e da sua dignidade, *é atravessada ideologicamente pela lógica do capital neoliberal e até mais que isso, de direita*, que traz essa Matriz Residual em seu bojo. Essa particularidade da nova direita mundial vem se tornando comum nos últimos 50 anos em se tratando de proteção social e atinge até mesmo nações socialdemocratas e socialistas, em que a proteção social tem retrocedido (Pereira, 2013).

Em nossa compreensão, todo este funcionamento posto em jogo pelo telejornal pode ser explicado com base na tese althusseriana do *primado das relações de produção sobre as forças produtivas* (Althusser, 1999). Antes de nos aprofundarmos nesta tese é preciso lembrar que Marx, no prefácio de *Contribuição à Crítica da Economia Política* (1859), conceitua o *capitalismo como um modo de produção em que há unidade de forças produtivas e as relações de produção*. As forças produtivas seriam a conjunção entre os meios de produção e a força de trabalho em um processo de trabalho dado. Por suas vezes, *as relações de produção (de classes) se constituem nos modos de exploração de produtores por não-produtores*. Esta última classe é a que detém os meios de produção e organiza o processo de trabalho (Garcia, 2014). Porém, segundo Althusser, esta definição levou a certos equívocos, como a compreensão de que "haveria uma independência das forças produtivas diante das relações de produção" – ou seja, haveria um primado das forças produtivas sobre as relações de produção e não o oposto. Para evitar essas interpretações errôneas, Althusser propõe analisar *O Capital*, obra em que Marx apresenta uma melhor conceituação em termos de elaboração (Garcia, 2014, p. 135).

Segundo o filósofo franco-argelino, a tese do *primado das relações de produção sobre as forças produtivas*, tida por ele como possivelmente a chave de uma parte da história do Movimento Socialista e, posteriormente, comunista, encontrava empecilhos entre os próprios marxistas por várias razões. A primeira, por falta de clareza "na cabeça de inúmeros marxistas", devido à história que viveram (Althusser, 1999, p. 229), o que os levava a confusões. A segunda, porque estes mesmos marxistas sofriam "a influência da ideologia burguesa que é, fundamentalmente, 'economicista' e não cessa de lhes insinuar (até mesmo, impor) a falsa evidência de

que, em última instância, tudo depende das Forças Produtivas". Ademais, o filósofo atribui esta confusão ao fato de existirem textos ambíguos de Marx e, por fim, à particularidade de a questão ser teoricamente muito difícil de enunciar" (Althusser, 1999, p. 229).

> Dito isso, eis a Tese em questão, à qual dou a seguinte forma precisa: "*Na unidade específica das Forças de Produção com as Relações de Produção que constitui um modo de Produção, o papel determinante é desempenhado pelas Relações de Produção, com base e nos limites objetivos fixados pelas Forças Produtivas existentes*" (Althusser, 1999, p. 229, grifos do autor).

Esta tese, de imediato, seria contraposta pelos marxistas com base nos textos do próprio Marx que, de forma oposta, havia estabelecido anteriormente o primado nas forças produtivas sobre as relações de produção. A argumentação dos marxistas se baseava em vários dos seus escritos. Entre eles, aquele em que o filósofo alemão defendia que "com o moinho de água, temos o Feudalismo; com a máquina a vapor, o capitalismo" (Marx, 1847, apud Althusser, 1999, p. 230). Dito de outra forma, seriam, deste modo, as forças produtivas que, de acordo com o nível de desenvolvimento em que se encontram, fariam surgir, "de alguma forma, suas próprias relações de produção" (Althusser, 1999, p. 230). No entanto, para Althusser este pensamento de Marx ainda carregava em seu bojo a influência de Hegel – algo que seria superado em sua obra madura.[60]

Como explicação, ou advertência, Althusser se isenta ao dizer que "não se trata de criticar Marx por ter escrito [e publicado] essas poucas linhas bastante equívocas". Além disso, na sua obra madura, *O Capital*, Marx foi "em direção contrária ao hegelianismo". Nesta, a unidade das forças produtivas com as relações de produção já não é mais pensada como uma relação entre um conteúdo com a sua forma. A ênfase é posta nas *relações de produção*, "cujo primado é afirmado [por Marx] sem contestação" (Althusser, 1999, p. 233):

> Tudo o que se passa em uma formação social capitalista, inclusive as formas da repressão de Estado de que ela é acompanhada (e veremos quais são elas e por quê), *está enraizado na base material das relações de produção capitalistas que são as relações da exploração capitalista e em um sistema de exploração em que a própria produção*

[60] A ruptura epistemológica, abordada anteriormente nesta tese, em que Althusser divide o pensamento de Marx em duas fases: na primeira, a da juventude, permanece a influência de Hegel e de Feuerbach. Na segunda, a da maturidade, transparece na obra marxista o rompimento com a influência de ambos.

> *está subordinada à exploração e, portanto, à produção ampliada do capital* (Althusser, 1999, p. 57, grifos do autor).

Com base no que precede, (i) pode-se afirmar que as relações de produção determinam as relações "aparentemente 'técnicas'" da divisão e da organização do trabalho; (ii) as relações de produção são as da exploração capitalista e, como tal, determinam todas as relações técnicas atuantes na própria produção material (e não o oposto). Por esta razão, Althusser designa *divisão social do trabalho* o efeito das relações de produção enquanto relações de exploração dentro do próprio processo de produção. Dito diferentemente, todos os modos nos quais são exercidas as funções pretensamente técnicas da divisão do trabalho advêm das relações de produção dominantes. Ou seja, toda divisão técnica do trabalho é, na verdade, uma divisão social do trabalho (Althusser, 1999). Ou seja, parafraseando Marx, podemos inverter sua máxima e enunciar que: "com o feudalismo, temos o moinho de água; com o capitalismo, a máquina a vapor."

Dito diferentemente, em oposição ao presente no prefácio de 1859, as forças produtivas só se desenvolvem "sob' certas relações de produção. Por esta razão, *há o primado das relações de produção sobre as forças produtivas*. Conforme Garcia (2014), Althusser vai ainda mais longe e afirma que estas relações "penetram nas forças produtivas", pois a força de trabalho que coloca em atuação as forças produtivas faz parte também das "forças produtivas", "e que [o] processo de produção capitalista tende sempre à máxima exploração da força de trabalho" (Althusser, 1999, *apud* Garcia, 2014).

Aplicando ao que discutimos nesta tese, podemos dizer que o acirramento das formas de exploração durante a pandemia – como a exaltação do sujeito-empreendedor, o paternalismo libertário, o *nudge*, a transformação da concorrência em uma norma de conduta e da empresa em um modelo de subjetivação, além do uso da proteção social como uma força produtiva – é um dos efeitos das *relações de produção próprias do capitalismo neoliberal*, que encontrou seus meios e técnicas em razão da crise.

Não queremos, e nem é o objetivo deste trabalho, aprofundar-nos nesta questão. Até porque, como nos ensina Althusser (1999) sobre o primado das relações de produção em relação às forças produtivas, "um imenso trabalho de elaboração teórica" teria de ser efetuado para tornar possível a ele [Althusser] pronunciar sobre o

tema. Ou seja, seria necessário: "[...] saber o que são as Forças produtivas e as Relações de produção, não só para determinado modo de produção, mas para uma formação social na qual existem vários modos de produção sob a dominação de um deles" (Althusser, 1999, p. 236). Esse mesmo esforço seria necessário para identificar o que acontece com essa mesma unidade em uma formação social capitalista, "no estágio do imperialismo, que acrescenta determinações suplementares não secundárias, mas essenciais à questão dessa 'unidade'" (Althusser, 1999, p. 236).

Neste estágio de nosso estudo, podemos afirmar que, além dos já citados efeitos das *relações de produção próprias do capitalismo neoliberal* que encontraram seus meios e técnicas em razão da crise, houve ainda o papel crucial dos aparelhos ideológicos de Estado em todo esse processo – em especial do *JN*, como meio midiático –, pois, como supracitado, "tudo o que se passa em uma formação social capitalista […] está enraizado na base material das relações de produção capitalistas" (Althusser, *op. cit*).

Nesse sentido, é lícito apontar que, ideologicamente, os especialistas seguem uma lógica neoliberal. Isso incorre, em nosso gesto de análise, em uma política do silêncio: primeiramente, por meio da escuta de seguidores de uma única doutrina político-ideológica, já que apenas neoliberais foram ouvidos. Em suma, ao não permitir que economistas de outras correntes falem, automaticamente se apagam tais correntes. Funcionamento em que, em nosso entender, opera, mais uma vez, o silêncio constitutivo.

Outra forma de silenciamento é posta em funcionamento por meio do argumento ou da asserção de autoridade quando se analisa a própria argumentação sob o ponto de vista da AD. Como dito na Introdução deste trabalho, para a Análise de Discurso há uma relação de alteridade na argumentação, mas não há persuasão e, sim, relações entre posições-sujeito e ideologia. Em outros termos, "a argumentação é um modo de funcionamento do discurso que se estrutura ideologicamente" (Orlandi, 2023, p. 80). A concepção discursiva da argumentação, portanto, considera que esta é um modo de funcionamento da ideologia, sendo que a ideologia é constitutiva da argumentação, à qual estrutura (Orlandi, 2023).

Sabemos, por Pêcheux (2014a), que o discurso sempre deve ser remetido às relações de sentido nas quais é produzido: um discurso remete a outro, diante do qual é uma resposta ou do qual se orquestra os termos principais ou anula argumentos.

Ou seja, o processo discursivo não tem início, sempre se remete a outro, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que, ao evocar o fenômeno anterior, que já fora objeto de discurso, "ressuscita" nos ouvintes o discurso no qual este acontecimento era alegado, com "deformações" advindas da situação atual e da qual pode tirar proveito (Pêcheux, 2014a).

Isso implica dizer que todo orador é também ouvinte e sua habilidade de preceder o ouvinte é, às vezes, decisiva. A *antecipação* do que o outro vai pensar é constitutiva de qualquer discurso e muitas vezes o ouvinte pode bloqueá-lo ou apoiá-lo por meio de intervenções diretas ou não, verbais ou não verbais (Pêcheux, 2014a). É justamente neste mecanismo de antecipação que, aos olhos da AD, a argumentação mantém seu funcionamento, "[...] produzindo uma relação de sentidos em que se inscreve *a relação de forças* (*o lugar* de que significa, significa *em seu poder*)" (Orlandi, 2023, p. 82, grifos da autora). A argumentação só acontece em determinadas condições e mobiliza a articulação de FDs diferentes, em sua filiação à memória discursiva. "Ela se dá na relação do sujeito com o outro" (Orlandi, 2023, p. 82). Ademais, por ter seu funcionamento baseado no *mecanismo de antecipação*, a argumentação opera por relações (formações) imaginárias, produzindo-se sobre o que o outro poderia interpretar ou significar.

Aplicando às materialidades analisadas até aqui, podemos dizer que, ao utilizar-se do argumento de autoridade – sejam eles líderes mundiais, economistas, políticos etc. –, o *JN* se baseia não apenas no que Bolsonaro já enunciou – e, assim, criticar ou refutar o posicionamento do então mandatário –, mas também antecipa o que Bolsonaro poderá (contra)argumentar, dentro de um processo que coloca em tensionamento posições-sujeitos distintas. Trata-se, como mostraremos no próximo capítulo, de uma relação em que os discursos se (retro)alimentam. No entanto, pelo que precede em nossas análises, essa crítica e esse enfrentamento por parte do *JN* se restringem a apenas alguns aspectos.

Dito de outro modo, a oposição a Bolsonaro feita pelo *Jornal Nacional* se restringe à (não) condução do enfrentamento de certos aspectos da pandemia. São colocados em circulação efeitos de sentido de que ambos estejam em posições ideológicas completamente antagônicas. No entanto, ambos seguem o mesmo interesse capitalista neoliberal, diferenciando apenas quanto ao negacionismo, o que nos leva a questionar: há mesmo o funcionamento do mecanismo da argumentação,

sob o ponto de vista da AD, no telenoticiário? Em nosso gesto de análise, concluímos que há o uso do argumento de autoridade, mas este não apresenta, sob o ponto de vista da AD, o funcionamento da argumentação por ambos, o *JN* e Bolsonaro – e as *autoridades* utilizadas pelo noticiário –, estarem inscritos na mesma FD, a Neoliberal, e não haver uma tensão ideológica:

> [...] temos um argumento quando temos um confronto ideológico e, para isso, não há justificativa. A argumentação, enquanto funcionamento discursivo, materializa, na relação do sujeito com o outro, o confronto simbólico político, pondo em relação diferentes formações discursivas (Orlandi, 2023, p. 106-107).

Dito de outro modo, ao pensar a argumentação desta forma, deixa-se de vê-la como persuasão ou convencimento, para entendê-la como um funcionamento do discurso cuja estruturação é ideológica, colocando em confronto duas formações discursivas distintas. Deste modo, a argumentação seria uma manifestação, no discurso, de distintas formações ideológicas (Orlandi, 2023). Do ponto de vista discursivo, a argumentação tem sua definição advinda pela sustentação de sentidos dentro desse confronto ideológico. Seu fim não é a imposição, mas levar ao surgimento de discussões, provocar deslocamentos e "[...] posicionar-se frente à pluralidade de sentidos possíveis" (Orlandi, 2023, p. 110), o que não observamos no *JN* em relação a Bolsonaro. Há um mecanismo, mas este gira em vazio, o que será mostrado no capítulo que encerra esta tese, que trata da saída de Luiz Henrique Mandetta do Ministério da Saúde e da entrada de Nelson Teich, em 16 de abril de 2020.

7 ÚLTIMO TEMPO DA ANÁLISE: HÁ GUERRA DA NOTÍCIA?

7.1 OS ANTECEDENTES

Eni Orlandi (1987, p. 264) nos ensina que "a fala pode ser silenciadora quanto ao que se diz". Isso significa que, em determinadas ocasiões, "[…] se fala para não se dizer certas coisas [...]", ou para não permitir que determinadas coisas sejam ditas, coisas que causam transformações: "[…] ou melhor, como diria Caetano, para não se dizer (ou deixar dizer) as *outras* palavras. Nesse sentido, a fala é silenciadora enquanto domínio do *mesmo*" (Orlandi, 1987, p. 264, grifos da autora).[61] Essas considerações da autora esboçam o que ela iria aprofundar, ao versar sobre as formas do silêncio e teorizar sobre a política do silêncio, como nos referimos na Introdução. Ao escrever que, em determinadas ocasiões, "se fala para não se dizer certas coisas", ela dizia, em outros termos, que "[...] para dizer é preciso não-dizer [...]" e que uma palavra apaga necessariamente as demais (Orlandi, 2007a, posição 173), uma particularidade do funcionamento do silêncio constitutivo, que está intimamente ligado com a censura, também designada silêncio local, que é a outra manifestação do silenciamento (a política do silêncio).

Como demonstramos até aqui, identificamos essas duas categorias do silêncio em funcionamento nos discursos do *JN* em diversas ocasiões. Da mesma forma, o então presidente Jair Bolsonaro também se utilizou da política do silêncio para dificultar o trabalho da imprensa e, em específico, do *JN*: "Acabou matéria do *Jornal Nacional*" (Bolsonaro [...], 2020b, n. p.), enunciou o mandatário em junho de 2020, em uma enunciação própria do discurso autoritário e que, ao mesmo tempo, coloca em circulação efeitos de sentido de que promoveria uma *interdição do dizer* em relação aos sujeitos-jornalistas e ao telenoticiário.

De forma semelhante, além de identificarmos o funcionamento da política do silêncio – em sua variação constitutiva e local –, também identificamos o funcionamento do discurso autoritário por parte do *JN*. Em outros termos, embora o *JN* tentasse colocar em circulação uma imagem demeritória do então presidente, ambos os discursos convergiram tanto no modo de funcionamento como do ponto de

[61] Provavelmente, a pensadora da AD se refere à música "Outras Palavras", lançada pelo cantor compositor baiano no álbum homônimo de 1981. Em https://www.letras.mus.br/caetano-veloso/76613/ é possível ouvi-la e acompanhar a letra.

vista ideológico. Havia até mesmo uma relação íntima, em simbiose, em que um discurso retroalimentava o outro, como iremos demonstrar a seguir.

7.2 UMA RELAÇÃO SIMBIÔNTICA

Um termo utilizado acima marca bem esse capítulo, em que o discurso (do) autoritário e o discurso (do) censor mediado e posto em funcionamento pelo *JN* estão em análise: *simbiose* – que, na definição do dicionário, seria a "interação entre organismos de diferentes espécies que vivem juntos, em associação estreita" (Simbiose, 2022, n. p.). Essa *simbiose*, em nosso entender, ocorreu entre o discurso do *JN* e o discurso (o governo) de Bolsonaro como marca do processo discursivo.

Diferentemente do material analisado no capítulo anterior, em que era mais claro que alguns dizeres de Bolsonaro colocados em circulação como discursos relatados pelo *JN* advinham do imaginário do telejornal em relação ao presidente, e vice-versa, no material aqui analisado nota-se que essas representações se confundem. O atravessamento ideológico que o leva a se (re)afirmar faz com que Bolsonaro se mostre cada vez mais merecedor do lugar imposto a ele pelo telejornal. Por sua vez, o jornal passa a também exercer o papel de divulgador, ao pôr em circulação os dizeres do então presidente – e acabar por atender àquilo que ele almeja –, e de censor, abrandando o protagonismo do governo por meio do apagamento do Ministério da Saúde ou de seus titulares, como forma de discordar do presidente.

Em relação ao funcionamento do discurso bolsonarista, em que dizeres são utilizados como forma de alcançar projeção política, é necessário dizer que não se trata de um fato novo. Piovezani (2020) relata que o ex-presidente começou a se tornar conhecido no já citado episódio do artigo da seção "Ponto de Vista", da revista *Veja,* de 3 de setembro de 1986, em que tece uma série de críticas ao Exército e encerra com o jargão "Brasil acima de tudo",[62] designado pelo pesquisador como um grito patriótico que encarna um ato prototípico da linguagem fascista, mais tarde incorporado em sua campanha à Presidência, antecedido por "Deus acima de todos":

> Há nesse texto [da *Veja*] maquinações e construções de linguagem de Bolsonaro que perdurarão ao longo do percurso que o conduziu do

[62] Não é nosso objetivo analisar ou mesmo reproduzir tal artigo, que pode ser lido, em reprodução da coluna em questão, nesta página: https://veja.abril.com.br/coluna/reveja/o-artigo-em-veja-e-a-prisao-de-bolsonaro-nos-anos-1980/.

> baixo clero político à presidência da República. Uma delas é a produção **da mentira contrafeita com o que seria sua prerrogativa da verdade e com a denúncia de falsidade de outrem**, nesse caso, da imprensa. Outra é a tentativa de constituição de um ethos investido de autenticidade, cujos benefícios derivam dos valores positivos agregados a quem, supostamente impelido por dever de consciência, tem coragem de confessar algo grave e de enfrentar os riscos decorrentes de sua ação de dizer a verdade. Bolsonaro mostra-se disposto a um sacrifício, em nome do que seria uma justa causa: "um vencimento digno da confiança que meus superiores depositam em mim". Essa é a forma de escamotear o objetivo que ele busca e nega manifestamente buscar (Piovezani, 2020, p. 143, grifos nossos).

Nos dizeres do artigo, já se manifesta o negacionismo, a superestimação e um mecanismo derivado de uma visão de exclusão de direitos e de repressão dos desejos: "[...] se outros os têm, luto para que sejam eliminados" (Piovezani, 2020, p. 143). Extremista, Bolsonaro acabou sendo enviado compulsoriamente à reserva, quando se envolveu na política, onde se notabilizou como "protagonista e incentivador de ações violentas" condição que, aliada aos "[...] expedientes populistas e à projeção midiática concorreram [...]" para que sua popularidade crescesse (Piovezani, 2020, p. 148). Em outros termos, a forma de dizer, o modo de produzir o discurso – Bolsonaro não argumenta, mas vocifera (Saint-Clair, 2018) – e a escolha lexical de Bolsonaro foram moldados ao longo dos anos e, ampliados pela mídia, ajudaram a colocá-lo onde está (Piovezani, 2020), e isso é posto em funcionamento no embate com o *Jornal Nacional*.

Trata-se de uma relação em que o telejornal, como meio midiático, ao transformar atos e declarações de Bolsonaro em notícia, muitas vezes em tom crítico, acaba por municiá-lo de mais temas e a instigá-lo a colocar novos dizeres e novos sentidos em jogo, que novamente serão transformados em notícia – para a AD, em acontecimento jornalístico. Da mesma forma, o presidente, em uma prática comum desde antes de sua ascensão, utiliza-se dessa estratégia como forma de se manter em foco e de midiatizar seus dizeres.

Discursivamente, esse funcionamento *moto-contínuo* trabalha no aproveitamento da forma como a mídia opera, com um dizer tornando-se o *discurso prévio* do outro e, dessa forma, um sucedendo-se ao outro. Parafraseando a citação de Pêcheux (2014a, p. 76-77), transcrita na subseção 5.1.2, podemos dizer que Bolsonaro, ao evocar determinado tema, ao proferir um dado dizer, faz com que esse tema seja pautado pelo *Jornal Nacional*. O telejornal, por sua vez, transforma esse

dizer em notícia, que é aproveitada novamente por Bolsonaro, que “ressuscita” os dizeres da notícia com as modificações necessárias, próprias do contexto atual em que ele, Bolsonaro, está, e os coloca em circulação novamente, sendo esses dizeres atualizados mais uma vez, ao serem transformados em notícia. Nesse processo, ambos, o presidente e o *JN*, alternam-se nas posições de orador e de ouvinte.

Como meio midiático, nem sempre o *JN* pode furtar-se a não noticiar declarações de Bolsonaro. Critérios próprios do jornalismo concorrem para que o telejornal as noticie ou, pelo menos, mostre aos telespectadores repercussões dessas declarações. Isso se deve ao fato de os meios jornalísticos serem obrigados a seguir determinados critérios, como os de noticiabilidade, sobre os quais falaremos a seguir brevemente.

Dentre os modelos mais difundidos desses critérios de seleção e de valoração das notícias está o proposto, em 1965, por J. Galtung e M. Ruge, pesquisadores noruegueses (Martino, 2017). Segundo eles, nas redações, a escolha do que será ou não noticiado se dá com base em critérios próprios do jornalismo. Os responsáveis por essa seleção, editores, produtores, diretores – designados na teoria como *gatekeepers* (porteiros), uma vez que podem tanto barrar o que será noticiado como permitir que venha a público –, baseiam-se, segundo Galtung e Ruge, em 12 critérios: (i) frequência ou momento do acontecimento; (ii) magnitude do acontecimento; (iii) clareza; (iv) significação (relevância); (v) correspondências ou consonância (com o que é esperado, em caso de festas, eventos, feriados, etc.); (vi) o inesperado; (vii) continuidade (daquilo que já vem sendo noticiado); (viii) composição (uma notícia é selecionada para contrapor ou para corroborar uma outra); (ix) notícias do primeiro mundo; (x) elites (ou celebridades); (xi) personalização (interesse humano); (xii) fatos negativos (Martino, 2017).

Segundo Martino (2012), com o tempo, esse modelo passou por adaptação em razão das mudanças na mídia e na sociedade. Com isso, outros modelos de *gatekeeper* foram desenvolvidos, incluindo (xxiii) o interesse do profissional em abordar um assunto determinado; (xiv) a competição entre os profissionais e as empresas de comunicação; e (xv) as questões políticas “[...] **referentes à distorção sistemática de fatos para caber em uma agenda político-partidária”** (Martino, 2012, p. 45, grifos nossos).

Voltando à análise da relação entre o discurso do *JN* e de Bolsonaro, é possível observar com maior propriedade como se dá a simbiose entre ambos. Primeiramente, pelo fato de ele ser presidente da República, tanto os atos como os dizeres dele são passíveis de serem noticiados. No entanto, dada a natureza dos seus dizeres, eles se inserem em vários critérios, como os de valores negativos, do inesperado, da significação e da competição entre empresas (ao não noticiar, o *JN* corre o risco de ser "furado", ou seja, deixar de noticiar algo noticiado pelo concorrente).

Porém, o que mais se observa na relação simbiôntica é a questão da continuidade – em que, como dissemos parágrafos atrás, Bolsonaro retoma determinados discursos, os quais são noticiados pelo telenoticiário, e o presidente os faz retornar para, mais uma vez, manter-se em foco – e, sobretudo, a agenda político-partidária (e econômica), como mostraremos na continuidade deste trabalho.

O aproveitamento da lógica do espetáculo midiático exercido pelo político Jair Messias Bolsonaro não se deu somente durante a sua permanência à frente do Executivo nacional. Na carreira política do então parlamentar do baixo clero foram "inúmeros os programas de entretenimento veiculados no rádio e na televisão que o entrevistaram" (Piovezani, 2020, p. 153). A mesma lógica foi adotada posteriormente, nas redes sociais. Essa lógica seguiu, pois, como presidente, Bolsonaro se valia de seu "estilo impulsivo em suas intervenções, o alto volume de voz, a tensão e a agressividade na produção de suas falas" (Piovezani, 2020, p. 153) para se manter na mídia.

Não estamos aventando que o presidente seja um conhecedor profundo dos critérios de noticiabilidade e com isso os use para se manter em foco. Estrategicamente, ele coloca determinados dizeres em circulação por saber que, por ser presidente e por esses dizeres serem polêmicos, irão ser noticiados. Tampouco estamos aventando que os *gatekeepers* do *JN* sejam ingênuos a ponto de não perceberem determinadas estratégias do chefe do Executivo. Pelo contrário, é justamente aí que a relação de simbiose se fortalece.

> A mídia, costumeiramente, retoma as falas do presidente não só para noticiá-las, mas também para tecer críticas sobre elas e sobre a maneira como o presidente tem se comportado diante dos desafios que se lhe apresentam. Como uma espécie de tréplica, Bolsonaro mostra-se impelido a rebater essas críticas e acusações, tentando descreditar/desacreditar a mídia e culpá-la de assédio moral e de

> perseguição. […] Os objetivos desse espetáculo midiático também demostram proximidades, tais como alcançar o público, convencendo-o, persuadindo-o e seduzindo-o, com uma encenação político-discursiva que joga com as emoções, tanto as dos protagonistas quanto as do público consumidor. Ademais, distingue-se, não apenas nas autodefesas, **mas também nos ataques entre os protagonistas, a busca por criar e/ou manter uma imagem positiva de si e uma outra, negativa, do opositor** (Mello, 2021, p. 2486-2487, grifos nossos).

Dito diferentemente, é colocado em funcionamento o mecanismo das *formações imaginárias* que, como já mencionado, coloca em jogo regras de projeção que estabelecem relação entre as situações e as posições. Orlandi (2023, p. 89) classifica este quadro, em que a extrema-direita, no nosso caso Bolsonaro, utiliza a mídia, como *guerra de sentidos*, em que "qualquer besteira vale para 'bagunçar' sentidos". Deriva desta guerra a confusão, o mal-entendido e a contradição, num *processo de dessignificação*: "Dessignifica-se o político [...]" e "tentam-se silenciar formações discursivas, apagam-se distinções" (Orlandi, 2023, p. 89). Assim como também observamos em nosso gesto de análise, a autora observa que, em vez de se afastar, a mídia responde, "[...] girando em falso na insegurança das palavras, na dessignificação, aumentando o barulho" (Orlandi, 2023, p. 90). Esta *dessignificação* é mais uma das *formas do silêncio*, pois se trata de *silenciamento de sentidos*, sobre o qual voltaremos a falar na seção 7.3.2.

Esse jogo atinge toda a mídia, mas com o *JN* assume novos contornos, uma vez que Bolsonaro se dirigiu, em várias ocasiões, diretamente ao telejornal e à emissora. Discursivamente, essa relação simbiôntica é configurada por vários processos, sobre os quais falaremos a seguir.

7.2.1 As condições de produção do discurso III

- Em 16 de abril de 2020, o Brasil contava com 30.891 casos de Covid-19 e 1.952 mortes. Os números foram recolhidos nas secretarias estaduais de Saúde. Segundo o Ministério da Saúde, eram 30.425 casos confirmados e 1.924 mortes (Casos [...], 2020b).

- Nesta data, Luiz Henrique Mandetta é demitido. Em São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Recife, Fortaleza, Brasília e João Pessoa foram registrados panelaços e gritos de “fora, Bolsonaro!”;
- No Ceará, acabam as vagas em UTIs para pessoas com Covid-19. No Rio de Janeiro, dois hospitais estavam com 100% de ocupação nas UTIs;
- Nas redes sociais, um vídeo mostrava que 14 corpos de pacientes com suspeita de coronavírus haviam sido deixados ao lado de doentes internados em hospital de Manaus;
- Nos EUA, a marca de 30 mil mortes por coronavírus é ultrapassada. Apenas em Nova York, 11 mil pessoas já haviam morrido. O Reino Unido passou de cem mil infectados e chegou a 14 mil mortes (Quinta-Feira [...], 2020);
- No Equador, uma crise sanitária grave se instala: mais de 7,8 mil casos de coronavírus e 388 mortes confirmadas. Corpos são deixados nas ruas e corpos são queimados (Macedo, 2020).

7.2.2 Bolsonaro e a caneta como arma: “O Estado sou eu”

Também prototípica da relação entre *Jornal Nacional* e o então presidente da República – e por isso escolhida para nosso último tempo de análise –, a edição de 16 de abril de 2020 do telenoticiário teve como principais assuntos a saída de Luiz Henrique Mandetta do Ministério da Saúde e a entrada de Nelson Teich como titular. Na data, a edição foi aberta pela matéria que mostrava esta mudança. Seguindo o modelo de materialidades anteriores, os dizeres de Bolsonaro e de Teich foram introduzidos pelas designadas cabeças, enunciadas pelos sujeitos-apresentadores. No material, o *JN* colocou apenas declarações de Bolsonaro e do entrante.

No pronunciamento, o então presidente explica suas razões em relação à saída de Mandetta. Nesse discurso, relatado pelo *JN*, ele pontua haver uma oposição entre sua própria visão de enfrentamento à crise e a visão do demissionário. Os dizeres são introduzidos pela sujeito-apresentadora Renata Vasconcellos:

> SD59: O Brasil tem hoje oficialmente 1.924 mortes por causa da Covid-19. Em meio a esse quadro, o presidente Bolsonaro demitiu o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta. O novo ministro será o oncologista Nelson Teich. A divergência entre Mandetta e Bolsonaro começou a ficar mais evidente há cerca de um mês, quando o presidente ignorou as recomendações de isolamento social, passeou por Brasília e cumprimentou apoiadores durante uma manifestação. Mandetta sempre defendeu o distanciamento como forma mais eficiente de enfrentar a doença. A mesma postura adotada por líderes de vários países e pela Organização Mundial da Saúde (Renata Vasconcellos, na cabeça da matéria).

Funcionando como *cabeça da matéria,* a SD59 apresenta o resumo do que virá a seguir. Neste caso específico, a primeira oração, com os números oficiais de mortos pela Covid-19, não apenas contextualiza, mas coloca em circulação uma opinião do telenoticiário: mesmo com 1.924 mortes, Bolsonaro demite o principal responsável pelo combate à doença no país. Como anteriormente analisado, da posição autorizada pela instituição à qual pertence, a sujeito-jornalista enuncia em nome da instituição e do telenoticiário. Das perguntas básicas a serem respondidas na parte introdutória (Quem? Como? Quando? etc...), a jornalista passa a uma contextualização que remete interdiscursivamente a outros materiais exibidos pelo *JN*. Como regularidade, notam-se, mais uma vez, as generalizações e o uso de posições-sujeito, por meio da asserção de autoridade: "A mesma postura adotada por líderes de vários países e pela Organização Mundial da Saúde."

Da contextualização que remete interdiscursivamente a outros materiais, destacamos os dizeres: "Mandetta sempre defendeu o distanciamento como forma mais eficiente de enfrentar a doença", o que, em nossa interpretação, coloca em circulação sentidos que antagonizam Mandetta, como um seguidor da ciência, e Bolsonaro, como negacionista. Atendo-nos apenas aos próprios dizeres do *JN*, é possível constatar que várias vezes o telejornal chamou atenção para a posição dúbia de Mandetta, que tentava "agradar ao presidente"[63] ao mesmo tempo em que tentava atender às orientações da OMS. Na edição de 25 de março de 2020 – da qual parte do material foi analisada no capítulo anterior, por ser o dia seguinte ao pronunciamento sobre a gripezinha –, o *JN* colocou em circulação dizeres como:

[63] A frase foi dita pela apresentadora Ana Paula Araújo na edição de 28 de março, quando o Brasil atingiu mais de cem mortes diárias por Covid-19.

> SD60: […] à tarde, na longa declaração ao lado da equipe que coordena o combate ao coronavírus, Luiz Henrique Mandetta foi cuidadoso, mas procurou ajustar a fala dele à fala do presidente. O ministro não desautorizou explicitamente as medidas adotadas por prefeitos e governadores, mas disse que é preciso ter calma quando se decreta quarentena (Bonner, cabeça da matéria).

Ou seja, mais uma vez, há uma *falha* no discurso do telenoticiário na tentativa de contrapor uma autoridade a Bolsonaro, como demonstrado no capítulo anterior, em relação a Giuseppe Conte. Essa *falha*, em nosso gesto de interpretação, revela mais uma vez o silenciamento em relação à oposição parcial (ou falsa oposição) do *JN* em relação a Bolsonaro, já que ambos aparentemente seguem a mesma ideologia e estão inscritos na mesma FD, distanciando-se apenas em relação a algumas questões referentes à condução da pandemia – pois, em relação a isso, tanto um quanto o outro defendem ações que não se opõem à ideologia neoliberal e seus processos e instrumentos de poder. Utilizado para introduzir a fala de Mandetta na edição de 25 de março, o enunciado pelo *JN* (SD60) utiliza uma narração, não configurando, em nossa interpretação, um discurso relatado. Para isso, são usados os verbos e locuções *procurou ajustar* e (não) *desautorizou*. Apenas no final há a presença de um DRIF, com o uso do verbo dizer + quê.

Mesmo apresentando no final um *discurso relatado indireto formal* (DRIF), o qual, como já dissemos, também não mantém compromisso com a materialidade do texto original, chama atenção, na SD60, como um todo, o tom opinativo do enunciado: o mesmo presente nas designadas cabeças analisadas até o momento. Levando-se em consideração que as cabeças em sua maioria contêm o *lead*, naturalizador da introdução como sendo *a notícia*, o efeito de sentido colocado em circulação pela notícia veiculada pelo telejornal é de que Mandetta se aliou a Bolsonaro, aproximando-se do negacionismo.

Esse tom opinativo, mais uma das regularidades do discurso do telejornal na cobertura da pandemia e na relação como o então presidente, demonstra ainda como, apesar de afirmar o contrário, a mídia, incluindo o *JN*, não evita este desvio, como já citamos, por meio de Mariani (1996), mesmo defendendo para si a prática de um jornalismo baseado na informatividade e na imparcialidade, ambas mitos, já que, como temos demonstrado até aqui, o *JN* não se absteve de opinar e até de colocar em circulação informações não totalmente verdadeiras, como a que afirma que

Mandetta “sempre defendeu o distanciamento como forma mais eficiente de enfrentar a doença”.

Benites (2002) nem mesmo designa enunciados como os presentes na SD60 e na maioria das SDs já analisadas – SD12 a SD15 e SD38, todas também cabeças de matéria – como discurso relatado. Para a autora, o discurso relatado ocorre quando um “ato de elocução é narrado (sintetizado) com as palavras de quem o cita” (Benites, 2002, p. 65). Enunciados como os das SDs citadas são designados por ela como *comentários sobre a fala*, em que “não é um ato de elocução particularizado que é objeto da referência, mas a unidade de sentido de todo um discurso, mais globalizado” (Benites, 2002, p. 65). Sendo assim, o relato é basicamente “um comentário geral sintetizador sobre a direção central ou o teor básico que se deduz de todo um conjunto de declarações, em sua globalidade” (Benites, 2002, p. 65). Independentemente da designação, no entanto, em nosso gesto de análise compreendemos o funcionamento de enunciados como estes como um só: opinar, o que corrobora ainda mais com afirmação quanto à parcialidade do telenoticiário.

Voltando à edição de 16 de abril de 2020, logo após os enunciados transcritos na SD61, o *JN* exibiu trechos do pronunciamento do então presidente na apresentação de Teich, do qual destacamos:

> SD61: A questão do coronavírus se abate sobre todo o mundo e cada país tem as suas especificidades, como bem disse o chefe da OMS. O Brasil não é diferente. Como presidente da República, eu coordeno 22 ministérios (Bolsonaro, em pronunciamento exibido na matéria sobre a saída de Mandetta e a entrada de Nelson Teich).

Diferentemente do usual, percebe-se, no trecho recortado pelo telenoticiário, uma tentativa de o então presidente trazer uma asserção de autoridade – o uso da dos dizeres, da imagem e do lugar social e discursivo de uma autoridade –, a partir da menção ao chefe da Organização Mundial de Saúde, organismo e estratégias sempre utilizados pelo *JN* (e pela mídia em geral). O discurso do presidente, com o enunciado “a questão do coronavírus se abate sobre todo o mundo e cada país tem as suas especificidades, *como bem disse o chefe da OMS*”, coloca-o como um *enunciador glosador de suas palavras*, pois ele as comenta concomitantemente à enunciação (Authier-Revuz, 1998), como dissemos na seção 6.3.5.

Aprofundado o já colocado naquela seção, enunciados do tipo “X, se você concorda...”, “X, como diz...”, “X, a palavra não é apropriada...”, as glosas demonstram

um “esforço” do enunciador no sentido de **suprimir** ou **acolher outros sentidos**, que “não ‘dormem’, mas ‘existem’, não ‘abolidos’ pelo contexto em um ponto X do dizer (Authier-Revuz, 1998, p. 30, grifos nossos).

Essa marcação do dizer do outro presente no enunciado de Bolsonaro recortado pelo *JN*, em nossa interpretação, advém da sua não concordância na totalidade com as orientações da OMS, mas sim apenas com aquilo que vem corroborar o que quer enunciar. Ou seja, em seus dizeres, há um esforço no sentido de acolher outros sentidos que estão alhures, no universo daquele de quem ele fala – há um atravessamento interdiscursivo. Como dissemos anteriormente, há uma tensão entre duas vozes, a daquele *que* fala e a de *quem* se fala.

Essa tensão pode ser confirmada com seus enunciados anteriores. Em 31 de março de 2020, por exemplo, Bolsonaro chegou a distorcer uma mensagem do diretor da entidade, Tedros Adhanom, para afirmar que a organização havia dito que trabalhadores informais deveriam trabalhar, quando o diretor havia dito ser necessário que os governos garantissem a assistência aos que ficaram sem renda durante as ações recomendadas pela OMS para enfrentamento da crise (Bolsonaro [...], 2020a). A informação falsa foi rebatida por Adhanom.

Na mesma data, 31 de março, a Ordem dos Advogados do Brasil enviou ao Supremo Tribunal Federal “uma arguição de descumprimento de preceito fundamental”, porque o presidente estaria descumprindo protocolos da OMS de combate à pandemia e por desestimular tais práticas publicamente, o que “vulnera[va] os direitos à saúde e à vida, ferindo a Constituição da República” (Vital, 2020, n. p.). Ou seja, embora tenha usado o discurso da OMS como discurso de autoridade, o presidente já havia dado mostras de que não a considerava como tal.

A glosa mostra que o “bem-dito” enunciado por Bolsonaro se refere apenas àquilo que está presente no próprio dizer relatado do chefe da OMS de que “cada país tem as suas especificidades”. Em um exercício parafrástico, é como se na SD61 Bolsonaro enunciasse que, justamente pelo fato de cada país ter sua especificidade e por o Brasil não ser diferente disso, ele, “como presidente da República”, que coordena 22 ministérios, pode determinar como será a condução do enfrentamento da crise sanitária. Autorreferência que ratifica sua própria autoridade. Por meio de um exercício parafrástico, podemos depreender que, ao enunciar “[Eu] como presidente da República, coordeno 22 ministérios”, Bolsonaro coloca em circulação efeitos de

sentidos que remetem a “quem manda sou eu”, “o presidente da República sou eu” ou “o chefe de Governo sou eu”, o que pode deslizar para “o chefe do Executivo sou eu”, “o chefe de Estado sou eu” e para “o Governo [e/ou o Estado] sou eu”. Em outros termos, em nossa interpretação, mais do que atravessada por uma memória própria de regimes ditatoriais, seu dizer é atravessado nesse momento até mesmo por uma memória absolutista.

Esse gesto de interpretação é corroborado a seguir:

> SD62: Ao longo desse tempo, é direito do ainda ministro defender o seu ponto de vista, como médico. E a questão de entender também a questão do emprego não foi da forma que eu achava, como chefe do Executivo, que deveria ser tratada. Não condeno, não recrimino e não critico o ministro Mandetta. Ele fez aquilo que, como médico, ele achava que devia fazer (BOLSONARO, em pronunciamento exibido na matéria sobre a saída de Mandetta e a entrada de Nelson Teich).

Percebe-se que neste trecho do pronunciamento de Bolsonaro utilizado pelo *JN*, que logo depois de referir-se a si mesmo, colocando mais uma vez ênfase em seu cargo, o então presidente insiste na presença da primeira pessoa do singular, reafirmando sua posição de chefe do Executivo: “[...] não foi da forma que *eu* achava, como chefe do Executivo, que *deveria* ser tratada” – o que, mais uma vez, insere seus dizeres no discurso autoritário – em que há a ausência do referente, ocultado pelo dizer –, ademais de não haver realmente interlocutores, mas um agente exclusivo, aquele que enuncia, que resulta na designada “*polissemia contida*” (Orlandi, 1987, p. 154). No discurso autoritário, o sujeito passa a instrumento de comando (Orlandi, 1987). Na SD em tela, o discurso autoritário de Bolsonaro é posto em circulação até mesmo quando ele, em tom ameno, cita Mandetta (“não condeno, não recrimino e não critico […]”). Mais do que um apaziguamento, esses dizeres colocam em circulação sentidos de *condescendência*: ou seja, uma *atitude deferente de um superior*.

Seguimos na análise dos dizeres do então presidente *postos em circulação pelo JN*:

> SD63: O que eu conversei ao longo desse tempo com o oncologista, doutor Nelson [Teich], ao meu lado, foi fazer com que ele entendesse a situação como um todo sem abandonar obviamente o principal interesse: a manutenção da vida, mas sem esquecer que ao lado disso tínhamos outros problemas. Esse outro é a questão do desemprego (Bolsonaro, em pronunciamento exibido na matéria sobre a saída de Mandetta e a entrada de Nelson Teich).

Na SD63, os dizeres de Bolsonaro colocados em circulação pelo *JN* apontam para o quanto o descontentamento dele em relação ao demissionário Mandetta se

deveu ao não atendimento pleno a suas ordens – e não à tensão surgida entre a posição-sujeito médico e a posição-sujeito ministro, este um cargo político, do antigo titular da Saúde. Ao dizer "*fazer* com que ele entendesse", o presidente reforça que Teich é seu comandado, alguém a quem se deve "*fazer* entender" algo – o que não teria acontecido com Mandetta, que não se deixou "fazer entender".

Ao enunciar "fazer entender", Bolsonaro não apenas coloca mais uma vez em circulação um discurso autoritário, mas também efeitos de sentido de que o entendimento, tanto de Mandetta quanto de Teich, estava prejudicado, cabendo a ele, Bolsonaro, *fazê-los entender*. Uma particularidade desse tipo de dizer do presidente é o uso do "fazer", no infinitivo, mas com efeito de sentido de imposição, o que reforça a inscrição desses dizeres no *discurso autoritário*, que "procura estancar a reversibilidade" (Orlandi, 1987, p. 29).

Esta colocação de Bolsonaro como autoritário pelo *JN*, pois, repetimos, trata-se de enunciados recortados e mediados pelo noticiário, foi reforçada por meio de uma reportagem em que o telejornal opôs os dizeres de Mandetta aos do presidente:

> SD64: O ex-ministro sempre deixou claro que não pretendia pedir demissão nem jogar a carreira de médico no lixo. Numa conversa tensa com o presidente, no dia 29 de março, foi taxativo; disse, abre aspas: "Vou manter a posição que tenho adotado. Se quiser me demitir, que demita", fecha aspas (Zileide Silva, passagem, em Brasília).
>
> SD65: Em outro capítulo da crise, sem citar o então ministro Mandetta, Bolsonaro disse que integrantes de seu governo tinham virado estrelas e que a hora deles iria chegar (Zileide Silva, em *off*).
>
> SD66: Minha caneta funciona [alguém diz amém, ao fundo] Não tenho medo de usar a caneta, nem pavor… (Bolsonaro, em um sobe som,[64] falando com apoiadores).

Na SD64, temos uma marcação do "encontro com um discurso-outro" (Authier-Revuz, 2004, p. 229), designação dada às aspas comumente usadas no discurso direto. Neste tipo de representação do discurso outro, as aspas em uma palavra ou trecho colocam estes "na margem" de um discurso, "no sentido de que uma margem *delimita e constitui*": "As aspas indicam que, para o locutor, há uma borda

[64] Sobe som é termo usado quando se quer dar ênfase ao áudio ambiente, captado pela câmera, como o barulho de uma queda-d'água, de uma explosão, o canto de um pássaro, os gritos de uma torcida ou uma declaração, como a aqui analisada, etc. Não é captado por um microfone como o usado para a entrevista. Esta declaração de Bolsonaro ocorreu em 5 de abril de 2020.

que coloca um exterior em relação ao qual se constitui para ele, locutor, um interior – seu discurso próprio – no qual se reconhece" (Authier-Revuz, 2004, p. 230).

Muito comuns no jornalismo impresso, enunciados como o da SD64 mesclam discurso direto com discurso indireto. Nesses casos, esses sinais gráficos típicos da heterogeneidade marcada no discurso têm como fim demonstrar fidelidade, ironia, apontar uma dúvida ou promover ênfase, "[..] seja, enfim, com qualquer intenção de autenticidade momentânea ou de crítica com relação a uma particularidade da declaração (Benites, 2002, p. 69). Na SD64, além de as aspas promoverem ênfase e marcarem fidelidade, em nossa interpretação acabam por colocar em circulação a imagem de médico e de seguidor da ciência, em oposição à posição-sujeito ministro (e político), de Luiz Henrique Mandetta.[65] Algo que, reafirmamos, foi mais de uma vez contradito pelo próprio telenoticiário, o que caracteriza, mais uma vez, uma *falha* em que, novamente, o silêncio se mostra fugazmente" (Orlandi, 2007a, posição 362).

Nossa compreensão é confirmada por meio da análise das SDs seguintes. Na SD65, a sujeito-jornalista volta ao *discurso relatado indireto formal*: em que a voz do outro é introduzida no discurso por meio de um verbo de elocução, no caso *dizer*, seguido pela conjunção *que*. Essa conjunção, por sua vez, é introdutora de uma oração subordinada com os dizeres do outro, referido em terceira pessoa. Considerado, como já dito, um verbo *neutro*, mais uma vez *dizer* é utilizado aqui para introduzir um enunciado cujos efeitos de sentido são deletérios para Bolsonaro: "Bolsonaro *disse que* integrantes de seu governo tinham virado estrelas e *[disse] que* a hora deles iria chegar" (SD65). O mesmo funcionamento, como dissemos, ocorreu na SD1 ("... [Bolsonaro] *disse que,* se ele contrair o vírus, não pegará mais do que uma gripezinha" e na SD15 ("como argumento, o presidente *disse que* o isolamento vai criar uma crise econômica e gerar desemprego...").

Ao contrário dos demais verbos, como criticou, atacou etc., que foram usados como se fossem delocutivos, mas já colocando em circulação efeitos de sentido de crítica a Bolsonaro, *dizer* foi utilizado, em todas essas SDs, para colocar em evidência uma declaração que, por si, já se demonstrava deletéria.

Embora tenham sido veiculados na edição de 16 de abril, os dizeres de Bolsonaro relatados na matéria foram enunciados em 5 de abril de 2020 – 11 dias

[65] Em Garcia e Figueira Sobrinho (2022), analisamos essa tensão entre a posição-sujeito médico e a posição-sujeito político de Mandetta e depreendemos que, no discurso do ex-ministro, foi posto em jogo um processo de contraidentificação da forma-sujeito.

antes da saída de Mandetta – e reforçam a imagem de autoritário de Bolsonaro. Ao enunciar: "Bolsonaro *disse que* integrantes de seu governo tinham virado estrelas e que a hora deles iria chegar", o *JN* coloca em circulação efeitos de sentido de que ninguém, a não ser o próprio presidente, poderia ser estrela.

Mesmo sendo uma representação do discurso outro, os dizeres trazem um dos mecanismos do discurso autoritário: a procura pela *assimetria de cima para baixo* (Orlandi, 1987). Essa constatação é confirmada pelos dizeres presentes na SD66, em um trecho recortado do discurso de Bolsonaro em que, para seus apoiadores, ele afirma que sua "caneta" funciona, ao que seus apoiadores respondem "amém". Os dizeres em tom de ameaça, uma manifestação autoritária, contra alguém que estaria tornando-se "estrela" são, mais uma vez, atravessados por uma memória que vem restabelecer "[...] pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc. [...]" (Pêcheux, p. 52, 1999) como "ponta da linha", "ponta da praia" – termo que se refere a um local onde se jogavam os corpos de adversários políticos na ditadura militar – "terra arrasada", etc. Ou seja, ressoa uma memória do militarismo de (extrema) direita.

Na SD66, o sentido de caneta desliza e passa a equivaler a arma, a ser usada com quem não siga as suas ordens ou com quem queira ter um protagonismo maior que o seu. Discurso autoritário que ainda aponta para efeitos de sentido de poder absolutista, como já citamos, em que "usar a caneta", "dar canetada" é fazer cumprir ainda que à força. Sua declaração é saudada com "amém", o que a transfere, ou melhor, a eleva – do ponto de vista do interlocutor, o seguidor de Bolsonaro – a um discurso religioso, como algo a ser reverenciado. Ou seja, há um atravessamento de dizeres advindos de duas outras FDs, a do militarismo e a da religiosidade (em específico, o cristianismo). Esse atravessamento é uma das características do discurso fascista moderno em geral e do discurso bolsonarista em particular.

> A RELIGIÃO é o principal elemento de constituição dessa base social da extrema-direita global. Mas, são o MILITARISMO e o ULTRALIBERISMO (*sic*) que caracterizam o domínio do poder estatal (da extrema-direita) em níveis nacionais, com intentos globais. Não por coincidência, governos teocráticos, militares e ultraliberais são formas distintas de autoritarismos (Souza, 2021, n. p., grifos do autor).

O uso de símbolos do cristianismo com vistas a formar uma "milícia religiosa" e a reeditar uma guerra entre o bem e o mal (Souza, 2021, n.p.) se alia à circulação de dizeres em que o bem é representado pelo que é associado ao pensamento

neoconservador ("[...] religião, família tradicional, propriedade privada, meritocracia, precedência do individual sobre o público"), enquanto o mal é associado à modernidade, à ciência, ao feminismo, à esquerda, à luta de classes, ao estado social, entre outros (Souza, 2021, n.p.).

Ao se colocar como aquele que tem a caneta como arma, como aquele que não permite que outros virem estrela e dizer, em tom de ameaça, que a hora deste que pretendia ser estrela chegará – este último um trecho silenciado pelo *JN* –[66], Bolsonaro inscreve seu discurso não apenas na FD Fascista e na FD Neoliberal, mas também na FD do conservadorismo moderno. Assim como o fascismo sempre se aliou ao capital, e por conseguinte ao neoliberalismo, o conservadorismo moderno (o neoconservadorismo) também se alia e se identifica com o neoliberalismo. Surgido de uma mudança no conservadorismo britânico e estadunidense, que buscou romper com o passado "[...] em nome dos valores da modernidade" (Dardot; Laval, 2016, p. 292), o neoconservadorismo veio da ânsia da nova direita em se apresentar como anticonservadora e antissistema. Colocando-se como força de mudança e de reforma, os neoconservadores se aproveitaram do descontentamento das camadas populares, utilizando para isso um populismo antielite e antiestado e xenófobo (Dardot; Laval, 2016). Tanto que dizeres comuns do discurso da nova direita visam a "[...] mobilizar a opinião pública contra os [por eles designados] 'desperdícios', os 'abusos' e os 'privilégios' de todos os parasitas que povoam a burocracia e vivem à custa da população honesta e trabalhadora" (Dardot; Laval, 2016, p. 292).

Nesta aliança de FDs, surge uma nova concepção em que o ideal era disciplinar e categorizar o setor privado, intensificar o controle político no setor público, reduzir o orçamento ao máximo, diminuir o número de agentes públicos, reduzir a autonomia profissional de médicos, professores, psicólogos, etc., e enfraquecer os sindicatos do setor público: "[...] em resumo, fazer na prática a reestruturação neoliberal do Estado" (Dardot; Laval, 2016, p. 292).

[66] A declaração de Bolsonaro foi: "Algumas pessoas do meu governo, algo subiu à cabeça delas. Estão se achando. Eram pessoas normais, mas de repente viraram estrela. Falam pelos cotovelos, tem provocações. A hora deles não chegou ainda não, vai chegar a hora deles. Porque a minha caneta funciona. Não tenho medo de usar a caneta, nem pavor. E ela vai ser usada para o bem do Brasil." Disponível em: https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2020/04/06/bolsonaro-diz-que-algo-subiu-a-cabeca-de-pessoas-no-seu-governo-e-que-a-hora-deles-vai-chegar.ghtml. Acesso em 25 jul. 2023

A aliança entre o neoconservadorismo e o neoliberalismo ainda está baseada no fato de a racionalidade neoliberal elevar a empresa a um modelo de subjetivação (interpelação, aos olhos da AD), o que vai ao encontro da ideologia neoconservadora. Se a "*forma-empresa é a "forma celular" de moralização do indivíduo trabalhador*, do mesmo modo que a família é a "forma celular" da moralização da criança" (Dardot; Laval, 2016, p. 392), isso significa que as ideologias neoliberal e neoconservadora não são conflitantes.

7.3 O *JN* E A FALSA OPOSIÇÃO

Esses pressupostos históricos, em nossa interpretação, fazem parte tanto das condições de produção dos discursos do *JN* quanto dos dizeres de Bolsonaro que constam na matéria em tela enquanto discurso relatado. Ao mesmo tempo, embasam-nos para afirmar que Bolsonaro está inscrito não apenas na FD Neoliberal, mas também nas FDs neoconservadoras e fascistas. Por sua vez, o *JN*, inscrito na primeira FD, não se coloca totalmente contra em relação aos discursos inscritos nas duas outras formações discursivas e, por vezes, insere interdiscursivamente dizeres próprios dessas FDs em seu discurso, uma vez que entre FDs distintas podem ser estabelecidas tanto relações de conflito quanto de aliança (Pruinelli, 2020).

Se durante a pandemia houve a defesa do serviço público e do Sistema Único de Saúde por parte do telenoticiário, essa defesa se deu em razão da crise sanitária, como já mostramos no capítulo anterior, em que destacamos o posicionamento do telejornal em relação à Emenda Constitucional 95/2016. Controle político do setor público, a redução do orçamento e de servidores públicos, vistos como profissionais que ganham muito e trabalham pouco, e até a redução da autonomia de professores e o enfraquecimento dos sindicatos já foram defendidos pela emissora. Assim como a reforma trabalhista, tornada possível por meio da Lei n.º 13.467/2017 (Brasil, 2017) e a reforma da Previdência (Emenda Constitucional n.º 103/2019) (Brasil, 2019).

Já em relação ao discurso de Bolsonaro, ao resgatar o enunciado em que o então presidente declara que não tem medo de usar a caneta, o *JN* (re)coloca em jogo a imagem que tem desse sujeito – um presidente autoritário, anticiência e negacionista – ao mesmo tempo em que (re)põe em funcionamento a imagem que o então chefe do Executivo tem de si mesmo e que acredita que o povo tem dele: o mito, o

(M)messias, o mandatário ungido do poder que emana do povo. E esse povo, pelo menos aquele que o segue, responde seus dizeres como se estes fossem uma oração. Ao colocar esses dizeres em circulação, o *JN* não põe em xeque a aliança entre o fascismo, o neoconservadorismo, mas acaba por colaborar com ela e fortalece a identificação de Bolsonaro e seus seguidores com a forma-sujeito dessas formações discursivas. Algo que discutiremos logo a seguir, na última seção deste trabalho, em que analisamos dizeres colocados em circulação por ocasião da saída de Nelson Teich.

7.3.1 As condições de produção do discurso IV

- Em 15 de maio de 2020, o Brasil contava com 220.291 casos de Covid-19 e 14.962 mortes. Os números foram recolhidos nas secretarias estaduais de Saúde. (Casos [...], 2020c);
- No Estado de São Paulo, com 4.501 mortos, o então governador disse que o protocolo de *lockdown* estava pronto, mas ainda não seria aplicado. Na capital, câmaras frigoríficas foram instaladas para preservação de corpos;
- Governo divulga o calendário da segunda parcela do auxílio emergencial de R$ 600 e amplia o grupo de pessoas que poderiam receber o benefício;
- Anunciado que no primeiro trimestre de 2020 houve retração de 1,95% na economia, segundo prévia do PIB divulgada pelo Banco Central. Segundo o G1, a queda era reflexo do impacto da pandemia na economia;
- O IBGE anuncia que mais de 3,1 milhões de brasileiros procuravam emprego havia pelo menos dois anos. No primeiro trimestre de 2020, o desemprego atingiu 12,9 milhões de pessoas no país. A taxa era maior entre mulheres, negros e jovens (Sexta-Feira [...], 2020).

7.3.2 Notícias, *fake news* e política do silêncio

Diferentemente da edição em que mostrou a saída de Luiz Henrique Mandetta, em que o assunto dominou praticamente todo o telejornal, o *Jornal Nacional* de 15 de maio reservou um tempo menor à demissão de Nelson Teich, que esteve apenas um mês à frente da pasta. Porém, a abordagem foi, da mesma forma, crítica a Bolsonaro, com a edição sendo aberta com o sujeito-apresentador, William Bonner (SD69), lembrando o número de mortos – quase 15 mil – e a saída do principal ministro para enfrentar a pandemia, remetendo interdiscursivamente aos dizeres do noticiário da edição de 16 de abril (SD61), que exibiu a saída do titular anterior.

O foco do telejornal foi reforçar o padrão de atuação do então mandatário, que prosseguia com o objetivo de modificar os protocolos de enfrentamento da pandemia. Como regularmente fez nas cabeças de matérias analisadas anteriormente, o *JN* não apresentou apenas um resumo da notícia, mas uma opinião sobre o comportamento do então mandatário.

Chama atenção, nessa edição, o uso particular do verbo *insistir* e os indicativos de tempo, como advérbios e/ou locuções adverbiais (de novo, mais uma vez). O uso da imagem e do lugar social e discursivo de autoridades também segue. No entanto, diferentemente de generalizações mais explícitas, como "autoridades sanitárias do mundo todo" ou "do mundo inteiro", são colocados em circulação dizeres como "comunidade científica internacional", "estudos internacionais", que, apesar de colocar em circulação efeitos de sentido de que se sabe a quem se refere e, a partir desse, circular efeitos de sentido de confiabilidade, igualmente são generalizações. Esses e outros funcionamentos são verificados nas SDs abaixo:

> SD67: Em meio à pandemia do coronavírus, com quase 15 mil mortes, o Brasil está de novo sem um titular na pasta da Saúde. Nelson Teich deixa o governo quatro semanas depois de assumir o cargo e, mais uma vez, a saída de um ministro da Saúde se dá depois de o presidente Jair Bolsonaro **insistir** na adoção de medidas *sem amparo da comunidade científica internacional e da Organização Mundial da Saúde* (William Bonner, cabeça da matéria sobre a saída de Teich).

> SD68: Ainda de manhã cedo, o presidente Jair Bolsonaro parou para falar com apoiadores em frente ao Palácio da Alvorada e, pelo terceiro dia seguido, **insistiu** no uso da cloroquina como tratamento do coronavírus, apesar de estudos internacionais já terem concluído que não há evidências de que o medicamento reduza os riscos de intubação ou morte de pacientes. O presidente chegou a dizer que o protocolo oficial iria mudar (Vladimir Netto, em *off* da matéria sobre a saída de Teich).

> SD69: Outro ponto de divergência entre o presidente e o ministro e que se acirrou esta semana é o isolamento social. Bolsonaro sempre **insistiu** na adoção do isolamento vertical, quando apenas grupos de risco como idosos ficam em casa. Ele quer a reabertura imediata do comércio e ontem pediu para empresários fazerem pressão junto aos governadores (Vladimir Neto, *off* da mesma matéria).

Nas três SDs, o verbo *insistir* indica uma ação praticada por Bolsonaro reiteradamente. Inicialmente, em um exercício parafrástico, podemos dizer, com base na lexicografia (Insistir, 2020), que o enunciado pelo *JN* poderia colocar em circulação sentidos como: (I) "Jair Bolsonaro 'pede novamente, mesmo tendo recebido uma ou mais recusas', a adoção de medidas sem amparo da comunidade científica internacional"; ou ainda (II) "Jair Bolsonaro 'repete [a defesa] [d]a adoção de medidas sem amparo da comunidade científica internacional"; e, por fim, (III) "Jair Bolsonaro 'reitera, dando particular importância', a adoção de medidas sem amparo da comunidade científica internacional". Cabível dentro das condições de enunciação, esse exercício, em nossa interpretação, ainda não é suficiente para indicar possíveis efeitos de sentido postos em jogo pelo noticiário. Esse possível sentido é corroborado por meio da análise desta outra utilização do verbo, também na mesma edição do *JN*:

> SD70: A imprensa internacional destacou o pedido de demissão do ministro menos de um mês depois de assumir o cargo e também lembrou que o presidente Jair Bolsonaro **insiste** na reabertura dos negócios e na adoção de tratamentos controversos, como é o caso do uso da hidroxicloroquina (Renata Vasconcellos, em nota sobre a repercussão da saída de Teich).

Em mais um exercício parafrástico, depreendemos que, ao usar *insistir* pela quarta vez na mesma edição, sempre o relacionando como uma ação do mandatário, o *JN* coloca em circulação o sentido de que (IV) "O presidente Jair Bolsonaro *teima* na reabertura dos negócios e na adoção de tratamentos controversos" e, mais que isso, (V) "O presidente Jair Bolsonaro *embirra* na reabertura dos negócios e na adoção de tratamentos controversos", o que traz em seu bojo o sentido de *enfado*, de *birra*: um autoritarismo e um negacionismo que beiram a infantilidade. Essa *birra*, discursivizada pelo *JN* como um gesto de imaturidade, no nosso entender, revela o atravessamento ideológico do sujeito Bolsonaro, em que estão conjurados ideais do fascismo – extrema-direita –, do neoliberalismo, do conservadorismo. Conjuração que, reforçamos, é discursivizada e midiatizada pelo telejornal, que acaba por reforçar a circulação desse discurso, dentro da relação simbiôntica a que já nos referimos.

No entanto, em nosso gesto de interpretação, apesar de demonstrar que Bolsonaro tenta culpar os organismos internacionais pela crise, o *JN* coloca em circulação sentidos que apontam ser essa postura um traço do caráter do presidente, quando de fato essa particularidade do chefe do Executivo está ligada principalmente à defesa do neoliberalismo. A tônica é colocar as mazelas sob responsabilidade do presidente ao mesmo tempo em que isenta outras figuras de seu governo, como mostrado no capítulo anterior, e até mesmo o próprio noticiário, igualmente inscrito na FD Neoliberal. Essa estratégia de privilegiar um determinado foco, determinada editoria ou sujeito, como forma de detratar ou reverenciar alguém, não é nova no telejornal, como citado em capítulos precedentes.

Além de auxiliar na defesa das ações neoliberais, essas *formas de silenciamento*, quando aplicadas a Bolsonaro, resultam, em nosso entender, em uma retroalimentação do próprio discurso do presidente e fortalecimento da imagem que ele passa a seus apoiadores (ou seguidores). Na escalada populista de Bolsonaro, as duas principais imagens que ele busca exibir a todo momento, e usa a mídia para isso, talvez seja a de autoridade autoritária – e essa redundância é proposital – e a de censor.

A primeira, mais explícita, foi analisada com maior afinco nas páginas precedentes. A segunda passará agora a ser tratada paulatinamente. Nessa edição, a imagem de autoritário – quase infantil, como dito – é reforçada pelo *JN* por meio da exibição de informações distorcidas repassadas por Bolsonaro para atingir seu intento, como mostrado ainda na reportagem sobre a saída de Teich. Neste novo material, há uma declaração de Bolsonaro, seguida dos dizeres do sujeito-repórter:

> SD71: O protocolo deve ser mudado hoje, porque o Conselho Federal de Medicina disse que pode usar desde os primeiros sintomas (Bolsonaro, em conversa com apoiadores, na mesma matéria).
>
> SD72: Enquanto não tivermos algo comprovado no mundo, temos esse do Brasil aqui... que pode dar certo, pode não dar certo, mas como a pessoa não pode esperar quatro, cinco dias para decidir que... a morte pode vir, é melhor usar. Todos os ministros todos [não é possível entender] têm que tá afinados comigo. Todos os ministros são indicações políticas minhas, tá certo? e quando eu converso com os ministros eu quero eficácia na ponta da linha. Nesse caso, não é eu gostar ou não do ministro Teich, tá? É o que tá acontecendo... (Bolsonaro, em declaração).

Na SD71, o telejornal coloca em circulação, mais uma vez, um enunciado de Bolsonaro em que ele distorce um fato para atingir seu intento. No capítulo anterior (seção 6.3.5), diferenciamos, com base em Muniz Sodré (2019), *fake news* de factoide e abordamos discursivamente o boato com base em Orlandi (2008). No caso anterior, aduzimos que a informação dada pelo então presidente de que os EUA suspenderiam as medidas restritivas de combate à Covid-19 era um factoide e não se configurou numa *fake news* por, entre outros funcionamentos, não haver a propagação via tecnologia – ou seja, não foi viralizada –, o que fortaleceria a etapa da circulação, diferentemente do boato, em que o funcionamento se baseia na etapa da formulação. Aduzimos também que o fortalecimento da circulação se deu justamente por meio da mídia, em particular por meio do *JN*, ao transformar o ocorrido em notícia – em um acontecimento jornalístico.

Diferentemente do caso anterior (SD19), defendemos, com base em parâmetros pensados por Träsel, Lisboa e Vinciprova (2019), que na SD71 Bolsonaro coloca em circulação uma *fake news* pois esta apresenta, entre outros, (I) a manipulação de uma informação verdadeira – parte da liberalidade do CFM de que médicos podem, se assim desejarem, prescrever o medicamento; (II) usa fontes confiáveis para embasar o que é dito; (III) usa a informação de forma errada para enquadrar uma pessoa, no caso, Teich. Além disso, houve a distribuição via tecnológica da notícia, o que levou as agências de checagem a desmentirem por pelo menos duas vezes.[67]

Conceituadas como "imitações fraudulentas de gêneros jornalísticos, cujo objetivo é emprestar as marcas discursivas de uma instituição social dos Estados democráticos para levar o leitor a conferir maior credibilidade a seu conteúdo" (Träsel; Lisboa; Vinciprova, 2019, p. 482), as *fake news* são um dos fenômenos da

[67] À época, em pelo menos duas ocasiões, *O Estadão Verifica*, serviço de checagem de fatos e de *fake news* do *Estadão*, teve de esclarecer notícias falsas que tinham como base a manipulação da recomendação feita pelo CFM sobre a cloroquina. Os materiais podem ser acessados em: https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/publicacao-distorce-informacoes-sobre-protocolos-para-uso-de-medicamentos-contra-a-covid-19/ e em https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/medico-confunde-ao-indicar-cloroquina-e-criticar-isolamento-social-e-o-uso-de-respiradores/. A decisão de Bolsonaro em promover o uso de cloroquina levou até mesmo o Ministério da Saúde, em 20 de maio de 2020, a retirar de seu *site* uma reportagem, publicada em 10 de abril, em que o tratamento com cloroquina era designado como *fake news* (Barreto, 2020). No mesmo dia da exclusão, uma recomendação para o chamado tratamento precoce, que usaria justamente este medicamento, foi inserida na página. À época, o ministério não possuía nem mesmo um substituto interino para Teich, pois, apesar de supostamente estar no comando da pasta, Eduardo Pazuello somente assumiu interinamente o cargo em 3 de junho daquele ano.

contemporaneidade. Termo cunhado pelo estadunidense Craig Silverman , em 2014, com base em uma informação falsa de que uma cidade texana estaria em quarentena devido a casos de ebola, *fake news* seria, do ponto de vista do jornalismo, um oxímoro pois, "se um texto é produzido sem base factual ou com a intenção de levar seu leitor ao engano, não é uma notícia", mas uma prática de "pseudojornalismo" (Träsel; Lisboa; Vinciprova, 2019, p. 481).

Pseudojornalismo, porém, em nosso entendimento, também seria um oxímoro, pois se o jornalismo é uma atividade profissional que coleta, investiga, analisa e transmite informações da atualidade, por meio da mídia (Jornalismo, 2023), um pseudojornalismo não seria, portanto, jornalismo, mas uma mentira. Do ponto de vista da AD, a questão se amplia ainda mais, pois mesmo para o jornalismo não há a possibilidade de *dizer o real*, pois "o 'real da língua é [...] o impossível que lhe é próprio" (Gadet; Pêcheux, 2004, p. 52).

Em outros termos, não é possível, para a língua, dizer tudo. Algo sempre lhe escapa. Não falamos, neste ponto, de uma escolha editorial ou de uma opção do jornalista em priorizar este ou aquele fato para inserir em sua matéria, mas da impossibilidade mesma da língua. Ao dizer, algo sempre é silenciado, o que, em nossa interpretação, seria o silêncio fundante.

> Podemos então pensar o funcionamento do silêncio na distinção entre: a) a realidade que é o que se chama de contexto de situação; b) do real do discurso que é o silêncio e que nos indica que o sentido pode sempre ser outro; c) da noção de exterioridade tal como ela funciona na análise de discurso e que se representa, no trabalho do silêncio, na produção do interdiscurso, que é o efeito da relação da materialidade histórica com a da língua, resultando na "memória" do discurso, seu "saber"; a relação do discurso com o real.
> O interdiscurso, como sabemos, resulta do jogo das formações discursivas à dominante e representa na análise de discurso o fato de que *ça parte, avant et ailleurs*. É aí que se podem compreender tanto o silêncio (fundante) que torna possível o significar quanto a incompletude enquanto condição do múltiplo: "falamos tudo e ainda há o que silenciar" (C. Vogt, 1982) (Orlandi, 2007a, posição 1536-1538).

Ademais, apesar de o jornalismo utilizar dados factuais, observar determinados acontecimentos históricos e os eleger para transformá-los em uma notícia, como todo e qualquer discurso, o discurso jornalístico sempre produz incompletude e o jornalista, ao noticiar um acontecimento, não consegue descrevê-lo em sua totalidade, mas apenas apresentar uma interpretação de um recorte do real –

o acontecimento jornalístico. Ou seja, além do *real da língua* há também o real da história (Gadet; Pêcheux, 2004), o que significa que é impossível ter conhecimento e descrever um acontecimento em sua totalidade. Aqui, também algo escapa.

Neste sentido, tanto as *fake news* como as notícias tidas como "verdadeiras" seriam um embuste? Em nosso gesto de análise, a princípio, não, pois, apesar de se basear nos mitos da imparcialidade e da informatividade, de residir na impossibilidade de *dizer o real* e de compreender e apreender a totalidade de um acontecimento, o jornalismo "verdadeiro" *não cria* fatos, diferentemente das *fake news*. No entanto*, no jornalismo há torções, distorções, alterações, ampliações, simplificações* que, embora não sejam simplesmente mentiras – e, se houver, não é jornalismo –, também colocam em funcionamento uma política do silêncio que terá, como principal "vítima", os sujeitos e, nesse sentido, ambas se aproximam. Sobre isso, falaremos páginas a seguir. Por enquanto, voltemos às *fake news*, que apresentam características próprias:

> a) Falsa conexão: quando o título ou chamada não confirmam o conteúdo.
> b) Falso contexto: quando conteúdo genuíno é compartilhado com informação contextual falsa.
> c) Conteúdo manipulado: quando a informação verdadeira é manipulada deliberadamente para enganar.
> d) Sátira ou paródia: não tem motivação para causar danos, mas pode enganar leitores.
> e) Conteúdo falso: mau uso de uma informação para enquadrar um problema ou uma pessoa.
> f) Conteúdo impostor: quando fontes críveis são imitadas por terceiros.
> g) Conteúdo fabricado: quando 100% da informação é produzida para trapacear ou causar danos a algo ou a alguém (Träsel; Lisboa; Vinciprova, 2019, p. 481).

Enquanto modalidade de circulação de dizeres, em nosso entender as *fake news*, sob a perspectiva discursiva, também se configuram em uma forma de *silêncio,* assim como o boato, que, como mostramos, analisado discursivamente por Orlandi, apresenta um funcionamento duplo do silêncio: a censura e o anonimato. Em nosso gesto de análise, consideramos as *fake news* um dos instrumentos da *guerra de sentidos* citada por Orlandi (2023), que busca a confusão, o equívoco e o desarrazoado, conforme dito na seção 7.2, "porque essas são condições favoráveis para a sobrevivência do discurso da extrema-direita" (Orlandi, 2023, p. 89), em que há o processo de *dessignificação*: o silenciamento de sentidos. Para desfazer estes equívocos e argumentar sobre eles é preciso não se apoiar no sentido, uma vez que

este está dessignificado. É preciso não responder diretamente a essa dessignificação, "aceitar o desafio do incognoscível [...] arriscar-se non-sense" (Orlandi, 2023, p. 89). No entanto, diferentemente disso, como temos mostrado, o *JN* atua nessa simbiose, dando voz ao desarrazoado, numa relação simbiôntica, aumentando o processo de silenciamento de sentidos.

Em nosso gesto de análise, vamos além desses sentidos e depreendemos que o silenciamento, no caso das *fake news,* apresenta ainda um outro tipo de funcionamento, que demonstraremos a seguir. Para isso, é relevante atermo-nos primeiramente às considerações de Freda Indursky (2020). Diferentemente de Muniz Sodré (2019), Indursky distingue boato de *fake news*. Para ela, o primeiro é uma prática discursiva que se vale do anonimato – a função-autor fantasmática dita por Orlandi (2008) e citada por nós na seção 6.3.5. Ou seja, o sujeito enunciador produz versões de fatos ou simplesmente narrativas falsas sem se mostrar. Portanto, a diferenciação do boato para *fake news* está nas *condições de produção de circulação*. A circulação do boato se dá no "boca a boca" e tem como marca a indeterminação do sujeito linguístico da frase, "[…] dizem, estão dizendo, circula por aí…" (Indursky, 2020, p. 21), que garantirá o anonimato do sujeito do discurso. O funcionamento do boato é produzir ruído, sentencia a autora.

Por suas vezes, as *fake news* têm como *condições de produção de circulação* o compartilhamento nas redes sociais, que as concedem velocidade na circulação e na multiplicação de destinatários, que também passam a ser multiplicadores. Além disso, há as condições específicas de produção dessas *notícias falsas*, que, frequentemente, têm a forma de uma matéria jornalística, "sendo formuladas na modalidade de discurso sobre" (Indursky, 2020, p. 21).

Uma particularidade importante das *fake news* é que essas, sob o efeito da ideologia, concomitantemente à produção de uma falsificação, projetam um *efeito de verossimilhança imaginário*. Dessa forma, o leitor, o (tele)espectador, etc., não pressupõe que tal material seja falso, mas o oposto disso. Esse fator é determinante nas condições de produção da prática de leitura das *fake news*: aquele que as *recebe* em tese não desconfia do discurso sobre, pois esse está revestido de um *efeito de verdade* (Indursky, 2020):

> [...] razão pela qual compartilha a falsa notícia, seja porque **identifica-se** com ela, seja porque dela discorda. De modo que a mola propulsora do leitor/espectador comum, não aquele que produz, mas o que

> compartilha as falsas notícias é o desconhecimento, por um lado, e a ordem **dos afetos, por outro** (Indursky, 2020, p. 21, grifos nossos).

Ao compartilhar, os leitores/espectadores passam a assumir um papel próximo ao de função-autor. Ao mesmo tempo, aumentam a credibilidade por meio dessa circulação maior e, como consequência, promovem um reforço da verossimilhança, adquirida por meio da repetibilidade (Indursky, 2020). Outra particularidade das *fake news* é o aproveitamento dos deslizamentos de sentidos, propiciado pela opacidade da língua e pela similitude do campo semântico, que produz a verossimilhança para que um discurso soe como verdadeiro. Verossímil não significa ser verdadeiro. As notícias falsas são construídas pelo "viés de *torções discursivas*" que são feitas com o efeito de *desidentificação ideológica* – com o que é objeto da falsificação (Indursky, 2020).

Em nosso objeto, podemos aventar que o sujeito enunciador, Bolsonaro, por tudo o que já foi dito neste capítulo e nos precedentes, *identifica-se com os saberes inscritos na FD Neoliberal, na qual ele se inscreve*. Da mesma forma, e com base no que já dissemos, podemos dizer que essa mesma identificação com a forma-sujeito neoliberal ocorre com *aqueles que compõem as variadas forças que atuam no processo de constituição das notícias postas em circulação pelo JN*. Neste sentido, é lícito concluir que, ao colocar em circulação as *fake news*, como mostrado na SD71, Bolsonaro expressa, no discurso, sua identificação com a FD Neoliberal da mesma forma que o *JN*, mesmo criticando essa notícia falsa, também se identifica com essa mesma FD, pois, como dito na seção 3.2, a forma-sujeito fragmentada abre espaço ao diferente, ao divergente e ao contraditório.

Também baseados nas análises empreendidas nos capítulos anteriores – e nas condições de produção nos sentidos amplo e imediato colocadas ao longo deste trabalho –, defendemos que a *forma-sujeito da FD Neoliberal* regula saberes que têm, dentre outros, a definição de *quem irá viver e quem irá morrer* como imperativa dentro do capitalismo neoliberal. Como um dos elementos estruturantes do neoliberalismo atual, o poder que visa à morte de determinados grupos e de determinadas populações é exercido de várias formas, seja por meio da deterioração das leis trabalhistas e a consequente retirada de direitos – impelindo os sujeitos a buscar outras formas de sobrevivência, tornando-se um sujeito-empreendedor – por meio das operações policiais nas comunidades mais carentes, em que julgamentos e

execuções sumárias são comuns, e até no uso de medicamentos sem a adequada comprovação científica.

Dito diferentemente, defendemos que, apesar de se opor ao uso da (hidroxi)cloroquina e ser a favor do distanciamento social, o *JN*, assim como Bolsonaro, identifica-se com a *forma-sujeito da FD Neoliberal que regula saberes que têm o necropoder como política de Estado*. Sendo assim, na SD71 temos o funcionamento de uma superposição entre o sujeito da enunciação (Bolsonaro) e o sujeito universal da FD Neoliberal, o que caracterizaria o discurso do "bom sujeito". Em nossa interpretação, como é próprio da FD Neoliberal definir *quem irá viver e quem irá morrer*, indicar o uso de remédios, mesmo ineficazes, está no rol daquilo que pode e deve ser dito por um chefe do Executivo Neoliberal, sobretudo em um contexto de aliança entre formações discursivas distintas: uma capitalista [neoliberal] e outra fascista.

Entendemos ainda que dizeres de Bolsonaro, seja na SD71, ao criticar o distanciamento social (SD2, SD16, SD18, etc.), colocar factoides e *fake news* em circulação (SD19, SD71), designar a doença como "gripezinha" e "resfriadinho" (SD4) ou proferir enunciados como "E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre" (conforme mostrado no Quadro 1), "demonstram sua identificação, enquanto sujeito, à designada *ideologia da destruição* (Vinhas, 2020), "que imaginariamente se calca a destruição da vida, do patrimônio, da linguagem, do simbólico". Ao mesmo tempo, esses dizeres exemplificam como a necropolítica atua dentro do processo de formulação e de circulação de sentidos (Vinhas, 2020, p. 463).

Por sua vez, compreendemos haver uma relação semelhante do *JN* com a forma-sujeito neoliberal, pois este, apesar de colocar em circulação dizeres como "[...] Jair Bolsonaro insistiu no uso da cloroquina como tratamento do coronavírus, apesar de estudos internacionais já terem concluído que não há evidências de que o medicamento reduza os riscos de intubação ou morte de pacientes" (SD68), e "Bolsonaro sempre insistiu na adoção do isolamento vertical [...] Ele quer a reabertura imediata do comércio e ontem pediu para empresários fazerem pressão junto aos governadores" (SD69), não se opõe ao *paternalismo libertário com aspirações necropolíticas*. Em outros termos, apesar de se *identificar* com os saberes que pregavam o não uso do medicamento no combate à doença e *contraidentificar-se* com os dizeres que defendiam o uso deste contra a enfermidade, além de ser a favor do

isolamento social, o telenoticiário seguiu, como já supracitado, defendendo as premissas neoliberais. Seja não explicitando os motivos reais da crise sanitária, defendendo, mesmo na pandemia, medidas como "suspender [apenas] temporariamente o ajuste fiscal" (SD7 e SD53), afirmando ser necessário "preservar a economia" (SD54) e argumentado ser necessário evitar "criar despesas permanentes" (SD58).

Em nossa compreensão, ao se colocar contra medidas de Bolsonaro, como as demissões dos ministros e a defesa de remédios ineficazes, o telenoticiário demonstra que é *contrário apenas à forma* como se processa a necropolítica, mas *não se coloca contra o exercício do necropoder*. De outro modo, não defenderia ações como a diminuição dos investimentos – designados pelo noticiário como gastos – na saúde, como supramencionado. Ou seja, há, neste sentido, mais uma convergência entre os discursos de Bolsonaro e do *JN* do que uma total desidentificação.

Essas identificações e contraidentificações são explicadas por meio da noção de que há uma heterogeneidade própria de todas as FDs, que devem ser entendidas como domínios de saber heterogêneos em relação a si mesmas. Isso equivale a dizer que há várias posições-sujeito dentro de uma mesma FD. Por meio da contraidentificação, diferenças e divergências se inserem em uma Formação Discursiva. Esta inserção tem como consequência a relativização da unicidade e da homogeneidade da *forma-sujeito* e, com ela, relativiza-se também a homogeneidade da FD (Indursky, 2005). Tais diferenças e divergências são introduzidas nas FDs por meio do *interdiscurso*, que "contém os dizeres que não podem ser ditos no âmbito de uma dada FD" (Indursky, 2005, p. 6).

Depreendemos ainda que a *fake news* colocada em circulação por Bolsonaro produziu um *efeito de verdade* por meio da autoridade de Bolsonaro em relação a seus apoiadores, que ia (e ainda vai) além do fato de ele ser presidente à época: ele é o *mito*. Porém, como nas demais situações, esta notícia falsa *viralizou* – ou seja, obteve *repetibilidade, o que acabou fortalecendo a verossimilhança* – também por meio do *JN*. O que corrobora nossa interpretação de que há convergências em ambos os discursos.

Isso nos leva a um outro funcionamento possível da circulação dessa e de outras *fake news* enunciadas por Bolsonaro e veiculadas pelo *JN*. Se ideologicamente há *identificação plena* – a superposição total entre o sujeito da enunciação e o sujeito

universal da FD – de Bolsonaro e de seus seguidores com aquilo que é posto em circulação pelas *fake news*, há o movimento inverso: a desidentificação na notícia original que servirá de matéria-prima à manipulada. Esse gesto de interpretação tem como base a afirmação precedente de que o processo de *torção discursiva* advém da *desidentificação ideológica* daquilo que está sendo 'torcido'. Ou seja, se por um lado há uma desidentificação com a notícia que deu origem à contrafação, há um efeito inverso: a *identificação ideológica* com a *fake news*, o que faz com que o sujeito que se identifica, ao recebê-la, sinta-se atendido e a compartilhe. Essa identificação é reforçada se o sujeito que produz o discurso é o presidente a quem chama de *mito*. Atuam aqui as *formações imaginárias*: (I) a imagem que os eleitores de Bolsonaro têm dele, que como mito não é questionado e tudo o que diz é verdade; (II) a imagem que esses eleitores têm de si mesmos, como seguidores de um líder mítico; (III) a imagem que Bolsonaro tem de seus eleitores, de que são quase a totalidade do povo brasileiro e isso o sustentava; (IV) a imagem que Bolsonaro acredita que seus seguidores têm dele, de que realmente ele *é* este líder mítico, quase um Messias; (V) a imagem que ele tem de si mesmo, já supracitada.

Podemos depreender que os processos de desidentificação e de identificação, no caso em tela, dão-se quando o seguidor de Bolsonaro se **desidentifica** com o discurso sobre o não uso do medicamento no combate à doença, e, por isso, automaticamente se **identifica** com a notícia falsa e, assim, repassa a falsificação, que nada mais é do que "[...] o avesso da notícia que está sendo distorcida" (Indursky, 2020, p.24). Em outros termos, como já citado, consideramos que os processos de desidentificação e de identificação são interdependentes e concomitantes, sendo que para haver um é necessário haver o outro.

Dito de outro modo, aquele que repassa a *fake news,* ao mesmo tempo em que *toma posição,* deixa clara essa sua *tomada de posição*. Isso nos leva a uma outra colocação: aquele que assume o papel próximo à função-autor expõe para o outro, àquele a quem envia, a imagem que tem de si mesmo e do outro – aquele a quem quer convencer ou de quem quer cumplicidade. Ou seja, é posto em jogo, mais uma vez, o mecanismo das formações imaginárias. No caso aqui em análise, há um agravante: embora não use as redes sociais, Bolsonaro sabe que o que diz será *viralizado*. Por isso, ao enunciar dizeres como os reproduzidos na SD71 ("O protocolo deve ser mudado hoje, porque o Conselho Federal de Medicina disse que pode usar

desde os primeiros sintomas") e na SD72 ("Enquanto não tivermos algo comprovado no mundo, temos esse do Brasil aqui... que pode dar certo, pode não dar certo, mas como a pessoa não pode esperar quatro, cinco dias para decidir que... a morte pode vir, é melhor usar"), sabe que haverá o compartilhamento e a repetibilidade desses dizeres.

Na SD72, por exemplo, além de complementar a falácia que acabara de anunciar, o presidente, mais uma vez, expõe discursivamente a formação imaginária que tem de si mesmo – a qual, como expressado em seus dizeres, inclui até mesmo imaginários conhecimentos médicos. Ao dizer eficácia, Bolsonaro coloca em circulação efeitos de sentido do que considera eficácia, que é atender àquilo que ele deseja – algo típico do discurso autoritário. No caso, que sejam prescritos determinados medicamentos. Esses imaginários conhecimentos médicos aprofundam a inscrição de seus dizeres no discurso autoritário, sobretudo se considerarmos o enunciado a partir de "todos têm que tá afinados comigo":

> SD72': Todos os ministros, todos [não é possível entender] têm que tá afinados comigo. Todos os ministros são indicações políticas minhas, tá certo? E quando eu converso com os ministros eu quero eficácia na ponta da linha. Nesse caso, não é eu gostar ou não do ministro Teich, tá? É o que tá acontecendo...

Outra compreensão surgida por meio desse nosso percurso de análise é que todo esse processo das *fake news* pode resultar também em uma *política do silêncio*, um *silenciamento*. Como dito nos capítulos iniciais, com base em Orlandi (2007a), a censura, um dos processos da política do silêncio, quando é pensada por meio da noção de silenciamento, alarga-se e passa a compreender também os processos que limitam o sujeito no percurso de sentidos:

> Assim concebida, a censura pode ser compreendida como a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas. Consequentemente, a identidade do sujeito é imediatamente afetada enquanto sujeito-do-discurso [...]" (Orlandi, 2007a, p. 50).

No caso das *fake news*, essa interdição é feita por meio de outro viés. Ao provocar um processo de desidentificação do sujeito a uma determinada FD, as falsificações promovem, em nossa análise, a interdição desse mesmo sujeito na FD com a qual ele se desidentifica e a consequente 'migração' para dada FD com a qual

ele se identifica, e vice-versa. Para aprofundarmos a discussão, vale a pena atentar a essas considerações:

A primeira delas é que a desidentificação aponta para a existência de um espaço de liberdade para o sujeito do discurso. Mesmo sendo o homem um "animal ideológico", como nos ensina Pêcheux (2014b), e por isso mesmo sempre estar identificado a alguma ideologia, "[...] **seja ela qual for**" (Indursky, 2008, p. 5, grifos nossos), há uma "brecha" que leva a uma possibilidade de movimentação que faz com que o homem não esteja "[...] condenado a manter-se para sempre identificado com o mesmo domínio de saber" (Indursky, 2008, p. 5).

Valendo-se mais uma vez de Pêcheux, e a afirmação de que não existe ritual sem falhas, devemos lembrar que, sob determinadas condições de produção, é possível ao sujeito do discurso romper com o domínio de saber em que está inscrito e identificar-se com outra FD. Essa mesma capacidade de ir de um domínio de saber para outro demonstra o espaço e a dimensão da "*liberdade*" desse mesmo sujeito (Indursky, 2008). Essa afirmação leva a um outro gesto analítico: "[...] quando o sujeito do discurso **desidentifica**-se de uma determinada FD é porque, de forma inconsciente, ele já está **identificado** com outro domínio de saber [...]" (Indursky, 2008, p. 5, grifos nossos). É por esta razão que, destacamos novamente, que nesta tese, utilizamos processo de identificação/desidentificação, pois defendemos que são funcionamentos interdependentes e concomitantes. Por fim, há uma última observação, com base nas antecedentes: ambos os movimentos, de desidentificação e de identificação, são da mesma natureza e ocorrem sob efeito "[...] do laço constitutivo entre inconsciente e ideologia" (Indursky, 2008, p. 5).

Dito isso, propomos que, por meio das *fake news,* haja uma *turbulência*, uma interferência no possível processo de identificação/desidentificação com os domínios de saber. Essa turbulência trabalha, de um lado, para o *duplo movimento do assujeitamento*, impossibilitando a quebra do ritual e fazendo com que o sujeito não ascenda a outras Formações Discursivas. Dito de outra forma, que os sujeitos sejam interditados de se inscreverem em FDs que não os enlacem, por exemplo, ao negacionismo, à subalternidade, à falta de liberdade. Ou ainda, que rejeitem uma FD em que seja possível ter uma *brecha*, em que seja possível uma certa mobilização, para alcançar outra, em que se mantenham atrelados a um mesmo domínio de saber. FD em que se mantenha o *silenciamento* e em que não circulem determinados

sentidos, pois, “por meio do veto a determinados sentidos, se impede o sujeito de ocupar determinados lugares” (Orlandi, 2007a *apud* Figueira Sobrinho; Garcia, 2021a).

Para nos fazer entender, voltemos ao discurso de Bolsonaro sobre a hidroxicloroquina:

> SD71’: O protocolo deve ser mudado hoje, porque o Conselho Federal de Medicina disse que pode usar desde os primeiros sintomas.

Defendemos que os sujeitos que seguem o presidente e se identificam com as falsificações também se identifiquem totalmente com a FD Neoliberal e com o necropoder como elemento estruturante do capitalismo neoliberal. Esses mesmos sujeitos, com base no que se precede, identificam-se com a não cientificidade ao mesmo tempo em que se desidentificam com FDs opostas nesse sentido. Ou seja, por esse viés, a *fake news* é também uma das formas de *política do silêncio*, o *silêncio local*, pois *atua na interdição da inscrição do sujeito em uma dada FD*.

É preciso ainda chamar atenção que um dos agentes dessa política do silêncio é o próprio *JN* – que, ao exibir determinados posicionamentos, certos dizeres de Bolsonaro, mesmo em tom de crítica, acaba por promovê-los, Bolsonaro e seus dizeres, ainda mais, dando visibilidade ao que ele defende e a falsificações que interditam sujeitos no percurso de sentidos. O que nos leva a um questionamento: até que ponto o *JN* realmente se opõe a Bolsonaro?

Dissemos, no início deste capítulo, que no jornalismo há *torções, distorções, alterações, ampliações, simplificações* que não configuram simplesmente mentiras – e se houver, não é jornalismo. Mas cabe aqui uma reflexão: até que ponto estas torções, ampliações e simplificações também não atuam no processo de identificação/desidentificação ou contraidentificação do sujeito assim como as *fake news*? Para responder a esta questão, apresentamos, abaixo, as várias regularidades no discurso do *JN* apontadas neste e nos capítulos anteriores:

- A utilização de verbos que ensejam opiniões para relatar o discurso de outros;
- A presença de verbos nos discursos relatados, utilizados pelos apresentadores, com a autoridade institucional a eles conferida, fazendo

com que estes enunciassem como se não fossem responsáveis pela enunciação;

- O uso de DRII pelos sujeitos-jornalistas, o que coloca a responsabilidade dos dizeres presentes no discurso relatado sobre aquele *de quem se fala*, no caso Bolsonaro. O que *silencia* a responsabilidade da enunciação dos jornalistas, passando-a a outrem;
- O uso do DRIF para a produção de *efeito de homogeneidade* (Indursky, 2013), silenciando a existência de espaços para interpretações e para distorções, propiciando um *efeito de verdade* ao exibido pelo telejornal;
- O uso da imagem e do lugar social e discursivo por meio da asserção de autoridade, mais uma vez para supostamente destituir o valor do dito pelo então presidente;
- O uso de generalizações e de efeitos de sentido totalizadores, "do mundo inteiro", "todo o planeta", "todos os continentes" para fazer circular *efeitos de verdade* (Indursky, 2013) e para precisar fontes de avaliação, mesmo estas sendo desconhecidas e/ou para que o noticiário fale em nome do telespectador como se apresentasse uma opinião comum ou um conhecimento 'compartilhado' – totalização típica do discurso neoliberal;
- Utilização de dados estatísticos, também para fazer circular *efeitos de verdade* (Indursky, 2013), inscrevendo o discurso do noticiário no discurso do tipo autoritário;
- A retroalimentação constante entre o discurso do *JN* e o do ex-presidente: numa relação simbiôntica;
- Funcionamento da política do silêncio, impedindo a circulação de determinados sentidos;
- Tom opinativo na cobertura da pandemia e na relação como o discurso do então presidente;
- O silenciamento quanto às causas da pandemia;
- Uso de representações para justificar e reforçar a evidência de tópicas neoliberais, entre elas a competição e a comparação com o vizinho.

Com base no que precede, podemos dizer que, assim como as *fake news*, por meio do processo de identificação, de contraidentificação ou desidentificação, podem

levar à interdição da inscrição do sujeito em determinadas formações discursivas, o mesmo ocorre com o telenoticiário, ao emitir opiniões como se fossem simples informações, ao utilizar o discurso relatado para se eximir de seu propósito enunciativo ou para emitir juízos de valor a respeito deste ou daquele sujeito. Ou seja, as *torções, distorções, alterações, ampliações, simplificações* tidas como comuns ao jornalismo podem ser tão nocivas como a falsa conexão, o falso contexto, o conteúdo manipulado ou os conteúdos falsos, impostores e fabricados das *fake news*.

O agravante é que, enquanto as *fake news* se apresentam como tais, as notícias seguem sendo tratadas, pelos seus produtores, como sendo um acontecimento empírico e não como um gesto de interpretação, um acontecimento jornalístico, atravessado por posições ideológicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dito no início deste trabalho, a mídia é um meio usado por grupos e/ou partidos para que possam ganhar notoriedade (Mariani, 1998). Mais que isso, a mídia é um instrumento de poder, um aparelho ideológico que atende aos princípios de uma FD dominante. Neste sentido, a produção de sentidos na notícia se dá por meio de um "jogo de influências", por meio de uma negociação, e até mesmo disputa entre as forças envolvidas no processo de escolha daquilo que será noticiado e na produção desta notícia. Neste processo de produção, estão envolvidos jornalistas, políticos, anunciantes, proprietários.

É em meio a esse funcionamento que houve uma *guerra da notícia com Jornal Nacional* e o *com* ex-presidente Jair Bolsonaro. Guerra em que ambos, o telenoticiário – ao cobrir as (in)ações do então mandatário no enfrentamento à pandemia de Covid-19 e ao utilizar os enunciados deste enquanto discurso relatado – e o próprio Bolsonaro se utilizaram da *política do silêncio*, ainda que por meio de processos muitas vezes diferentes, para colocar efeitos de sentido em circulação, para reafirmar suas posições enquanto sujeitos ou para garantir o exercício de poder.

Como afirmamos várias vezes no decorrer do trabalho, o discurso jornalístico por si é heterogêneo, pois é por meio do discurso (do) outro que as matérias jornalísticas pretensamente informativas são criadas. Neste sentido, o discurso

jornalístico – incluindo o do *JN* – apresenta um silêncio cujo funcionamento tem como base a própria heterogeneidade constitutiva de todo discurso, pois a heterogeneidade constitutiva está no âmbito do inconsciente, e se refere à particularidade de o sujeito não ter noção de que seu discurso seja produto de interdiscursos. No entanto, além dessa heterogeneidade e do silêncio que lhe é inerente, defendemos haver uma heterogeneidade própria do discurso jornalístico, advinda justamente dos sujeitos envolvidos no processo de transformação de um fato em notícia, ou, mais apropriado, em acontecimento jornalístico.

Para nós, é justamente na não demonstração de que há esta heterogeneidade inerente ao fazer jornalístico que se processa a primeira forma de *política do silêncio* por nós identificada. Mais que isso, defendemos tratar-se aqui de um silêncio local, ou seja, a existência dessas sobreposições de heterogeneidades própria do fazer (tele)jornalístico integra a lista daquilo que, do dizível, *não* deve e não pode ser dito (Orlandi, 2007a). Depreendemos que, dessa forma, é constitutiva do discurso jornalístico uma gama de atravessamentos, de interdiscursos, de pré-construídos fruto das diversas vozes que o constituem. Mas enunciar que há esta "ingerência" significa derrubar o mito da informatividade e da imparcialidade, algo defendido até os dias atuais pela mídia e exaltado pelo *Jornal Nacional* como uma de suas qualidades.

Outro funcionamento do silêncio por nós identificado no *JN* atua do discurso relatado indireto formal (DRIF), que, por meio da sintaxe *sintagma nominal* + *verbo dizer* + *pronome relativo que* + *objeto*, produz uma homogeneidade e uma neutralidade apenas aparentes, dando espaços para interpretações e para distorções que são silenciadas, colocando em jogo um *efeito de verdade* àquilo que exibido pelo telejornal. Soma-se a esse silenciamento a particularidade de, apesar de ser um DRIF, este ser introduzido pelas designadas cabeças, enunciadas pelos sujeitos-apresentadores, ou antecedidos pelos enunciados dos sujeitos-jornalistas, o que aumenta as distorções dos sentidos, colocando em circulação dizeres muitas vezes díspares daqueles enunciados tanto por Bolsonaro quanto pelos entrevistados.

Ao utilizar os dizeres de Bolsonaro como discurso relatado indireto formal ou indireto informal (DRII), o *JN* coloca em circulação um *efeito de verdade* àquilo que enuncia. Efeito este que é potencializado, como dissemos, quando se usam os dizeres do próprio então presidente em discurso direto – discurso relatado marcado –, apresentado como se reproduzisse formalmente o discurso do outro. Porém, como

dissemos, este também é sempre antecedido por dizeres dos sujeitos-jornalistas. Por meio desse funcionamento, apesar de haver distorções, o telenoticiário as *silencia*, com o agravante de, no discurso direto, o locutor afastar-se e mostrar-se independente, dando a impressão de que é transparente e de que tais distorções são inexistentes. Um dos funcionamentos do DRII é o efeito de fazer com que o responsável pela enunciação seja aquele *de quem se fala*. Dito de outro modo, ao utilizar o discurso relatado indireto informal, o *JN* silenciava a responsabilidade da enunciação, passando-a a outrem. Somando esse funcionamento aos dizeres dos sujeitos-repórteres ou sujeitos-apresentadores, há *torções, distorções, alterações, ampliações, simplificações* que são silenciadas, sob o mito da informatividade advinda do efeito de verdade.

Há, ainda, outras *formas do silêncio* postas em funcionamento no discurso do *Jornal Nacional* na guerra *com* Bolsonaro – que, ao final deste trabalho, depreendemos ser mais uma guerra de sujeitos que ocupam posições distintas dentro da mesma FD do que propriamente uma "guerra de notícias" ou, para utilizar um termo em voga na atualidade, uma "guerra de narrativas" – por isso, preferimos, acima, usar guerra do *JN com* Bolsonaro e não guerra do *JN contra* Bolsonaro.

Essa troca de preposições tem como base, além do que precede, o fato de, em nossa análise, termos identificado ainda o funcionamento de uma *política do silêncio* que tem como base o fato de ambos, *JN* e Bolsonaro, estarem inscritos na mesma FD – ou seja, de estarem na mesma "trincheira", apenas usando "armas" diferentes e embora o *JN* tenha usado vários recursos para mostrar o contrário. O primeiro funcionamento diz respeito ao silenciamento quanto às causas da pandemia. Houve o apagamento de qualquer pista de que a pandemia é fruto do próprio modo de produção capitalista, como dissemos desde a introdução desta tese, argumentando que o modelo de relação social do capitalismo neoliberal, em que os meios de produção estão em poder de poucos e a maioria é excluída e forçada a manter seu sustento por meio da venda da sua força de trabalho, foi a raiz da emergência mundial. Mesmo que esta constatação seja ingênua, pois como aparelho da ideologia dominante é improvável que a emissora abrisse espaço para tal discussão, esse silenciamento ocorreu e deve ser comentado.

Da mesma forma, houve um silenciamento por parte do *JN* ao não analisar que a dicotomização entre saúde e economia e a insistência de que todos deveriam

voltar aos postos de trabalho, por parte de Bolsonaro, devia-se à visão necropolítica do mandatário – e não à ignorância, ao negacionismo e ao obscurantismo do ex-chefe de Estado. Esse silenciamento ocorreu justamente por ambos, *JN* e o então presidente, seguirem a mesma ideologia, isto é, inscreverem o discurso na FD Neoliberal, que tem na necropolítica um de seus instrumentos de poder.

Outro funcionamento da política do silêncio por parte do *JN* se deu ao cobrar medidas como o auxílio emergencial baseada na Matriz Residual de proteção social, em que esta é admitida desde que em caráter pontual, *emergencial* e condicional. Ou seja, não houve nenhuma contrariedade do telejornal à subjetivação do indivíduo para que seja um sujeito-empresa, mas sim a defesa de que o Estado desse um "empurrão" (*nudge*) nos sujeitos para que, tão logo cessasse a emergência, estes voltassem a empreender, uma vez que a ideologia neoliberal defende a subjetivação do indivíduo para que seja um sujeito-empresa. Em síntese, houve, em todas estas, o funcionamento da *política do silêncio enquanto silêncio constitutivo*, em que para não dizer x se diz y, como nos ensina Orlandi (2007a).

Outra *forma de silêncio* identificada no decorrer do trabalho é a que tem seu funcionamento a partir do início do *JN*, na designada escalada. Como dissemos, é pela seleção de discursos em forma de manchetes que se inicia o "trabalho técnico-ideológico" que silencia determinados sentidos ao dar visibilidade a um e não outros – ou seja, opera-se, mais uma vez, o silêncio constitutivo, em que determinadas notícias são escolhidas para serem destacadas em detrimento de outras. É também por meio da escalada que se apaga a figura do apresentador como sujeito: este é silenciado e colocado como porta-voz ou como sujeito autorizado pela emissora (ou pelo noticiário) a enunciar por ela.

Outra forma de silêncio se deu com o apagamento da possibilidade de haver dizeres discordantes em relação à pandemia. Por mais que posicionamentos de Bolsonaro fossem condenáveis, ao usar generalizações o *JN* colocou em circulação efeitos de sentido de que não havia, em "todo o mundo", alguém, ou pelo menos um "chefe de Estado e [ou] de Governo", que com ele concordasse. Como afirmamos, é impossível haver uma unanimidade em relação ao combate ao coronavírus. Havia divergências dentro da mesma FD Neoliberal – que, como qualquer FD, é heterogênea e por isso mesmo passível de conter várias posições-sujeitos. Porém, o

efeito de evidência dos enunciados do telejornal promoveu o silenciamento dessa possibilidade.

Outros funcionamentos do silêncio foram identificados durante nossa análise, como dissemos nos capítulos precedentes. No entanto, em nossa análise, o *silêncio local* posto em funcionamento pela circulação de *fake news* – que, embora tenham sido enunciadas por Bolsonaro, acabaram tendo sua circulação ampliada pelo *JN* – e pelas já citadas (dis)torções, ampliações, exclusões presentes nas notícias 'sérias' do telejornal se impõem como o mais relevante, ao aproximar as notícias 'originais' das 'contrafeitas'.

Esta afirmação, que pode ser dura para os inscritos no jornalismo, para nós é a principal do nosso percurso de pesquisa, pois propomos um outro funcionamento do *silêncio local* que, em vez de se referir "àquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura" (Orlandi, 2007a, posição 173), o que leva à interdição dos sujeitos em ascender a dadas FD, trabalha nos processos de identificação, contraidentificação ou de desidentificação do sujeito a determinadas FDs, como desenvolvemos ao final do trabalho.

Se no discurso, sujeito e sentido são constituídos concomitantemente, no silêncio local, ao proibirem determinadas palavras com vistas a proibir certos sentidos, este impede, ou seja, interdita, o sujeito de ascender a certos lugares, a certas posições, como postulou Orlandi (2007a). No entanto, em nossa interpretação, da mesma forma, essa interdição pode dar-se pelo viés da interdição do dizer, pode advir do *dizer contrafeito*. Como dissemos, ao causar um processo de desidentificação do sujeito a dada FD, as *fake news* promovem, em nossa análise, a interdição desse mesmo sujeito na FD na qual ele está inscrito, mas se desidentifica com a forma-sujeito, e por isso 'migra' para dada FD em que ele se identifica. Da mesma forma, as *fake news* também podem causar a identificação do sujeito do discurso com a forma-sujeito da FD em que ele está inscrito e impedir que se inscreva em outra.

Trata-se de dois funcionamentos diferentes para o silêncio local – o apontado por Orlandi e o por nós sugerido –, sendo que, em nosso entender, o segundo se aplica também ao (tele)jornalismo, em razão das torções, distorções, dos silenciamentos etc., que aproxima as notícias 'originais' das 'contrafeitas'– por isso, reafirmamos, nosso gesto de interpretação pode ser duro àqueles que praticam o jornalismo. Em outros termos, consideramos que o silenciamento posto em

funcionamento nas notícias veiculadas pela mídia seja fruto de uma interpretação tão nociva quanto o efeito das *fake news*.

Apesar de dura, essa compreensão toma ainda mais corpo se atentarmo-nos a que, no exercício do jornalismo diário, do ponto de vista discursivo, o *JN* não se colocou como opositor à ideologia político-partidária e econômica defendida pelo então presidente Jair Bolsonaro, embora tentasse transparecer isso. Ao analisar as edições do ponto de vista da AD, constatamos que, a despeito de pôr em circulação efeitos de sentido demeritórios a Bolsonaro, ao lado da imagem de obscurantista, negacionista e autoritário, discursivamente não houve oposição do *JN* em relação à ideologia político-partidária de Bolsonaro. Além da defesa da ideologia neoliberal, da coadunação com o paternalismo libertário com aspirações necropolíticas, foi possível observar no discurso do telenoticiário até mesmo um atravessamento ideológico de direita, como na matéria em que foram ouvidos diversos economistas, mas todos com dizeres inscritos na chamada Matriz Residual de Proteção Social.

Cita-se ainda a relação simbiôntica entre o telenoticiário e o então presidente, em que, por meio da retroalimentação do próprio discurso do presidente, o *JN* atuava no estabelecimento das formações imaginárias, nas quais a imagem de Bolsonaro era fortalecida perante seus apoiadores, assim como a imagem que o então chefe do Executivo tem de si mesmo. Em outras palavras, não houve, neste sentido, oposição a Bolsonaro, mas um favorecimento em que seus seguidores, a cada dizer do ex-presidente relatado pelo telejornal, mais se se sentiam representados e identificados.

Como dito no corpo deste trabalho, com base em Indusrky (2011), pré-construído, discurso transverso, repetição e interdiscurso são modos pelos quais a memória se materializa no discurso, cada um com funcionamento distinto. Neste sentido, em nosso percurso de pesquisa observamos esses vários funcionamentos, a começar pela edição que consideramos prototípica da relação entre o telenoticiário e Bolsonaro: a que exibiu a matéria sobre o “pronunciamento gripezinha”.

Nesta edição, encontramos – no recorte dos dizeres de Bolsonaro exibidos pelo telenoticiário enquanto discurso relatado – dois funcionamentos distintos do discurso transverso e um pré-construído. O primeiro funcionamento adveio do uso do termo “terra arrasada”, em que o discurso transverso, atuando como se fosse um fio a atravessar os dizeres, o intradiscurso, colocou em circulação o efeito de sentido de que governadores, posicionados por Bolsonaro como inimigos, desejavam implodir

seu governo e a economia. O segundo funcionamento no mesmo pronunciamento se deu por meio do encaixe sintático, com a sustentação também ocorrendo no fio do discurso, em que Bolsonaro põe em circulação efeitos de sentido de que está excluído do grupo de risco em que a doença pode ter uma maior gravidade, ao enunciar: “No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta.”

Emblemático, o “pronunciamento gripezinha” apresentou também o funcionamento de um sempre-já-aí, fornecendo e impondo uma realidade: em outros termos, um pré-construído, em “Devemos ter extrema preocupação em não transmitir o vírus para os outros, em especial aos nossos queridos pais e avós”. Ou seja, três formas distintas de como a memória se materializa no discurso que exemplificam o quanto a pandemia trouxe modos de dizer, transformou antigos modos e pôs em circulação novos saberes, como supradito.

Outro funcionamento da memória presente nos dizeres postos em circulação pelo *JN* – tanto por meio dos sujeitos-jornalistas quanto por meio de Bolsonaro e entrevistados – deu-se pelo atravessamento interdiscursivo, advindo de uma FD belicista, de guerra. Como dissemos, este atravessamento promoveu uma metaforização que não atingiu apenas os dizeres relativos à doença, como é comum em tempos de pandemia, mas também foi posta em funcionamento quando os dizeres do então presidente eram relatados pelo *JN*, sobretudo por meio dos verbos como atacar, culpar, contrariar, o que colocava o chefe de Estado ao lado do inimigo, o coronavírus, e contra a população.

Apesar dessas e outras divergências, como já dito, os discursos do *JN* e os de Bolsonaro – circulantes no noticiário enquanto discurso relatado – apresentam inúmeras convergências, sendo a principal a defesa da ideologia neoliberal e de seus processos e instrumentos de poder. Uma convergência é o caráter autoritário de ambos os dizeres. Como dissemos, o uso de dados estatísticos, de números e de informações pretensamente científicas aproxima o discurso do *JN* ao discurso pedagógico e deste ao discurso autoritário. Como destacamos, o discurso do noticiário segue o percurso da comunicação jornalística, segundo Orlandi (1987), em que a imagem institucionalizada do jornalista, com a autoridade que o telejornal lhe concede, inculca uma imagem do referente (do assunto em discussão ou da intepretação de um fato) conforme a imagem que a emissora possui do espectador. Tudo isso por meio do aparelho ideológico midiático.

Como mostramos, por meio desse funcionamento, os dizeres do autorizado pela emissora ganham força e uma autoridade semelhante à do professor, em que dados, números e dizeres de cientistas, médicos e autoridades sanitárias circulam *sentido de verdade*, pois são tratados como inquestionáveis, produzindo efeitos de evidência. O que, em suma, coloca este discurso no rol dos discursos do tipo autoritário.

Por meio de recortes e pelo relato do discurso de Bolsonaro, o *JN* colocou em circulação dizeres do então presidente que também podem ser classificados como discursos autoritários. Em que pese ser tais dizeres discursos relatados – e, como tal, passíveis de cortes, de torções e distorções –, esses dizeres utilizados pelo *JN* colocaram em circulação a imagem de autoritário por parte de Bolsonaro por meio de um outro funcionamento discursivo. Este não se aproxima do discurso pedagógico, mas pode ser classificado como autoritário com base em enunciados como "quero eficácia na ponta da linha", "minha caneta funciona. Não tenho medo de usar a caneta, nem pavor", e por deslizamentos de sentido que fazem com que dizeres como "o chefe do Executivo sou eu" possam declinar para "quem manda sou eu", "o presidente da República sou eu" ou "o chefe de Governo sou eu", o que pode deslizar para "o chefe do Executivo sou eu", "o chefe do Governo sou eu", "o chefe de Estado sou eu" e para "o Governo [e/ou o Estado] sou eu", sejam inscritos em uma FD autoritária e absolutista. Soma-se a isso a particularidade de o ex-presidente utilizar seus dizeres para se manter na mídia, o que lhe confere e reforça, segundo a imagem que ele tem dele mesmo e que acha que seus seguidores possuem dele, uma "autoridade autoritária". Ou seja, dois exemplos de convergência entre os discursos, dois funcionamentos diferentes, mas com resultados iguais.

Em síntese, apesar de apresentar recursos como o uso da imagem e do lugar social e discursivo, o uso de verbos com efeitos de sentidos belicistas, de colocar em circulação a imagem de Bolsonaro como sendo autoritário, censor, negacionista, obscurantista, sob o ponto de vista da AD, o *JN*, em nossa compreensão final, apesar das tentativas, não alcançou seu intento de marcar oposição a Bolsonaro, seja porque se coadunava com os processos próprios da FD Neoliberal, ainda que por instrumentos diferentes, seja porque colaborou para o reforço do imaginário que o próprio ex-presidente tem de si e do imaginário que seus seguidores têm dele, a quem consideram mito.

Houve uma guerra da notícia, em que a “arma” foi constituída pela política do silêncio em que ambos, *Jornal Nacional* – ao cobrir as (in)ações de Bolsonaro no enfrentamento à pandemia de Covid-19 – e Bolsonaro, utilizaram-se das mesmas ‘estratégias’, ainda que por meio de processos discursivos muitas vezes diferentes. Com isso, cidadãos foram vítimas do silenciamento de ambas as partes: como trabalhadores, foram instigados pelo governo a voltarem ao trabalho para manter a economia enquanto eram incentivados a se isolar em casa pelo telejornal – que, por sua vez, cobrava ações governamentais como o auxílio emergencial e a criação de linhas de crédito às empresas. Em outros termos, ambos defendiam ações neoliberais. Bolsonaro, baseado na garantia das capacidades empreendedoras individuais. O *JN* tendo como premissa o papel do governo – leia-se Estado – na garantia da estrutura para a manutenção da economia.

Em comum, tanto o governo quanto o noticiário não levaram em consideração a possibilidade de, pelo menos, questionar a crise pandêmica. Em outras palavras, evitaram “[...] questionar ‘nosso modelo de desenvolvimento’” (Dardot; Laval, 2020, n. p), tratando-a como um “quadro natural” (Guilbert, 2020), algo comum no neoliberalismo.

Neste sentido, nossa primeira hipótese, de que o silêncio constitutivo e o silêncio local irrompem no discurso veiculado pelo *Jornal Nacional* como forma de promover apagamentos e censura, de forma a restringir a publicitação de informações, pontos de vista, ou como forma de regular a emergência de ideias e de desejos, reprimindo-os, como um censor, foi confirmada e ampliada, pois, como mostramos, o mesmo pode ser afirmado em relação a Bolsonaro, ainda que seu discurso tenha sido recortado pelo noticiário.

Da mesma forma, concluímos que a segunda hipótese foi confirmada. Como postulamos, ao colocar discursivamente, em materiais relacionados direta e indiretamente à pandemia de Covid-19, sua posição contrária (ou não) ao posicionamento do ex-presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento da crise, o *Jornal Nacional* agiu com vistas às eleições de 2022. Por tudo o que precede, consideramos que o *JN sempre* agiu com vistas ao protagonismo político e em favor da ascensão de representantes da classe dominante. No entanto, para 2022, defendemos que a escolha se deu não com base em nomes e em projetos ideológicos, econômicos e partidários, mas apenas com base em projetos ideológicos e econômicos, entre eles

a continuidade de um modelo de gestão neoliberal, com ideais de (extrema) direita. Ou seja, o projeto deveria seguir, independentemente do eleito.

Em nossa interpretação, ao tentar se colocar como opositora de Bolsonaro, a emissora tentou justamente resgatar seu protagonismo. Compreensão que vem confirmar nossa tese de que, a pretexto de prestar um serviço à população durante uma crise sanitária, social e humanitária, o *Jornal Nacional* buscou recolocar-se diante do público brasileiro e reconquistar um papel desempenhando desde a sua criação no sentido de influenciar ideologicamente a sociedade brasileira, com vistas a garantir a hegemonia das Organizações Globo como grupo midiático, político e econômico voltado ao interesse das elites tradicionais brasileiras, garantindo seu projeto (neo)liberal.

REFERÊNCIAS

25 DE março, quarta-feira. **G1**, [*s. l.*], 25 mar. 2020, s. p. Disponível em: https://g1.globo.com/agenda-do-dia/noticia/2020/03/25/25-de-marco-quarta-feira.ghtml. Acesso em: 7 jun. 2022.

ABRANCHES, Sérgio. Polarização radicalizada e ruptura eleitoral. *In*: ABRANCHES, Sérgio *et al*. **Democracia em risco** – 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. n. p.

ALMEIDA, Valéria Paz de. **Nas redes dos telejornais**: o tecido discursivo e a formação de memória social. Orientadora: Lineide do Lago Salvador Mosca. 2006. 404 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-23082007-121224/publico/TESE_VALERIA_PAZ_ALMEIDA.pdf. Acesso em: 28 maio 2020.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado** – Notas para uma investigação). Tradução: Joaquim Moura Ramos. Lisboa: Presença, 1980.

ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1965] 2015.

ALTHUSSER, Louis. **Freud e Lacan. Marx e Freud**: introdução critica-histórica. Rio de Janeiro: Edições Graal, [1964] 1985.

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

AMARAL, Priscila Cavalcante do; VINHAS, Luciana Iost. Discurso Transverso. *In*: LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina (org.). **Glossário de termos do discurso** (edição ampliada). Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. p. 75-78.

AMORIM, Paulo Henrique. **O quarto poder** – uma outra história. São Paulo: Hedra, 2015.

ANJOS, Camila Borges dos. Lugar. *In*: LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina (org.). **Glossário de termos do discurso** (edição ampliada). Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. p. 193-202.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. A representação do discurso outro: um campo multiplamente heterogêneo [2001]. Tradução: Heber Costa e Silva e Dóris de Arruda C. da Cunha. **Revista Investigações**, v. 28, n. Especial, dez. 2015.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Tradução: Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porro Alegre: EDIPUCRS, 2004.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). Tradução: Celene M. Cruz e João Wanderley Geraldi. **Cad. Est. Ling.**, Campinas, n. 19, p.25-42, jul./dez. 1990.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Palavras incertas**: a não-coincidências do dizer. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de jornalismo para rádio, TV e novas mídias**. São Paulo: Elsevier Editora, 2013.

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. Althusser, Pêcheux e as estruturas do desconhecimento. *In*. INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina; MITTMANN, Solange (org.). **Análise do discurso**: dos fundamentos aos desdobramentos (30 anos de Michel Pêcheux). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2015. p. 55-66.

BARBOSA, Elaine Senise. Gêngis Khan e as conquistas mongóis. *In*: MAGNOLI, Demétrio (org.). **História das guerras**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 130-160.

BARBOSA, Luiza Kodja. **Paternalismo Libertário**. O limite entre a liberdade de escolha e a formulação de políticas públicas. Orientadora: Lilian Furquim de Campos Andrade. 2015. 91 f. Relatório – Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/publicacoes/pibic/paternalismo-libertario-o-limite-entre-liberdade-de-escolha-e-formulacao-de. Acesso em: 20 mar. 2023.

BARRETO, Eduardo. Ministério da Saúde apaga do site reportagem que chamava tratamento via cloroquina de 'fake news'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 20 maio 2020. Disponível em: https://oglobo.globo.com/epoca/guilherme-amado/ministerio-da-saude-apaga-do-site-reportagem-que-chamava-tratamento-via-cloroquina-de-fake-news-24437247. Acesso em 10 out. 2023.

BARROS E SILVA, Fernando de. O "JN", o PFL, FHC e o X da questão. **Folha de S.Paulo**, TV Folha, São Paulo, p. 2, 25 maio 1997. Disponível em: https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=13530&keyword=e&anchor=265697&origem=busca&pd=7acf1a98b82d97fa830358cef8be6172. Acesso em: 30 maio 2020.

BENITES, Sônia Aparecida Lopes. **Contando e fazendo a história**: a citação no discurso jornalístico. São Paulo: Arte & Ciência; Assis, SP: Núcleo Editorial Proleitura, 2002.

BOITO JR., Armando. Por Althusser – Prefácio à edição brasileira. *In*: ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015. p. 9-13.

BOLSONARO cita discurso de diretor da OMS e omite trecho sobre assistência às pessoas que ficaram sem renda, **G1**, Rio de Janeiro, 31 mar. 2020a. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/31/bolsonaro-cita-discurso-de-diretor-da-oms-e-omite-trecho-sobre-assistencia-as-pessoas-que-ficaram-sem-renda.ghtml . Acesso em: 19 jun. 2022.

BOLSONARO defende atraso em boletins de Covid para "não atender a Globo". UOL, São Paulo, **Universo Online**, 5 jun. 2020b. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/06/05/bolsonaro-

defendeatraso-em-boletins-de-covid-para-nao-atender-a-globo.htm. Aceso em: 27 jun. 2022.

BORGES, Fernanda. Bill Gates critica Trump: “Isolamento é desastroso, mas necessário”. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 25 mar. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/03/25/interna_internacional,1132234/bill-gates-critica-trump-isolamento-e-desastroso-mas-necessario.shtml. Acesso em: 7 jun. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão** – Seguido de A influência do jornalismo e Os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BRAGA Adriana; AGUIAR, Leonel; BERGAMASCHI, Mara. O chão de fábrica da notícia: contribuições para uma economia política da práxis jornalística. **Intercom**: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo, v. 37, n. 1, p. 111-132, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/interc/a/wHZrNDrYdSTr4MbJ9nyh9jf/abstract/?lang=pt. Acesso em: 30 jun. 2020.

BRASIL passa pela maior crise sanitária e hospitalar da história. **Jornal Nacional**, Rio de Janeiro, 17 mar. 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/03/17/brasil-passa-pela-maior-crise-sanitaria-e-hospitalar-da-historia-diz-fiocruz.ghtml. Acesso em: 22 out. 2021.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF. 13 nov. 2019.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF. 15 dez. 2016.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis n º 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF. 13 jul. 2017.

BRASIL. Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020 [2020c]. Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências. **Diário Oficial da União (edição extra)**: seção 1, Brasília, DF, n. 55-L, p. 1, 22 mar. 2020.

BRASIL. Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020 [2020b]. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública […]. **Diário Oficial da União (edição extra)**: seção 1, Brasília, DF, n. 63-D, p. 1, 1 abr. 2020.

BRASIL. Senado Federal. **Manual de Comunicação da Secom**. Brasília (DF): Senado Federal, 2020 [2020a]. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao. Acesso em: 7 jul. 2020.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo científico: conceito e funções. **Ciência e Cultura**, [*s. l.*] v. 37, n. 9, p. 1420-7, 1985.

CAMPOS, Luciene Jung. Acontecimento. *In*: LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina (org.). **Glossário de termos do discurso** (edição ampliada). Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. p. 17-22.

CAPONI, Sandra. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. **Estudos Avançados**, [*s. l.*], v. 34, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/tz4b6kWP4sHZD7ynw9LdYYJ/?lang=pt. Acesso em: 20 out. 2022.

CARIELLO, Rafael. Enigmas das pandemias. São Paulo, **piauí**, n. 164, maio 2020. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/materia/enigmas-das-pandemias/. Acesso em: 14 out. 2020.

CASOS de coronavírus no Brasil em 15 de maio. **G1**, [*s. l.*], 15 maio 2020 [2020c], s. p. Disponível em: https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/15/casos-de-coronavirus-e-numero-de-mortes-no-brasil-em-15-de-maio.ghtml. Acesso em: 7 jun. 2022.

CASOS de coronavírus no Brasil em 16 de abril. **G1**, [*s. l.*], 16 abr. 2020 [2020b], s. p. Disponível em: https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/16/casos-de-coronavirus-e-numero-de-mortes-no-brasil-em-16-de-abril.ghtml. Acesso em: 7 jun. 2022.

CASOS de coronavírus no Brasil em 25 de março. **G1**, [*s. l.*], 25 mar. 2020 [2020a], s. p. Disponível em: https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/25/casos-de-coronavirus-no-brasil-em-25-de-marco.ghtml. Acesso em: 7 jun. 2022.

CASTANHEIRA, Karol Natasha Lourenço. **"Tchau, querida"**: os enquadramentos do Jornal Nacional no processo de impeachment. Orientador: Cláudio Bertolli Filho. 2018. 254 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/157313. Acesso em: 20 jun. 2020.

CHAIB, Julia. URIBE, Gustavo. Bolsonaro vê atropelos em ações de Guedes. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 100, n. 33.230, 26 mar. 2020. Mercado – Coronavírus, p. A18

CIPRO NETO, Pasquale; INFANTE, Ulisses. **Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Scipione, 2008.

CONEIN, Bernard. Descrever um acontecimento político. Tradução: Freda Indursky. *In*: CONEIN, Bernard *et al.* (org.). **Materialidades Discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016. p. 87-102.

CORONAVÍRUS: Trump diz que não vai pôr fim às medidas de isolamento nos EUA de maneira precipitada. **G1**, [*s. l.*], 25 mar. 2020, s. p. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/03/25/coronavirus-trump-diz-que-nao-vai-por-fim-as-medidas-de-isolamento-nos-eua-de-maneira-precipitada.ghtml. Acesso em: 7 jun. 2022.

COSTA, Issac; OLIVEIRA, Alex Sander de; DORNELES, Elizabeth Fontoura. Ideologia. *In*: LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina (org.). **Glossário de termos do discurso** (edição ampliada). Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. p. 139-146.

COSTA, Ivandilson. **Análise do discurso da mídia**: a reestruturação promocional do texto jornalístico. Orientadora: Maria Virgínia Leal. 2016. 242 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de Federal de Pernambuco. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/18760/1/Tese_Ivandilson-BC.pdf. Acesso em: 30 jun. 2020.

COURTINE, Jean-Jacques, Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. **Policromias** – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro, n. 1: p. 14-34, 2016. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/4090/3058. Acesso em: 30 maio 2020.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político** – o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos (SP): EdufsCar, [1981] 2014.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**. Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Dardot e Laval: A prova política da pandemia. **Blog da Boitempo**. São Paulo, 26 mar. 2020. Disponível em: https://blogdaboitempo.com.br/2020/03/26/dardot-e-laval-a-prova-politica-da-pandemia/. Acesso em: 11 abr. 2023.

DELA SILVA, Silmara Cristina. **O acontecimento discursivo da televisão no Brasil**: a imprensa na constituição da TV como grande mídia. Orientadora: Mónica Graciela Zoppi Fontana. 2008. 225 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/271055/1/Dela-Silva_SilmaraCristina.pdf. Acesso em: 7 maio 2020.

DELA SILVA, Silmara. (Des)construindo o acontecimento jornalístico: por uma análise discursiva dos dizeres sobre o sujeito na mídia. *In*: FLORES, Giovanna G. Benedetto; NECKEL, Nádia Regina M.; GALLO, Solange M. Leda (org.). **Análise de Discurso em rede**: cultura e mídia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

DIAS, Cristiane. A vida em números: sentidos do discurso digital na Pandemia de Coronavírus. *In*: GALLI, Fernanda Correa Silveira; BIZIAK, Jacob dos Santos; ZOPPI FONTANA, Mónica Graciela (org.). **O não-sentido como espaço de (r)existência**s: processos de subjetivação na pandemia. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2020. p. 77-96.

DORNELES, Elizabeth Fontoura; BRESSAN, Mariele Z. Forma-sujeito. *In*: LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina (org.). **Glossário de termos do discurso** (edição ampliada). Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. p. 103-107.

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS DE COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS HUMANITÁRIOS (OCHA**). Plano de resposta humanitária global Covid-19** – apelo coordenado das Nações Unidas. Genebra (Suíça): Escritório das Nações Unidas de Coordenação de Assuntos Humanitários, jan./dez. 2020. Disponível em: http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/arquivos/plano-de-resposta-humanitaria-global-2013-covid-19-versao-em-lingua-portuguesa. Acesso em: 26 maio 2020.

FABBRI JÚNIOR. **"Nós fizemos uma eleição…"**: regularidades e rememorações de erros pela lente da Rede Globo. Orientadora: Vanice Maria Oliveira Sargentini. 2019. 147 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/11701/Tese%20Du%c3%adlio%20FINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 28 maio 2020.

FAUSTO, Boris. A queda do foguete. *In:* ABRANCHES, Sérgio *et al*. **Democracia em risco** – 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. n. p.

FIGUEIRA SOBRINHO, Nelson. Nomes silenciados, histórias apagadas: os dados estatísticos da pandemia aos olhos da Análise de Discurso. *In*: Jornada de Estudos Linguísticos e Literários, 23, 2021, Marechal Cândido Rondon (PR). **Anais** […]. Marechal Cândido Rondon (PR): Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2021. Disponível em: https://server2.midas.unioeste.br/sgev/eventos/23jell/anais. Acesso em: 13 jun. 2022.

FIGUEIRA SOBRINHO, Nelson; GARCIA, Dantielli Assumpção. O Jornal Nacional e os discursos de resistência de moradores de comunidades pobres frente à crise da Covid-19. *In*: SILVA, Dalexon Sérgio da; SILVA, Claudemir dos Santos (org.). **Pêcheux em (dis)curso**: entre o já-dito e o novo – uma homenagem à professora Nadia Azevedo. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2021a. p. 227-250.

FIGUEIRA SOBRINHO, Nelson; GARCIA, Dantielli Assumpção. O Plantão do Jornal Nacional como resposta ao silenciamento bolsonarista. **Revista Heterotópica**, Uberlândia, v. 3, n. 1, p. 90-115, 15 jun. 2021b. Disponível em: http://www.seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/view/59067/31826. Acesso em: 26 out. 2021.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2018.

FOLHA DE S.PAULO. **Novo Manual da Redação**. São Paulo: Publifolha, 1992.

FREIRE, Sérgio. **Análise de Discurso** – procedimentos metodológicos. [*S. l.*]: Instituto Census: Educação e Gestão do Conhecimento, 2014. *E-book* Kindle.

FREY, João. Exclusivo: os 12 partidos que formam a base fiel do Governo na Câmara. **Congresso em Foco**, Brasília (DF), 30 set. 2020. Disponível em: https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/exclusivo-os-12-partidos-que-formam-a-base-fiel-do-governo-na-camara/. Acesso em: 8 jun. 2022.

GADET, Françoise; PÊCHEUX. A Língua Inatingível. Tradução: Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas: Pontes, 2004.

GANDRA, Alana. Pesquisa revela que 19 milhões passaram fome no Brasil no fim de 2020. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 6 abr. 2021, p. 1. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-04/pesquisa-revela-que-19-milhoes-passaram-fome-no-brasil-no-fim-de-2020. Acesso em: 12 out. 2021.

GARCIA, Dantielli Assumpção; FIGUEIRA SOBRINHO, Nelson. O médico e o ministro: o *JN* e o processo de identificação/contraidentificação em jogo nos dizeres de Luiz Henrique Mandetta. *In*: DELA SILVA, Silmara; LUNKES, Fernanda; CARNEIRO, Ceres (org.). **Mídia e(m) discurso**: percursos de pesquisa. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022. p. 31-53.

GARCIA, Tomás Coelho. O primado das relações de produção – uma contribuição de Althusser e Balibar para os dilemas atuais. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 18 n. 33, p.133-146, jul./dez. 2014

GOMES, Pedro Henrique. Brasil tem de deixar de ser 'país de maricas' e enfrentar pandemia 'de peito aberto', diz Bolsonaro. **G1**, 10 nov. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/10/bolsonaro-diz-que-brasil-tem-de-deixar-de-ser-pais-de-maricas-e-enfrentar-pandemia-de-peito-aberto.ghtml. Acesso em: 13 jun. 2022.

GONÇALVES, Eliane. Violência Doméstica: pandemia tornou lar ambiente ainda mais hostil. **Rádio Agência Nacional**, São Paulo, 10 jun. 2021. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2021-06/violencia-domestica-pandemia-tornou-o-lar-ambiente-ainda-mais-hostil. Acesso em: 23 out. 2021.

GOVERNO DO PARANÁ. Rede Paraná Educativa. **Manual de redação jornalística Rede Paraná Educativa**. Curitiba: Rede Paraná Educativa, [201-]. Disponível em: http://www.paranaeducativa.pr.gov.br/arquivos/File/manual_de_redacao_jornalistica.pdf. Acesso em: 27 maio 2020.

GUÉRIN, Daniel. **Fascismo e grande capital**. Tradução: Lara Christina de Malimpensa. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1936/1945] 2021.

GUILBERT, Thierry. **As evidências do discurso neoliberal na mídia**. Tradução: Guilherme Adorno *et al*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

HAROCHE, Claudine. A elipse (falta necessária) e incisa (acréscimo contingente). O estatuto da determinação na gramática e sua relação com a subjetividade. Tradução: Gabriel Leopoldino dos Santos e Luiza Katia A. Castello Branco. *In*: CONEIN, Bernard *et al.* (org.). **Materialidades Discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016. p. 237-246.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY Paul. A Semântica e o Corte Saussuriano: Língua, Linguagem, Discurso [1971]. *In*: BARONAS, Roberto Leiser. (org.). **Análise de discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. Araraquara: Letraria, 2020. p. 17-39.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo** – História e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HERZ, DANIEL. **A história secreta da Rede Globo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

HUR, Domênic, Uhng; SABUCEDO, José Manuel; ALZATE, Mónica. **Revista Psicología Política**, [*s. l.*] v. 21, n. 51, 2021, p. 550-569. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8093422. Acesso em: 20 jun. 2022.

INDURSKY, Freda. Lula Lá: estrutura e acontecimento. **Organon – Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 101-121, 2003. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/30020/18616. Acesso em: 5 mar. 2020.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras** vozes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

INDURSKY, Freda. A memória na cena do discurso. *In*: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, Mercado de Letras, 2011. p. 67-89.

INDURSKY, Freda. Entrevista com Freda Indursky. [Entrevista cedida a] Andréa Rodrigues. **Pensares em Revista**, São Gonçalo, RJ, n. 17, p. 18-28, 2020. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/pensaresemrevista/article/view/47301. Acesso em: 23 jun. 2021.

INDURSKY, Freda. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? *In*: Seminário de Estudos em Análise do Discurso (SEAD), 2, 2005, Porto Alegre, RS. **Anais** […]. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: https://www.discursosead.com.br/_files/ugd/27fcd2_4eca0554cba04819a9e3813439266f8c.pdf. Acesso em: 18 jun. 2022.

INDURSKY, Freda. O entrelaçamento entre o político, o jurídico e a ética no discurso do/sobre o MST: uma questão de lugar-fronteira. **Rev. ANPOLL**, n. 12, p. 111-131, jan./jun. 2002.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção

de sujeito em Análise do Discurso. *In*: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília (org.). **Práticas Discursivas e Identitárias**. Sujeito & Língua. Porto Alegre: Nova Prova, PPG-Letras/UFRGS, 2008. Versão em Word. Disponível em: https://www.academia.edu/37188478/Unicidade_desdobramento_fragmenta%C3%A7%C3%A3o_a_trajet%C3%B3ria_da_no%C3%A7%C3%A3o_de_sujeito_em_An%C3%A1lise_do_Discurso. Acesso em 247 jun. 2022.

INSISTIR. *In*: **Grande Dicionário Houaiss**. [S. l.], 2022. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-0/html/index.php#2. Acesso em: 23 jun. 2022.

JORNALISMO. *In*: **Grande Dicionário Houaiss**. [*S. l.*], 2023. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-0/html/index.php#1. Acesso em: 17 jun. 2022.

KAMEL, Ali. O *JN* e o jornalismo profissional. *In*: MARINHO**,** João Roberto *et al***. Jornal Nacional:** 50 anos de jornalismo. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. *E-book* Kindle.

KANTAR IBOPE MEDIA. **Dados de audiência PNT TOP 10 com base no ranking consolidado – 04/09 a 10/09/2023**. [*S. l.],* 13 set. 2023. Disponível em: https://kantaribopemedia.com/conteudo/dados-rankings/dados-de-audiencia-pnt-top-10-com-base-no-ranking-consolidado-04-09-a-10-09-2023/#. Acesso em: 13 set. 2020.

LADEIRA, Francisco Fernandes. A relação entre Rede Globo e governo Bolsonaro. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, n. 1074, 11 fev. 2020. Disponível em: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/televisao/a-relacao-entre-rede-globo-e-governobolsonaro/. Acesso em: 01 jul. 2022.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina (org.). **Glossário de termos do discurso**: projeto de pesquisa […]. Porto Alegre: UFRGS. Instituto de Letras, 2001.

LÉON, Jacqueline; PÊCHEUX, Michel. Análise Sintática e Paráfrase Discursiva [1982]. *In*: ORLANDI, E. (org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. 4 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015. p. 163-173.

LIMA, Venício A. de. **Mídia**: Teoria e política. 2. Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

LIMA, Venício A. de; GUAZINA, Liziane. *Jornal Nacional*: a política simulada – uma análise comparada com o *Jornal da Record* (março-agosto 1998). *In*: LIMA, Venício A. de. **Mídia**: Teoria e política. 2. Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012. p. 273-343.

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. **Muito além do Jardim Botânico**: um estudo sobre a audiência do Jornal Nacional da Globo entre trabalhadores. São Paulo: Summus, 1985.

LIRA, Luiz Fernando Fontoura. Althusser e as duas etapas do pensamento de Marx: o conceito de “sobredeterminação”. **LUGAR COMUM**, Rio de Janeiro, n. 59, dez./jan. de 2020. p. 87-102.

LOPES, Omar Barreto. Fatos e Números. *In*: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 26, 2003, Belo Horizonte. **Anais** […]. Belo Horiozonte: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2003. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP02_lopes.pdf. Acesso em: 30 maio 2022.

MACEDO, Letícia. Brasileiro no Equador relata urubus no céu de Guayaquil após acúmulo de corpos de vítimas do coronavírus pelas ruas. **G1**, [*s. l*.: *s. n*.], 16 abr. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/04/16/brasileiro-no-equador-relata-urubus-no-ceu-de-guayaquil-apos-acumulo-de-corpos-de-vitimas-do-coronavirus-pelas-ruas.ghtml. Acesso em: 26 jun. 2022.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. **O Comunismo Imaginário**: Práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). Orientadora: Eni Puccinel!i Orlandi. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. Intercom – RBCC. São Paulo, v.39, n.1, p.39-56, jan./abr. 2016.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria da comunicação**: ideias, conceitos e métodos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. *E-book* Kindle.

MARTINS, Elisa; ROXO, Sérgio. O drama da família da primeira vítima do coronavírus no país. **O Globo**, Rio de Janeiro, 8 ago. 2020, p. 1. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/o-drama-da-familia-da-primeira-vitima-do-coronavirus-no-pais-24575672. Acesso em: 30 set. 2021.

MASCARO, Alysson Leandro. Crise e pandemia. (Série Pandemia Capital). São Paulo: Boitempo, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica** – Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. [*S*. *l*.]: n-1 Edições, 2018.

MELLO, Renata Aiala de. Bolsonaro e o jornalismo em conflito midiático. **Rev. Estud. Ling**., Belo Horizonte, v. 29, n. 4, p. 2485-2508, 2021.

MELO, José Marcos. Saga investigativa de Daniel Herz: a pesquisa-denúncia como estratégia metodológica para construir políticas democráticas de comunicação. *In:* CONGRESSO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 5, 2007, São Paulo. **Anais** […].

São Paulo: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2007.

MELO, Lafayette Batista; SILVA, Mariana Morales da. Pandemia. In: RODRIGUES, Fernanda Castelano *et al* (org.). **Enciclopédia Discursiva da Covid-19** – Uma iniciativa da equipe de Curadoria Linguística do InformaSUS-UFSCar. São Carlos: InformaSUS-UFSCar, 2021. Disponível em: https://www.informasus.ufscar.br/pandemia-5/. Acesso em: 12 nov. 2021.

MIGUEL, LUIS FELIPE. A Eleição Visível: A Rede Globo descobre a política em 2002. **DADOS** – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 289-310, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/dados/v46n2/a04v46n2.pdf. Acesso em: 31 maio 2020.

MOURA, Heronides. **O vírus bandido**: linguagem e política na pandemia. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2023.

NASCIMENTO, Sandro. Jornal Nacional cresce no Ibope pelo Brasil em 2023. **UOL Na Telinha**, [*s. l.*], 29 mar. 2023. Disponível em: https://natelinha.uol.com.br/televisao/2023/03/29/jornal-nacional-cresce-no-ibope-pelo-brasil-em-2023-195623.php#:~:text=Jornal%20Nacional%20continua%20l%C3%ADder%20sem,registrou%20acr%C3%A9scimo%20de%20%2B30%25. Acesso em: 10 abr. 2023.

NECROPOLÍTICA. *In*: **Glossário**. [*S. l.*]: Programa Educação e Território, 2020. Disponível em: https://educacaoeterritorio.org.br/glossario/necropolitica/?gclid=EAIaIQobChMIgsersuye7wIVjYORCh2TFwx5EAAYASAAEgJ6EPD_BwE. Acesso em: 25 jun. 2022.

NUNES, José Horta. Silêncios do político no espaço público. *In*: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino dos; CASTELLO BRANCO, Luiza Katia Andrade (org.) **Análise de Discurso no Brasil**: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora RG, 2011.

OLIVEIRA, Dennis de. Neoliberalismo, a base para a emergência do neofascismo. **Jornal da USP**, [*s. l.*], 9 set. 2022. Disponível em: https://jornal.usp.br/?p=561721. Acesso em: 20 abr. 2023.

OLIVEIRA, Marineusa Ferreira de; TASSO, Ismara. Contrapontos interculturais e biopoderes: saberes da medicina indígena e não indígena em cena. *In*: LAGAZZI, Suzy; ROMUALDO, Edson Carlos; TASSO, Ismara. **Estudos do texto e do discurso**: O discurso em contrapontos: Foucault, Maingueneau, Pêcheux. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013. p. 65-89

OMS considera coronavírus ‘maior crise sanitária mundial da nossa época’. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 16 mr. 2020. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/03/16/interna_internacional,1129293/oms-considera-coronavirus-maior-crise-sanitaria-mundial-da-nossa-epoc.shtml. Acesso em: 22 out. 2020.

ORLANDI, Eni P. **Análise do discurso:** princípios e procedimentos. 3ª Ed. Campinas, SP: Pontes, 2020b.

ORLANDI, Eni P. Boatos e silêncios: os trajetos dos sentidos, os percursos do dizer. *In*: ORLANDI, Eni P. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008. p. 127-139.

ORLANDI, Eni P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007b.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007a. *E-book Kindle*.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Destruição e construção do sentido: um estudo da ironia. web revista discursividade, estudos linguísticos, n. 9, p. 1-27, jan./maio 2012. Disponível em: http://www.discursividade.cepad.net.br/EDICOES/09/Arquivos/eniorlandi.pdf. Acesso em: 6 jun. 2022.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas, SP: Pontes, 1987.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Argumentação e Análise de Discurso: conceito e análises**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2023.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Volatilidade da interpretação: política, imaginário e fantasia. **Cadernos de Linguística**, [s. l.], v. 2, n. 1, 2021, p. 1-15.

ORLANDI, Eni. A análise de discurso e seus entremeios: notas a sua história no Brasil. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas. n. 42, p. 21-40, jan./jun. 2002. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8637139/4861. Acesso em: 1 jul. 2019.

ORLANDI, Eni. Volatilidade da interpretação: política, imaginário e fantasia. Conferência apresentada por Eni Puccinelli Orlandi [*s. l*., *s. n.*], 2020a. 1 vídeo (1h 55min08s). Publicado pelo canal da Associação Brasileira de Linguística. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MjCsJxfiXtg&t=1520s.2020. Acesso em: 8 out. 2020.

PADIGLIONE, Cristina. Audiência de telejornalismo explode durante crise do novo coronavírus. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 19 mar. 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/03/audiencia-de-telejornalismo-explode-durante-crise-do-novo-coronavirus.shtml. Acesso em: 22 maio 2020.

PANDEMIA de covid: Brasil teve 10% das mortes oficiais pela doença no mundo; entenda. **UOL**, [*s. l.*], 5 maio 2023. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2023/05/05/pandemia-de-covid-brasil-teve-10-das-mortes-oficiais-pela-doenca-no-mundo-entenda.htm?cmpid=copiaecola. Acesso em: 25 jun. 2023.

PANDEMIA PÕE em xeque teto constitucional de gastos públicos. **Agência Senado**, Brasília, 18 mar. 2020. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/03/18/pandemia-poe-em-xeque-teto-constitucional-de-gastos-publicos. Acesso em: 20 dez. 2022.

PANDEMIA. *In*: **Grande Dicionário Houaiss**. [S. l.], 2021. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v5-4/html/index.php#2. Acesso em: 12 nov. 2021.

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV**: manual de telejornalismo. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PEC DO teto de gastos é promulgada no Congresso. **G1**, Brasília, 15 dez. 2016. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/pec-do-teto-de-gastos-e-promulgada-no-congresso.ghtml. Acesso em: 10 fev. 2023.

PÊCHEUX, Michel. Análise automática do discurso (AAD-69) – parte 1: Análise de conteúdo e teoria do discurso. *In*: GADET, F.; Hak T. (org.). **Por uma análise automática do discurso** – Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014a. p. 59-158.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi *et al*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014b.

PÊCHEUX, Michel. A análise de discurso: três épocas (1983). *In*: GADET, Françoise e HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia Mariani *et* al. 3 ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2014c [1983]. p. 307-315.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. Tradução: José Horta Nunes. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, n. 19, p. 7-24, jul. dez. 1990.

PÊCHEUX, Michel. Metáfora e Interdiscurso. *In*: PÊCHEUX, Michel. **Análise de discurso**. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015. p. 151-161.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução: Eni Orlandi. 5 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. *In*: ACHARD, Pierre; Davallon, Jean; DURAND, Jean-Louis; PÊCHEUX, Michel; ORLANDI, Eni. **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e Perspectivas (1975). *In*: GADET, Françoise e HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia Mariani *et* al. 3 ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2014 [1975]. p. 159-249.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no Capitalismo** – Contribuições à crítica de matrizes teóricas e ideológicas conflitantes. Orientadora: Ivanete Salete Boschetti. 2013. Tese (Doutorado em Política Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2013. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/15153. Acesso em: 1 jul. 2022.

PIMENTEL, Renata Marcelle Lara. Porta-voz. *In*: LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina (org.). **Glossário de termos do discurso** (edição ampliada). Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. p. 235-240.

PIMENTEL, Renata Marcelle Lara. **Versões de um ritual de linguagem telejornalístico**. Orientadora: Suzy Lagazzi. 2008. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/269207/1/Pimentel_RenataMarcelleLara_D.pdf. Acesso em: 20 maio 2020.

PINHEIRO, Jair. Uma ruptura declarada. *In*. PINHEIRO, Jair (org.). Ler Althusser. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 183-212.

PIOVEZANI, Carlos. Bolsonaro fala às massas – Do baixo clero à presidência da República. In: PIOVEZANI, Carlos; GENTILE, Emilio. **A linguagem fascista**. São Paulo: Hedra, 2020. p. 141-245.

PLITT, Laura.'Covid-19 não é pandemia, mas sindemia': o que essa perspectiva científica muda no tratamento. **BBC News Brasil**, [*s. l.*,], 10 out. 2020. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/internacional-54493785 . Acesso em: 16 ago. 2021.

PORTO Mauro P. **Televisão e política no Brasil**: A Rede Globo e as interpretações da audiência. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

PORTO Mauro P.; NEVES, Daniela; LIMA, Barbara S. Televisão, crise hegemônica e ascensão da extrema direita: Globo e Record nas eleições presidenciais de 2018. *In*: VIII CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA (VIII COMPOLÍTICA), 2019, Brasília. Brasília: Universidade de Brasília (UnB), 2019. Disponível em: http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT2/gt2_Porto_Neves_Lima.pdf. Acesso em: 3 jun. 2020.

PREGAR. *In*: **Grande Dicionário Houaiss**. [S. l.], 2023. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-0/html/index.php#2. Acesso em: 23 jan. 2023.

PRUINELLI, Andréia Maria. Formação Discursiva. *In*: LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina (org.). **Glossário de termos do discurso** (edição ampliada). Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. p .115-129.

QUINTA-FEIRA, 16 de abril. **G1**, [*s. l*.: *s. n*.], 16 abr. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/resumo-do-dia/noticia/2020/04/16/quinta-feira-16-de-abril.ghtml. Acesso em: 26 jun. 2022.

RAMOS, Thaís Valim. Outro/outro. *In*: LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina (org.). **Glossário de termos do discurso** (edição ampliada). Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. p .221-224.

RELATÓRIO da ONU: ano pandêmico marcado por aumento da fome no mundo. **UNICEF**, Roma, It./Nova York, EUA, 12 jul. 2021, p. 1. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/relatorio-da-onu-ano-pandemico-marcado-por-aumento-da-fome-no-mundo. Acesso em: 12 out. 2021.

RESENDE, Thiago; CARAM, Bernardo. Governo atende a quase todos os pleitos da indústria em MP. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, ano 100, n. 33.230, 26 mar. 2020. Mercado – Coronavírus, p. A18.

REZENDE, Guilherme Jorge de. Gêneros no telejornalismo. *In*: MELO, José Marques; ASSIS, Francisco de. **Gêneros jornalísticos no Brasil**. São Bernardo do Campo, SP: Universidade Metodista de São Paulo, 2010. p.291-313.

SÁ, Antônio Álvaro Barbosa. **Jornal Nacional – política e ideologia**. Orientador: Caio Navarro de Toledo. 1992. 191 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/281737/1/Sa_AntonioAlvaroBarbosa_M.pdf. Acesso em: 26 maio 2020.

SAINT-CLAIR, Clóvis. **Bolsonaro**: o homem que peitou o Exército e desafia a democracia. Rio de Janeiro (RJ): Máquina de Livros, 2018. *E-book* Kindle.

SAÚDE perdeu R$ 20 bilhões em 2019 por causa da EC 95/2016. **Conselho Nacional de Saúde**. Brasília, 28 fev. 2020. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1044-saude-perdeu-r-20-bilhoes-em-2019-por-causa-da-ec-95-2016. Acesso em: 10 fev. 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Quando acaba o século XX**. São Paulo: Editora Schwarcz/Companhia das Letras, 2020. *E-book* Kindle.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **A bailarina da morte** – A gripe espanhola no Brasil. [São Paulo]: Companhia das Letras, 2020. *E-book* Kindle.

SENADO APROVA: Pec da Transição e Orçamento de 2023. **Agência Senado**. Brasília, DF, 23 dez. 2022. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2022/12/senado-aprova-pec-da-transicao-e-orcamento-de-2023-sao-os-destaques-da-semana#:~:text=A%20proposta%2C%20relatada%20pelo%20senador,a%20Farm%C3%A1cia%20Popular%2C%20entre%20outras. Acesso em: 13 abr. 2023.

SENADO FEDERAL. **Proposta de Emenda à Constituição n° 55, de 2016 (PEC do teto dos gastos públicos)**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337. Acesso em: 13 abr. 2023.

SEXTA-FEIRA, 15 de maio. **G1**, [*s. l*.: *s. n*.], 15 maio 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/resumo-do-dia/noticia/2020/05/15/sexta-feira-15-de-maio.ghtml. Acesso em: 26 jun. 2022.

SIMBIOSE. *In*: **Grande Dicionário Houaiss**. [*S. l*.], 2022. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v5-4/html/index.php#2. Acesso em: 15 jun. 2022.

SODRÉ, Muniz. O facto falso: do factoide às fake news. *In*: FIGUEIRA, João; SANTO, Silvio (org.). **As fake news e a nova ordem (des)informativa na era da pós-verdade** – manipulação, polarização, filter bubles. Imprensa da Universidade de Coimbra (Portugal): Coimbra, 2019. p. 87-100.

SONTAG, Susan. **Doença como metáfora.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

SOUSA, Lucília Maria Abrahão; GARCIA, Dantielli Assumpção; HERCULINO, Bruno Monteiro. Luto e(m) rede social: quando o poético ajuda na cicatrização. *In*: BAALBAKI, Angela; SILVA, Luiz Felipe Andrade (org.). **Discursos da pandemia**: entre dores e certezas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020. p. 99-119.

SOUZA, Robson Sávio Reis. Extrema direita: religião, militarismo e neoliberalismo. **Instituto Humanas Unisinos**, São Leopoldo, RS, 28 jul. 2021. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/611507-extrema-direita-religiao-militarismo-e-neoliberalismo-artigo-de-robson-savio-reis-souza. Acesso em: 20 jun. 2022.

STARLING, Heloisa Murgel. O passado que não passou. *In*: ABRANCHES, Sérgio *et al*. **Democracia em risco** – 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. n. p.

TOTA, Pedro. Segunda Guerra Mundial. *In*: MAGNOLI, Demétrio (org.). **História das guerras**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 355-390.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005b, v. 2.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2005a, v. 1.

TRÄSEL, Marcelo; LISBOA, Sílvia; VINCIPROVA, Giulia Reis. Pós-verdade e confiança no jornalismo: uma análise de indicadores de credibilidade em veículos brasileiros. **Brazilian venues**. Brazilian Journalism Research. Brasília, DF. v. 15, n. 3, dez. 2019, p. 476-497. Disponível em: https://doi.org/10.25200/BJR.v15n3.2019.1211. Acesso em: 20 out. 2023.

VERBICARO, Loiane Prado. Pandemia e o colapso do neoliberalismo. **Voluntas**: Revista Internacional de Filosofia. Santa Maria, v.11, ed. 3, p.1-9, jul. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/voluntas/article/view/43490. Acesso em: 29 set. 2022.

VICENTE, Maximiliano Martin. **História e comunicação na nova ordem internacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

VINHAS, Luciana Iost. O messias que não faz milagre: notas sobre a ideologia da destruição. **Revista da Abralin**, v. 19, n. 3, p. 455-474, 2020.

VITAL Danilo. Conduta de Bolsonaro que descumpre protocolo da OMS é inconstitucional, diz OAB. **Consultório Jurídico**, São Paulo, 31 mar. 2020. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2020-mar-31/desestimular-protocolo-covid-fere-constituicao-oab. Acesso em: 19 jun. 2022.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Mass media: contextos e paradigmas; novas tendências; efeitos a longo prazo; o *newsmaking*. 5. Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1999. Disponível em: http://jornalismoufma.xpg.uol.com.br/arquivos/mauro_wolf_teorias_da_comunicacao.pdf. Acesso em: 9 jul. 2020.

ZOPPI-FONTANA, Mónica G. Acontecimento, arquivo, memória: às margens da lei. **Leitura** – Discurso: História, Sujeito e Ideologia. n. 30, jul.-dez. 2002. p.175-205.

FONTES

UMA PAUSA para pedir calma e dizer: ‘Juntos vamos derrotar esse vírus’. **Jornal Nacional**, Rio de Janeiro, 23 mar. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/03/23/uma-pausa-para-pedir-calma-e-dizer-juntos-vamos-derrotar-esse-virus.ghtml. Acesso em: 2 jun. 2020.

JORNAL NACIONAL. **Rede Globo**, São Paulo, 23 mar. 2020. Programa de TV. Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/8425010/. Acesso em: 10 fev. 2022.

JORNAL NACIONAL. **Rede Globo**, São Paulo, 24 mar. 2020. Programa de TV. Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/8428682/. Acesso em: 10 fev. 2022.

JORNAL NACIONAL. **Rede Globo**, São Paulo, 25 mar. 2020. Programa de TV. Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/8431977/. Acesso em: 10 fev. 2022.

JORNAL NACIONAL. **Rede Globo**, São Paulo, 28 mar. 2020. Programa de TV. Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/8440881/. Acesso em: 10 fev. 2022.

JORNAL NACIONAL. Rede Globo, São Paulo, 15 maio 2020. Programa de TV. Disponível em: https://globoplay.globo.com/v/8557753/. Acesso em: 10 fev. 2022.